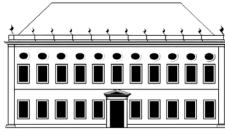


I|U

JORNADAS DE
CIÊNCIAS
DA **COMUNICAÇÃO**
DEBATES EM LÍNGUA PORTUGUESA



COORD.
GUSTAVO FREITAS
CATARINA MAGALHÃES



D O C U M E N T O S

Scientific committee

- Ana Maria S. A. Rodrigues (U. Lisboa, CH-UL)
Anne Massoni (U. Limoges, CRIHAM-UR 15 507)
David Peterson (Universidad de Burgos)
Emilie Kurdziel (U. de Poitiers, CESCUM – UMR 7302)
Frans Camphuijsen (Universiteit van Amsterdam)
Giovanni Ceccarelli (Università degli Studi di Parma)
Jorge Díaz Ibáñez (Universidad Complutense de Madrid)
Léa Hermenault (U. Antwerp, Centre for Urban History / UMR 7041 ArScAn)
Luísa Trindade (U. Coimbra, CHSC)
María Ángeles Martín Romera (Universidad Complutense de Madrid)
Maria Cristina Cunha (U. Porto, CITCEM)
Maria João Branco (U. NOVA FCSH, Instituto de Estudos Medievais)
Maria João Oliveira e Silva (U. Porto, CITCEM)
Marina Gazzini (Università degli Studi di Milano)
Mário Viana (U. Açores / U. NOVA FCSH, Instituto de Estudos Medievais)
Miguel Aguiar (U. NOVA FCSH, Instituto de Estudos Medievais)
Saul Gomes (U. Coimbra, CHSC)
Susana Guijarro González (Universidad de Cantabria)

JORNADAS DE
CIÊNCIAS
DA **COMUNICAÇÃO**

DEBATES EM LÍNGUA PORTUGUESA

COORD.

GUSTAVO FREITAS
CATARINA MAGALHÃES

EDIÇÃO

Imprensa da Universidade de Coimbra

Email: imprensa@uc.pt

URL: <https://www.uc.pt/imprensa>

Vendas online: <https://livrariadaimprensa.uc.pt>

COORDENAÇÃO EDITORIAL

Imprensa da Universidade de Coimbra

CONCEÇÃO GRÁFICA

Imprensa da Universidade de Coimbra

IMAGEM DA CAPA

Andre-Kaim — Unsplash

DESIGN DA CAPA

Pedro Matias

INFOGRAFIA

Pedro Bandeira

EXECUÇÃO GRÁFICA

KDP

ISBN

978-989-26-2650-5

ISBN DIGITAL

978-989-26-2651-2

DOI

<https://doi.org/10.14195/978-989-26-2651-2>

SUMÁRIO

PREFÁCIO

Rita Basílio de Simões 9

APRESENTAÇÃO

Gustavo Freitas e Catarina Magalhães 13

A BIBLIOTECA COMO MEIO DE COMUNICAÇÃO CIENTÍFICA: UMA ANÁLISE SOBRE OS SEMINÁRIOS DE CULTURA E MÍDIA DO CANAL *PLURISSABERES*

THE LIBRARY AS A MEANS OF SCIENTIFIC COMMUNICATION:
AN ANALYSIS OF THE CULTURE AND MEDIA SEMINARS OF THE
PLURISSABERES CHANNEL

Thainá Marques Moreira e Ariádila Matos Mesquita..... 17

A PROJEÇÃO DA SEGUNDA GUERRA DE NAGORNO-KARABAKH NO *JUNIOR EUROVISION SONG CONTEST 2022*

THE PROJECTION OF THE SECOND NAGORNO-KARABAKH WAR
IN THE JUNIOR EUROVISION SONG CONTEST 2022

Ricardo Matos de Araújo Rios..... 33

MAPEAMENTO DA DISTRIBUIÇÃO DE CONTEÚDO JORNALÍSTICO ATRAVÉS DE PLATAFORMAS SOCIAIS POR PORTAIS DE NOTÍCIAS DO INTERIOR DE SANTA CATARINA

MAPPING THE JOURNALISTIC CONTENT DISTRIBUTION THROUGH
SOCIAL MEDIA PLATFORMS BY NEWS OUTLETS IN THE INTERIOR
OF SANTA CATARINA

*Ricardo Luiz Aoki, Rita de Cássia Romeiro Paulino
e Marcos César da Rocha Seruffo* 55

**O COMBATE À DESINFORMAÇÃO: UM DOS PRINCIPAIS
DESAFIOS DOS COMUNICADORES DE CIÊNCIA
NO BRASIL E EM PORTUGAL**

FIGHTING DISINFORMATION: ONE OF THE MAIN CHALLENGES
FOR SCIENCE COMMUNICATORS IN BRAZIL AND PORTUGAL

Claudia Irene de Quadros e Anabela Gradim 83

**O LUGAR (OCULTO) DAS JORNALISTAS PORTUGUESAS NA
HISTÓRIA: UMA REVISÃO LITERÁRIA SOBRE O PERCURSO
DAS PRIMEIRAS MULHERES NAS REDAÇÕES**

THE (HIDDEN) PLACE OF PORTUGUESE JOURNALISTS IN HISTORY:
A LITERARY REVIEW OF THE JOURNEY OF THE FIRST WOMEN
IN NEWSROOMS

Liliana Carona 107

**QUADROS DE SENTIDOS NO DISCURSO JORNALÍSTICO
DO G1 SOBRE O ACONTECIMENTO YANOMAMI**

MEANING FRAMES IN THE JOURNALISTIC DISCOURSE
OF THE G1 ON THE YANOMAMI INDIGENOUS EVENT

Marcelo Almeida Duarte e Augusto Flamaryon Cecchin Bozz..... 129

**UMA LONGA VIAGEM (2011), LÚCIA MURAT: A PERFORMANCE
DO VAZIO NA AUTOBIOGRAFIA PARA O PREENCHIMENTO
DE UMA MEMÓRIA FRAGMENTADA**

UMA LONGA VIAGEM (2011), LÚCIA MURAT: THE EMPTINESS
PERFORMANCE IN AUTOBIOGRAPHY TO FILL A FRAGMENTED MEMORY

Giovanna Affonso de Campos 155

**VIOLÊNCIA POLÍTICA DE GÉNERO: UMA ANÁLISE DA
COBERTURA MEDIÁTICA E DOS COMENTÁRIOS NAS
REDES SOCIAIS SOBRE DOIS PEDIDOS DE CASSAÇÃO**

GENDER POLITICAL VIOLENCE: AN ANALYSIS OF MEDIA COVERAGE
AND COMMENTS ON SOCIAL MEDIA ON TWO IMPEACHMENT REQUESTS

Jéssica Neves Caetano Ribeiro e Leticia Alves Gratton..... 177

“QUANDO IDADE É SÓ UM NÚMERO”: NARRATIVAS DE VIDA SOBRE ENVELHECIMENTO NO REALITY SHOW MASTERCHEF+ BRASIL

“WHEN AGE IS JUST A NUMBER”: LIFE NARRATIVES ABOUT AGEING IN THE MASTERCHEF+ BRASIL REALITY SHOW

Maurício João Vieira Filho e Larissa Ferreira de Queiroz 203

POSFÁCIO

Bruno Santos N. Dias, Gisiela Klein e Luísa Carvalho Carreira 229

NOTAS BIOGRÁFICAS 237

(Página deixada propositadamente em branco)

PREFÁCIO

A coletânea *Jornadas de Ciências da Comunicação – Debates em Língua Portuguesa* reflete, de forma demarcada, o esforço e a dedicação de candidatas e candidatos ao Doutorado em Ciências da Comunicação da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, dando continuidade a uma iniciativa científica que tem permitido sentir o pulso da produção científica dos programas doutorais no mundo lusófono, nesta área disciplinar. A coletânea reúne textos da terceira edição deste evento anual, organizado por discentes com o apoio da Coordenação do Curso e do Corpo Docente, e, embora não esgotando a diversidade de investimentos epistêmicos e metodológicos partilhados durante os trabalhos, decorridos em junho de 2023, dá bem a ver a justaposição em planos diversos de temáticas e de estratégias de investigação. Referenciáveis ao contexto português e brasileiro, os textos representam interesses consonantes e dissonantes e permitem, mais do que colher, semear sinais do destino em aberto do conhecimento em várias vertentes da comunicação no tempo presente.

Contribuir para o alargamento das fronteiras do conhecimento em comunicação tem sido o grande objetivo do Doutorado em Ciências da Comunicação da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, que atualmente coordeno. Oferecido por uma das mais antigas e prestigiadas instituições de ensino superior do mundo, com uma longa tradição de inovação e de excelência no ensino e na investigação, este programa tem procurado inserir as e os estudantes num ambiente em que o peso histórico se intersecta com o valor da

interrogação curiosa e das visões críticas e inovadoras sobre os fenômenos comunicacionais.

As e os candidatas ao Doutorado são, desde o primeiro momento, incentivados a desenvolver práticas de investigação colaborativas que sinalizem e reflitam sobre a complexidade de que se reveste a paisagem comunicacional e o ecossistema mediático, gerando ao mesmo tempo evidências em torno de processos, práticas, acontecimentos, protagonistas ou situações relevantes, em articulação com a comunidade mais ampla. São também motivados a prosseguir o aprofundamento teórico e empírico a partir de perspectivas interdisciplinares, que convoquem uma compreensão abrangente e inovadora de questões comunicacionais históricas ou emergentes.

Do papel social dos modelos dominantes e institucionalizados da comunicação e das práticas de comunicação em rede ao lugar do jornalismo profissional no espaço público e das anomalias da informação, passando pela construção mediática das identidades e da sociabilidade em ambiente digital, é ampla a variedade de temas desenvolvidos pelas e pelos estudantes, tendo como horizonte não apenas a transdisciplinaridade, mas também a sociedade que procuram servir.

A questão de saber de que conhecimento necessitamos para compreender fenômenos comunicacionais complexos tem levado o Doutorado em Ciências da Comunicação a cultivar a importância da cooperação entre uma multiplicidade de territórios disciplinares e também entre atores que acenem para a academia de campos profissionais e pontos de vista distintos. Hamelink (2018) fala de partilhas desta natureza como uma parte integrante da necessária reconfiguração da ciência, e das ciências da comunicação em particular. Uma reconfiguração através da qual o conhecimento produzido resulte, não da autoridade, mas da “criatividade”, o que supõe, nomeadamente, que as e os investigadores em comunicação, em lugar de prescreverem soluções, mediem a sua descoberta por diferentes sujeitos relevantes de pensamento.

Tal como as vejo, as *Jornadas de Ciências da Comunicação* estiveram sempre imbuídas deste mesmo espírito. Têm oferecido, mais do

que um palco imóvel para mostrar os trabalhos concluídos ou em curso, um fórum dinâmico onde novas e até improváveis relações individuais, profissionais, institucionais e disciplinares vão sendo tecidas. Esta coletânea está, pois, longe de oferecer uma radiografia dessa rede poderosa de partilhas e de influências. Todavia, é seguramente um documento que imortaliza uma parcela significativa do resultado desse estímulo intelectual que tanto contribui para o avanço do conhecimento.

Coimbra, maio de 2024

Rita Basílio de Simões

Referência

Hamelink, C. (2018). *Communication Research: Resignation or Optimism?*, *Javnost – The Public*, 25(1-2), 218-225, DOI: 10.1080/13183222.2018.1418961

(Página deixada propositadamente em branco)

APRESENTAÇÃO

Esta coletânea de textos resulta da terceira edição das Jornadas de Ciências da Comunicação FLUC que, por seu turno, representam a consolidação de um trabalho colaborativo iniciado em 2020 entre os corpos docente e discente do Doutoramento em Ciências da Comunicação da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra (FLUC). Por conta da pandemia, a nossa única alternativa em 2021, ano da primeira edição, foi a realização de um evento totalmente *online*, o que acabou por ser oportuno à transformação destas jornadas num ponto de encontro entre investigadoras e investigadores falantes da Língua portuguesa (e não só) espalhados pelo mundo.

Numa breve apresentação do histórico do evento, em 2021, a primeira edição teve como tema “Metodologias aplicadas à investigação em comunicação”. Na ocasião, estiveram em linha três conferências e um workshop e foram apresentados 56 trabalhos distribuídos em 15 sessões paralelas. Na segunda edição, sob o mote “Questões críticas e emergentes”, repetimos a fórmula da primeira, com três conferências e um workshop, e acolhemos a apresentação de 75 trabalhos distribuídos em 18 sessões paralelas. Tanto na primeira edição (2021) quanto na segunda (2022), ambas as comissões, organizadora e científica, foram compostas unicamente por alunos de doutoramento e professores do programa, respetivamente. Nesta terceira edição, o formato foi revisto, com a substituição do workshop por um debate. A produção deste livro foi também um dos marcos e novidades da edição sob o tema “Debates em Língua Portuguesa”. Os textos, revistos integral e

duplamente por pares num extenso processo de revisão cega, são as versões integrais de nove dos 88 trabalhos apresentados em 20 sessões paralelas.

O evento seguiu crescendo ano após ano e, também em 2023, as Jornadas passaram a receber submissões de estudantes de mestrado e de licenciatura, como forma de encorajar uma proximidade com a investigação desde o primeiro ciclo. Além disso, estudantes de mestrado também puderam colaborar com a Comissão Organizadora. Com o conseqüente aumento da demanda, alargamos, pela primeira vez, a comissão científica, que foi de oito a 41 nomes nacionais e internacionais de instituições de referência ao redor do mundo. De forma nominal, deixamos aqui expresso os nossos agradecimentos aos docentes do curso (*Doutoras Ana Teresa Peixinho, Clara Almeida Santos, Inês Amaral, Isabel Ferin Cunha, Isabel Nobre Vargues, Maria João Silveirinha e Rita Basílio de Simões e Doutores Carlos Camponez, João Figueira, João Miranda e Sílvio Correia Santos*) que seguem conosco dando todo o suporte necessário até aqui para a plena condução do evento, bem como aos 30 demais investigadores que integraram a comissão científica da 3ª edição das Jornadas (*Doutoras Ana Isabel Reis, Ana Marta Flores, Anabela Gradim, Carla Martins, Carolina Oliveira Matos, Catarina Duff Burnay, Debora Antunes, Inês Fonseca Marques, Isabel Macedo, Ivana Ebel, Joana Vieira Santos, Maria Beatriz Marques, Maria Helena Carmo, Maria José Brites, Marisa Torres da Silva, Patrícia Nogueira, Paula Campos Ribeiro, Raquel Paiva, Raquel Recuero, Rita Figueiras, Sofia José Santos e Susana Sampaio-Dias e Doutores André Lemos, Bruno Araújo, Fernando Zamith, Leandro Lima, Miguel Midões, Pedro Jerónimo, Thomas Tuft, Viktor Chagas e Vítor de Sousa*). Sem esquecer também aquelas e aqueles que, mesmo não pertencendo inicialmente à comissão científica do evento, participaram no processo de revisão de textos que integram esta obra (*Doutoras Cassia Furtado, Elizângela Noronha, Francielle Mendes e Denize Araújo e Doutores Élmario Ricarte, Thiago Soares e Pedro Farnese*).

A seguir, também de forma nominal, agradecemos às investigadoras e aos investigadores que aceitaram nossos convites para proferir confe-

rências, ministrar workshops ou participar nos debates: *Doutoras Anabela Carvalho, Fabiana Moraes, Maria José Carvalho, Maria João Silveirinha, Raquel Paiva, Raquel Recuero, Rosa Cabecinhas, Sheila Khan e Susana Sampaio-Dias e Doutores Celestino Joanguete, Eduardo Meditsch, Francisco Freitas, Paulo Serra e Silvino Évora*. Estendemos os agradecimentos ao Grupo de Trabalho de Jovens Investigadores da Associação Portuguesa de Ciências da Comunicação por sempre apoiar iniciativas desta natureza e, mais especificamente, por ter, na primeira edição, realizado a transmissão pública das Jornadas em seu canal no *YouTube*. Não podemos deixar de agradecer também à FLUC pelo apoio institucional que a sua atual direção tem dado ao evento.

Ainda no âmbito dos agradecimentos, destacamos também as e os estudantes que integraram, ao longo do tempo, a Comissão Organizadora das Jornadas de Ciências da Comunicação FLUC: *Bárbara Janiques, Bruno Santos Dias, Carlos Santos, Elizângela Carvalho, Gisiela Klein, Juliana Alcantara, Lara Ximenes, Lorena Caliman, Luísa Carvalho Carreira, Manuel Cruz, Thâmara Filgueiras, Tomás Barros e Keila Rosa*.

As Jornadas de Ciências da Comunicação FLUC têm por preceito, a cada edição, trazer novidades, incluir mais pessoas de diferentes ciclos e instituições e superar-se em relação à edição anterior. À luz dos diferentes debates que procuramos promover, que ilustram também as nossas indagações enquanto estudantes de doutoramento e jovens investigadores, as Jornadas têm sido também um momento de importante partilha de conhecimento e questionamento entre pessoas das mais variadas geografias e percursos académicos. Que o caminho que temos trilhado sirva de alicerce para que se faça mais e melhor, a cada ano, pela comunidade académica, especialmente, a do nosso campo de investigação.

Coimbra, maio de 2024

Gustavo Freitas e Catarina Magalhães

(Página deixada propositadamente em branco)

**A BIBLIOTECA COMO MEIO DE COMUNICAÇÃO
CIENTÍFICA: UMA ANÁLISE SOBRE OS SEMINÁRIOS
DE CULTURA E MÍDIA DO CANAL *PLURISSABERES***

**THE LIBRARY AS A MEANS OF SCIENTIFIC
COMMUNICATION: AN ANALYSIS OF THE
CULTURE AND MEDIA SEMINARS OF THE
PLURISSABERES CHANNEL**

Thainá Marques Moreira

Universidade Federal do Ceará

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-0949-2895>

Ariadila Matos Mesquita

Universidade Federal do Ceará

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-3531-4494>

Resumo: A utilização das redes sociais se intensificou em decorrência da pandemia de COVID-19. Nesta conjuntura, instituições como a Biblioteca do Centro de Humanidades da Universidade Federal do Ceará utilizaram meios para manter contato com a comunidade acadêmica. Uma das ações foi criar, em 2020, o canal *Plurissaberes*, que tem como finalidade a comunicação científica por meio de transmissões ao vivo (*lives*) no *YouTube*, *Facebook*, *Twitter* e *Instagram* e da produção de episódios de *podcast*. Este trabalho propõe analisar a comunicação científica do evento Seminários de Cultura e Mídia, que ocorreu no ano de 2021, no referido canal, pela plataforma *YouTube*. Esses seminários foram criados

em 1996 e fazem parte da disciplina de Cultura e Mídia do curso de Biblioteconomia da UFC. Como base teórica, utilizamos as composições apresentadas por Jenkins (2013) acerca da Cultura de Convergência e por Jenkins et al. (2015) sobre a Cultura Participativa na contemporaneidade, além das definições de comunicação científica trazidas por Bueno (2010), Caribé (2015) e Santos (2022). Na metodologia, recorreremos à análise de conteúdo proposta por Severino (2013). Ao final da pesquisa, apontamos o *Plurissaberes* como um exemplo de canal pertencente a uma biblioteca universitária e apresentamos seus modos de atuação e suas ações de promoção da comunicação científica por meio do *YouTube*.

Palavras-Chave: Comunicação Científica; Biblioteca; Plurissaberes; Seminários de Cultura e Mídia.

Abstract: The use of social media has intensified as a result of the COVID-19 pandemic. At this juncture, institutions such as the Library of the Humanities Center of the Federal University of Ceará used means to maintain contact with the academic community. One of the actions was to create, in 2020, the Plurissaberes channel, which aims to communicate scientifically through live broadcasts on YouTube, Facebook, Twitter, and Instagram, as well as the production of podcast episodes. This work proposes to analyze the scientific communication of the Culture and Media Seminars event, which took place in 2021, on the aforementioned channel, on the YouTube platform. These seminars were created in 1996 and are part of the Culture and Media discipline of the UFC Library Science course. As a theoretical basis, we used the compositions presented by Jenkins (2013) about Convergence Culture and by Jenkins et al. (2015) on Participatory Culture in contemporary times, in addition to the definitions of scientific communication brought by Bueno (2010), Caribé (2015) and Santos (2022). In the methodology, we used the content analysis proposed by Severino (2013). At the end of the research, we point to Plurissaberes as an example of a channel belonging to a university library and

present its modes of operation and actions to promote scientific communication through YouTube.

Keywords: Scientific Communication; Library; *Plurissaberes*; Seminars of Culture and Media.

1. Introdução

O mundo constituído, desde a virada do século, está em uma atualização cada vez mais rápida e efêmera. Um dos acontecimentos que modificou as nossas experiências com a tecnologia como ferramenta foi o quadro pandêmico instaurado pela COVID-19, iniciado entre os anos 2019, na China, e em 2020, no Brasil. Sem poderem usufruir do livre trânsito, majoritariamente, pessoas e instituições tiveram que se adaptar ao novo cenário.

Plataformas digitais de comunicação e redes sociais como o *Facebook*, *Instagram*, *Twitter* e *YouTube* se tornaram ainda mais oportunas para seus seguidores e ampliaram seu alcance. No *YouTube*, muitos canais se propagaram e muitos outros foram criados, sendo um deles o *Plurissaberes*, como um produto advindo de uma Biblioteca Universitária (BU): a Biblioteca de Ciências Humanas da Universidade Federal do Ceará (BCH/UFC).

O *Plurissaberes* é um projeto de extensão e iniciação científica que busca abrir espaço para a comunidade acadêmica de diversas áreas de atuação no âmbito da comunicação e divulgação científica transmídia e multiplataforma. Nesta pesquisa, objetivamos entender as dinâmicas da comunicação científica no âmbito do evento “[C&M#1] Seminários Cultura & Mídia – 25 anos”, ocorrido no ano de 2021, pelo canal do *Plurissaberes*, mantido pela BCH/UFC.

Para tanto, o trabalho ancora-se nas conceituações trazidas por Henry Jenkins (2013), autor do livro *Cultura da Convergência*; pelas estruturas direcionadas para a comunicação científica pontuadas por Wilson Costa Bueno (2010); Rita de Cássia do Vale Caribé (2015) e Nicolle Negreiros Lima dos Santos (2022). A metodologia baseia-se

nos estudos de Antônio Joaquim Severino (2013) sobre análise de conteúdo. Almejamos, diante das configurações e análises, apreender como a BCH/UFC, utilizando-se do *Plurissaberes*, viabiliza a comunicação científica.

2. Comunicação Científica e suas Ramificações

Para Caribé (2015), a comunicação científica é um termo genérico que abrange outros como divulgação científica, difusão científica e popularização científica. De acordo com Bueno (2010), a comunicação científica é uma “transferência de informações científicas, tecnológicas ou associadas a inovações e que se destinam aos especialistas em determinadas áreas do conhecimento” (p. 2). Seguindo essa linha deste pensamento, Santos (2022) explica que “a comunicação científica ocorre quando há a disseminação de informações científicas e tecnológicas entre os próprios pesquisadores” (p. 23). Ou seja, uma comunicação direcionada para um público especializado.

No caso da divulgação científica, alguns pesquisadores como Bueno (2010) e Santos (2022) falam que esta é uma comunicação realizada por meio de recursos e técnicas focadas em um público não especializado. Carvalho (2016) complementa o que é dito acima ao explicar que “na divulgação científica há uma preocupação com o discurso, visto que o público de interesse não domina o conhecimento técnico” (p. 4). Isto é, os conteúdos técnicos são explicados de uma forma mais simples, fazendo uso de comparações, recursos visuais e outros meios para que o público leigo possa compreender o assunto tratado.

Já a difusão científica é descrita por Caribé (2015) de forma mais abrangente, mostrando que ela pode ser voltada tanto para o público especializado como para o público leigo; o que muda é o recurso usado para levar a informação aos receptores. No caso da popularização científica, Mueller (2002) aponta-a como uma ferramenta de tradução dos textos científicos para os meios de comunicação popular. Apesar da

semelhança, cada um desses termos tem sua especificidade. Desse modo, cada termo tem uma função que contribui para a comunicação científica. O que define essas funções são os meios, as formas e o público para o qual essas atividades estão sendo direcionadas.

3. As múltiplas atuações de uma BU

Com o papel de auxiliar, por meio da informação, as comunidades nas quais elas estão inseridas, as bibliotecas, especificamente as BU, dão suporte às necessidades informacionais da comunidade acadêmica. Santos (2022) explica que as BU são ambientes de construção e mediação do conhecimento por meio de produtos e serviços que contribuem para o desenvolvimento científico, tecnológico, social e ampliam o acesso à informação da comunidade. Isso revela também o caráter desses ambientes como promotores comunicacionais dos trabalhos produzidos pelos corpos discente e docente.

Neste sentido, a BU busca formas de acompanhar a construção do ensino e aprendizado dos alunos, professores e servidores de uma Instituição de Ensino Superior (IES), buscando sempre inovar e atender às necessidades do público, viabilizando o acesso informacional (empréstimo de livros) e de referência (como disponibilização de consulta, formatações de trabalhos acadêmicos, dicionários, documentos históricos), chegando até aos novos meios de comunicação na *web*, levando a várias possibilidades (sendo as redes sociais e as plataformas de compartilhamento de vídeos produzidos por empresas, instituições públicas e pelos próprios usuários). É neste âmbito que a BU encontra a necessidade de constante atualização diante das diversas mudanças tecnológicas, sociais e culturais.

Trazendo a temática para a UFC, esta tem cerca de vinte bibliotecas, todas com a missão de “Organizar, preservar e disseminar a informação para a produção do conhecimento, dando suporte às atividades educacionais, científicas, tecnológicas e culturais da UFC, possibilitando o crescimento e o desenvolvimento da Instituição e da sociedade”

(Universidade Federal do Ceará, sem data). Apesar de todas as bibliotecas disponibilizarem um grande acervo e produzirem projetos para beneficiar a academia, a BCH/UFC vem se destacando por ter iniciativas visionárias, comprovadas por meio dos projetos elaborados pela equipe de bibliotecários e técnicos administrativos.

4. A BCH/UFC

Inaugurada em 1996, a BCH/UFC possui um acervo com cerca de cinquenta mil títulos e noventa mil exemplares e coleciona diversos programas criados para favorecer os usuários. No decorrer dos anos e com a expansão tecnológica cada vez mais presente, as bibliotecas têm visado atender às demandas da comunidade acadêmica de maneira a estar em consonância com o tempo, com a realidade do momento e dentro do que se propõe realizar. Neste sentido, a BCH/UFC busca a expansão da comunicação científica em diversos veículos, acompanhando a tendência internacional de reger bastante de sua atuação por meio do mundo virtual.

Entre os espaços da *web* que a Biblioteca utilizou como ferramenta de alcance das atividades universitárias, o *YouTube* tornou-se, para além de seu uso primeiro, mais um campo de difusão da ciência. Segundo Knob (2020), esta plataforma criada em 2005 por Chad Hurley, Steve Chen e Jawed Karim tinha como objetivo facilitar o compartilhamento de vídeos. Atualmente, a rede social possui diferentes possibilidades de interações entre os usuários como compartilhar, curtir e comentar os vídeos disponíveis, seja em transmissões ao vivo ou produções já gravadas anteriormente.

Jenkins et al. (2015) apresentam a dinâmica entre os variados tipos de meios de comunicação mais atuais e a forma como as pessoas atuam dentro dessas mídias, seja adquirindo os papéis de engajadoras desses produtos, ou pelos caminhos escolhidos pelas instituições – e, no caso em tela, as IES – para estimular essa “participação significativa”. Esse processo entre produtores e receptores dentro, mais especifica-

mente no *YouTube*, como meio de propagação do “marketing viral”, ocorre quando:

a metáfora viral não descreve bem aquelas situações em que a pessoa avalia ativamente um texto na mídia, decidindo com quem irá compartilhá-lo e como irá difundi-lo. As pessoas tomam decisões ativas quando propagam mídia, quer simplesmente passando um conteúdo adiante para as suas redes sociais, com recomendações no boca a boca, quer postando um vídeo digital no Youtube (Jenkins et al., 2015, pp. 50-51).

Neste cenário, em 2016, foi criado um canal no *YouTube* com o nome de BCH/UFC. O intuito era armazenar e disponibilizar vídeos de oficinas e treinamentos para que os usuários tivessem acesso ao conteúdo quando desejassem. Além do canal, a biblioteca disponibilizou outros conteúdos em *blogs*, *podcasts* e em redes sociais. Com a possibilidade de ampliar ainda mais a presença da BCH/UFC na mídia, em 2019, surgiu o projeto que veio a ser chamado de *Plurissaberes*.

De acordo com Santos et al. (2023), o *Plurissaberes* busca proporcionar possibilidades para que a comunidade acadêmica se apresente e se expresse, utilizando a comunicação científica transmídia e multiplataformas. Acerca deste meio que atravessa as diversas mídias comunicacionais, Jenkins (2013) tece considerações sobre as práticas culturais vinculadas à incorporação da tecnologia na contemporaneidade, acentuando as características do que chama de “Cultura de Convergência” dentro de cenários populares, como filmes e séries, no espaço transmidiático e em como os consumidores destes os promovem.

Além disso, o projeto *Plurissaberes* baseia-se num tripé que consiste na pesquisa, extensão e ensino, o que denota a importância tanto da biblioteca como uma vertente de promoção acadêmica, quanto do canal atuando de forma amplificadora da comunicação científica originada na universidade; representando a atuação do projeto nas redes sociais e em outras plataformas, onde os usuários podem acessar um mesmo conteúdo de cada mídia.

Com a pandemia de COVID-19, em 2020, o canal se tornou uma ferramenta para a comunicação científica transmídia, que serviu de suporte para diversas atividades da universidade que tiveram que migrar para as plataformas digitais. Destacamos o projeto como um instrumento que possibilitou à comunidade acadêmica manter seus seminários, encontros, palestras e outros eventos durante o isolamento social.

Por meio de parcerias, a BCH/UFC conseguiu montar uma equipe para suporte e realização das transmissões ao vivo (*lives*). De acordo com Santos et al. (2022), a produção das *lives* teve um alcance rápido com o público da BCH/UFC, o que estimulou a equipe do *Plurissaberes* a “explorar cada vez mais esse meio de divulgação de ações de pesquisa, ensino e extensão, corroborando o papel da biblioteca universitária como lugar de encontros” (p. 181) no meio virtual, assim como corriam nas atividades presenciais. As *lives* são realizadas pela plataforma *StreamYard*¹ e ocorrem simultaneamente no *YouTube*, *Facebook* e *Twitter*. Para a transmissão no *Instagram* é utilizada a plataforma *Easy4Live*² (Santos et al. 2023). Dessa forma, a BCH/UFC consegue atingir diversos públicos, independentemente da rede e do espaço em que estão presentes.

5. Os Seminários de Cultura e Mídia (SC&M)

O evento dos Seminários surgiu em 1996, criado pelo Professor Doutor Luiz Tadeu Feitosa. Estes fazem parte da disciplina de Cultura e Mídia do curso de Biblioteconomia da UFC, com o objetivo de explorar as linguagens artísticas, além de estudar as teorias e fenômenos culturais e midiáticos (Feitosa, 2016). Por ser parte de uma disciplina, os SC&M ocorrem a cada semestre de forma presencial, são elaborados

¹ Uma plataforma de transmissão *on-line* e de videoconferência simultânea.

² Uma plataforma que possibilita controle de todas as configurações de sua transmissão no *Instagram*.

pelos alunos e estão sob a orientação do respectivo professor responsável pela disciplina.

No documentário *Memórias dos Seminários de Cultura e Mídia* (Mesquita, 2022) é narrada por Feitosa a história por trás da criação da iniciativa, remetendo aos anos de 1985, quando cursava a graduação, no segundo semestre do antigo curso de Biblioteconomia e Jornalismo, na disciplina de História da Cultura e dos Meios de Comunicação, ministrada pelo Professor Doutor Gilmar de Carvalho. Já como professor e mestre, Tadeu Feitosa passou a coordenar a mesma disciplina após seus estudos sobre Semiótica e Cultura. Ele explica que os SC&M são uma das formas de abrir as portas da universidade para o âmbito social, tornando possíveis os encontros de saberes científicos e saberes do senso comum.

Os palestrantes convidados são pessoas de fora da Academia. Entre eles estão músicos, atores, fotógrafos, apresentadores de programas televisivos, professores, vendedores e tantas outras personalidades que participaram dos seminários para debater sobre cultura, mídia e outras manifestações correlatas. A partir disso, os seminários vêm carregando em sua base a pluralidade do conteúdo debatido entre as conversas, relacionando os campos da mediação entre as representações culturais e a mídia como promotora.

Em 2021, o SC&M completou vinte e cinco anos. Devido ao isolamento social, esta edição aconteceu em formato de *live streaming*, em parceria com o *Plurissaberes*. As *lives* foram realizadas nos dias 19 e 20 de agosto de 2021, nos turnos da manhã e da tarde, tendo duas temáticas norteadoras: a saúde e a política, e para debater esses temas foram convidados representantes das áreas da Ciências da Comunicação e das Ciências da Informação. Ao todo, ocorreram quatro *lives* e, em cada uma delas, dois palestrantes se apresentaram, como consta na Tabela 1.

Tabela 1*Programação do Seminário de Cultura e Mídia – 25 anos*

Título do vídeo	Título da palestra	Palestrantes	Duração	Nº de visualizações	Nº de comentários
[C&M#1] Seminários de Cultura & Mídia – 25 anos	9h às 10h: Informação, saúde e pós-verdade: o papel da comunicação pública em tempos de infodemia	Ana Javes Luz	2 h. 57 min. 9 seg.	353	173
	10h às 11h: Democracia e informação em tempos de <i>fake news</i> e pós-verdade	Carlos Alberto Araújo			
[C&M#2] Seminários de Cultura & Mídia – 25 anos	14h às 15h: Informação, política e desinformação: os portais de checagem de notícias e a democracia	Kamila Bossato Fernandes	2 h. 40 min. 17 seg.	323	74
	15h às 16h: Saúde pública e informação em tempos de infodemia	Henriette Ferreira Gomes			
[C&M#3] Seminários de Cultura & Mídia – 25 anos	9h às 10h: Jornalismo e Ciência da Informação: mediação da informação em tempos de infodemia	Juliana Matos Brito	2 h. 9 min. 42 seg.	244	77
	10h às 11h: O portal Comprova e a mediação da informação jornalística	Sérgio Lüdtkke			
[C&M#4] Seminários de Cultura & Mídia – 25 anos	14h às 15h: Cultura, mídia e sociedade: diálogos mediacionais	Jefferson Veras	2 h. 17 min. 56 seg.	308	100
	16h às 17h: Cultura, mídia e mediações: panorama de pesquisa dos 25 anos dos Seminários Cultura & Mídia	Tadeu Feitosa			

Nota. Tabela elaborada pelas autoras a partir dos dados recolhidos em 27 de maio de 2023, com base nas informações disponíveis no canal da BCH/UFC no *YouTube*: (Plurissaberes, 2021).

Na Tabela 1 é apresentado o título da *live* no *YouTube*, o horário das palestras, o nome de cada palestrante, o tempo de duração, as visualizações e os comentários em cada uma das *lives*. Portanto, diante dos conceitos trazidos, utilizaremos o vídeo “[C&M#1] Seminários

Cultura & Mídia – 25 anos” como ação de comunicação científica promovida pela BCH/UFC. Assim, a fundamentação de análise partirá das interações dos usuários do canal *Plurissaberes* no *YouTube* especificadas no próximo tópico.

6. Análise

Como primeiro passo metodológico, escolhemos a análise de conteúdo por relacionar-se com diversas formas discursivas expressadas em vários campos, como o escrito, oral, imagético e gestual. Em suma, essa metodologia estuda analiticamente o teor das mensagens e os seus significados (Severino, 2013).

Inicialmente, exportamos para uma planilha todos os comentários exibidos no *chat* ao vivo de cada *live*. Com base na quantidade de dados obtidos, escolhemos o “[C&M#1] Seminários Cultura & Mídia – 25 anos”, que teve um total de 353 visualizações e 173 comentários, sendo este o vídeo com mais interações do evento. Os palestrantes convidados foram a doutoranda Ana Javes Luz, da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, e o Professor Doutor Carlos Alberto Araújo, da Universidade Federal de Minas Gerais, e a sessão contou com a mediação do Professor Doutor Tadeu Feitosa, da UFC.

Os comentários foram separados em seis categorias: 1. Saudações; 2. Perguntas direcionadas aos palestrantes; 3. Comentários sobre as falas dos palestrantes; 4. Interação entre os espectadores; 5. Interação entre os espectadores e a equipe do *Plurissaberes*; e 6. Elogios. Dentre as categorias criadas, a “direcionada aos palestrantes” e “comentários sobre as falas dos palestrantes”, mostraram-se mais numerosas do que as demais em números de comentários. Partindo disso, elaboramos a Tabela 2 onde constam os principais comentários sobre as respostas das perguntas que foram feitas aos palestrantes ao vivo.

Tabela 2*Comentários e Respostas no Chat do evento*

Categoria	Respostas no chat
Perguntas direcionadas aos palestrantes	P1 “qual o papel da mediação da informação na comunicação pública?”
	P2 “a preservação da informação é importante para a memória e para a comunicação públicas. Vcs (sic) poderiam comentar mais sobre esse diálogo entre a CI e a Comunicação tão importante?”
	P3 “A “infodemia” e a propagação generalizada da desinformação seria um efeito colateral da vulgarização dos meios de informação e comunicação?”
	P4 “como esclarecer para as pessoas em ambientes variados (escolas, igrejas e associações comunitárias) os prejuízos que desinformação, teorias conspiratórias, fake news trazem para a democracia ?”
Comentários sobre as falas dos palestrantes	C1 “Não é fácil combater a fakenews em espaços e mídias públicas, principalmente quando se trata de saúde, como a pandemia da Covid-19.”
	C2 “O pânico em torno do assunto “doença” apavora principalmente os menos esclarecidos, que acabam disseminando as fakenews”.
	C3 “Se não tenho um governo que comunica a verdade, que não regula de forma pública as informações sobre a Covid, como controlar o que é publicado sobre a pandemia sem calar, silenciar ou soar ditatorial.”
	C4 “A informação pública formal passa por uma série de cuidados que o Arquivista desenvolve em sua formação para fazer cumprir os princípios, desde a produção, uso e trâmite na fase ativa até o acesso.”
	C5 “o “fenômeno” de se implantar algo absurdo pra gerar muito burburinho, muitas críticas e depois “desmentir” aqueles que estavam combatendo pra (sic) ridicularizá-los.”
	C6 “O Brexit não teria acontecido sem a Cambridge Analytica, assim como Trump e a extrema direita não teria chegada (sic) ao poder.”
	C7 “mas (sic) a eleição de Trump com base nos dados da Cambridge Analytica (sic) não configura desinformação, mas informações super bem concatenados e direcionados para desenvolver estratégias de campanha. essas estratégias e o uso dos resultados das análises desses dados, isso sim é que é terrível.”

Nota. Dados recolhidos no dia 27 de maio de 2023.

As apresentações tiveram 1 hora e 46 minutos de duração. Depois, iniciava-se um debate, no qual o mediador escolhia algumas perguntas do *chat* para fazer aos palestrantes. Durante a *live*, foram feitas quatro perguntas às quais os dois convidados deram sua opinião.

Nesta edição dos SC&M, e após a leitura dos comentários dos que estavam assistindo e o diálogo entre os palestrantes, foi notável que tratava-se de uma comunicação científica, isto é, os termos

utilizados para a explicação e para as perguntas foram palavras advindas das áreas de Comunicação e Ciência da Informação. Por exemplo, na linha P2 da Tabela 2, o espectador utiliza a abreviação “CI” para se referir a Ciência da Informação, ou seja, ele conhece as nomenclaturas do campo específico e suas abreviações. Assim, para Santos (2022), “a comunicação científica ocorre quando há a disseminação de informações científicas e tecnológicas ... entre os pares, seja da mesma área do conhecimento ou de outras áreas” (p. 23). Neste contexto, os seminários tiveram uma temática para um grupo específico, as pessoas que tinham conhecimento sobre o assunto.

Nas interações sobre as falas dos palestrantes, o comentário da linha C2 traz uma afirmação sobre o assunto tratado: “O pânico em torno do assunto ‘doença’ apavora principalmente os menos esclarecidos, que acabam disseminando as *fakenews*”. Apesar de não haver a possibilidade de identificação sobre a formação das pessoas que assistiam, percebe-se que elas têm entendimento sobre as questões abordadas, como podemos ver também nas perguntas: “qual o papel da mediação da informação na comunicação pública?” (linha P1); e “A ‘infodemia’ e a propagação generalizada da desinformação seria um efeito colateral da vulgarização dos meios de informação e comunicação?” (linha P3). Isso demonstra a participação de um público que possivelmente tem um mínimo conhecimento sobre o assunto abordado no vídeo.

Além dos comentários em resposta às falas dos convidados, na linha C4 vemos: “a informação pública formal passa por uma série de cuidados que o Arquivista desenvolve em sua formação para fazer cumprir os princípios, desde a produção, uso e trâmite na fase ativa até o acesso”. Revela-se, assim, que a comunicação científica ocorreu e a interação entre as pessoas que estavam acompanhando e apresentando a *live* mostra a notável integração da BU em espaços tecnológicos que promovem a comunicação científica e viabilizam as múltiplas atividades que a BU já desenvolvia de modo presencial e que agora também desenvolve em modo virtual.

7. Considerações Finais

A tecnologia não diz respeito somente às aplicações atuais desde o lançamento da internet, mas sim às inovações mais recentes dentro de um determinado espaço e tempo. Cabe às culturas e às sociedades se adaptarem às constantes mudanças e evoluções. Neste quadro, a BCH/UFC, como uma BU, possui estes e também outros recursos para melhor atender a comunidade acadêmica.

Vale ressaltar que o objeto deste trabalho é um seminário ocorrido em 2021, quando a saída para a execução dos eventos era o meio virtual devido à crise sanitária que assolava o mundo. Atualmente, a BCH/UFC apresenta novas perspectivas buscando meios para manter seus projetos em formato híbrido. De acordo com a descrição do *podcast Plurissaberes* (2019-presente), a Biblioteca está em fase de transição do *Plurissaberes* para um novo projeto chamado *Cocriando*. Nota-se, portanto, que a BCH/UFC procura se inserir progressivamente nos campos mais recentes e essenciais, almejando oportunizar as manifestações de grupos de pesquisa e eventos de disciplinas, dentre outras ocorrências da universidade e da própria biblioteca. Ao direcionarmos a busca para o conhecimento dos inscritos e os que acompanham as *lives* do canal sobre este tema discutido ou de outros eventos, abre-se margem para futuras pesquisas nessa esfera.

Logo, foi perceptível que os SC&M, sendo um objeto de interseção cultural e midiática entre a Biblioteca e a Ciência, aponta para algumas vertentes importantes da ação de comunicar: descortina a Cultura de Convergência entre as principais mídias do momento presente, mostrando esse trânsito de meios, onde se obtém acesso por suas ramificações; as formas de interação, dentro da Cultura Participativa, dos que acompanharam a *live* por meio das visualizações e comentários. Esses são exemplos de um comunicar científico atualizado aos novos veículos midiáticos, expondo bem o valor da BCH/UFC, representada pelo *Plurissaberes*, tendo esse caráter de favorecer não só a informação dos documentos físicos dispostos no lugar, mas também de apresentar

e desenvolver os Seminários de Cultura e Mídia, tornando mais abrangente o alcance da comunicação científica.

Por isso, o evento *on-line* encaminhado pelo *Plurissaberes*, como um canal criado e mantido pela BCH/UFC, torna-se um exemplo relevante de comunicação da ciência dentro e fora dos espaços palpáveis da universidade. A partir disso, existe a demanda por manter esses ambientes virtuais para fomentar parcerias sem limites de distância e quantidade de público, elevando ainda mais a qualidade dos debates futuros, ampliando o caráter comunicacional e de divulgação da ciência para além dos muros universitários.

Referências

- Bueno, W. C. (2010). Comunicação científica e divulgação científica: aproximações e rupturas conceituais. *Informação & Informação*, 15 (1esp.), pp. 1-12. <https://doi.org/10.5433/1981-8920.2010v15n1esp1>
- Caribé, R. C. V. (2015). Comunicação científica: reflexões sobre o conceito. *Informação & Amp; Sociedade: Estudos*, 25 (3), pp. 89-104. <https://periodicos.ufpb.br/ojs2/index.php/ies/article/view/23109>
- Carvalho, Mariela Costa. (2016). Divulgação Científica Youtube: narrativa e cultura participativa nos canais Nerdologia e Peixe Babel. In *Anais do Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação*, 39. 2016, São Paulo. Intercom, 2016. pp. 1-12. <https://portalintercom.org.br/anais/nacional2016/resumos/R11-2014-1.pdf>
- Feitosa, L. T. (2016). Seminários Cultura e Mídia – 20 anos: o complexo e incerto fenômeno das mediações entre cultura e mídia. In *Anais da Conferência internacional – UECE*, (p. 5438), Fortaleza, CE.
- Jenkins, H. (2013). *Cultura da convergência*. Aleph.
- Jenkins, H., Ford, S. e Green, J. (2015). *Cultura da conexão: criando valor e significado por meio da mídia propagável*. Aleph.
- Knob, T. S. (2020). *Redes sociais como meio de divulgação científica: uma abordagem utilizando o Instagram e YouTube*. [Monografia]. Licenciado em Física – Curso de Física – Licenciatura da Universidade do Vale do Rio dos Sinos – UNISINOS. <http://www.repositorio.jesuita.org.br/handle/UNISINOS/11749>
- Mesquita, A. M. (Diretora). (2022). *Memórias dos Seminários de Cultura e Mídia* [Documentário]. PIBIC/UFC, Fortaleza, CE. <https://www.youtube.com/watch?v=FNVhp5aZEeM>
- Mueller, S. P. M. (2002) Popularização do conhecimento científico. *DataGramZero: Revista de Ciência da Informação*, 3(2), pp. 1-11. <https://repositorio.unb.br/handle/10482/990>
- Plurissaberes (2019-presente). *Descrição do perfil* [Podcast de áudio]. https://open.spotify.com/show/2dCGJn5TBjuzZx3eHTGvMu?si=n8v2VdndQL2CL_cGWL5F9

- Plurissaberes (2022, 19 de agosto). *Seminários Cultura & Mídia – 25 anos [Live]*. YouTube. https://www.youtube.com/playlist?list=PLOhWAljyF7rowgrYlzNdO_C1xpQ-M-W0C
- Santos, F. E. P., Mesquita, A. M., Câmara, Y. R., Oliveira, L. A. S., Costa, L. S. M. & Fernandes, J. D. P. B. (2023). Plurissaberes e o *Live Streaming* em Biblioteca Universitária: Contribuições da I Jornada Científica do Grupo de Estudos Filhas de Avalon. In CÂMARA, Yls Rabelo (Org.). *Das Brumas à Luz: Escritoras Nacionais em Pauta*. (Vol. 2, Cap. 18, pp. 600-645). Diálogos.
- Santos, F. E. P., Fernandes, J. D. P. B. & Lima, J. S. (2022) Programa Plurissaberes: contribuição da biblioteca universitária para a comunicação científica transmídia. In SANTOS, I. L., FEITOSA, K. Y. S. & DAMASCENO, T. N. F. (Org.). *Bibliotecas universitárias: estudos e experiências*. (Cap. 6, pp. 174-220). BU/UFC.
- Santos, N. N. L. (2022). *Percepção dos bibliotecários da Universidade Federal do Ceará sobre divulgação científica*. [Monografia]. Graduação em Biblioteconomia – Curso de Biblioteconomia, Centro de Humanidades, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, CE. <https://repositorio.ufc.br/handle/riufc/69315>.
- Severino, A. J. (2013). *Metodologia do trabalho científico*. Cortez.
- Universidade Federal do Ceará. (sem data). *Biblioteca Universitária: Missão, visão e valores*. <https://biblioteca.ufc.br/pt/sobre-o-sibi-ufc/conheca-o-sibi/missao-visao-e-valores/>
- Easy4live. (n.d.). *Aplicação poderosa para profissionais de transmissão*. <https://www.easy4live.com/>
- Pasini, C. G. D., Carvalho E. & Almeida, L. H. C. (2020). A educação híbrida em tempos de pandemia: algumas considerações. Observatório socioeconômico da COVID-19. pp. 1-9. <https://www.ufsm.br/app/uploads/sites/820/2020/06/Textos-para-Discussao-09-Educacao-Hibrida-em-Tempos-de-Pandemia.pdf>

**A PROJEÇÃO DA SEGUNDA GUERRA DE
NAGORNO-KARABAKH NO
*JUNIOR EUROVISION SONG CONTEST 2022***

**THE PROJECTION OF THE SECOND
NAGORNO-KARABAKH WAR IN THE
*JUNIOR EUROVISION SONG CONTEST 2022***

Ricardo Matos de Araújo Rios

Universidade Presidente Antônio Carlos, Minas Gerais

ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-3226-5735>

Resumo: Com o objetivo de estudar a participação da mídia na projeção simbólica de conflitos armados internacionais, o presente trabalho analisa a influência do *Junior Eurovision Song Contest* (JESC), enquanto ator mediático, na segunda guerra entre Armênia e Azerbaijão pela região autônoma de Nagorno-Karabakh. O conflito, que se deu entre 27 de setembro e 10 de novembro de 2020, após um acordo trilateral entre os dois beligerantes e a Rússia, culminou com a vitória do Azerbaijão. Considerando a influência midiática como um *soft power*, toma-se como objeto de estudo as representações do conflito de Nagorno-Karabakh no JESC 2022 (realizado em Yerevan, capital armênia) e, por meio da Análise do Discurso, problematiza-se a reprodução das tensões da guerra no evento realizado no território do país que saiu da guerra como derrotado. O trabalho evidencia diversos elementos que demonstram como a Guerra foi reproduzida de maneira simbólica no ambiente do JESC 2022 e como o nacionalismo armênio foi projetado.

Palavras-Chave: *Junior Eurovision Song Contest*; Nagorno-Karabakh; Televisão.

ABSTRACT: To study the media involvement in the symbolic projection of international armed conflicts, this work analyzes the influence of the Junior Eurovision Song Contest (JESC) as a media actor in the second war between Armenia and Azerbaijan over the autonomous region of Nagorno-Karabakh. The conflict, which took place between September 27 and November 10, 2020, following a trilateral agreement between the two belligerents and Russia, led to Azerbaijan's victory. Considering media influence as soft power, the object of study is the representations of the Nagorno-Karabakh conflict at JESC 2022 (held in Yerevan, Armenia) and, through Discourse Analysis, it discusses the reproduction of war tensions at the event held in the territory of the defeated country from this conflict. The work highlights several elements demonstrating how the Second Nagorno-Karabakh War was symbolically reproduced in the JESC 2022 and how Armenian nationalism was projected.

Keywords: Junior Eurovision Song Contest; Nagorno-Karabakh; Television.

1. Introdução

O *Eurovision Song Contest* (ESC) é um concurso de canções criado em 1956 pela *European Broadcasting Union* (EBU), um órgão europeu que reúne emissoras de rádio e televisão da Europa, em sua maioria públicas, que podem ou não possuir relações tácitas com governos. O ESC nasceu com o objetivo de unir a Europa após a Segunda Guerra Mundial e teve sua primeira edição realizada em Lugano, na Suíça. Todos os países filiados à EBU podem participar e enviar músicas ao ESC. O vencedor é decidido por meio de votação nos países participantes.

Em mais de seis décadas, o ESC se tornou uma plataforma oportuna à disseminação de ideias políticas e ideológicas, mesmo que as regras do concurso proibam estes tipos de mensagens nas músicas e apresentações. Um exemplo disso se deu em 2009, quando a Geórgia enviou ao Concurso uma canção chamada *We Don't Wanna Put In*, em que o “Put In” fazia analogia ao nome de Vladimir Putin, primeiro-ministro russo. Como, no ano anterior, houve uma guerra entre Geórgia e Rússia pela Ossétia do Sul, os georgianos decidiram provocar a Rússia por meio da música. A tática política foi notada e a Geórgia desistiu de competir naquele ano. Em um cenário de conflito, como o vivido mais recentemente entre Arménia e Azerbaijão pela região de Nagorno-Karabakh, o produto midiático cumpre o papel de canal de transmissão de mensagens para toda a Europa, desde o final da Segunda Guerra Mundial.

Em 2003, a EBU lançou um *spin-off* do ESC para crianças: o *Junior Eurovision Song Contest* (JESC). No concurso, crianças de 9 a 14 anos de idade podem participar representando seu país, nos mesmos moldes do original. O JESC de 2022 foi realizado em Yerevan, capital da Arménia. O país obteve o direito de realizar o evento após a vitória no ano anterior com a artista Maléna e a música *Qami Qami*. O Concurso aconteceu nos dias 10 e 11 de dezembro, contou com a participação de 16 países e foi produzido pelo canal público arménio AMPTV.

A EBU, por meio da transmissão simultânea por emissoras públicas de diferentes países, pertencentes ou controladas por Estados, para transmitir o ESC, não só cria uma sensação de pertencimento entre os difusores paneuropeus e seus espectadores, como também cria uma plataforma midiática capaz de atingir vários países e até continentes ao mesmo tempo, podendo, assim, ser oportuna à difusão de ideias políticas e ideológicas, mesmo que no âmbito de um Concurso infantil. Por meio deste entendimento é possível compreender que a mídia cumpre um papel fundamental na criação de condições favoráveis à difusão da política externa dos Estados.

Para Hobsbawm (1990, p. 170), a Indústria Cultural ajudou na disseminação do nacionalismo, após a Primeira Guerra Mundial. Grandes eventos, como o ESC e campeonatos esportivos, ajudam

nesse movimento de projeção nacionalista. Um exemplo claro de como isso ocorre pôde ser observado durante a cobertura da imprensa arménia em alguns esportes durante os Jogos Olímpicos de 2016. De acordo com Bercito (2016), a rádio pública da Arménia dava especial ênfase às vitórias dos atletas arménios na luta greco-romana, principalmente, quando elas aconteciam em cima dos competidores turcos e azeris, por conta do Genocídio Arménio e da Guerra de Nagorno-Karabakh.

Dito isso, o presente trabalho pretende analisar a participação da mídia nas dinâmicas das relações internacionais, especialmente em situações de conflito. Em um ambiente de tensão fronteiriça, como no caso de Arménia e Azerbaijão, a presença do poder militar, por exemplo, representa a manifestação do que se compreende como *hard power*. Mas, o JESC, dada a sua natureza midiática (e seu apelo junto ao público infantil), constitui-se como um estratégico *soft power* (concepção que será discutida à frente). Mais precisamente, a disputa entre Arménia e Azerbaijão por Nagorno-Karabakh precisa de um olhar mais atento da academia, já que se trata de um conflito iniciado no século 20 e que permanece até os dias atuais, conforme pontuam Hopmann e Zartman (2013, p. 13).

2. O que é a guerra de Nagorno-Karabakh

O conflito entre Arménia e Azerbaijão por Nagorno-Karabakh coincide com as reformas promovidas por Mikhail Gorbachev dentro da União Soviética, a *glasnost*¹ e a *perestroika*². A *glasnost* foi a maneira encontrada pelos carabaques, em 1988, para iniciar a discussão de uma possível união da região à Arménia. Segundo

¹ *Glasnost* foi a abertura da liberdade de expressão dentro da União Soviética em relação à forma de governo e ao Partido Comunista.

² A *perestroika* foi um plano feito por Gorbachev para a reforma da economia soviética.

Melander (2001, p. 51), um dos motivos para o início do movimento, para os armênios de Nagorno-Karabakh, seria o pouco investimento que a região recebia do governo azeri. Mesmo com a pressão, Azerbaijão e União Soviética não aceitaram ceder a região de Nagorno-Karabakh à Arménia. Gorbachev considerava que o desejo da Arménia, caso concretizado, poderia causar instabilidade à União das Repúblicas Socialistas Soviéticas. Além disso, ele acreditava, de acordo com Melander (2001, p. 53), que a mudança fronteiriça descredibilizaria todo o processo de reformas iniciado por ele.

O estopim do conflito foi um confronto entre armênios e azeris que viviam em uma vila de Nagorno-Karabakh. A briga deixou cerca de 50 armênios feridos e dois azeris foram mortos a tiros por um policial de suposta origem arménia. No dia 27 de fevereiro de 1988, enquanto autoridades azeris e soviéticas davam a notícia do confronto no rádio, atentados contra azeris e armênios foram executados na cidade de Sumgait, no Azerbaijão. Vinte e seis armênios e seis azeris foram mortos neste conflito étnico. Após o caso de Sumgait, as hostilidades entre armênios e azeris continuaram por meses. No plano diplomático, a Arménia recorria, sem sucesso, às instâncias mais altas da União Soviética para obter a anexação de Nagorno-Karabakh a seu território.

A Arménia, entre 1992 e 1993, passou por crises econômicas internas causadas por sanções econômicas promovidas pelo Azerbaijão. Neste mesmo período, o Azerbaijão enfrentava problemas políticos internos e esses factos reduziram a beligerância do conflito, abrindo espaço para uma tentativa de cessar-fogo. Porém, os armênios aproveitaram-se da crise política azeri para, em 27 de março de 1993, lançar uma nova ofensiva à região de Kelbajar, no Azerbaijão. A ofensiva durou uma semana, com forte resistência do Azerbaijão, que teve seu território invadido na batalha. Porém, a resposta azeri não deu resultado e, uma semana após, a Arménia venceu o conflito. A batalha de Kelbajar resultou na primeira Resolução do Conselho de Segurança da ONU sobre a Guerra de Nagorno-Karabakh. A Resolução 822, de 30 de abril de 1993, pediu a saída das forças

da Arménia da região de Kelbajar e sua respetiva devolução ao Azerbaijão. A Rússia, igualmente aos outros países-membros votantes, manifestou-se pela aprovação da resolução.

De junho a agosto de 1993, a Arménia começou uma série de ofensivas que resultaram na tomada das regiões de Agdam, Fizuli, Jabrail e Zangilan. A ofensiva de Agdam gerou a Resolução 853, do Conselho de Segurança da ONU, em 29 de julho de 1993. Ela solicitava 14 pontos, dentre eles, a desocupação da região e de outras invadidas dentro do território azeri. A Resolução não teve vetos. Já a ofensiva em Fizuli gerou, segundo De Waal (2003), um dos maiores êxodos de refugiados da Europa desde o fim da Segunda Guerra Mundial até aquele momento, com quase 350 mil pessoas tendo que deixar suas casas.

Em outubro de 1993, Heydar Aliyev foi eleito presidente do Azerbaijão e permaneceria no cargo até sua morte, em 2003. A chegada de Aliyev ao poder coincidiu com a Resolução 874, do dia 14 de outubro, que solicitava cessar-fogo, reconhecia a região de Nagorno-Karabakh como pertencente ao Azerbaijão, além de outras recomendações. Outra Resolução com o mesmo teor, a 884, de 12 de novembro, também foi enviada aos beligerantes.

Em janeiro de 1994, após confrontos, parte da região de Fizuli foi devolvida ao Azerbaijão. Outras ofensivas foram feitas no mesmo mês pelos azeris, que conseguiram alguns avanços, mas foram travados pelo Exército da Arménia.

Em 05 de maio de 1994, representantes da Arménia, do Azerbaijão, da República de Nagorno-Karabakh e do Grupo de Minsk (criado para mediar o conflito) assinaram em Moscou o Protocolo de Bishkek, que significou o cessar-fogo da Guerra de Nagorno-Karabakh, após seis anos de disputas. Até então, Nagorno-Karabakh era, *de facto*, uma República, mas *de jure* a região continuou pertencente ao Azerbaijão.

Em 2020, o Azerbaijão iniciou uma forte ofensiva na região (a chamada Segunda Guerra de Nagorno-Karabakh), que durou 44 dias. O uso de equipamentos modernos, aliado à pandemia de COVID-19, fez o país recuperar o território perdido na Primeira Guerra de

Nagorno-Karabakh. Em setembro de 2023, o Azerbaijão fez uma incursão militar na região, gerando a Terceira Guerra, e recuperou totalmente a região. Praticamente a totalidade da população de origem armênia fugiu do território. A República de Artsakh, como era conhecida *de facto* Nagorno-Karabakh, durou até 1º de janeiro de 2024 após o acordo de cessar-fogo entre Azerbaijão e os separatistas.

3. *Soft power* e comunidades imaginadas no JESC

Cunhado por Nye (2004), o conceito de *soft power* discute o poder de dominância de um Estado sob o outro através da cultura. O processo é o inverso de *hard power*, pelo qual um Estado exerce poder sobre outros por meio de guerras e intervenções, impondo ameaças a fim de colocar um Estado em posição de inferioridade por meio de operações militares, por exemplo. O *soft power* utiliza fatores ideológicos, culturais e aspetos sociais para atrair sem coagir.

Parte do poder do JESC encontra-se na extensão do poder discursivo criado pelo evento principal. Anualmente, se reforça um discurso de que é possível derrubar as diferenças em prol de uma unidade europeia. Isso se assemelha ao conceito de comunidades imaginadas elucidado por Benedict Anderson (2008).

Jay (2023, p. 6) observa que os artistas do JESC, ao representarem Estados e não as suas subjetividades, entram no mecanismo da diplomacia cultural e da política global. Esse mecanismo leva os artistas a articular ou incorporar várias mensagens políticas de forma semelhante aos seus homólogos adultos. Mas o impacto das suas expressões políticas e o reconhecimento de que fazem expressões políticas são silenciados, pois, segundo a autora, definições mais amplas de crianças como “inocentes” evitam que sejam reconhecidas como tendo identidades e agências políticas. Esse processo exclui suas vontades e subjetividades. Entretanto, ao representarem Estados, as crianças passam a ser extensões de suas nações, tornando-se instrumento dos países participantes.

Anderson (2008, p. 32) acredita que nação é uma comunidade imaginada, pois os membros de um mesmo Estado jamais conhecerão, encontrarão ou ouvirão falar da maioria de seus pares, mesmo que haja em suas mentes a imagem de uma comunhão entre todos. Já a imaginação de uma comunidade, por sua vez, é concebida, segundo Anderson (2008, p. 34), sempre como uma profunda camaradagem horizontal. Todo o processo da comunidade imaginada cria a projeção do nacionalismo, um discurso ideológico forte.

Esse processo, de acordo com Martins (2002, p. 117), ganhou força na Europa e nos países asiáticos pertencentes à União Soviética após a dissolução desta última. Ainda segundo o autor, os Estados europeus pareciam incapazes de conter os movimentos nacionalistas, quando não os alimentavam, para usar seu poderio na instrumentalização política. A promoção do nacionalismo, como se vê, pode ser considerada um projeto de Estado para atender os interesses de quem esteja no poder. Além disso, as escolhas léxicas reforçam a ideologia por meio de comunidades imaginadas. Um exemplo é a União Europeia que, por diversas vezes, se apresenta como Comunidade Europeia. Isso acontece porque a noção de comunidade pressupõe homogeneização identitária, algo que não acontece em uma sociedade que tem a pluralidade como um de seus principais pilares.

A projeção do nacionalismo na Europa é um processo mais recente do ponto de vista histórico. Como aponta Anderson (2008, p. 261), o nacionalismo surgiu primeiro na América como uma ferramenta para afirmação dos primeiros Estados nacionais existentes no continente. Estados, estes, que queriam se separar das metrópoles europeias. O uso do termo “Novo Mundo” para se referir à América criava nos descendentes da elite espanhola no continente a consciência de uma comunidade paralela à Europa. Segundo Martins (2007, p. 117), essa projeção nacionalista europeia entra em choque com a tentativa de construir uma Europa unificada e a rejeição de um multiculturalismo dentro do continente.

A rejeição de uma união na Europa, como a promovida pelo ESC anualmente em seu show televisivo, traz sérias consequências à paz

na região. Historicamente, a Europa possui uma tendência a movimentos destrutivos de seu território por meio de guerras, destacando-se aí Primeira e Segunda Guerras Mundiais, que dizimaram milhões de pessoas e reordenaram o mapa do continente. Para evitar o fim completo da “civilização europeia”, é necessário evitar novos conflitos armados. Movimentos nacionalistas podem pôr em xeque a paz interna obtida pelos vários tratados feitos dentro da Europa e, conseqüentemente, reacender o poder autodestrutivo do continente.

4. Ideologia, identidade e nacionalismo no JESC

Ideologia é um processo de produção de ideias, crenças e valores com impacto na vida social e que cujo discurso está oculto, de maneira que o receptor não o observe. Para comprovar isso, Guilbert (2007) diz que o elemento principal no discurso ideológico é o sagrado dissimulado, isto é, a dissimulação e a racionalidade. O sagrado é o poder, aquilo que não se deve tocar, cabendo respeito. Para que exista o sagrado no discurso ideológico é necessário criar uma linha entre o que se deve dizer e o que é proibido ser dito. Segundo Figueiredo (2013, p. 100), lógicas afetivo-rationais, como o necessário, o provável, o possível e o verossímil sustentam o argumento ideológico. Dentro do sagrado dissimulado, existem duas vertentes de discursos: o sagrado mostrado e o sagrado constitutivo. O sagrado mostrado traz um elemento de legitimação que se revela de diferentes formas. Elas atingem pontos como a existência de Deus, a democracia, a nação e a vontade de opinião. Citando Thierry Guilbert, Figueiredo (2013, p. 98) diz que esses valores são comuns às pessoas (tanto em crenças individuais, quanto coletivas). O sagrado constitutivo é parecido com o mostrado. Porém, sua diferença está na forma em que é apresentado discursivamente, sendo reconhecido pela maioria como próximo à crença comum.

Uma dessas lógicas afetivo-rationais é o nacionalismo. Segundo Hobsbawm (1990, p. 159), o auge do princípio desta corrente aconteceu

após a Primeira Guerra Mundial. O nacionalismo foi usado para a construção de um Estado-nação e a união das pessoas. Essa união se transforma em identidade que, para Castells (2000, pp. 22-23), é estruturada e definida por instituições e organizações da sociedade. O autor apresenta três tipos de identidade: a identidade legitimadora, introduzida pelas instituições dominantes da sociedade para expandir e racionalizar a dominação em relação aos atores sociais; a identidade de resistência, criada por aqueles que se encontram em posições desvalorizadas e/ou estigmatizadas pela lógica da dominação; e a identidade de projeto, onde os atores sociais constroem uma nova identidade – a partir de materiais culturais ao alcance – capaz de redefinir sua posição na sociedade.

Antes de ser um concurso musical, o JESC é um programa de televisão e, como tal, possui especificidades em seu processo discursivo e ideológico, o qual é transmitido pela interconexão entre as dimensões verbal e não-verbal. A linguagem televisiva possui um regime de performatividade, segundo Soulages (2008), o qual atua como efeitos pretendidos de ficção, mostraçã o e espetáculo. O primeiro visa a criação de um mundo verossímil com a finalidade de provocar empatia (processo de identificação-projeção) por meio de técnicas oriundas do cinema. O segundo efeito procura construir enunciados da realidade sem passar a impressão de que existe a intermediação de um sujeito no ato de enunciação, passando a impressão de que a cena seria a “verdade” em si representada na tela sem filtros. Por fim, o espetáculo tem o objetivo de captar o interesse do receptor, atraí-lo, abolindo a cisão entre o universo espectral e o televisivo.

Por ser um programa de TV que envolve shows e votações, o JESC nada mais é que um espetáculo televisivo. Ao possuir três “capítulos” em uma semana, a atração é o principal elemento que une programa e espectador. Porém, ao permitir a votação do público, o JESC transita pela mostraçã o. Já em relação ao processo midiático na política internacional, Leonardo Valente (2007, p. 33) diz que as novas tecnologias da comunicação e a habilidade no gerenciamento da comunicação de massa são importantes para a ampliação e manutenção do poder

do Estado. Essa ideia vale tanto para o cenário local como para o internacional. O autor avalia que a comunicação não define, sozinha, as posições de poder, mas é elo importante para que elas sejam fortalecidas e até alteradas. Valente (2007, p. 44) diz que o uso da mídia como meio indireto de política externa (e podemos considerar a ideia válida também para a interna) tem como um dos grandes objetivos a transformação de inverdades em verdades, para a manutenção da ordem vigente e para o atingimento de interesses estatais. Com isso, é possível observar a ligação entre mídia e exercício de poder.

5. *Ethos*, Análise do Discurso Construtivista e atos de fala

A ideia de *ethos* na Análise do Discurso, de acordo com Charaudeau (2008, p. 117), é formada a partir de representações e identidades fornecidas em determinada realidade social, além de crenças pessoais ou de grupos, que podem levar à formação de estereótipos. Na ótica de Charaudeau, o destinatário da mensagem pode muito bem construir um *ethos* do locutor que este não desejou, como acontece na comunicação política. Isso é argumentado por Manin (1995), que desenvolveu a Teoria da Democracia de Público, em que as pessoas votam pela personalidade dos líderes. Diante do discurso político, o autor apresenta dois tipos de *ethé*: os de “credibilidade”, compostos pelos de seriedade, virtude, competência e transparência (o discurso de justificação); e de “identificação”, contendo os de potência, caráter, inteligência, humanidade, chefia e solidariedade. Além disso, algumas medidas de expressão e enunciação do discurso podem criar diferentes *ethé* no imaginário do receptor daquele discurso. Charaudeau (2008, p. 137) diz ainda que o *ethos* político é resultado de uma soma de expectativas das pessoas que, através de imaginários, atribuem valores a características pessoais. Com isso, os atores (Estados, representados por suas mídias, e público votante) podem ter visões alteradas (ou mantidas, dependendo da crença pessoal). Essa alteração pode ser feita pelos campos opinativo e/ou factual. Ainda segundo o autor,

a valorização do *ethos* político depende das circunstâncias, pois o ator político pode ganhar ou perder por conta da sua imagem projetada em determinado momento, além de levar as pessoas a aderir a um culto à personalidade do líder, e não às suas ideias.

Para Onuf (1998, p. 66), o discurso é um ato, que pode ser de fala ou de força. Onuf caracteriza como o ato de fala uma maneira que leve alguém a agir. Esses atos de fala são divididos em três: assertivos, diretivos e de compromisso. Os atos de fala assertivos podem afirmar algo, como uma informação, em termos gerais (também podendo ser chamados de princípios). Um exemplo para esse tipo de ato de fala são as instruções para operar aparelhos, por meio das quais você emite princípios para que o receptor saiba como agir e manusear um produto. Os atos de fala diretivos são imperativos. Ou seja, sua emissão é compreendida como uma ordem. A realidade social projetada nesse ato de fala implica ao agente o que ele deve fazer, de tal maneira que ele aja conforme o imperativo dado. Em uma situação de conflito armado, por exemplo, quando é dada a ordem “Atire!”, a ênfase da fala na exclamação ou a posição do ator emissor na situação determinam se a ordem foi compreendida como tal. Já os atos de fala de compromisso envolvem promessas que, emitida por um ator, o outro aceita. Ao prometer, o ator emissor admite que tal coisa prometida existe e pode ser alcançada.

Segundo Rios (2017), assim como um processo de interlocução linguístico, os atos de fala só se cumprirão caso outros atores respondam ao que ouvem. Independentemente a que categoria pertença um ato de fala específico, ele não tem implicações sobre situações futuras, exceto se o emissor da mensagem repetir frequentemente ao longo do tempo um ato de fala particular.

Os discursos emitidos nos atos de fala são aquilo que Mussalim e Bentes (2001) descrevem como o segundo nível da Análise do Discurso (AD-2). A AD-2 rompe com a estrutura da máquina discursiva, uma vez que considera a possibilidade de influência externa na produção dos discursos, que seriam mais conflitantes e menos estáveis. Na AD-2, os discursos são analisados através da formação discursiva

(FD), um conceito criado por Foucault que determinaria o que pode ou deve ser dito a partir de certo lugar social. De acordo com Lima (2012, p. 90), para se chegar à FD, é necessário descrever sistemas de dispersão entre os elementos do discurso e pesquisar a existência de regularidade entre eles. Nos casos em que entre certo número de enunciados houver semelhante sistema de dispersão e ainda for detectada uma regularidade foi encontrada a FD.

Com isso, os discursos provenientes da FD não são homogêneos e nem estruturas fechadas, já que suas condições de produção são contraditórias. O discurso se constitui, de acordo com Mussalim e Bentes (2001, p. 139), como um espaço constantemente invadido por elementos que vêm de outro lugar, de outras formações discursivas. Existe, então, uma divisão dentro da FD que separaria o que é do próprio discurso (interno a ele) e o que seria de fora (externo a ele). O discurso, nessa visão, incorpora outros discursos por confronto ou aliança. A AD-2 é considerada a visão construtivista do discurso, justamente por refletir uma realidade, mas que, depois de proferido o discurso, a realidade criada é mudada por meio das transformações promovidas discursivamente.

Além disso, a AD-2 é considerada a ideal dentro do arcabouço Construtivista por permitir ao discurso gerar ações concretas. Ao gerar essas ações concretas, a narrativa desenvolvida ganha importância material e legitimidade. A partir daí, estratégias textuais são adotadas por todos os atores sociais.

Para pensar na AD-2, é possível usar um recurso gráfico, o Quadro Tridimensional de Fairclough (2001). Neste Quadro, o Texto para Fairclough é o produto discursivo bruto, ou seja, é no quadro “Texto” que será inserido aquilo que será analisado discursivamente. Pode ser um facto, um discurso textual, uma imagem, um acontecimento ou qualquer outra coisa que possa ser analisada dentro do viés discursivo. A Prática Discursiva é o local onde são analisadas a produção (quem produziu e emitiu o discurso), distribuição (como esse texto foi distribuído e em quais modais) e o consumo textual (quem consumiu). Já a Prática Social analisa o local de distribuição do Texto.

A análise da Prática Social pode se assimilar à análise da Prática Discursiva, e até repeti-la, já que serão analisadas novamente a distribuição e o consumo do Texto. Entretanto, na Prática Social deve-se levantar como as pessoas receberão aquele discurso e os possíveis impactos que ele pode representar.

Para compreender as peculiares nuances da AD-2, é importante pensar no que diz Hansen (2006). Segundo a autora, a noção de intertextualidade da formação discursiva mostra como os textos constroem seus argumentos e sua autoridade por referência a outros textos. Este processo produz novos significados e representações inéditas, que o emissor do discurso sequer imaginava.

Outra questão da AD-2 é o contexto de produção discursiva. Foucault (2008) coloca que um fator definidor da produção dos discursos é o contexto histórico onde ele se insere. Por meio das características de determinado contexto é que os discursos seriam produzidos. Com isso, o discurso não seria neutro, formando uma identificação clara com algo que já existe.

Para o Construtivismo, o discurso não é apenas uma representação do mundo, mas também uma maneira de lhe dar significado, através da construção de diversas formas de significação e realidades. Para Fairclough (2001, pp. 90-92), a palavra discurso deve ser pensada como uma representação social, onde o ator social constrói ao mesmo tempo sua identidade e age na formação do mundo e dos outros atores.

6. Metodologia

Este trabalho analisa a exibição televisiva do Junior Eurovision 2022, que foi ao ar no dia 11 de dezembro de 2022, com duração de duas horas, 25 minutos e 37 segundos. Por meio da Análise Tridimensional de Fairclough, foram analisadas imagens apresentadas contendo: características visuais que se conectassem aos aspectos nacionalistas da Arménia e aos da Guerra; presença de citações referentes, de forma

evidente ou subliminar, ao conflito; factos envolvendo o evento e o conflito.

No âmbito da Análise do Discurso leva-se em consideração a teoria dos atos de fala de Onuf (1998) para entender se os discursos projetados são de fala ou de força e qual o papel do JESC na mediação das relações entre Arménia e Azerbaijão no contexto pós-guerra da época.

7.A projeção da guerra de Nagorno-Karabakh no JESC 2022

Sendo o primeiro grande evento pós-Segunda Guerra de Nagorno-Karabakh e pós-Pandemia na Arménia, o governo do país investiu 11 milhões de euros na realização do evento no Complexo Karen Demirchyan. Em um processo de geração identitária e, sobretudo, nacionalista, as cores nacionais (amarelo, azul e vermelho), além do roxo (que simboliza o Genocídio Arménio), apareciam em todas as artes, vinhetas e *postcards* do evento. O reforço da identidade nacional é um efeito importante para a retomada da confiança do cidadão nacional em seu país, principalmente após a derrota em uma guerra. Pensando no Diagrama Tridimensional de Fairclough, o *Texto* é o programa do JESC exibido no dia 11 de dezembro de 2022, seus elementos visuais, performáticos e discursivos. A *Prática Discursiva* foi criada pela TV pública da Arménia e transmitida pelas emissoras dos países participantes do Concurso e pela internet, além de ser também reproduzida pela EBU e consumida por espetadores da Europa e de outros continentes, através de canais internacionais e da internet. A *Prática Social* acontece pelo alcance da mensagem em países da Europa, Ásia e em outros continentes por meio da internet. Pessoas com conhecimento prévio do conflito, que estejam vivendo nos Estados beligerantes ou que conheçam os símbolos nacionais arménios podem observar as projeções imagéticas presentes, mesmo que a Guerra não tenha sido citada durante o show.

Para o processo de Comunidade Imaginada, como proposto por Anderson (2008), o reforço da identidade nacional e do nacionalismo

é fundamental, já que, independentemente do local geográfico onde o cidadão arménio encontra-se, é possível identificar aqueles símbolos e sentir-se pertencente. O mesmo vale para a diáspora local e os habitantes de Nagorno-Karabakh de etnia arménia. Ao avaliar os atos de fala, o programa gerou-os de forma assertiva, ao trazer informações (ainda que visuais) a respeito da nacionalidade arménia. Durante todo o programa, a bandeira arménia apareceu no grafismo, no palco e em elementos visuais. Ao analisar o minuto 08:45, é possível perceber a formação da bandeira do país. A aparição da bandeira se deu pela união das suas três cores (vermelho, azul e amarelo). As cores isoladas não significam nada para o observador, mas ao serem unidas na horizontal formam o estandarte nacional, criando significado para quem consome, recebendo a informação nacionalista. O uso do roxo nas luzes do palco e da arena, que simboliza o Genocídio Arménio, reforçam a informação visual acerca de um episódio específico sob a perspectiva arménia.

Este reforço também apareceu em um brinquedo símbolo do país: o pião arménio, que fez parte da identidade do evento e foi vendido posteriormente como *merchandising*. O produto foi manufaturado e pintado no país.

Do ponto de vista discursivo, a Guerra poderia ter mais projeção caso o Azerbaijão tivesse participado do Concurso, o que não aconteceu. O país participou em 2021, mas decidiu não participar da edição realizada em Yerevan. Não houve explicação do motivo da não participação, mas em um contexto de guerra é possível pensar que, mesmo em um evento infantil, todas as tensões de um conflito (que já são potencializadas pelo ESC e pelo JESC) poderiam ser reforçadas pelo Concurso de 2022. Mesmo que, em uma perspectiva positivista, a *Eurovision Family of Events* tenha como pressuposto a independência política, é difícil imaginar que isso de facto aconteça, já que os artistas representam países – e não suas carreiras. Em uma guerra, o soldado no *front* representa seu país e não seus desejos. O mesmo acontece na Eurovisão. No final da apresentação, aquele artista representa a bandeira de seu país. A ausência do Azerbaijão

não foi algo que aconteceu por acaso, mas foi o reforço das tensões da Guerra entre o país e a Arménia. Nesse processo, no qual, no mundo ideal, a EBU deveria intervir para garantir a participação azeri, não houve movimento da entidade para tal.

Além da não participação, cidadãos com cartões de créditos emitidos por bancos do Azerbaijão tiveram a compra de ingressos bloqueada pelo sistema da empresa *Tomsarkgb*, responsável pelas vendas de bilhetes do JESC 2022. Da mesma forma, a imprensa azeri também teve credenciais negadas para a cobertura do evento, o que constitui atos de fala diretivos, pois são ordens que devem ser cumpridas.

O impedimento de cidadãos azeris no evento encontra explicações em Guilbert (2007). Afinal, em um ambiente de guerra, a crença comum arménia achará melhor evitar possibilidades de brigas e conflitos em um ambiente seguro para crianças do que permitir a exposição de menores de idade ao conflito. Por esse motivo, há a projeção de sagrado constitutivo e atos de fala diretivos.

Do ponto de vista do *hard power*, crianças de Nagorno-Karabakh convidadas pelo governo arménio para assistir ao JESC em Yerevan foram impedidas após o evento de retornar às suas casas durante dias, em Stepanakert (Khankendi) e outras cidades da região, devido ao bloqueio azeri ao trânsito de pessoas e veículos no Corredor de Lachin, ligação entre o território e a Arménia. Pensando no Diagrama Tridimensional de Fairclough, o *Texto* é o processo de produção do JESC 2022. A *Prática Discursiva* foi criada pela TV pública da Arménia, pelo governo da Arménia e pelo governo do Azerbaijão, e consumido pelas populações locais. A *Prática Social* acontece pelo impacto das ações nas crianças atingidas pelo bloqueio, bem como no campo militar, que praticou aquele ato de fala diretivo, impedindo o acesso dos jovens às suas casas.

Ao longo do programa, não houve citações diretas à Guerra de Nagorno-Karabakh, mas os pedidos de paz (no geral) apareceram no show, sem deixar de evidenciar as tensões militares não apenas no Cáucaso, mas também na Eurásia, por ocasião da Guerra Rússia-

-Ucrânia de 2022³, em determinados momentos de forma sutil e em outros de maneira explícita. Todo o processo de projeção pode ser classificado nos conceitos de ficção e mostração propostos por Soulages (2008).

É possível observar que o programa de televisão não reproduziu imagens simbólicas do conflito, mas trouxe reproduções nacionalistas a todo momento. Parte das reproduções nacionalistas são alicerçadas no Genocídio Arménio e na necessidade de fortalecer internamente o Estado arménio em meio ao conflito com o Azerbaijão. Mesmo não trazendo a reprodução simbólica do conflito armado na emissão do JESC 2022, há reprodução de imagens diplomáticas caras ao Estado arménio dentro da esfera midiática ofertada pelo JESC, como o Monte Ararat aos 26:19, que pertence ao território da Turquia (país parceiro do Azerbaijão no conflito), mas que é reivindicado até hoje pelo lado arménio.

A reprodução do conflito de Nagorno-Karabakh no JESC 2022 aconteceu, mas nos bastidores, seja através do impedimento da participação de azeris no show ou da retenção das crianças arménias no Corredor de Lachin pelo bloqueio do Azerbaijão. Se o ESC é importante instrumento de *soft power* nas Relações Internacionais da Europa (Rios, 2017), o JESC 2022 mostra que os eventos *Eurovision* têm grande potencial para seguir como o show mais conhecido no continente europeu. O JESC 2022 se mostrou um grande instrumento de *soft power* para reforçar o nacionalismo arménio por meio da cultura e das crianças. Mas, algo importante é que o JESC 2022 foi utilizado como *hard power*, já que intervenções diplomáticas, económicas e militares foram feitas entre os dois beligerantes do conflito de Nagorno-Karabakh, reproduzindo as tensões da guerra.

Isso abre uma discussão importante: como a mídia consegue reproduzir conflitos armados dentro de sua própria esfera? Mesmo a EBU

³ Do ponto de vista de classificação de um conflito, a invasão da Ucrânia pela Rússia é considerada uma guerra, já que – conforme a definição do Departamento de Pesquisa em Paz e Conflito (UCDP) da Universidade de Uppsala – é duelada por dois Estados constituídos e foram registradas mais de 1.000 mortes em um ano.

afirmando que a *Eurovision Family of Events* é apolítica, são países competindo e sendo votados nos eventos (e não empresas públicas de televisão), reproduzindo todas as tensões fronteiriças existentes na Europa. A possibilidade de países (e não empresas) competirem é o que gera interesse de muitos Estados pela competição, transformando a arena midiática em espaço de manobra para política externa. A ausência do Azerbaijão no evento realizado em Yerevan, por exemplo, é uma clara demonstração de que é possível que os conflitos armados repercutam em eventos como este de maneira evidente.

8. Conclusão

É inegável que a Arménia utilizou o JESC de 2022 para reforço de mensagem ideológica e nacionalista, seja através das cores, *postcards* ou exibição de paisagens do país. O JESC 2022 foi excelente *soft power* não apenas ao país-sede, mas para os participantes, pois o uso de crianças quebra tensões de conflitos justamente pelo *ethos* da inocência infantil, por mais que a Guerra fosse uma realidade à época entre Arménia e Azerbaijão.

Para que a ideologia funcione, é necessário que ela passe pelo receptor da mensagem de maneira dissimulada, sem que seja percebida. No caso da Guerra, bastava que o receptor tivesse conhecimento a respeito do conflito e a questão do reconhecimento para que a projeção de ideologia fosse anulada no nascedouro. Analisando por este ponto discursivo, a estratégia da Arménia foi falha. Porém, analisando pela questão do nacionalismo e, principalmente, pela projeção de comunidades imaginadas, a Arménia obteve sucesso com o evento. Afinal, o projeto funcionou conforme seu desenho para representar uma força do país diante das dificuldades impostas pelo conflito de 44 dias.

Além disso, com base em conhecimentos prévios do receptor, ele enxergará a afirmação arménia pelas evidências artísticas e visuais que o evento traz. O JESC 2022 conseguiu possivelmente reproduzir,

de forma efetiva, o conflito armado entre Arménia e Azerbaijão por Nagorno-Karabakh. Mesmo que a emissão em direto não tenha dado grande espaço ao conflito, a ausência do Azerbaijão (que participou em 2021) no concurso é uma mensagem clara de que a Guerra existia até então.

Todo esse esforço político-ideológico só pode ser realizado no JESC por ele ter se transformado em uma plataforma midiática relevante para os Estados emitirem suas mensagens, mesmo que isso seja contra as regras, ressalte-se.

Referências

- Anderson, B. (2008). *Comunidades Imaginadas: reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo*. Companhia das Letras.
- Castells, M. (2000). *O poder da identidade*. Paz e Terra.
- Charaudeau, P. (2008). *Discurso Político*. Contexto.
- De Waal, T. (2003). *Black Garden: Armenia and Azerbaijan Through Peace and War*. NYU Press.
- Fairclough, N. (2001). *Discurso e mudança social*. Editora UnB.
- Figueiredo, I. (2013). *Imaginários Sociodiscursivos Sobre a Surdez: análise Contrastiva de Discursos do Jornal Visual a Partir da Produção e da Recepção*. UFMG.
- Foucault, M. (2008). *A Arqueologia do Poder*. Editora Forense Universitária.
- Guilbert, T. (2007). *Le discours idéologique ou la force de l'evidence*. L'Harmattan.
- Hobsbawm, E. (1990). *Nações e nacionalismos desde 1780*. Paz e Terra.
- Hopmann, T. & Zartman, I. (2013). *Nagorno Karabakh: Understanding Conflict*. Johns Hopkins University.
- Jay, Z. (2023). "Be Creative, Be Friends and Share Cultural Experiences": Genre, Politics, and Fun at the Junior Eurovision Song Contest. *International political sociology*, 17(4), Article olad019. <https://doi.org/10.1093/ips/olad019>
- Junior Eurovision Song Contest*. (11 de dezembro de 2022). *Junior Eurovision Song Contest 2022 – Live Show – Yerevan, Armenia – #SpinTheMagic* [Vídeo]. YouTube. <https://www.youtube.com/watch?v=XS7AhDpz61c>
- Lima, J. (2012). Michel Foucault e as Regularidades Discursivas: algumas reflexões. *NEARCO*.
- Manin, B. (1995). As metamorfoses do governo representativo. In *Revista Brasileira de Ciências Sociais (RBCS)*.
- Martins, E. (2002). *Relações Internacionais: Cultura e Poder*. Instituto Brasileiro de Relações Internacionais.
- Melander, E (2001). *The Nagorno-Karabakh Conflict Revisited: Was the War Inevitable?*. *Journal of Cold War Studies*.

- Mussalim, F. & Bentes, A. (2001). *Introdução à Linguística 2: Domínios e Fronteiras*. Cortez Editora.
- Nye, J. (2004). *Soft Power: the Means to Success in World Politics*. Public Affairs.
- Onuf, N. (1998). Constructivism: a user's manual. In: V. Kubáľková, V. & Onuf, N. & Kowert, P. *International Relations in a constructed world*. M. E. Sharpe.
- Rios, R. (2017). *Mídia e Política Externa: a extensão do Conflito de Nagorno Karabakh no Eurovision Song Contest*. PUC Minas.
- Soulages, J. (2008). *Instrumentos de análise do discurso nos estudos televisuais*. Nova Fronteira
- Valente, L. (2007). *Política Externa na Era da Informação*. Revan.
- Waltz, K. (1979). *Theory of International Politics*. Addison-Wesley.

(Página deixada propositadamente em branco)

**MAPEAMENTO DA DISTRIBUIÇÃO DE CONTEÚDO
JORNALÍSTICO ATRAVÉS DE PLATAFORMAS
SOCIAIS POR PORTAIS DE NOTÍCIAS DO
INTERIOR DE SANTA CATARINA**

**MAPPING THE JOURNALISTIC CONTENT
DISTRIBUTION THROUGH SOCIAL MEDIA
PLATFORMS BY NEWS OUTLETS IN THE
INTERIOR OF SANTA CATARINA**

Ricardo Luiz Aoki

Universidade Federal de Santa Catarina
ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-2431-6400>

Rita de Cássia Romeiro Paulino

Universidade Federal de Santa Catarina
ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-3020-7091>

Marcos César da Rocha Seruffo

Universidade Federal do Pará
ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-8106-0560>

Resumo: Essa pesquisa parte da identificação de portais de notícias do interior do estado de Santa Catarina, Brasil, com intensa distribuição de conteúdo em plataformas sociais digitais por meio de seus próprios perfis oficiais. O mapeamento se deu a partir da aplicação de um questionário enviado a 265 portais de notícias catarinenses, dos quais se obteve 74 respostas. Os resultados demonstraram que a maioria dos jornais das pequenas localidades não tem mais operação impressa e 100% dos respondentes utilizam o *Facebook* para postar notícias locais e o *WhatsApp* para distribuí-

-las.. A produção de conteúdo exclusiva para o *Facebook* é uma prática em 77% desses veículos, sendo o *WhatsApp* responsável por 67,16% do tráfego do site de notícias. Há casos de portais que chegam a ter até 14x mais seguidores em suas redes sociais do que o número de habitantes da localidade onde estão sediados. Esses números, inclusive, influenciam a geração de receitas por meio da publicidade: os anunciantes preferem investir em veículos com mais seguidores em ambientes digitais. Os gestores dos portais responderam que o *Facebook* é responsável por 81,54% dos acessos aos sites dos portais e que o *WhatsApp* viabiliza 46,15% desses acessos, a partir do envio de *links*.

Palavras-Chave: Distribuição de notícias; *WhatsApp*; Jornalismo; Grupos de *WhatsApp*; Plataformas Sociais.

Abstract: The research aims to identify news portals in the interior of the state of Santa Catarina (Brazil) that have a strong presence in distributing content on social platforms through their social profiles. The mapping was done through an open questionnaire divided into 32 questions sent to 265 news portals in Santa Catarina. A total of 74 questionnaires were responded to. The results demonstrated that most newspapers in small localities no longer operate in print, and 100% of them use Facebook to post local news. WhatsApp is the primary content distributor for these news outlets, as indicated by 67.16% of respondents who consider it responsible for most website traffic. Exclusive content production for Facebook is a practice followed by 77% of these outlets. Advertisers prefer to invest in advertising on platforms with a more significant digital following. Some portals have up to 14 times more followers on their social platforms than the number of residents in their location. Portal managers reported that Facebook accounts for 81.54% of website access, while WhatsApp contributes to 46.15% of access. The analysis suggests that part of the Facebook-generated traffic is realised through links shared via WhatsApp. It is evident that Meta, the owner of Facebook,

Instagram, and WhatsApp, monopolises news distribution for these news portals. The analysis reveals that over 85% of the access generated on the participants' websites comes from a Meta brand.

Keywords: News distribution, WhatsApp, Journalism, WhatsApp groups, Social Platforms.

Introdução

A crise sanitária, social, económica e política gerada pela pandemia de COVID-19 impactou, por conta das ondas de desinformação, uma indústria jornalística já em crise. As redes sociais digitais, em especial o *WhatsApp*¹, são os principais meios de proliferação de notícias fictícias, teorias da conspiração e conteúdos manipulados e descontextualizados, motivo que fez com que a Organização Mundial da Saúde (OMS), em fevereiro de 2020, alertasse para a existência de uma infodemia sobreposta à pandemia (Salaverria et al., 2020). Os grandes veículos de comunicação ganharam credibilidade no início da pandemia, pois o público buscou, principalmente na TV, a informação pertinente sobre a nova doença. Casero-Ripolles (2020) verificou que entre os cidadãos norte-americanos houve um aumento de confiança de 3% nos noticiários da TV aberta e cerca de 9% nos noticiários da TV por assinatura, enquanto as redes sociais ganharam 6% de credibilidade com relação ao período anterior à pandemia, saltando de 58% para 64%. O autor relata que a percepção de notícias falsas divulgadas nas plataformas sociais aumentou em 25% após o início da pandemia. Ou seja, 57% das pessoas entenderam que as redes sociais são um foco de disseminação da desinformação.

Deuze e Witschge (2016) já vinham alertando sobre a reorganização dos ambientes de trabalho, a fragmentação das redações e a ubiquidade das tecnologias. O foco das pesquisas dos autores sempre esteve nos

¹ As informações referentes ao *WhatsApp* foram retiradas do site CanalTech que mantém uma categoria exclusiva para noticiar as atualizações do aplicativo: <https://canaltech.com.br/empresa/whatsapp/>

jornais do ‘grande perímetro’, como os autores nomeiam aqueles que estão no centro geopolítico ou numa esfera pública de grande relevância. Entretanto, a organização proposta pelos autores não contempla as empresas jornalísticas nativas do meio digital ou que migraram para o mesmo e que tem sua atuação em ‘pequenos perímetros’. Ou seja, aqueles veículos de imprensa microrregionais ou regionais que atuam em cidades com populações bem menores que as capitais ou cidades polos e que tem a proximidade como diferencial jornalístico.

Neste estudo se trabalhará com o conceito de portais de notícias, ou seja, empresas jornalísticas que têm o ciberjornalismo de proximidade como método de relação com os leitores. Aqui considerados os meios que utilizam o ciberespaço para investigar, produzir e, sobretudo, difundir conteúdos jornalísticos referentes a um determinado território e/ou comunidade (Jerónimo, 2015, p. 12). Dessa forma, sempre que o termo “portais de notícias” for usado, se está falando de empresas jornalísticas de regiões interioranas que utilizam, não apenas um *website* para publicar notícias, mas, sim, de uma gama de ferramentas tecnológicas para produzir e difundir conteúdo noticioso para sua comunidade.

Outro fator importante é o temporal. É necessário situar que este estudo foi feito durante a pandemia de COVID-19 e muitos procedimentos que as empresas jornalísticas já vinham experimentando de forma ponderada, foram potencializados de forma desorganizada (Figaro et al., 2020). Sendo assim, são reflexos da pandemia no jornalismo praticado nos portais de notícias as mudanças estruturais que ainda não estão totalmente entendidas pelas pesquisas acadêmicas da área.

O objetivo deste trabalho foi fazer um mapeamento das plataformas sociais de portais de notícias de pequeno e médio porte, que são situados geograficamente fora de grandes centros de relevância ou, como dizem os autores Deuze e Witshge (2016), fora deste grande perímetro onde a maioria dos jornalistas atua.

Partiu-se da hipótese de que o *WhatsApp* se tornou o principal meio de distribuição de notícias dos veículos de notícias interioranos. A principal questão foi entender qual plataforma social digital os

gestores dos portais de notícias mais utilizam, e se eles percebem que o *WhatsApp* é o principal meio de difusão da produção de notícias do portal.

O Whatsapp como propulsor económico de Portais de notícias do interior de Santa Catarina

O Estado de Santa Catarina fica na Região Sul do Brasil e tem 295 municípios que agregam uma população de pouco mais de 7 milhões de pessoas. Apenas 32 cidades têm mais de 50 mil habitantes e 200 cidades têm menos de 15 mil moradores.

Entretanto, o jornalismo feito no interior ou de proximidade é aquele que Barbosa (2002) diz se distinguir principalmente pela atuação segmentada e pela relação direta estabelecida entre comunidade e conteúdo. Este tipo de jornalismo é o que Camponez (2002, como citado em Silva, 2023, p. 24) considera que tem um forte compromisso com o território e com as pessoas que com ele se relacionam, geográfica ou afetivamente.

O conceito de portal de internet surgiu em meados da década de 90 e a ideia era ser um local por onde se começava a ação do internauta. Teixeira (2002, p. 41) em um dos estudos pioneiros de portais de notícias no Brasil, argumenta que a estratégia inicial era que grandes sites reunissem um volumoso número de visitantes acessando o endereço por um longo período. A autora também relata que provavelmente, em 1999, o jornal *The Washington Post* foi o primeiro a ter um portal de notícias.

Segundo Teixeira (2002, p. 44), no Brasil, o surgimento dos portais se deu dentro de empresas jornalísticas. E o primeiro modelo foi criado em 1995 pelo *Jornal do Brasil*. No imaginário popular brasileiro, um portal da internet remete rapidamente ao conteúdo de notícias e nas cidades do interior os ‘portais’ regionais são de empresas jornalísticas.

Esse modelo de negócios ainda existe. No entanto, a partir da ascensão das Plataformas Sociais Digitais (PSD) como *Facebook*,

Instagram, *WhatsApp* e buscadores como *Google*, os portais de notícias passaram a perder receita e a depender desses sistemas para sobreviver. Aoki (2021, p. 40) analisa que os grandes portais de notícias se acostumaram a controlar o financiamento de suas operações e por isso lutam para manter a precificação da notícia.

Os portais de notícias do interior aprenderam a utilizar as PSDs como recurso para criar relevância em suas comunidades locais e assim manter vivo o financiamento da operação jornalística. Aoki (2021) relata que o jornalismo desses locais se tornou dependente das PSD e que esses sistemas servem como farol para captar receita, porque a relação de proximidade e quantidade de seguidores tem apelo na hora do fechamento de anúncios e ações comerciais nessas empresas jornalísticas.

O modelo de negócio dos portais de notícias está fortemente estabelecido na proximidade com seus territórios. Entretanto, pode-se afirmar que o conceito de “portal de notícias” estabelecido por Teixeira (2002) já não pode ser mais utilizado. Hoje, o grande volume de conteúdo está concentrado nas plataformas da *Meta*, com o *WhatsApp* sendo o principal distribuidor de notícias publicadas nos sites das empresas jornalísticas.

Se, no início da operação dos portais de notícias, eles buscavam agregar muito conteúdo e faziam a transposição de suas práticas do papel para a internet, com a evolução do que Pedro Jerónimo (2015, p. 12) chama de Ciberjornalismo de Proximidade, esse tipo de veículo passou a utilizar somente a internet e emprega o ciberespaço para investigar, produzir e, sobretudo, difundir conteúdos jornalísticos referentes a um determinado território ou comunidade. Nesta pesquisa, não se entra nos detalhes da produção ou dos conceitos de Ciberjornalismo, pois o foco é entender para onde vai essa produção feita no ciberespaço.

O ciberespaço jornalístico hoje é composto não apenas por um website, jornal ou mídia online como defendido por Bastos (2011, como citado em Jerónimo, 2015, p. 12). Esse espaço é dominado quase que exclusivamente pelas PSD da *Meta*, ou seja, os portais de

notícias são veículos que utilizam principalmente o *WhatsApp*, *Facebook* e *Instagram* para difundir sua produção noticiosa.

Essa imbricação gera um novo modelo de portais de notícias que agregam todos os suportes tecnológicos existentes. Esses veículos necessitam das PSD para sua sobrevivência e os números do presente estudo, bem como outra análise mais profunda (Aoki, 2023) demonstra que, sem *WhatsApp*, *Facebook* e *Instagram*, a maioria dos portais de notícias do interior não conseguiria se manter com as portas abertas.

Pimenta (2022, p. 22) argumenta que os portais de notícias do interior utilizam *paywalls* e *crowdfunding* para se manterem viáveis. Entretanto, o autor analisa esse aspecto no interior de Portugal. No Brasil, os gestores dos portais locais têm certa aversão em cobrar pelo acesso aos seus sites. Aoki (2023, p. 141) analisa que os acessos aos sites do interior catarinense provêm basicamente do fluxo gerado pelas PSD, em especial pelo *WhatsApp* que gera cerca de 50% dos visitantes de um portal de notícias, podendo chegar em 80% dependendo do horário da publicação.

Metodologia

Para realizar essa pesquisa utilizamos como fonte de dados os cadastrados nos portais do Atlas da Notícia (2022) e da Associação dos Jornais do Interior de Santa Catarina (1981) e pesquisa própria realizada no *Google*. Foram listados 265 portais de notícias divididos pelas 11 regiões metropolitanas de Santa Catarina. O foco foi identificar portais de notícias do interior do Estado de Santa Catarina (Brasil) com forte presença na distribuição de conteúdo em plataformas sociais em seus próprios perfis sociais.

A seleção da amostra considerou alguns critérios como a localização do portal de notícias em relação à capital Florianópolis. Entretanto, a região metropolitana da capital catarinense tem 22 municípios que, pelas características regionais, na sua maioria são de pequeno porte e dependem economicamente da capital. Esses municípios possuem

portais de notícias locais que se enquadram na pesquisa pois, apesar de estarem próximos da capital, produzem apenas notícias locais.

Para não gerar dúvidas é preciso esclarecer que as rádios e pequenas TV locais que possuem *websites* e distribuição de conteúdo em plataformas sociais digitais foram incluídas na pesquisa. Entretanto, foi mensurado exclusivamente o que esses veículos publicam em suas PSD e não em seus canais de rádio e televisão.

O questionário foi desenvolvido na plataforma *Survey Monkey*. A escolha foi feita com base na quantidade de dados a serem coletados na pesquisa e pelos mecanismos da plataforma, que garantem o sigilo do respondente.

O questionário enviado contou com um total de oito páginas e 32 perguntas e ficou aberto para receber respostas do dia 22 de junho de 2022 ao dia 11 de agosto de 2022 sendo enviado por e-mail ou *WhatsApp* para 265 portais de notícias. Entre os que responderam, 97 (36,6%) concordaram em participar e 1 (0,37%) declarou não desejar participar da pesquisa. Dos 97 respondentes, excluimos um total de 21 (7,92%) questionários que foram entregues em branco ou que não foi possível identificar o jornal ao qual pertencia a resposta. Também foram excluídos dois questionários duplicados. Ao final da triagem consideramos 74 questionários que foram respondidos de forma completa ou com quantidade satisfatória de respostas.

Contabilizamos o questionário onde o participante respondeu não querer participar. Dessa forma a amostra contabilizou um total de 75 respondentes ou 28,30% do total de questionários enviados. Entretanto, a totalização não considerou o questionário não respondido.

A região com maior número de questionários enviados foi o Contestado com um total de 41 questionários (15,47%) e a menor foi o Alto Vale do Itajaí com 11 questionários (4,15%) e que também foi a única que não houve nenhuma resposta. A distribuição dos questionários consta na Tabela 1. O envio do questionário se deu por meio dos contactos dos proprietários dos jornais ou do jornalista responsável.

Tabela 1*Relação de Portais de Notícias que receberam o questionário da pesquisa*

Região Metropolitana	Municípios	População	Qtd. de veículos*	Questionários válidos
Extremo Oeste	49	339.482	17	4
Chapecó	32	481.091	21	9
Contestado	45	532.775	41	9
Lages	23	355.799	31	5
Norte-Nordeste Catarinense	26	1.400.128	24	6
Alto Vale do Itajaí	28	295.201	11	0
Vale do Itajaí	16	809.072	34	7
Foz do Rio Itajaí	9	672.298	31	13
Grande Florianópolis	22	1.189.947	19	5
Tubarão	19	388.472	9	2
Carbonífera	26	611.229	27	14
Totais	295	7.075.494	265	74 ²

Para analisar os dados coletados utilizamos a Análise de Redes Sociais (ARS) que é parte de uma abordagem para analisar relações sociais, como explica Recuero (2017):

por não ser exclusivamente um método, mas uma abordagem na visão dos grupos sociais, a opção pela ARS pressupõe a percepção do grupo social como uma rede e de sua análise através de determinadas premissas metodológicas, que trataremos a seguir. A ideia que embasa os estudos das estruturas sociais é aquela de que os indivíduos, os atores sociais, estão inseridos em estruturas complexas de relações com outros atores. Essas estruturas têm um papel fundamental no comportamento e na visão de mundo desses indivíduos, mais do que outras categorias muitas vezes tomadas a priori como mais importantes, como classe social, sexo ou idade (Degenne & Forsé, 1999; Wasserman & Faust, 1994, como citado em Recuero, 2017, p. 9).

² O questionário onde o respondente não aceitou o TCLE não consta na totalização da tabela, pois ao não aceitar o TCLE o questionário foi encerrado sem a identificação do veículo.

Dessa forma, buscamos entender a partir de nossa amostra como os gestores dos portais de notícias gerenciam esses grupos sociais, em especial os grupos formados no *WhatsApp*, utilizados para envio de notícias.

Dados Socioeconômicos

A primeira parte do questionário contou com 13 questões de enquadramento socioeconômico das e dos participantes. Com relação a idade, compararam-se os dados obtidos nesta pesquisa com os do Perfil do Jornalista Brasileiro de 2021 (Pantoja Lima et al., 2022). Com as devidas limitações do tamanho da amostra, em algumas faixas os números são equivalentes.

Nos resultados do estudo realizado para a elaboração do Perfil do Jornalista Brasileiro (Pantoja Lima et al., 2022) com 3.100 profissionais, os jornalistas estão divididos em três categorias: os jovens, entre 18 e 30 anos, que representam 29% dos profissionais; os experientes, de 31 e 40 anos, que reúnem 30,3%; os de meia-idade, entre 41 e 64 anos, que representam 35,8%; e os que estão acima dos 64 anos, que são 5%. O comparativo desses dados com a amostra dessa pesquisa podem ser observados na Tabela 2.

Onde existe a maior concentração de profissionais os números são próximos, ou seja, na faixa dos 18 a 30 anos. A amostra utilizada para a elaboração deste estudo e o Perfil do Jornalista Brasileiro (Pantoja Lima et al., 2022) estão praticamente empatados em termos percentuais. Também existe proximidade entre as outras faixas de idade, entretanto, os números próximos validam a amostra da pesquisa por estarem dentro de uma faixa razoável de proximidade.

Tabela 2*Comparativo do mapeamento com o Perfil do Jornalista*

Idade	Mapeamento	Porcentagem	Perfil do Jornalista Brasileiro	Porcentagem
Entre 18 e 22	2	2,70	151	4,9
Entre 23 e 30	19	25,67	747	24,1
Entre 31 e 40	28	37,83	938	30,3
Entre 41 e 50	15	20,27	558	18,0
Entre 51 e 64	7	9,45	551	17,8
Acima de 64	3	4,05	155	5,0
Total	74	100,00	3.100	100,0

Nota. Tabela elaborada com dados obtidos pelos autores e extraídos do Perfil do Jornalista Brasileiro (Pantoja Lima et al., 2022, p. 220)

Quanto à formação dos profissionais entrevistados, a maioria dos 97 participantes da pesquisa são diplomados em jornalismo (58,11%). A comparação com o Perfil do Jornalista Brasileiro mostra uma diferença grande, pois 94,1% (2.849) dos 3.100 entrevistados tem formação em jornalismo.

Com relação ao total de respondentes, verificou-se que 25,68% atuam há menos de cinco anos. Outros 21,62% têm entre seis e dez anos de atuação e 20,27% dos profissionais estão entre os 16 e os 20 anos de atuação. Os que têm de 11 a 15 anos somam 16,22% e os que têm mais de 20 anos de atuação e formação correspondem a 16,22%.

Dos 45 participantes que disseram ser formados em Jornalismo, destaca-se que 40 deles cursaram faculdades particulares ou comunitárias da Associação Catarinense das Fundações Educacionais (ACAFE). Apenas dois são formados em universidade pública e um participante não respondeu à pergunta.

Plataformas Utilizadas para Distribuir Conteúdo

Buscou-se entender quais plataformas sociais os veículos utilizam para distribuir conteúdo. Nessa parte da pesquisa apresentamos apenas os números sem relacioná-los a determinado portal. Dessa forma, entende-se que os dados de cada participante serão preservados.

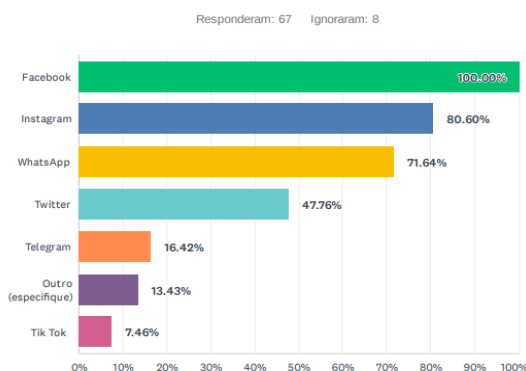
Perguntou-se quais plataformas sociais o portal utiliza para distribuir seu conteúdo. Essa pergunta recebeu 67 respostas sendo que oito ignoraram a pergunta conforme o Gráfico 1. Cada participante pode responder mais de uma plataforma utilizada. Todos (100%) utilizam o *Facebook*. Em seguida, o *Instagram* é utilizado por 54 (80,6%) e o *WhatsApp* por 48 (71,64%). Ou seja, as três plataformas da *Meta* são as preferidas. O *Twitter* é utilizado por 32 (47,76%), o *Telegram* por 11 (16,42%) e o *Tik Tok* por cinco (7,46%). Sete respostas (13,43%) indicaram que utilizam ainda outras plataformas, tendo o *Youtube* tido 5 respostas positivas, o *LinkedIn* 3, o *Hello* duas e o *Tumblr* uma.

Um total de 35 (47,29%) respondentes divulgaram seus grupos de *WhatsApp*, menos da metade do total. A coleta dos *links*, provavelmente, foi prejudicada no questionário enviado e respondido por dispositivos móveis. Alguns respondentes relataram tal dificuldade em “colar” o *link* no campo do formulário.

Gráfico 1

Plataformas utilizadas para distribuir conteúdo

P15 Quais plataformas o portal utiliza para distribuir conteúdo?

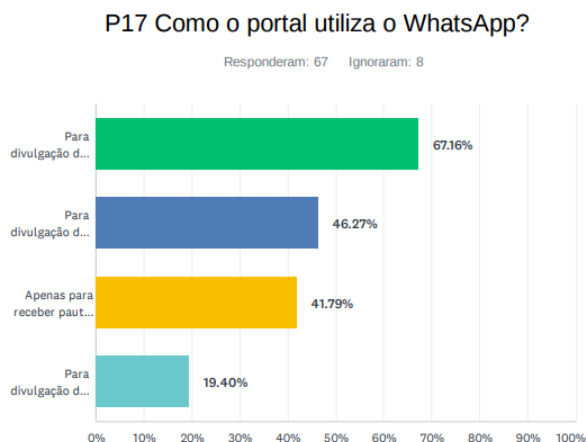


OPÇÕES DE RESPOSTA	RESPOSTAS	
Facebook	100.00%	67
Instagram	80.60%	54
WhatsApp	71.64%	48
Twitter	47.76%	32
Telegram	16.42%	11
Outro (especifique)	13.43%	9
Tik Tok	7.46%	5
Total de respondentes: 67		

Perguntou-se como o portal utiliza o aplicativo do *WhatsApp* no dia a dia da redação. No total, 67 (89,33%) participantes responderam essa pergunta e oito (10,66%) ignoraram. Entre os que responderam, 45 (67,16%) dizem que usam o aplicativo para divulgação de notícias com *link* para o portal. Para 31 (46,27%) o *WhatsApp* é utilizado para divulgação de notícias nos grupos do próprio portal. Utilizam apenas para receber pautas e contatos comerciais foi a resposta de 41,79% (26) e 19,40% (13) dizem que usam para divulgar notícias com *link* para outra rede social. A pergunta possibilitou que o participante respondesse mais de uma vez, por isso os números somam mais de 100%.

Gráfico 2

Utilização do WhatsApp pelos portais pesquisados



OPÇÕES DE RESPOSTA	RESPOSTAS
Para divulgação de notícias com link para o portal	67.16% 45
Para divulgação de notícias nos grupos do portal do próprio WhatsApp	46.27% 31
Apenas para receber pautas e contatos comerciais	41.79% 28
Para divulgação de notícias com link para outra rede social	19.40% 13
Total de respondentes: 67	

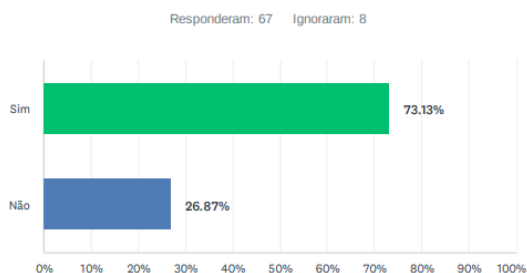
Os grupos de *WhatsApp* não são unanimidade como prática de distribuição de conteúdo pelos portais de notícias do interior. Dos 67 participantes que responderam essa questão, a manutenção de

grupos para envio de conteúdo é prática de 49 (73,13%) e os que não utilizam o *WhatsApp* para tal tarefa são 18 (26,87%). Entretanto, a maioria dos portais diz que distribuiu seu conteúdo pelo aplicativo, conforme o Gráfico 3.

Gráfico 3

Manutenção de grupos de WhatsApp para envio de conteúdo

P18 O portal mantém grupos de WhatsApp para envio de conteúdo aos leitores?



OPÇÕES DE RESPOSTA	RESPOSTAS	
Sim	73.13%	49
Não	26.87%	18
TOTAL		67

Durante o período da pesquisa nenhum grupo de *WhatsApp* estava aberto para comentários dos leitores. Os grupos funcionam como bancas de jornais que deixam o jornal aberto para se ler as manchetes. A diferença é a interação de consumo, pois na banca é preciso comprar o jornal enquanto que nos grupos de *WhatsApp* geralmente o *link* leva para a notícia completa. A maioria dos portais respondeu que não modera o conteúdo. No entanto, vale ressaltar, que todos os grupos de *WhatsApp*, dos jornais, não permitem interação entre leitores.

Apenas 12 (16%) portais mantêm listas de transmissão para envio de notícias. Dessa forma, não aprofundamos a pesquisa nesse quesito, tendo em vista que as listas são gerenciadas a partir dos contactos que o proprietário do telefone tem em sua agenda.

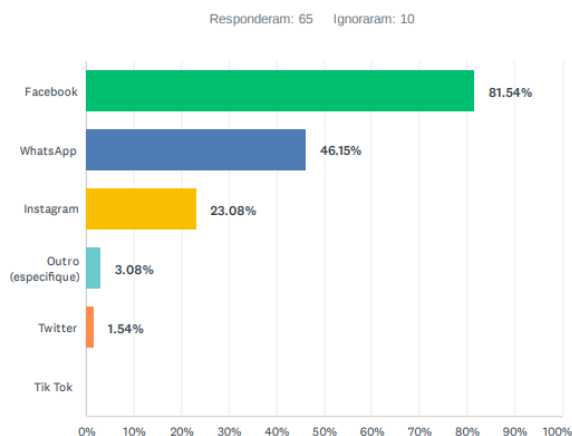
Retorno Financeiro ou de Engajamento

Essa parte da pesquisa foi dedicada a entender o retorno financeiro ou de engajamento que a distribuição das notícias nas plataformas sociais gera aos veículos. A primeira pergunta, tentou entender qual plataforma gera mais acessos ao site do portal. Os participantes puderam escolher mais de uma opção, conforme é no Gráfico 4.

Gráfico 4

Plataformas que geram mais retorno

P23 Das plataformas utilizadas anteriormente, qual gera mais retorno em acessos ao site do portal?



OPÇÕES DE RESPOSTA	RESPOSTAS	
Facebook	81.54%	53
WhatsApp	46.15%	30
Instagram	23.08%	15
Outro (especifique)	3.08%	2
Twitter	1.54%	1
Tik Tok	0.00%	0
Total de respondentes: 65		

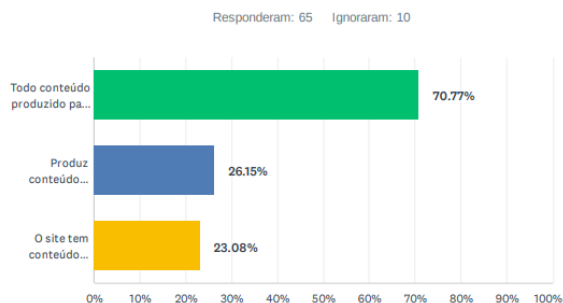
As plataformas da *Meta*, mais uma vez, se mostram como as mais utilizadas e as que geram maior retorno aos portais. O *Facebook* ficou em primeiro lugar, com 81,54% (53), em seguida o *WhatsApp* com 46,15% (30) e o *Instagram* com 23,08% (15). O *Tik Tok* não teve

menções e *Youtube* e *LinkedIn*, juntas, somaram 3,08% (02). O *Twitter* ficou com apenas 1,54% (01).

Gráfico 5

Lógica de publicação de conteúdo nas plataformas sociais dos jornais participantes

P24 Qual é a lógica de publicação de conteúdo nas plataformas sociais?



OPÇÕES DE RESPOSTA	RESPOSTAS	Porcentagem
Todo conteúdo produzido para o site também é publicado nas redes sociais	46	70,77%
Produz conteúdo exclusivo para redes sociais que não é publicado no site	17	26,15%
O site tem conteúdo exclusivo que não é publicado nas redes sociais	15	23,08%
Total de respondentes: 65		

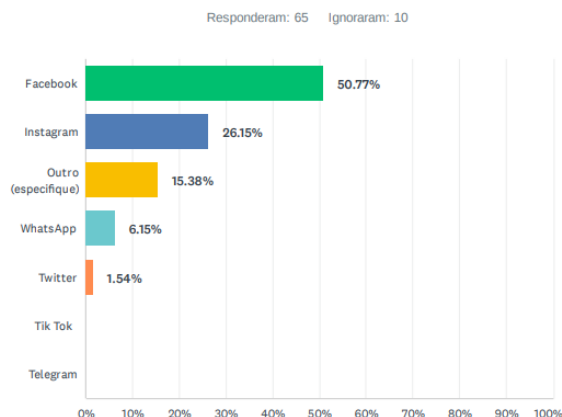
A lógica de distribuição dos conteúdos é um fator importante e percebeu-se que é praxe postar todo conteúdo publicado no site em suas plataformas sociais. Publicar todo conteúdo foi a resposta de 46 (70,77%) dos 65 respondentes desta questão. A produção de conteúdo exclusivo para plataformas sociais é utilizada por 17 (26,15%) e ainda se identificou veículos que produzem conteúdo exclusivo para o site, que não é publicado nas plataformas sociais.

Para aos portais que produzem conteúdo exclusivo para redes sociais, foi identificado que as plataformas da *Meta* (*Facebook* e *Instagram*) atendem a 76,92% (50) delas. O *WhatsApp* nesse caso foi citado por apenas 4 (6,15%) pessoas.

Gráfico 6

Produção de conteúdo exclusivo para redes sociais

P25 Caso o portal produza conteúdo exclusivo para redes sociais, qual é a plataforma preferida para publicação?



OPÇÕES DE RESPOSTA	RESPOSTAS	
Facebook	50.77%	33
Instagram	26.15%	17
Outro (especifique)	15.38%	10
WhatsApp	6.15%	4
Twitter	1.54%	1
Tik Tok	0.00%	0
Telegram	0.00%	0
TOTAL		65

Análise dos Seguidores das Plataformas Sociais

Na Tabela 4 listamos um *ranking* a partir da coluna de seguidores no *WhatsApp*, organizado de forma crescente. As colunas três, quatro, cinco e seis seguem os seguidores do mesmo portal.

O veículo com mais seguidores nos grupos de *WhatsApp*, em 30 de setembro de 2022, era o Click RDC, situado em Chapecó, com 21.504 seguidores. Em seguida, A Gazeta de São Bento do Sul com 9 mil seguidores e, em terceiro, o BCNotícias de Balneário Camboriú com 7 mil seguidores.

O portal com mais seguidores no *Instagram* é o EderLuiz.com.vc de Joaçaba com 111 mil seguidores. O Melhores Publicações de

Araranguá ficou em segundo com 87 mil seguidores e o Click RDC de Chapecó tinha 84.400, no fechamento da pesquisa.

O *Facebook* é a plataforma de preferência dos portais para distribuir conteúdo. Quatro portais se destacam por terem mais de 250 mil seguidores cada um. O portal da Rádio Atual FM de Concórdia com 292 mil seguidores, o portal A Sua Voz de Pinhalzinho, com 272 mil seguidores, Canal Ideal de Xanxerê com 267 mil e o portal São Joaquim Online de São Joaquim na Serra Catarinense, com 265 mil seguidores.

Os números do *Facebook* merecem alguns destaques. A Atual FM tem um portal de notícias e por se tratar de uma rádio com bom alcance na região, se justifica o número de seguidores. O Grupo A Sua Voz provém de uma cidade com 20 mil habitantes, ou seja, o *Facebook* do grupo tem em número de seguidores (270 mil) cerca de 14 vezes o número de habitantes da cidade. Já o portal São Joaquim Online, que fica em São Joaquim com população de pouco mais de 27 mil habitantes, tem em número de seguidores 10 vezes mais que o número de moradores da cidade. O Canal Ideal, por sua vez, foca as publicações em conteúdo de vídeo da região de Xanxerê e o jornalismo do dia a dia é o grande carro chefe do portal.

No *Twitter* o destaque é o Portal da Ilha de Florianópolis com 15 mil seguidores e no *Tik Tok* o Penha Online da cidade de Penha tem 2500 seguidores. Nesses casos vale salientar que o *Twitter* é pouco utilizado pelos portais pesquisados e a maioria está desatualizada. O *Tik Tok* é um fenômeno mais recente e o portal Penha Online tem um trabalho consistente de notícias na plataforma, com a ideia de publicar rapidamente o que o repórter encontra pela rua. Entretanto, ainda não é uma praxe, pelos números dessa pesquisa, a utilização do aplicativo pelos portais de notícias. Obviamente, que no momento da publicação desse estudo, esse cenário pode ser outro.

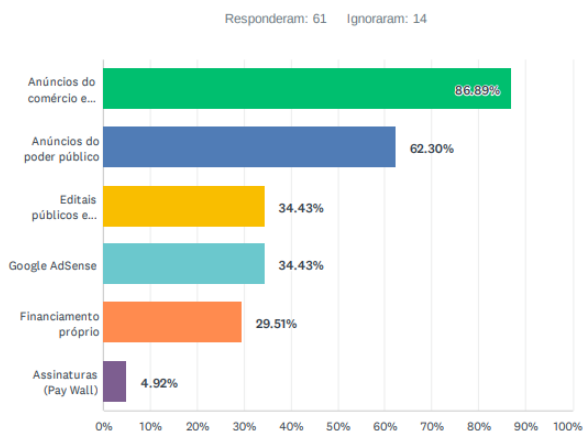
Financiamento da Operação Jornalística

Segundo Costa (2014), o financiamento do jornalismo é uma discussão antiga e parte do pressuposto de que o bom jornalismo sempre foi subsidiado de alguma forma. Os subsídios que o jornalismo recebe, indireta ou diretamente, na maior parte das vezes provêm de anúncios. Muitos autores têm discutido esse modelo de financiamento, como no já clássico texto *Jornalismo Pós-Industrial: adaptação aos novos tempos* de Anderson, Bell e Shirky (2013). Entender como as organizações jornalísticas adquirem recursos no ecossistema atual é um desafio, principalmente quando falamos dos portais de notícias do interior.

Gráfico 7

Fonte do financiamento dos portais pesquisados

P28 O financiamento da operação jornalística provém de quais fontes?



OPÇÕES DE RESPOSTA	RESPOSTAS
Anúncios do comércio e serviços	86.89% 53
Anúncios do poder público	62.30% 38
Editais públicos e publicação legal	34.43% 21
Google AdSense	34.43% 21
Financiamento próprio	29.51% 18
Assinaturas (Pay Wall)	4.92% 3
Total de respondentes: 61	

Os anúncios do comércio e serviços locais são a principal fonte de financiamento para 53 (86,89%) dos veículos participantes da pesquisa. O dinheiro público, provindo dos anúncios do poder público, representa 62,30% (38) da receita principal de 38 portais. Já os editais públicos e publicações legais representam 34,43% (21). Aqui vale ressaltar que existe uma diferença entre os anúncios do poder público e as publicações legais, tendo em vista que a segunda categoria é referente a publicização de atos obrigatórios previstos em lei. O *Google AdSense* é uma fonte de financiamento para 21 (34,43%) dos portais de notícias pesquisados.

No total, 61 participantes da pesquisa responderam à questão, sendo que 33 (54,10%) tem os anúncios como fonte de financiamento mais relevante. Os anúncios do poder público são a fonte mais relevante para 10 (16,39%) e a segunda para 17 (27,87%) dos portais. O financiamento próprio é o quarto em relevância para 15 (24,59%), ficando atrás das publicações legais que são a terceira fonte para 19 (31,15%). Entretanto, na média ponderada os recursos próprios têm mais relevância.

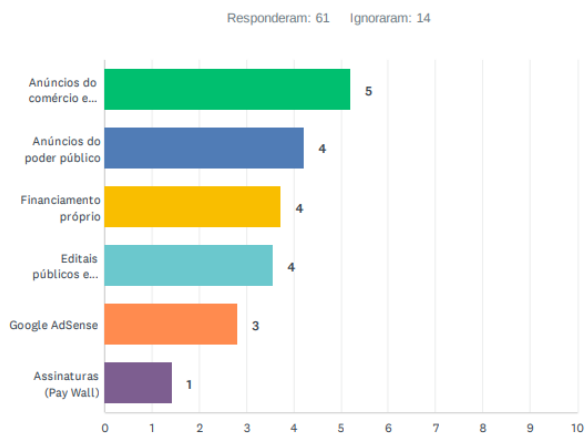
Um dado que deve ser aferido em pesquisas futuras é o financiamento próprio que foi a resposta de 18 (29,51%) participantes. Não foi possível identificar exatamente que tipo de modelo de negócios possibilita o financiamento com recursos próprios. Os participantes foram questionados sobre qual a fonte de financiamento é a mais relevante para o negócio (Gráfico 8). Os anúncios providos do comércio são os mais relevantes (5,21), seguidos pelos anúncios do poder público (4,23), financiamento próprio (3,74), editais públicos e publicação legal (3,57), *Google AdSense* (2,82) e o *Paywall* (1,41).

O *Google AdSense* é o quinto em relevância para 27 (44,26%) dos entrevistados e as assinaturas são a primeira opção para apenas um portal pesquisado com 1,64% e a grande maioria o considera o sistema de financiamento com a menor relevância.

Gráfico 8

Fonte de financiamento mais relevante para os participantes da pesquisa

P30 Qual a fonte de financiamento mais relevante para o negócio? (Em ordem de importância)



	1	2	3	4	5	6	TOTAL	PONTUAÇÃO
Anúncios do comércio e serviços	54.10% 33	24.59% 15	14.75% 9	3.28% 2	1.64% 1	1.64% 1	61	5.21
Anúncios do poder público	16.39% 10	27.87% 17	26.23% 16	24.59% 15	1.64% 1	3.28% 2	61	4.23
Financiamento próprio	14.75% 9	21.31% 13	14.75% 9	24.59% 15	21.31% 13	3.28% 2	61	3.74
Editais públicos e publicação legal	4.92% 3	14.75% 9	31.15% 19	31.15% 19	18.03% 11	0.00% 0	61	3.57
Google AdSense	8.20% 5	11.48% 7	8.20% 5	13.11% 8	44.26% 27	14.75% 9	61	2.82
Assinaturas (Pay Wall)	1.64% 1	0.00% 0	4.92% 3	3.28% 2	13.11% 8	77.05% 47	61	1.43

A maioria dos entrevistados considera que as plataformas sociais ajudam a captar anúncios (Gráfico 9). São 51 (80,33%) entrevistados os que consideram que redes sociais com grande número de seguidores têm influência na hora do anunciante decidir fechar um pacote de publicidade em determinado portal.

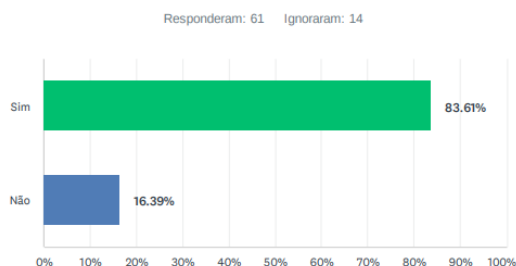
A última pergunta do questionário foi discursiva. Perguntou-se sobre o ponto de vista dos gestores sobre a importância das redes sociais digitais para a sobrevivência do portal. Essa questão foi respondida por 62 participantes e consideramos que 40 (64,51%) consideram as plataformas sociais essenciais para a sobrevivência financeira do

portal. Quatro respostas (6,45%) responderam que não, e um total de 18 (29,03%) participantes responderam de forma inconclusiva.

Gráfico 9

Capital Social para captar anúncios

P29 Na sua percepção, os anunciantes consideram a quantidade de seguidores do portal, nas plataformas sociais, para decidir se anunciam no veículo?



OPÇÕES DE RESPOSTA	RESPOSTAS	
Sim	83,61%	51
Não	16,39%	10
TOTAL		61

Conclusão

O estado de Santa Catarina tem 295 municípios, sendo que apenas dois têm mais de 500 mil habitantes e somente 13 têm mais de 100 mil habitantes. A maior parte das cidades catarinenses têm menos de 15 mil habitantes (203 cidades). Entretanto, identificou-se por meio desta pesquisa que o estado tem 265 portais de notícias distribuídos pelos seus municípios.

Constatou-se que o interior catarinense tem uma cobertura jornalística considerável se contarmos apenas os portais das cidades pequenas, ao exemplo de Araranguá (SC), no sul de Santa Catarina. A cidade tem pouco mais de 69 mil habitantes, mas possui oito portais de notícias no seu território, ou seja, um para cada 8 mil habitantes.

As cidades menores também têm seus veículos de comunicação como Abdon Batista (2,5 mil habitantes), Capinzal (23 mil habitantes),

Piratuba (3,6 mil habitantes), Palmitos (16 mil habitantes), Nova Trento (15 mil habitantes), Balneário Gaivota (11 mil habitantes), etc. Sendo que neste último, o *Jornal da Praia*, tem cinco vezes mais seguidores em suas plataformas sociais que os moradores da cidade.

A maioria dos jornais das localidades pequenas não tem mais operação impressa. Mas, todos utilizam o *Facebook* e o *WhatsApp* para postar notícias locais. Os gestores desses veículos responderam que o *Facebook* é a plataforma preferida para publicar notícias. Entretanto, para 67,16% dos participantes é o *WhatsApp* o responsável pela geração de tráfego no portal de notícias. Por isso os portais mantêm vários grupos de *WhatsApp* para a difusão da produção.

Constata-se que as plataformas da *Meta* centralizam a distribuição do conteúdo. Mesmo os portais que têm um canal de vídeo no *Youtube*, como seu produto principal, focam em distribuir seu conteúdo nos produtos do concorrente de plataformas sociais digitais. Praticamente 77% dos participantes produz conteúdo exclusivo para o *Facebook* e *Instagram* e apenas 6,15% fazem o mesmo para o *WhatsApp*.

Essa produção de notícias e conteúdo nas plataformas sociais tem um objetivo que é conquistar capital social em suas comunidades. Os anúncios no site dos portais representam 86,89% do financiamento da operação jornalística dos portais de interior. É nítido que os anunciantes buscam aqueles veículos com muitos seguidores em suas redes sociais, para direcionar os recursos de publicidade. Entretanto, é necessário realizar novos estudos que possam corroborar essa afirmação.

Com essa dependência na distribuição de conteúdo, é possível supor que alguns problemas podem ocorrer no futuro caso uma dessas plataformas sociais digitais venha a ser descontinuada ou crie funções *premium* para cobrança de envio em massa de mensagens. Ideia que está em fase de testes beta no *WhatsApp Business*.

Manter funções gratuitas por um tempo, até que milhões de usuários fiquem reféns dessa função e após isso iniciar a cobrança é tática comum para empresas como *Google* e *Meta*. Costa (2014, p. 23)

relata que o *Google* dinamitou o negócio dos classificados. O autor também analisa que o *Facebook* canibalizou os anúncios da mídia tradicional na *web*. O exemplo são os classificados do *Facebook*, que eram gratuitos e minaram uma das principais fontes de recursos dos jornais e, após isso, se aplicou taxas para o usuário anunciar.

O jornalismo precisa se antever a essas mudanças, para não ter mais fontes de financiamento suprimidas pelas plataformas sociais digitais. A alta dependência de sistemas de plataformas sociais, pode, da noite para o dia, encerrar a operação de diversos veículos de imprensa.

Observamos que os grupos de *WhatsApp* são menos importantes que o *Facebook* ou *Instagram* quando se fala no capital social que os portais buscam em suas comunidades. Para a maioria dos gestores entrevistados é o *Facebook* quem gera mais retorno financeiro para seus negócios. Pois, é nessa plataforma que possíveis anunciantes conseguem aferir o número de seguidores que o portal possui. Apesar de ser possível aferir o número de membros nos grupos de *WhatsApp*, essa informação não é tão óbvia para quem participa dos grupos de notícias.

Um fator que se identificou foi a distribuição do conteúdo entre as redes sociais. Quase 20% dos entrevistados divulgam notícias com *link* para outra rede social. Não mensuramos o porquê dessa distribuição. Estudos futuros podem tentar entender qual seria a lógica de enviar o *link* de uma notícia para que o leitor acesse a rede social do jornal e não o site.

Outra possibilidade de análise que pode ser estudada futuramente seriam grupos de *WhatsApp* de portais de notícias, que ficam abertos para comentários. Nem um grupo estava aberto para comentários no período da pesquisa, pelo facto do período eleitoral no Brasil, durante a realização desse levantamento. Entretanto, é possível que existam grupos que foram abertos após as eleições e que podem sugerir outros caminhos de pesquisa.

Essa pesquisa foi realizada durante a transição para a Lei Geral de Proteção de Dados no Brasil (LGPD) (2018), promulgada em 14 de

agosto de 2018. Dessa forma, muitas questões sobre o envio de mensagens (pelo jornal) e adesão aos grupos de *WhatsApp*, pelos leitores, tem nova regulamentação que não foram apuradas neste estudo e que podem ser um novo viés de pesquisas.

Identificou-se que 29,51% dos portais de notícias participantes da pesquisa têm financiamento próprio. Ou seja, o dono do veículo é quem financia o funcionamento da operação jornalística. Esse é um fator que merece ser melhor entendido em novos estudos. Entender qual modelo de negócios desses veículos pode dar pistas valiosas sobre como é produzido o conteúdo, em cidades de pequeno porte. Esses jornais são mantidos para o proselitismo de grupos políticos? Chauí (2012) há muito tempo alerta que empresas como bancos, indústrias, fabricantes de armamentos tem adquirido, mundo afora, jornais, revistas, serviços de telefonia, rádios e televisões, portais de internet, etc.

Nos parece pertinente supor que portais de notícias do interior, que funcionam com dinheiro do dono, existam apenas para produzir fenômenos contrários à democracia. É o que Alberto Dines chamou de “coronelismo eletrônico” (como citado em Chauí, 2012), que é a forma privatizada das concessões públicas de canais de rádio e televisão, concedidos a parlamentares e *lobbies* privados. Entretanto, seria necessário realizar uma pesquisa para identificar se esse “coronelismo eletrônico” se apossou de Grupos de *WhatsApp* e perfis sociais digitais, de jornais do interior, como uma forma de legitimar o discurso de grupos empresariais e de poder locais.

Finalmente, espera-se que esta pesquisa possa auxiliar gestores de portais de notícias do interior em como distribuir o conteúdo de forma eficiente. Obviamente que o ecossistema das redes sociais digitais é mutável e exige adaptações constantes. Essa pesquisa demonstra como a gestão da distribuição de informação ainda é confusa por parte dos portais de notícias do interior. O que nota-se é que os gestores não têm clareza de onde provêm os acessos de seus portais, e que os modelos de negócio dessas empresas precisam estar em constante adaptação.

Referências

- Atlas da Notícia. (2022, 11 de março). *Mapeando o jornalismo local no Brasil*. <https://www.atlas.jor.br/>
- Anderson, C. W., Bell, E., & Shirky, C. (2013). *Jornalismo pós-industrial: adaptação aos novos tempos*. Espm.
- Aoki, R. L. (2023). *Como o jornalismo do interior de Santa Catarina absorveu o WhatsApp nas suas práticas e se tornou refém do aplicativo para distribuir sua produção durante a pandemia de Covid-19*. UFSC. Acesso em 20 de junho de 2023, disponível em <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/249955>
- Aoki, R. L. (2021). Os portais de notícias do interior catarinense durante a pandemia de Covid-19. Em R. R. Longhi, *Jornalismo e plataformação: abordagens investigativas contemporâneas* (pp. 37-58). Insular.
- Associação dos Jornais do Interior de Santa Catarina. (2022). <https://institucional.adjorisc.com.br/>
- Barbosa, S. (2002). *Jornalismo digital e a informação de proximidade: o caso dos portais regionais, com estudo sobre o UAI e o iBabia*. Recurso On-line. Disponível em: <http://bocc.ubi.pt/pag/barbosa-suzana-portais-mestrado.html>. Acesso em: 10 mar. 2024.
- Casero-Ripollés, A. (2020). *Impact of Covid-19 on the media system: Communicative and democratic consequences of news consumption during the outbreak*. *El Profesional de La Información*, 29(2), 1-12. <http://dx.doi.org/10.3145/epi.2020.mar.23>.
- Chauí, M. (2012, September 3). *Marilena Chauí fala sobre o poder da mídia – Fundação Perseu Abramo*. Fundação Perseu Abramo. <https://fpabramo.org.br/2012/09/03/marilena-chauí-fala-sobre-o-poder-da-mídia/>
- Costa, C. T. (2014). *Um modelo de negócio para o jornalismo digital: como os jornais devem abraçar a tecnologia, as redes sociais e os serviços de valor adicionado*. *Revista de Jornalismo Espm*, 52-115. Retrieved from http://www.omercadodenoticias.com.br/wp-content/uploads/um-modelo-de-negocio-para-jornalismo-digital_caio_tulio_costa.pdf
- Deuze, M., & Witschge, T. (2016). *O que o jornalismo está se tornando*. *Parágrafo*, 4(2), pp. 1-21.
- Figaro, R., et al. (2020). *Como trabalham os comunicadores em tempos de pandemia de Covid-19?* Eca-Usp. Recuperado de http://www2.eca.usp.br/comunicacaoetrabalho/wp-content/uploads/Relat%C3%B3rio_Executivo_Covid19_CPCT2020-2.pdf
- Jerónimo, P. (2015). *Ciberjornalismo de Proximidade: Redações, jornalistas e notícia online*. LabCom.IFP. Recuperado de <http://repositorio.asc.es.edu.br/handle/123456789/1702>
- Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD). (2018). <https://www.gov.br/mds/pt-br/aceso-a-informacao/governanca/integridade/campanhas/lgpd>
- Pantoja Lima, S., Mick, J., Nicoletti, J., Visibeli Barros, J., Paes Henriques, R., Augusto Moliani, J., Patrício, E., Henrique Pereira, F., & Zacarioti, M. (2022). *Perfil do Jornalista Brasileiro 2021: Características sociodemográficas, políticas, de saúde e do trabalho* (p. 220). Quorum Comunicações. <https://perfildojornalista.paginas.ufsc.br/files/2022/06/RelatorioPesquisaPerfilJornalistas2022x2.pdf>
- Pimenta, J. (2022). *Ciberjornalismo de proximidade: Análise dos sites Jornal do Fundão, Médio Tejo, Região de Leiria e Sul Informação*. Universidade do Porto. Acesso em 09 de março de 2024, disponível em <https://repositorio-aberto.up.pt/bitstream/10216/144112/2/582587.pdf>

- Recuero, R. (2017). *Introdução à Análise de Redes Sociais Online*. Edufba.
- Salaverría, R., Buslón, N., López-Pan, F., León, B., López-Goñi, I., & Erviti, M.-C. (2020). *Desinformación en tiempos de pandemia: tipología de los bulos sobre la Covid-19. Profesional De La información, 29*(3). <https://doi.org/10.3145/epi.2020.may.15>
- Silva, M. B. (2023). *O Jornalismo de Proximidade no Digital do Porto Canal*. Universidade do Porto. Acesso em 10 de janeiro de 2023, disponível em <https://repositorio-aberto.up.pt/bitstream/10216/151406/2/635669.1.pdf>
- Teixeira, P. F. (2002). *Usabilidade e exercício de jornalismo dentro do formato portal no Brasil (Dissertação de mestrado)*. Escola de Comunicação e Artes, Universidade de São Paulo, São Paulo, Brasil. Recuperado de <https://www.bocc.ubi.pt/pag/teixeira-pollyana-exercicio-do-jornalismo.pdf>, Acesso em 10 de março de 2024.

(Página deixada propositadamente em branco)

**O COMBATE À DESINFORMAÇÃO: UM DOS
PRINCIPAIS DESAFIOS DOS COMUNICADORES DE
CIÊNCIA NO BRASIL E EM PORTUGAL**

**FIGHTING DISINFORMATION:
ONE OF THE MAIN CHALLENGES FOR SCIENCE
COMMUNICATORS IN BRAZIL AND PORTUGAL**

Claudia Irene de Quadros

Universidade Federal do Paraná

ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-1322-8971>

Anabela Gradim

Universidade da Beira Interior

ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-6968-1957>

RESUMO: De que modo os comunicadores de ciências combatem a desinformação? Para responder a esta questão, analisamos o conteúdo dos perfis na plataforma *Instagram* da Rede de Comunicação de Ciência e Tecnologia de Portugal (@ScicomPt.oficial) e da Rede Brasileira de Jornalistas e Comunicadores de Ciência (@RedeComCiencia). A desinformação, considerada o mal do século (UNESCO, 2021; Jorge 2023), tem gerado danos à sociedade com o aumento da circulação de informações falsas, notícias fraudulentas e discursos nocivos. A caracterização da desordem informacional vem sendo bastante discutida (Wardle & Derakhshan, 2017; Starbird et al., 2019; Dourado, 2023), na tentativa de combater a desinformação. Este estudo, de caráter quantitativo e qualitativo, analisou 520 *posts* publicados entre 1º de janeiro de 2018 e 18 de maio de

2023, coletados durante o mês de maio de 2023. Para a extração dos dados de ambos os perfis, utilizamos a ferramenta *CrowdTangle*, por meio das seguintes palavras-chave: desinformação; *fake news*; *fakenews*; checados; checagem; pós-verdade. A pesquisa documental complementa este estudo, que evidencia algumas estratégias para combater a desinformação: eventos, cursos de formação para jornalistas e comunicadores de ciência e projetos, para que as pessoas possam reconhecer notícias falsas.

Palavras-Chave: Comunicadores de ciência; Desinformação; Divulgação científica; Redes Sociais; Comunicação Pública

Abstract: How do science communicators fight disinformation? From this problem statement, we analyzed the Instagram content of two profiles: 1) @ScicomPt.oficial, from the Network of Communication Science and Technology of Portugal, and 2) @RedeComCiencia, from the Brazilian Network of Journalists and Science Communicators. Disinformation, considered the century's scourge (UNESCO, 2021; Jorge, 2023), has inflicted harm on society through the increased circulation of false information, fraudulent news, and harmful discourses. The characterization of informational disorder has been extensively debated (Wardle & Derakhshan, 2017; Starbird; Arif; Wilson, 2019; Dourado, 2023) in an attempt to combat disinformation. This quantitative and qualitative study analyzed 520 posts published until May 18, 2023, collected during May 2023. For data extraction from both profiles, we used the Crowd Tangle tool, employing the following keywords: disinformation, fake news, fakenews, fact-checking, and post-truth. The selection of keywords was made after a preliminary reading of all posts. Documental research complements this study, highlighting several strategies to combat disinformation, including events, training courses for journalists and science communicators, and projects aimed at helping people recognize fake news.

Keywords: Science Communicators; Disinformation; Scientific Dissemination; Social Media; Public Communication.

1. Introdução

Esta pesquisa faz parte do projeto de pós-doutorado sobre “O Diálogo com o(s) públicos sobre ciência nas plataformas de redes sociais”, cuja primeira etapa foi realizada na Universidade da Beira Interior. O objetivo do referido estudo é mapear as ações utilizadas por instituições que adotam a Comunicação Pública da Ciência (CPC), para incentivar a participação de diversos públicos. Neste artigo, escolhemos duas redes, uma do Brasil e outra de Portugal, para analisar estratégias utilizadas para dialogar com os comunicadores de ciência sobre a desinformação. A Rede de Comunicação de Ciência e Tecnologia de Portugal (SciComPT) foi criada em 2015 por comunicadores de ciência, para apoiar o trabalho de seus associados. A Rede Brasileira de Jornalistas e Comunicadores de Ciência (RedeComCiência) foi formalizada em 2019, por jornalistas e comunicadores brasileiros. Seus membros buscam aprimorar a divulgação científica. O envolvimento da sociedade civil tem crescido em ambos os países por meio da CPC, que busca dar voz aos cidadãos para a construção do conhecimento.

As associações estão presentes em outras redes sociais, como *Facebook*, *Twitter*, *LinkedIn* e *YouTube*. Neste artigo, exploramos a plataforma *Instagram*, que tem se mantido no topo da lista de plataformas de mídias sociais utilizadas desde outubro de 2022. Em maio de 2023, o número de seguidores da SciComPt era de 3.700 no *Facebook* e de 1.478 no *Instagram*, mas o número de interações, ainda que baixo em ambas, era maior na última plataforma durante o período investigado. A RedeComCiência tinha 2.700 seguidores no *Facebook* e 4.904 no *Instagram*.

Embora cada rede social tenha características próprias, muito do conteúdo postado no *Instagram* por ambas as associações (SciComPt e RedeComCiência), se repete em outras plataformas de mídias digitais. Caracterizada como uma rede social visual, a plataforma *Instagram* permite interação por meio de comentários e curtidas. Todos os *posts* das associações analisadas recorrem ao design gráfico para a produção

de materiais, algumas vezes multimídia, para discutir a desinformação com comunicadores de ciência.

A pesquisa sobre essas interações na comunicação da ciência procura trazer reflexões acerca do ecossistema midiático marcado pela desinformação. A ciência tem enfrentado muitos desafios ao longo de sua história, mas as mudanças do mundo acabam por exigir novas estratégias para comunicá-la. Para Gradim (2020), “numa sociedade verdadeiramente democrática, as questões que envolvem ciência têm de ser alvo de escrutínio público, ao mesmo tempo que é necessário manter as comunidades informadas sobre atitudes, riscos e formas de os prevenir” (p. 286). Mas como alcançar esse objetivo num cenário de negação à ciência, em que a desinformação científica se alastra pelas plataformas de redes sociais de forma avassaladora?

Garcia e Duarte (2020) reconhecem que são necessárias intervenções para enfrentar a desinformação. Aqui registramos algumas estratégias de comunicação utilizadas pelos comunicadores de ciência dentro de um contexto semelhante aos apontados por Mendonça e Castelfranchi (2022) quando descrevem os desafios e os dilemas enfrentados pelos cientistas: disseminação da informação, ceticismo em relação à ciência, multiplicação de vozes com ressonância pública, volume e (in)acessibilidade de dados, polarização, fragmentação de públicos e distribuição algorítmica da comunicação.

Os eixos teóricos que nos guiam neste estudo são a desinformação, as estratégias de comunicação e a comunicação pública para a ciência. Após a discussão teórica, descrevemos os procedimentos adotados deste estudo. A ferramenta *CrowdTangle* foi utilizada para coletar dados dos perfis SciComPt e RedeComCiência na plataforma *Instagram*. A partir da análise interpretativa, analisamos o conteúdo. Por fim, discutimos os resultados encontrados sobre um tema que tem feito parte da agenda de cientistas de todo o mundo: o combate à desinformação.

2. As estratégias de comunicação para combater a desinformação na ciência

As estratégias de comunicação ganham aliados com o desenvolvimento da tecnologia. Neste artigo, procuramos evidenciar algumas das estratégias utilizadas por comunicadores de ciência de Portugal e do Brasil. Para Bianca Dreyer (2015), o público ganhou protagonismo nas redes sociais digitais, logo, as estratégias de comunicação precisam ser repensadas a partir das relações estabelecidas nestas mídias. “Apenas ingressar nessas plataformas e se portar como um observador ou um publicador de informações, mesmo com mensagens diárias e bem criativas, não é suficiente” (Dreyer, 2015, p. 132).

Os comunicadores de ciência estão presentes nas plataformas de redes sociais digitais e muitos cientistas têm proposto ações de divulgação científica em seus projetos de pesquisa. No entanto, Pedro Russo (2022), um dos diretores da Agência Nacional para a Cultura Científica e Tecnológica de Portugal (Ciência Viva), reclama da falta de mais apoio institucional para a comunicação da ciência. De acordo com Russo, as instituições também deveriam ter um sistema de avaliação da comunicação da ciência para a progressão na carreira. No combate à desinformação, esse apoio seria fundamental. As plataformas de redes sociais digitais, que também ajudam a divulgar as descobertas científicas e a envolver o público na produção do conhecimento, são responsáveis por propagar notícias falsas que podem prejudicar as pessoas.

Wardle & Derakhshan (2017), ao descreverem o ecossistema da desordem da informação, apontam três diferentes formas de como as informações são disseminadas e estão impactando a sociedade: a desinformação, a informação incorreta e a má informação. Para os autores, o entendimento de desinformação contempla informações falsas conscientemente compartilhadas para causar danos. Essa desinformação é utilizada, por exemplo, para influenciar a opinião pública, manipular eleições ou prejudicar um indivíduo ou uma instituição. Aqui destacamos que os cientistas também têm evidenciado muitas informações falsas sobre ciências nas redes sociais. Na desordem da

informação, como descrevem ainda os autores, a informação incorreta (*misinformation*) é a compartilhada sem a intenção de causar danos, porém também pode ser enganosa e levar o indivíduo a uma conclusão equivocada e a tomar decisões erradas. Na comunicação da ciência, pontuamos que uma informação equivocada pode prejudicar muitas pessoas. Durante o início da pandemia de COVID-19, por exemplo, foram registradas muitas informações equivocadas sobre o uso de máscaras, ampliando assim o número de infetados. A má informação é considerada por Wardle & Derakhshan (2017) como a mais nociva, pois traz à tona algo que nunca deveria sair do privado. Os discursos de ódio e os vazamentos podem ser assim classificados. Os autores defendem que é preciso estudar a desordem da informação para tentar compreender os objetivos dos factos falsos que circulam na internet, inclusive nas plataformas de redes sociais digitais. Por isso, os pesquisadores alertam sobre a necessidade de conhecer os diferentes tipos de conteúdo que estão sendo criados e compartilhados, as motivações de quem os cria e as formas como estão sendo divulgados. A caracterização da desordem informacional tem sido bastante discutida por outros autores (Starbird et al., 2019; Dourado, 2023) na tentativa de combater a desinformação, considerada o mal do século (UNESCO, 2021; Jorge 2023), sobretudo porque o aumento da circulação de informações falsas, notícias fraudulentas e discursos nocivos têm gerado danos à sociedade.

Jeremy Levy et al. (2021) discutem esses conceitos a partir da perspectiva da ciência. A desinformação na ciência dificulta a capacidade dos especialistas de se comunicarem com o público, pois muitas das informações acabam operando nas crenças das pessoas. Por isso, eles destacam que as percepções equivocadas de um indivíduo podem ser prejudiciais para ele e para muito mais pessoas. Quando isso ocorre de forma coletiva, argumentam os autores, a desinformação pode servir de base para decisões sociais e políticas que certamente irão contra os interesses de uma sociedade.

Logo, a desinformação científica deve ser tratada como um problema público (Levy et al., 2021). Os autores apresentam diversos estudos que demonstram certo consenso de que as desinformações acerca

de temas científicos, principalmente sobre saúde, são mais disseminadas nas redes sociais do que as informações precisas. O cenário torna-se ainda mais desafiador para os comunicadores de ciência quando pesquisas apontam que muitas crenças não são revistas após a correção de percepções equivocadas sobre ciência. Os autores também evidenciam alguns estudos com pessoas que mudam as suas atitudes após serem alertadas sobre a desinformação. Levy et al. (2021) argumentam ainda que a probabilidade de uma pessoa desenvolver percepções equivocadas sobre ciência depende da sua capacidade para avaliar criticamente as informações científicas.

Nesse sentido, compreendemos que as redes sociais digitais de cientistas e comunicadores de ciência são fundamentais no combate à desinformação. Elas contribuem para disseminar informações precisas, desmascarar informações falsas e promover uma compreensão mais sólida da ciência entre o público. Por isso, procuramos elencar estratégias de comunicação utilizadas no *Instagram* por duas redes de comunicadores de ciência, uma em Portugal e outra no Brasil, para compreender como elas dialogam com seus públicos e como encaram a desinformação.

No combate à desinformação, são muitos os desafios enfrentados pelos comunicadores de ciência nas redes sociais digitais. A rápida disseminação de informações incorretas e/ou falsas é uma delas. A polarização de opiniões sobre ciência também tem contribuído para a sua negação. Neste cenário de infodemia, termo utilizado pela Organização Mundial da Saúde para descrever a grande quantidade de desinformação que circula nas redes sociais digitais, os comunicadores de ciências também se depararam com diversos outros desafios, como as bolhas informativas que reúnem grupos com percepções equivocadas (Levy et al., 2021), os influenciadores que criticam a ciência e/ou transmitem informações falsas e até mesmo a falta de compreensão suficiente do próprio funcionamento das plataformas das redes sociais digitais.

Ao analisarmos os perfis de duas redes sociais de comunicadores de ciências também compreendemos que esse público pode contribuir

para o combate à desinformação, observando que há um movimento de maior aproximação de acadêmicos, seja para divulgar com precisão os resultados de uma pesquisa ou para organizar eventos que contribuem para a formação de associados e até mesmo da população.

Compreendemos que essas plataformas digitais fazem parte do ecossistema midiático (Canavilhas, 2010) caracterizado pelas transformações sociotécnicas e culturais contínuas, que resultam em diferentes formas de interação. No caso das plataformas digitais, essas interações são mediadas primeiramente pela interface visual (Jurno, 2021). No entanto, como bem pontua Amanda Jurno (2021), há várias camadas de mediação que agenciam e influenciam a informação que chega a cada um de nós. As ações dos atores, que fazem parte das nossas redes, vão mostrar o conteúdo compartilhado, curtido ou criado por eles. Os algoritmos também vão selecionar informações que consideram mais importantes, a partir das nossas ações nessas plataformas de redes sociais digitais. É claro que os algoritmos também têm seus próprios critérios, trazendo até nós informações que interessam às organizações das plataformas digitais, como a entrega de conteúdo para uma empresa que paga por esse tipo de entrega pseudo-orgânica. A subjetividade dos programadores também está impregnada nestas plataformas digitais (Silva, 2022). Para compreender “a opressão algorítmica é necessário entender que formulações matemáticas para impulsionar decisões automatizadas são feitas por seres humanos” (Noble, 2018). Os interesses econômicos e políticos destas empresas de plataformas digitais também influenciam as informações que recebemos. Os algoritmos “regulam não só o debate público, mas a própria percepção dos indivíduos de si e da coletividade” (Valente, 2020, p. 59).

As plataformas de redes sociais não apresentam apenas aspectos negativos, como os já relatados aqui, elas também possibilitam a interação com públicos como parte das estratégias de combate à desinformação. Dreyer (2015) reforça a necessidade de dialogar com o público, como uma das estratégias de comunicação para incentivar a participação. O diálogo com o(s) público(s) é uma parte essencial

do processo de comunicação e trata-se da palavra-chave para o desenvolvimento da Comunicação Pública. E “o conceito de Comunicação Pública da Ciência está diretamente associado ao processo de abertura científica e dialoga com a perspectiva de um cidadão ativo que assume a centralidade desse processo e se beneficia dele” (Quadros et al., 2022, p. 84).

A CPC está diretamente associada à democracia. “Falar sobre Comunicação Pública da Ciência é falar sobre democracia, sobre inclusão e sobre o direito que vai além do acesso à informação” (Borghini, 2022, p. 70). Por isso, Lewenstein (2010) argumenta que a CPC deve ser continuamente reconstruída. Os contextos sociais, políticos, culturais, tecnológicos e económicos são fundamentais neste debate com (toda) a sociedade para pensar em novas soluções para muitos problemas.

Ao dialogar com os princípios da ciência aberta, a CPC aumenta “as colaborações e o compartilhamento de informações científicas para o benefício da ciência e da sociedade e abre os processos de criação, avaliação e comunicação do conhecimento científico a atores da sociedade” (UNESCO, 2022, p. 8). A CPC, assim como a ciência aberta, busca o envolvimento dos cidadãos e da comunidade na construção do conhecimento. Para Bucchi (2008), a comunicação pública da ciência “não pode ser vista apenas no contexto das interações especialista/cidadão, mas também no contexto mais amplo da ciência na sociedade” (p. 68).

Os pesquisadores brasileiros Fernando Oliveira Paulino, Ágatha Camargo Paraventi e Danilo Rothberg (2022) também refletem o papel da comunicação pública para o acesso à informação e à ciência. Eles defendem a união de esforços de instituições de ensino superior, médio e fundamental e de entidades científicas para o intercâmbio de conteúdos que seriam divulgados por diferentes meios de comunicação, inclusive nas plataformas de redes sociais digitais. Além disso, os autores propõem o fortalecimento da “produção e distribuição de conteúdo em diálogo com aqueles(as) que não apenas vão receber informações” (Paulino et al., 2022, sem página). A educação científica

e o direito à comunicação são definidos como imprescindíveis, quando tratam da Comunicação Pública da Ciência.

As ações das duas redes de comunicadores de ciência em Portugal e no Brasil podem ser observadas a partir da perspectiva da comunicação pública. Ambas trabalham com diferentes formas de comunicação e têm procurado estabelecer parcerias com instituições de ensino e de pesquisa, para alcançar diferentes públicos com ações de caráter local, regional, nacional e internacional. Há esforços na divulgação dessas ações que valorizam a participação do público, para a construção do conhecimento.

3. Metodologia

O projeto de pesquisa no qual este estudo está integrado prevê metodologias mistas, pois possui um *corpus* mais amplo do que o apresentado aqui. Como destacado anteriormente, a proposta do projeto é mapear as ações de Comunicação Pública da Ciência – CPC, para incentivar a participação de diversos públicos na produção e na divulgação da ciência. Neste artigo, nos concentramos nas estratégias de comunicação utilizadas por duas redes de comunicadores de ciência: A Rede de Comunicação de Ciência e Tecnologia de Portugal (SciComPt, Portugal) e a Rede Brasileira de Jornalistas e Comunicadores de Ciência (RedeComCiência, Brasil) para combater a desinformação.

Para alcançar resultados, exploramos os preceitos da etnografia virtual (Hine, 2000; Fragoso et al., 2016) e coletamos os dados das contas de *Instagram* dessas duas associações. No primeiro momento, observamos os *posts* dos dois perfis, procurando conhecer os seus objetivos e seus conteúdos. No segundo momento, anotamos possíveis categorias em uma planilha, as nossas primeiras impressões e as palavras-chave do conteúdo analisado sobre desinformação. Além da palavra desinformação, encontramos *fake news*, *fakenews*, checagem, checados e pós-verdade. No terceiro momento, utilizamos

o *CrowdTangle* para verificar a quantidade de *posts* sobre o tema de nosso interesse (a desinformação) e o engajamento nessas duas contas de *Instagram*. As duas associações, em 18 de maio de 2023, tinham juntas 520 posts (226 da @scicompt.oficial e 294 da @redecomciencia), o que permitiu a leitura prévia de todos eles. Com a ferramenta *CrowdTangle* foi possível registrar com maior precisão o que foi publicado e as respectivas interações (comentários, curtidas e visualizações). É importante destacar que a referida ferramenta não fornece informações demográficas sobre os usuários, como idade, gênero e profissão. Na leitura do conteúdo, percebemos que os associados, os próprios comunicadores de ciências, são os públicos prioritários. Há mensagens, no entanto, que alcançam cientistas e demais pessoas interessadas em ciências.

Foram 33 postagens sobre desinformação, selecionadas com o apoio do *CrowdTangle*. O acesso a essa ferramenta é coordenado pela empresa *Meta*, cujo CEO é Mark Zuckerberg. Ainda que tenhamos entrado em contato com a equipe da *Meta*, que desenvolveu a ferramenta para acompanhar as plataformas de redes sociais *Facebook*, *Instagram*, *Twitter* e *Reddit*, recebemos um e-mail informando que as licenças para o seu uso estavam interrompidas no momento. Para obter os dados, contamos com o apoio do pesquisador do Labcom da UBI, Branco Di Fátima, que tem acesso à ferramenta. Acompanhamos a extração de dados e trabalhamos nos dados coletados em planilhas do *Excel* construídas pelas autoras ou geradas pelo *CrowdTangle*. Durante a análise, para além do conteúdo textual, procuramos compreender as estratégias de comunicação de cada associação quando o assunto é desinformação. A análise interpretativa de conteúdo permitiu identificar como o tema é tratado nos perfis da SciComPt.oficial e RedeComCiencia.

Neste estudo, a escolha da plataforma *Instagram* está baseada no relatório Digital 2023 do *We Are Social* (Kemp, 2023), que mostra que essa rede social digital tem crescido nos últimos anos e já é a preferida entre os jovens. Na tabela 1, as preferências são apresentadas por gênero e por faixa etária.

Tabela 1*Plataformas favoritas*

Plataforma	Mulheres (Idade)					Homens (Idade)				
	16-24	25-34	35-44	45-54	55-64	16-24	25-34	35-44	45-54	55-64
WHATSAPP	12,3%	12,3%	15,4%	16,4%	20,3%	15,5%	15,4%	17,1%	18,5%	19,5%
INSTAGRAM	23,1%	17,6%	13,2%	10,6%	7,6%	21,3%	14,6%	9,4%	7,0%	4,9%
FACEBOOK	6,9%	13,5%	14,7%	16,9%	18,9%	10,5%	15,7%	17,1%	16,8%	18,4%
WECHAT	8,0%	13,4%	15,0%	13,1%	11,7%	8,4%	12,1%	13,8%	14,1%	15,0%

Nota. Dados extraídos do relatório *We Are Social* (Kemp, S., 2023, p. 185).

A pesquisa documental complementa este estudo, que buscou nos sites de ambas as instituições analisadas mais dados para compreender as suas estratégias de comunicação e os seus objetivos. Entre os documentos consultados estão anais de congressos, história da instituição e plano de ação das diretorias. As entrevistas realizadas por e-mail com as presidentes de ambas as redes, após a análise, também fazem parte dos procedimentos metodológicos adotados neste estudo.

4. Resultados

Ambas as associações – SciComPt (Portugal) e RedeComCiência (Brasil) – tratam a desinformação como um desafio a ser enfrentado pelos comunicadores e pelo público. As estratégias de comunicação para tratar o tema apresentam algumas semelhanças, como fornecer material de apoio para os seus associados que também podem ser afetados pela desinformação e, por isso mesmo, buscam estratégias para combatê-la.

Na Tabela 2, é possível verificar quantas vezes cada associação tratou da desinformação desde a sua entrada no *Instagram*. Iniciamos com a rede portuguesa, que criou a sua conta em setembro de 2018.

Tabela 2*Como a desinformação é abordada na SciComPT*

Tipo	Conteúdo	Data	Curtidas	Comentários	Visualizações
Vídeo e legenda	Sobre o novo conteúdo do site, que traz estratégias para combater a desinformação durante a Covid.	18/02/2021	41	1	229
Vídeo e legenda	A presidente faz uma chamada em vídeo com o tema do congresso 2021: a desinformação	23/02/2021	24	0	746
Vídeo e legenda	Chamada com a convidada do congresso SciComPt 2021: Sara R. Davies (inglês)	17/03/2021	15	0	96
Vídeo e legenda	Orientações para participação no congresso de forma on-line, cujo tema é desinformação.	23/06/2021	11	0	99
Foto e legenda	Balanço do congresso 2021, que abordou a desinformação.	25/06/2021	44	3	— ¹

Nota: dados coletados no *Instagram* pela ferramenta *CrowdTangle*.

O tema desinformação aparece com intensidade, em 2021, quando a SciComPt tratou do assunto em um congresso que reuniu de forma on-line 263 pessoas, tendo representantes de 14 países. O primeiro *post* traz um vídeo de animação para comunicar que o site do SciComPt apresenta um novo espaço com recursos úteis para abordar a COVID-19. (SciComPt, 2021, fevereiro 18). Entre as estratégias elencadas pela associação, estão exemplos de boas práticas e estratégias para combater a desinformação. Dos 226 *posts* publicados pelo SciComPt apenas cinco tratam especificamente da desinformação, o que representa 2,21% do conteúdo publicado. A maioria das publicações do perfil da ScicomPt é de chamadas para eventos, mas também é possível encontrar *posts* sobre datas comemorativas (Natal, Ano Novo e aniversário da associação), destaques para pesquisadores que trabalham com a comunicação

¹ Não é possível ver números de visualizações nas fotos.

da ciência, cursos de formação para associados e ações comunicativas inovadoras que falam para diferentes públicos sobre ciência. No segundo *post* analisado, a presidente da SciComPt, Vera Novais, destaca o tema do congresso em um vídeo: “Velhos desafios, novas ameaças: comunicar as incertezas e combater a desinformação” (SciComPt, 2021, fevereiro 23). Novais argumenta sobre a necessidade dessa discussão entre os comunicadores de ciência para buscar soluções para um problema que tem afetado todo o planeta. Os outros três *posts* são sobre o congresso de 2021, que tem a desinformação como temática. O terceiro traz um depoimento em inglês da pesquisadora Sara Davies, professora da Universidade de Viena. Davies foi palestrante do evento. Neste vídeo, ela apresenta um resumo da sua futura participação no congresso. Ela pesquisa a interação entre a ciência e as pessoas. A professora procurou mostrar o objetivo da comunicação científica, refletindo o papel da comunicação da ciência na sociedade. (SciComPt, 2021, março 17) Quadros et al. (2022) destacam a necessidade de formar o público em ciência para incentivar a sua participação na produção do conhecimento e no desenvolvimento da CPC. Quanto melhor preparado estiver, mais facilmente se reconhecerá a desinformação. O quarto *post* menciona o tema do congresso, mas seu objetivo é orientar o participante do evento *on-line* sobre o funcionamento das salas na plataforma adotada. O último *post* faz um balanço do evento, trazendo as palavras-chave mais citadas pelo público sobre o SciComPt 2021. Destacado na figura 1, o *post* mostra como o congresso foi recebido pelo seu principal público: os comunicadores de ciência. Ao tratar da desinformação no referido evento, os congressistas que participaram da pesquisa realizada pela associação portuguesa evidenciam a palavra-chave partilha. Durante a pandemia, a troca de informações entre os comunicadores de ciência foi fundamental para combater a desinformação diante de uma situação de emergência. Logo, a escolha do tema do congresso foi estratégico, pois procurava discutir diferentes experiências para combater a desinformação.

Figura 1

O congresso sobre desinformação avaliado pelos congressistas



Nota. (SciComPt, 2021, Junho 25).

O perfil do SciComPt.oficial tinha até março de 2023, data do início da coleta, 1.382 seguidores, passando a 1.478 logo após o congresso SciComPt 2023, realizado no início de maio de 2023. São poucas as interações registradas sobre o tema desinformação, como apontamos na Tabela 2. No entanto, é importante ressaltar o esforço para interagir com o público, sobretudo nos dias que antecedem o evento anual e durante os dias do congresso. A Figura 1, que traz a nuvem de palavras gerada (partilha, diversidade, dinâmica, interessante e inovação) a partir das percepções dos participantes do evento que tratou da desinformação, também reforça os objetivos da SciComPt disponibilizados no site da rede:

a SicomPt pretende apoiar os comunicadores de ciência e incentivar o desenvolvimento da comunicação da ciência, quer enquanto representante da comunidade, quer como facilitador de momentos de formação e de estabelecimentos de parcerias (SciComPt, 2023).

Como aponta o *post 1* do *Instagram* na Tabela 2, a desinformação é apresentada como um desafio aos comunicadores de ciência, mas que pode ser combatida de forma conjunta. Todo o material enviado

à SciComPt para o combate à desinformação é compartilhado no site. A partilha também é reforçada no plano de ação da diretoria 2020-2023 como forma de valorização da ciência. As pautas universais, como a inclusão, a equidade e a diversidade, também aparecem no site: “Pretendemos identificar necessidades, compilar estratégias, divulgar boas práticas e inspirar novas colaborações” (SciComPt, 2023). Em entrevista por e-mail, Vera Novais, a então presidente da Rede SciComPt, reforça que o público de alcance são os comunicadores de ciência. Por isso, não desenvolve ações de combate à desinformação dirigidas a um público alargado. E nas redes sociais não existe uma atividade concreta de combate à desinformação (V. Novais, comunicação por e-mail, junho 21, 2023). Na Tabela 3 mostramos como a desinformação é apresentada na RedeComCiencia, que tem conta no *Instagram* desde fevereiro de 2019.

Tabela 3

Como a desinformação é abordada na RedeComCiencia

Tipo	Conteúdo	Data	Curtidas	Comentários	Visualizações
Foto e legenda	Chamada para o II Seminário Internacional sobre Relações Públicas da Saúde Pública com a Imprensa: fake news e saúde	14/03/2019	57	1	-
Foto e legenda	Divulgação de bolsa para workshop na Colômbia: “Em busca da vacina contra a desinformação”	17/07/2019	91	8	-
Foto e legenda	Divulgação de Oficina Lupa de Checagem. Estratégias para encontrar notícias falsas	02/09/2019	37	0	-
Foto e legenda	Palestra da RedeComCiencia: o “O poder da popularização da ciência”, com destaque para fake news e o protagonismo dos cientistas no congresso de imunologistas	09/10/2019	64	1	-
Foto e legenda	I#PapoemRede Os desafios de falar sobre ciência na era digital (#fakenews)	31/10/2019	91	0	-
Álbum e legenda	Nova chamada do I#PapoemRede (#fakenewws)	05/11/2019	61	7	-
Foto e legenda	Matéria no Fantástico: notícias falsas sobre vacinas	12/11/2019	105	2	-
Foto e legenda	Onde encontrar fonte confiável sobre vacinas?	19/11/2019	22	3	-

Tipo	Conteúdo	Data	Curtidas	Comentários	Visualizações
Foto e legenda	Nova chamada do I#PapoemRede (#fakenewws)	26/11/2019	128	3	-
Foto e legenda	Vacinação HPV – Histeria coletiva	27/11/2019	76	3	-
Foto e legenda	Informações sobre o post da Histeria Coletiva	04/12/2019	45	3	-
Foto e legenda	Fake News dos Estados Unidos no Brasil	11/12/2019	44	2	-
Foto e legenda	Influenciadores antivacinação	20/12/2019	95	4	-
Foto e legenda	Boas festas, com balanço da RedeComciência	24/12/2019	28	0	-
Foto e legenda	Vacinação não causa autismo	31/12/2019	60	1	-
Foto e legenda	Ferramenta que mostra amigos do FB que curtem página de antivacinação.	08/01/2020	34	0	-
Foto e legenda	V Prêmio SBIIm de Jornalismo em Saúde	15/01/2020	16	0	-
Foto e legenda	Prisão para quem divulga fake news	22/01/2020	18	0	-
Foto e legenda	Covid, fake news e o combate da Fiocruz	29/01/2020	58	0	-
Foto e legenda	OMS, Meios e o combate à desinformação	13/02/2020	44	0	-
Foto e legenda	Canais de ciências e o combate à desinformação	04/03/2020	53	2	-
Foto e legenda	O papel do jornalista no combate à desinformação	07/04/2020	44	1	-
Foto e legenda	Audiocast e boletim para divulgar conteúdos checados	14/04/2020	21	0	-
Foto e legenda	Audiocast da RedeComCiência no Whatsapp com conteúdos checados	16/04/2020	26	3	-
Foto e legenda	Live Balbúrdia e Fake News	11/05/2020	19	1	-
Vídeo e legenda	Encontro Divulgação Científica e Negacionismo em Tempos de Desinformação, com participação da RedeComCiencia	21/09/2021	46	0	216
Foto e legenda	Encontro Divulgação Científica e Negacionismo em Tempos de Desinformação	28/08/2022	164	7	-
Foto e legenda	Dia Mundial da Água. Como cobrir a crise climática e combater a desinformação	22/03/2023	11	0	-

Nota: dados coletados no *Instagram* pela ferramenta *CrowdTangle*.

Dos 294 *posts* publicados pela RedeComCiência desde a criação da sua conta no *Instagram*, em fevereiro de 2019, 28 falam sobre o combate à desinformação. Esse número representa 9,5% do total das publicações da associação. A quantidade de *posts* é maior que a da rede portuguesa, porque a brasileira tem um projeto de combate à desinformação acerca da vacina. Desse modo, repercute prêmios e eventos sobre o tema. Divulga cursos de formação, produtos de comunicação elaborados por terceiros e/ou pela própria instituição e divulga pesquisas científicas nacionais e internacionais. Na Figura 2, é possível observar uma das ações da rede brasileira para combater a desinformação.

Figura 2

Estratégias de comunicação da RedeComCiência para combater a desinformação

The image shows a WhatsApp message on the right and a social media post on the left. The WhatsApp message is from 'redcomciencia' and discusses a rapid response strategy on WhatsApp for COVID-19 information, mentioning a virtual forum and a multidisciplinary team. The social media post is from 'RedeComCiência' and announces the launch of a WhatsApp initiative to combat COVID-19 disinformation, mentioning a collaboration with Lucas George Wendt and Sylvia Saghira.

Nota. (RedeComCiência, 2020, Abril 29).

As parcerias na RedeComCiência, com entidades científicas, são valorizadas. Há, inclusive, uma parceria com a SciComPt. Essas parcerias contribuem para o aumento do número de seguidores. Durante a coleta de dados, realizada no início de maio de 2023, a rede possuía 4.904 seguidores. Não há muitas interações no seu perfil no *Instagram*, mas elas aumentam quando eventos organizados pela rede são divulgados ou uma reportagem e estudos científicos ganham destaque. Além de curtidas, os poucos comentários que

aparecem são para marcar uma pessoa ou instituição, parabenizar a RedeComCiência pelas iniciativas de combate à desinformação, prestigiar os eventos e sugerir pautas importantes para quem cobre comunicação da ciência. A desinformação também é abordada como um desafio para jornalistas e comunicadores da ciência. No site institucional, destaca-se:

a Rede Brasileira de Jornalistas e Comunicadores de Ciência (RedeComCiência) é uma associação apartidária e sem fins lucrativos que reúne profissionais interessados em discutir e melhorar a qualidade do jornalismo e da comunicação de ciência em nosso país (RedeComCiência, 2023, maio 18).

A RedeComCiência defende que não basta divulgar, mas há que reforçar a importância da comunicação da ciência, sobretudo na área da saúde. Para tanto, as parcerias com instituições de ensino e de pesquisa são valorizadas com o objetivo de troca de experiências e trabalho conjunto “para levar informação de qualidade sobre ciência para a população” (RedeComCiência, 2023, maio 19). O posicionamento está muito atrelado aos princípios da comunicação pública para ciência, como discutido em Paulino et al. (2022) sobre o direito à informação.

No site também encontramos projetos que dialogam com o público, como o Baile da Ciência nas Favelas, um projeto da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC) e da Central Única das Favelas da Paraíba (Cufa-PB). Em cada baile, um cientista é convidado a apresentar a sua pesquisa e, depois, participar de uma roda de conversa com o público. Uma dessas rodas de conversa foi sobre a desinformação.

Em entrevista por e-mail, Graciele Almeida de Oliveira, presidente da RedeComCiência, destaca que a associação produz e compartilha conteúdos voltados ao combate à desinformação, além das campanhas citadas neste capítulo. (G. A. Oliveira, comunicação por e-mail, junho 19, 2023).

5. Considerações Finais

A pesquisa sobre o combate à desinformação nas plataformas de redes sociais digitais evidencia a necessidade de incentivar a participação do público na produção de conhecimento científico. O envolvimento do público no desenvolvimento da ciência beneficia toda a sociedade, que ganha repertório e pode ser mais crítica com as informações que consome. Embora as publicações analisadas neste estudo sejam dirigidas aos comunicadores de ciência, o conteúdo dos perfis de ambas as associações pode atrair cientistas e diversos outros públicos interessados nas temáticas abordadas.

No conteúdo dessas associações, percebemos algumas estratégias de comunicação dirigidas para além dos comunicadores de ciência. Os pesquisadores em comunicação da ciência são valorizados na divulgação de cursos e de estudos científicos, na tentativa de aproximá-los dos comunicadores que fazem parte das redes portuguesa e brasileira. As pessoas interessadas em ciência e/ou preocupadas em verificar uma informação disponível na internet podem encontrar nas redes sociais dessas associações *posts* que analisam notícias de ciência propagadas na internet. Nesse sentido, destacamos o potencial de ambas as instituições para contribuir para o combate à desinformação. Afinal, as redes portuguesa e brasileira são formadas por comunicadores de ciência com experiência na divulgação científica. E como esses profissionais são especialistas no planejamento de estratégias de comunicação, eles também podem somar esforços no combate à desinformação.

Outro desafio dos comunicadores de ciência é aumentar o engajamento de seus públicos. Nos perfis das redes sociais analisadas, a interação com seus públicos é baixa. Estudos destacados neste artigo, como o de Levy et al. (2021), demonstram que a rápida disseminação da desinformação sobre ciência está associada ao engajamento de um público atraído, muitas vezes, pelas narrativas que exploram suas crenças.

Com relação ao conteúdo das redes brasileira e portuguesa, observamos que, muitas vezes, a estratégia de comunicação utilizada na

plataforma *Instagram* tem mais o objetivo de divulgar do que realmente interagir com o público. Isso não significa, no entanto, que não existam esforços para promover a interação com seus seguidores.

Neste artigo, abordamos as estratégias utilizadas pelas associações de comunicadores de ciência de Portugal e do Brasil nas redes sociais para dialogar com o público de interesse. No entanto, é importante destacar que compreendemos que a comunicação estratégica prevê uma série de ações online e presenciais. A ênfase maior da SciComPt no perfil do *Instagram* é para o evento anual da associação. Logo, ao ter a desinformação como tema do congresso de 2021, verificamos o seu grande interesse em discuti-la e em apresentar soluções para combatê-la. Os conteúdos encontrados no site da associação reforçam essa premissa. Os anais do congresso de 2021 apresentam várias estratégias para combater a desinformação elaboradas por autores que, muitas vezes, são produtores dos próprios projetos de comunicação discutidos. Para além da desinformação, os *posts* da SciComPt dão destaque aos participantes dos eventos: os comunicadores de ciência. Na entrevista com a então presidente da SciComPt, Vera Novais, ela argumenta que as redes sociais são utilizadas para promover as atividades desenvolvidas pela associação, como congressos, palestras, ofertas de emprego e outras informações úteis para comunicadores de ciência (V. Novais, comunicação por e-mail, junho 21, 2023). No entanto, seus associados, os comunicadores de ciência, podem desenvolver estratégias de comunicação para interagir com a sociedade.

Já a RedeComCiência parece liderar uma luta contra a desinformação, com *posts* que promovem o projeto da associação para combater notícias falsas em qualquer âmbito científico. As notícias de instituições parceiras também ganham destaque no perfil do *Instagram* dessa associação. Aqui analisamos as ações realizadas para combater a desinformação e, quando as apresenta nas redes sociais, a RedeComCiência também mostra a necessidade de formar cidadãos mais críticos com a literacia dos meios. Alguns desses *posts* são direcionados para a sociedade.

As duas instituições também abordam a ciência aberta, que prevê a participação do público na construção do conhecimento científico. A RedeComCiência também apresenta ferramentas que ajudam a combater a desinformação, como a que identifica pessoas que seguem páginas antivacinas.

Embora tenham estratégias semelhantes, as duas redes de comunicadores de ciência apresentam particularidades que estão relacionadas aos contextos político, social e económico de cada país. Ainda que algumas estratégias de redes sociais digitais possam ser utilizadas em diferentes contextos, o que as diferencia é a identidade adquirida por suas experiências e contextos. Percebemos ainda que a desinformação entrou na pauta das associações durante a pandemia, mas que perdeu intensidade no último ano. Ao considerar a literacia dos meios como uma das formas de combater a desinformação entre as pessoas, defendemos a urgência deste tema retornar com maior frequência à agenda das redes de comunicadores de ciência.

O combate à desinformação é um dos principais desafios enfrentados pelos comunicadores de ciência no Brasil e em Portugal. A rápida e ampla disseminação de informações falsas, distorcidas ou mal interpretadas, exige abordagens e estratégias para combater esse problema. Neste contexto, os comunicadores de ciências exercem um papel fundamental na divulgação de conhecimentos científicos e na desmistificação de conceitos errados.

Aqui, verificamos estratégias que envolvem a verificação de factos, o uso de fontes confiáveis e a comunicação clara e acessível de informações científicas. A promoção da literacia científica entre o público, que o capacita para discernir entre informações confiáveis e falsas nas plataformas de redes sociais também tem sido adotada, embora de forma tímida. Ambas as associações vistas neste artigo argumentam que os comunicadores de ciência, de forma conjunta, podem enfrentar esses problemas, adaptando-se às novas formas de comunicação e utilizando estratégias de engajamento público para combater a desinformação. Nesse sentido, argumentamos a necessidade de refletirmos mais a participação do público na construção do

conhecimento. Concordamos que os comunicadores de ciência não devem ser apenas reprodutores do conhecimento de cientistas, mas profissionais criadores de estratégias que contribuam para uma sociedade mais bem informada e, conseqüentemente, para o avanço do conhecimento científico e para a tomada de decisões fundamentadas.

É imprescindível enfatizar que os comunicadores de ciências trabalham em colaboração com cientistas, instituições de pesquisa, jornalistas e outros profissionais da área da comunicação. Essa parceria, percebida nas redes de comunicadores de ciência analisadas, fortalece a disseminação de informações confiáveis, pois o embasamento científico e uma abordagem rigorosa e responsável são priorizados.

Referências

- Borghi, J. M. (2022). *Caminhos possíveis para a interculturalidade: a relação entre a extensão universitária e a comunicação pública no NEABI-IFPR*(Dissertação de mestrado). UFPR, Curitiba, Brasil.
- Bucchi, M. (2008). *Of deficits, deviations and dialogues: Theories of public communication of Science*. In M. Bucchi & B. Trench (Eds.), *Handbook of public communication of science and technology* (pp. 57-76). New York. Routledge.
- Canavilhas, J. M. (2010). *O novo ecossistema mediático*. Biblioteca On-line de Ciências da Comunicação. Covilhã, LabCom UBI.
- Dourado, T. (2023). *Who Posts Fake News? Authentic and Inauthentic Spreaders of Fabricated News on Facebook and Twitter*. *Journalism Practice*, 17:10, 2103-2122, DOI: 10.1080/17512786.2023.2176352
- Dreyer, B. (2015). *Estratégias de relações públicas para as organizações em tempos de mídias sociais digitais*. *Organicom*. [S. l.], v. 12, n. 22, p. 130-144. DOI: 10.11606/issn.2238-2593.organicom.2015.139273.
- Fragoso, S.; Recuero, R.; Amaral, A. (2016). *Métodos de pesquisa para Internet*. Porto Alegre, Brasil, Sulina.
- Garcia, L.P.; Duarte, E. (2020). *Infodemia: excesso de quantidade em detrimento da qualidade das informações sobre a Covid-19*. *Epidemiologia e Serviço de Saúde*, v. 29, n. 4. DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/s1679-49742020000400019>.
- Gradim, A. (2020). *Comunicando ciência nos media digitais: propaganda, desinformação e modelos de negócio*. In. Gradim, A.; Moura, C.; Ramalho, R. (org). *Comunicar Ciência num Mundo em Mudança*. Covilhã, Portugal, Labcom UBI.
- Hine, C. (2000) *Virtual Ethnography*. London: Sage.
- Jorge, T. (org). (2023). *Desinformação o mal do século: distorções, inverdades, fake news: a democracia ameaçada* / Supremo Tribunal Federal: Faculdade de Comunicação da Universidade de Brasília.
- Jurno, A. (2021). *Algoritmos, plataformas e seus impactos na comunicação da ciência em ambientes on-line*. *Minas Faz Ciência. 9º Fala Ciência*. Rede Mineira de Comunicação Científica.

- Kemp, S. (ed.).(2023). *We are Social. The changing world of digital in 2023*, janeiro, <https://wearesocial.com/uk/blog/2023/01/the-changing-world-of-digital-in-2023/>
- Levy, J.; Bayes, R.; Bolsen, T.; & Druckman, J. N. (2021). *Science and the politics of misinformation. The Routledge Companion to Media Disinformation and Populism*. New York, Routledge, pp 231-267.
- Lewenstein, B. V. (2010). *Models of Public Understanding: The Politics of Public Engagement*. *ArtefaCToS*, [s. l.], v. 3, n. 1, pp. 13-29.
- Mendonça, R. F.; & Castelfranchi, Yj. (2022). *Knowledge no stage: public roles of scientists in times of communicative abundance*. *Javnost – The Public*, 29:2, 147-164, DOI: 10.1080/13183222.2022.2042786.
- Noble, S. U. (2018). *Algorithms of oppression: How search engines reinforce racism*. NYU Press.
- Paulino, F. O.; Paraventi, A. C.; & Rothberg, D. (2022). *Comunicação Pública: princípios e práticas para o acesso à informação e à ciência*. *Comciencia – Revista eletrônica de jornalismo científico*, Unicamp/SBPC.
- Quadros, C. I.; Ribeiro, R. R.; Goedert Melo, P.; & Kohls, C. D. (2022). *Participação, Cidadania e Ciência: A Experiência do Pergunte aos Cientistas da Agência Escola Universidade Federal do Paraná*. *Revista Lusófona De Estudos Culturais*, 9(2), 81-98. DOI: <https://doi.org/10.21814/rlec.3973>.
- RedeComCiencia. (2020, abril 29). RedeComCiência lança iniciativa no *WhatsApp* para combater a desinformação sobre covid-19. https://www.instagram.com/p/B_IPZQzHa1z/
- RedeComCiencia. (2023, maio 18) *Rede Brasileira de Jornalistas e Comunicadores da Ciência*. <https://www.redecomciencia.org/>
- RedeComCiencia. (2023, maio 19). *Nossa História*. <https://www.redecomciencia.org/nossa-historia>
- Russo, P. (2022). *Cientistas como comunicadores: desafios institucionais*. Braga, Universidade do Minho. II Jornadas de Comunicação de Ciência, 30 de abril.
- Scicompt [@scicompt.official]. (2021, fevereiro 23). *Velhos desafios, novas ameaças: comunicar as incertezas e combater a desinformação*. [Vídeo] <https://www.instagram.com/p/CLpdu06nabN/>
- Scicompt [@scicompt.official]. (2021, fevereiro 18). Nova área no site ScicomPt. [Animação] <https://www.instagram.com/p/ClbZgZHHHjf/>
- Scicompt [@scicompt.official]. (2021, março 17). *What's the point of science communication? Reflecting on science communication's role in society* [Vídeo] https://www.instagram.com/p/CMhgvYrnI3_/
- Scicompt [@scicompt.official]. (2021, junho 25) *Que palavra descreve o congresso SciComPt2021*. <https://www.instagram.com/p/CQjSusiLeKz/>
- SciComPt. (2023, maio 18). *Rede de Comunicação de Ciência e Tecnologia de Portugal*, <https://scicom.pt/index.php/o-que-fazemos/>
- Silva, T. (2022). *Racismo algorítmico: inteligência artificial e discriminação nas redes digitais*. São Paulo: SESC.
- Starbird, K.; Arif, A.; & Wilson, T. (2019). *Disinformation as collaborative work: Surfacing the participatory nature of strategic information operations*. *Proceedings of the ACM on Human-Computer Interaction*, v. 3(CSCW), pp. 1-26.
- Valente, J. (2020). *Apresentação do dossiê temático Algoritmos, economia e poder*. *Revista Eptic*, v. 22, n. 2, Aracaju: OBSCOM/UFS.
- Wardle, C., & Derakhshan, H. (2017). *Information Disorder: Toward an Interdisciplinary Framework for Research and Policymaking*. Council of Europe. <https://rm.coe.int/information-disorder-report-november-2017/1680764666>
- UNESCO. (2021). *Recomendação sobre ciência aberta*, https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000379949_por/.

**O LUGAR (OCULTO) DAS JORNALISTAS
PORTUGUESAS NA HISTÓRIA:
UMA REVISÃO LITERÁRIA SOBRE O PERCURSO
DAS PRIMEIRAS MULHERES NAS REDAÇÕES**

**THE (HIDDEN) PLACE OF PORTUGUESE
JOURNALISTS IN HISTORY:
A LITERARY REVIEW OF THE JOURNEY
OF THE FIRST WOMEN IN NEWSROOMS**

Liliana Carona

Universidade de Coimbra, Faculdade de Letras

ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-4690-0250>

Resumo: O lugar e o papel das mulheres portuguesas no seio do jornalismo foram redutoramente documentados nas páginas da História, nomeadamente no começo do século XX. Numa exploração bibliográfica, nesta matéria, observa-se que a história e o lugar da mulher na imprensa portuguesa são pautados por ausência e ocultação de figuras e de nomes (Esteves, 2003), principalmente até às décadas de 60 e 70 do século XX. A compreensão do papel da mulher, seja no domínio da arte, da política ou do jornalismo continua a sofrer desvios, mas que já não são negados ou ocultados pela História, mas antes denunciados. Partindo de uma Revisão Bibliográfica Narrativa, do ponto de vista metodológico, incidindo sobretudo nas primeiras décadas do século XX, procura-se, com justiça, recordar o passado de algumas das mulheres jornalistas

portuguesas. Como defende Silveirinha (2012), a componente histórica no que diz respeito à procura do “primeiro jornal” ou da “primeira jornalista” é uma tarefa decisiva e de grande importância na identificação de personagens que dão corpo à História. Embora o lugar e a importância que as mulheres tiveram na história do jornalismo continuem invisíveis e, acima de tudo, pouco problematizados.

Palavras-Chave: Mulheres; Jornalismo; Desigualdade; Ocultação; Imprensa.

Abstract: The place and role of Portuguese women in journalism have been scantily documented in the pages of history, particularly at the beginning of the 20th century. An exploration of the literature on this subject shows that the History and place of women in the Portuguese press is marked by the absence and concealment of figures and names (Esteves, 2003), especially until the 60s and 70s of the 20th century. The understanding of the role of women, whether in the field of art, politics or journalism, continues to suffer deviations. Still, these are no longer denied or hidden by History but rather denounced. Starting with a Narrative Bibliographical Review, from a methodological point of view, focusing mainly on the first decades of the 20th century, we try, with justice, to remember the past of some of the Portuguese women journalists. As Silveirinha (2012) argues, the historical component of the search for the “first newspaper” or the “first journalist” is a decisive and very important task in identifying the characters that give shape to history. However, the place and importance of women in the History of journalism remains invisible and, above all, little discussed.

Keywords: Women; Journalism; Inequality; Concealment; Press.

1. Introdução

A revisão narrativa compreende, *a priori*, a seleção de um tema, na tentativa de atualizar o estado da arte (Grant & Booth, 2009) e que, no caso do presente artigo, versa sobre o papel e o lugar das mulheres jornalistas portuguesas, ao longo da História, nomeadamente, na primeira metade do século XX, com reflexo nas três décadas seguintes. Numa tentativa de enquadramento teórico, importa refletir primeiramente sobre alguns dos conceitos que nos levam a uma abordagem epistemológica feminista, ao longo do presente texto.

A participação das mulheres nos jornais desde que há registo “é diversa, descontínua e ao pulso de um país onde os homens dominavam os meios de comunicação que garantiam a continuidade da sua visão cultural, social e política” (Silveirinha, 2012, p. 169). Subtil (2009) verificou que, até meados da década de 90, a intensa escolarização das jornalistas portuguesas não se repercutia na ocupação de lugares de chefia no interior das redações. Ou seja, apesar da recente entrada da mulher de forma massiva nesta profissão, a “elas cabem os cargos de execução, e não de decisão” (Bandeira, 2019, p. 109).

Tal como a investigação feminista e de género em comunicação tem mostrado, historicamente, o lugar das mulheres na imprensa é pautado por ausência e ocultação. A título de exemplo, as pioneiras da imprensa feminista portuguesa da Primeira República, foram desaparecendo sem que tivesse havido a preocupação de registar as suas preciosas memórias, admitindo-se e sabendo-se que os jornais são uma fonte importante para o estudo do feminismo português (Esteves, 2003). Todavia, Esteves (2003), conclui que não existem coleções completas e em bom estado da conservação da imprensa feminista mais relevante (Esteves, 2003). A ideia da mulher trabalhadora (Scott, 1994), espoletada nos mais diversos contextos profissionais, nas primeiras décadas do século XX, não eliminou a “invisibilidade de género” (McLeod, 2019) de que as mulheres são alvo, nomeadamente, por exemplo, quando se observa o retrato das primeiras mulheres repórteres em contexto de guerra.

Os estudos feministas sempre foram mais direcionados para investigar a representação das mulheres nos textos (Byerly, 2006), tendo como resultado uma ausência de dados que permitam mapear a presença das mulheres em empresas e suas possibilidades de decisão, capital, propriedade, nomeadamente nos *media*, ou seja, desembocando nos designados “silêncios da história” (Perrot, 1998). Sabe-se, contudo, que, como noutros campos profissionais, dos fenómenos pré-jornalísticos desde a Antiguidade, ao fenómeno jornalístico que nasce no século XIX devido ao surgimento de dispositivos técnicos, designadamente impressoras e rotativas, o jornalismo foi, durante os seus primórdios, dominado por homens, como assim retrata a história (Sousa, 2008).

O número de mulheres sofreu um aumento exponencial nas últimas três décadas ao redor do mundo (Gallagher, 2006; Van Zoonen, 1998). Todavia, a noção de que algum trabalho é para mulheres e outro trabalho é para homens (segregação horizontal de género) persiste junto com a segregação vertical: as mulheres ainda não atingiram uma massa crítica nos noticiários “sérios” e continuam a ser minoria nos cargos de alta gerência em organizações de notícias, onde o ‘*glass ceiling*’, uma barreira não oficialmente reconhecida para o avanço de uma profissão, afetando especialmente mulheres e membros de minorias (Ross, 2017; Steiner, 2014a), continua a limitar a promoção das mulheres às principais posições de decisão (Chambers et al., 2004).

Quando o sexo é uma variável de análise (Balka, 2002), são utilizadas ferramentas destinadas a descobrir as experiências quotidianas das mulheres, verificando-se que as desigualdades de género no acesso aos cargos de chefia têm vindo a ser atenuadas, mas não eliminadas. Steiner (2014b) observou, nos *media*, que 90% dos homens e apenas 65% das mulheres em cargos de chefia têm filhos, acentuando-se as falhas das profissionais mulheres relacionadas à “feminilidade”, tendo em conta que “elas não são vistas como líderes apropriadas; se o seu comportamento é inconsistente com os estereótipos de liderança, elas não são pensadas como mulheres adequadas” (Steiner, 2014b, p. 626). Estas realidades atuais de desigualdade de género

têm lastro no passado histórico das mulheres jornalistas nas redações portuguesas e que aqui procuramos recordar.

2. Percurso Metodológico

Destacar o papel e o lugar da mulher nas redações dos órgãos de comunicação, dos primórdios, no começo do século XX, à crescente entrada de profissionais de género feminino, ainda que tímida, fruto do regime ditatorial vigente, nas décadas de 60 e 70, é o objetivo do presente artigo, ao revisitar parte da bibliografia disponível. O fundamento não se trata, portanto, de responder a uma questão predefinida, mas verificar a bibliografia existente neste domínio, que como já verificaram outras autoras (Silveirinha & Simões, 2016), é parca e redutora. Não se opta por uma revisão integrativa da literatura que exigiria uma análise ampla e robusta da produção relacionada ao fenómeno, nem de uma revisão sistemática, que implicaria o desenho de perguntas claras e previamente definidas (Segura-Muñoz et al., 2002). O propósito é obter uma revisão narrativa, que não clarifica uma questão específica ou definida, mas antes o levantamento da literatura disponível, tentando reorganizar conhecimentos, através de várias fontes, que nos ilustrem o estado da arte. Um artigo de Revisão Narrativa compreende uma introdução e desenvolvimento em secções divididas, conclusão e referências bibliográficas (Khan et al., 2000), tal como se propõe no presente artigo.

A revisão narrativa permite, enquanto método de investigação, uma seleção temática mais ampla e flexível, não restringindo a abordagem a uma predefinição específica (Rother, 2007). Sobre o papel e o lugar da mulher jornalista na história das redações portuguesas, foram destacadas 53 entradas nas referências bibliográficas, entre livros, artigos, notícias, *blogues*, vídeos e outros recursos. Ou seja, foram considerados, inclusive, os arquivos digitais de vídeo e *blogues* para revisitação de alguns nomes, cuja bibliografia é praticamente inexistente.

3. Mulheres feministas, mulheres jornalistas

É a partir do final da II Guerra Mundial que começa a poder falar-se de feminização do jornalismo (North, 2009). Consideradas apenas como consumidoras e leitoras, a história foi negligenciando o papel da mulher enquanto produtoras. Saber-se-á, pois, sempre pouco sobre qual foi o papel das mulheres na história da imprensa se olharmos a forma como sempre foram ocultadas da arte, medicina, ciência (Erill, 2017).

No âmbito dos *media*, no apogeu da imprensa, a par com a revolução industrial, em Portugal, os estudos históricos sobre as mulheres jornalistas são sobretudo encontrados em publicações de índole política (Marques, 2014; Samara, 2007), associadas às correntes monárquicas *versus* republicanas, ou em grandes enciclopédias (Oliveira, 1991), generalistas o suficiente para não dedicarem mais do que uns breves parágrafos às mulheres que fizeram história no jornalismo português.

A nível nacional, Seixas (2004) estudou aprofundadamente Virgínia Quaresma, considerando-a “a primeira jornalista portuguesa” (Seixas, 2004). Quaresma entrou no mundo do jornalismo como profissional paga, num jornal político, em 1906, na secção *Jornal da Mulher de O Mundo*, tendo sido o seu papel considerado decisivo na primeira fase do movimento feminista português. Virgínia Quaresma foi a primeira jornalista a saber, em primeira mão, a 9 de março de 1916, da declaração de guerra, diretamente do ministro Augusto Soares que, no Palácio das Necessidades, recebia o barão de Rosen, ministro da Alemanha em Lisboa. Também Virgínia Quaresma se envolveu na luta feminista, ainda que de uma forma que, por vezes, se distanciava de outras feministas a quem chegou a mostrar o seu descontentamento. Em fevereiro de 1907, Virgínia Quaresma, defendia que “o feminismo em Portugal tinha de se adaptar à realidade do país, onde se registava o assustador número de 2.406.245 analfabetas”, devendo evitar-se “incitar a mulher portuguesa a reclamar o direito do voto, a investir-se na autoridade de magistrado, a cair no erro desastroso de proclamar

o amor livre e de tudo querer ser nos domínios políticos e morais da nossa sociedade, até porque, ideias excessivamente avançadas em meios acanhados, dão resultados contraproducentes” (Quaresma, 1907). Ora, neste mesmo período, uma outra mulher, de nome Maria Veleda, “não só era uma das vozes críticas do clericalismo, como tinha outra interpretação sobre a atuação das mulheres, atribuindo-lhes um cunho acentuadamente político, quando apelava à transformação do regime através do recurso à força” (Esteves, 2001, pp. 89-90).

Reconhecida como uma das primeiras mulheres jornalistas, Maria Lamas (1893-1983), a quem é atribuída “uma vida dedicada à luta pelos direitos das mulheres, ao jornalismo e à oposição ao regime ditatorial do Estado Novo” (Tavares, 2008, p. 88), destacou-se pelo seu trabalho pela dignificação da mulher, “bem expressos em toda a sua obra, seja na escrita para crianças, seja no romance ou na grande reportagem sobre as vidas das mulheres portuguesas” (Monteiro, 2021). A atividade jornalística de Maria Lamas começou em 1914, no jornal *O Foco*, jornal regional de Torres Vedras, com o pseudónimo Madressilva. Em 1920, foi trabalhar para a Agência Americana de Notícias. Todavia, há outros nomes de mulheres jornalistas portuguesas que surgiram no panorama mediático, anos antes. Alice Pestana, feminista e fundadora da Liga Portuguesa da Paz, em 1899, considerada a primeira organização feminista em Portugal, publicou o seu primeiro artigo, uma crítica à tradução da tragédia shakespeariana *Hamlet*, feita por D. Luís I, na revista *The Financial and Mercantile Gazette* (Samara, 2007). Também Alice Pestana, conhecida por Caiel, recorria ao uso de um pseudónimo¹.

O surgimento dos termos “feminista” e “feminismo” começaram a surgir amiúde na imprensa republicana (1906, 1907 e 1908) e a feminização do jornalismo está intrinsecamente relacionada com os primórdios do feminismo em Portugal. A Liga Republicana das

¹ Nascida em Santarém a 7 de abril de 1860, escritora, jornalista e pedagoga notável que na literatura usou, muitas vezes o pseudónimo de “CAIEL” (In <https://aps.ruasdelisboacomhistrria.blogspot.com/2014/04/ruas-com-nomes-de-jornalistas-2-serie-vi.html>)

Mulheres Portuguesas foi fundada em 1908 pela jornalista e escritora Ana de Castro Osório² e pelas médicas Carolina Beatriz Ângelo³ e Adelaide Cabete⁴, que são também pioneiras do jornalismo em Portugal. *A Semeadora*, publicação que perdurou entre 1915 e 1918, era propriedade da Empresa de Propaganda Feminista e Defesa dos Direitos da Mulher, tendo Ana de Castro Osório como secretária da redação, Antonia Bermudez como editora e Albertina Benicio como administradora. Ainda antes da fundação da Liga Republicana das Mulheres Portuguesas, Maria Olga de Moraes Sarmiento da Silveira dirigiu a publicação *Sociedade Futura*, criada em 1902, sucedendo no cargo a Ana de Castro Osório.

Fausta Pinto da Gama, uma das vozes mais fervorosas da Liga Republicana das Mulheres Portuguesas, participou na campanha pela aprovação da lei do divórcio e foi administradora da revista *A Mulher e a Criança*, em 1910, tendo colaborado ativamente nela, apesar de raramente assinar os textos (Esteves, 2010). De igual forma, Maria Benedita Mouzinho de Albuquerque de Faria Pinho integrou a comissão dirigente da revista oficial *A Mulher e a Criança*, juntamente com Ana de Castro Osório e Fausta Pinto da Gama, com o objetivo de abordar “questões político-sociais, históricas e educativas, sobretudo da mulher e da criança” (Esteves, 2022).

² Ana de Castro Osório (1872-1935) Intelectual, jornalista, ensaísta, conferencista, feminista e republicana, considerada uma das mais notáveis teóricas dos problemas da emancipação das mulheres, foi uma dedicada e incansável lutadora pela igualdade de direitos. Fundadora da Liga Republicana das Mulheres Portuguesas, do Grupo de Estudos Feministas e da Cruzada das Mulheres Portuguesas. Dirigiu várias publicações destinadas às mulheres e colaborou com inúmeros artigos, na imprensa. Foi consultora de Afonso Costa, Ministro da Justiça do Governo Provisório, na elaboração da lei do divórcio (Esteves, 1991).

³ Carolina Beatriz Ângelo, médica e feminista portuguesa, foi a primeira mulher cirurgiã e a primeira mulher a votar em Portugal, por ocasião das eleições da Assembleia Constituinte, em 1911.

⁴ Adelaide Cabete foi republicana, médica, professora e pioneira no ativismo. Uma figura incontornável na sociedade portuguesa no séc. XX, impulsionadora da emancipação das mulheres. Foi Presidente do Conselho Nacional das Mulheres Portuguesas (CNMP), o qual fundou em 1914.

4. Mulheres pioneiras no jornalismo português

O *Gazeta*, primeiro jornal português, nasceu em novembro de 1641 e foi publicado até setembro de 1647, tendo como principais redatores Manuel de Galhegos, João Franco Barreto e Francisco Brandão. Os nomes de mulheres jornalistas só surgiriam séculos mais tarde, com o exemplo dado por Virgínia Quaresma (1882-1973), surgindo posteriormente outros nomes como o de Beatriz Ferreira, que se iniciou no jornalismo em 1947, sendo a primeira mulher fotojornalista em Portugal (Sousa, 2022, p. 94). Neste percurso pioneiro das mulheres, no mundo do jornalismo, há outros nomes a realçar como o de Maria Clara Correia Alves, a primeira editora-chefe do *Boletim Oficial do Conselho Nacional das Mulheres Portuguesas*, de 1914 até 1916, e da revista *Alma Feminina*, até 1920, publicação que subsistiu entre 1917 e 1946, tendo sido ainda Presidente da Secção Jornalística, no ano de 1919, do Conselho Nacional das Mulheres Portuguesas (Tavares, 2008). Elina Guimarães assumiu a direção da revista *Alma Feminina*, nos anos de 1929 e 1930, tendo sido responsável pela *Página Feminista* na revista *Portugal Feminino* e manteve colaboração em múltiplos periódicos, entre os quais o *Diário de Lisboa*, *Seara Nova*, *Diário de Notícias* e *O Primeiro de Janeiro*.

Entre 1906 e 1907, Virgínia Quaresma concluiu o Curso Superior de Letras sendo, juntamente com Berta Gomes Valente de Almeida (1886-1982), uma das primeiras mulheres a licenciar-se em Portugal (Seixas, 2004). Em 1906, começou a trabalhar em *O Jornal da Noite*, tornando-se a primeira mulher jornalista em Portugal. Virgínia Quaresma começa a trabalhar no *Século*, a convite de Manuel Guimarães, em 1908, logo a seguir ao assassinato do rei D. Carlos. Virgínia Quaresma também esteve ligada à publicação *Alma Feminina*, e sobre a sua vocação e aceitação da mesma, Virgínia afirmou numa entrevista ao jornal *A Capital* o seguinte:

atrahiu-me (sic) a vida intensa do jornal, a febre da reportagem, toda esta emoção que só os profissionais podem sentir e

compreender. O meu gesto, se assim lhe posso chamar, causou um movimento de surpresa. Bem me lembro... Não faltava quem abrisse os olhos, rasgados de espanto, como que a perguntar se também as mulheres podiam ser jornalistas... Todos sabiam que não tinha entrado no jornalismo arrastada por sentimentos de vaidade, mas simplesmente por inclinação e ainda pela forte necessidade da luta pela vida⁵ (Sales & Mota, 2020, p. 292).

Devido ao prestígio que granjeou e ao conteúdo dos seus escritos, foi inclusivamente indicada para reger, na Universidade Popular (1907), uma disciplina acerca de temáticas do feminismo (Esteves, 2001, p. 90).

No passado histórico das primeiras mulheres no jornalismo português estão, igualmente, os nomes de Manuela Saraiva de Azevedo e Maria Antónia Palla. Manuela Saraiva de Azevedo, nascida a 31 de agosto de 1911, foi uma jornalista e escritora portuguesa, tendo sido a primeira jornalista mulher a ter carteira profissional em Portugal (Paulo, 2016). Trabalhou no jornal *República*, como redatora, e na revista *Vida Mundial* foi chefe de redação, no período de 1942 a 1945 (Rádio Renascença, 2017). Maria Antónia Palla foi a primeira mulher a estar inscrita no Sindicato dos Jornalistas, alcançando a direção deste organismo após a Revolução de 25 de Abril, juntamente com Maria Antónia de Sousa e Maria Antónia Fiadeiro, tendo sido as três apelidadas de “as três Antónias” por Maria de Lurdes Pintasilgo, adaptando a imagem das “três Marias” às autoras das *Novas Cartas Portuguesas* (Almeida, 2014). Maria Antónia Palla foi a primeira mulher que assumiu a presidência da Caixa de Previdência dos Jornalistas, desempenhando esse cargo durante doze anos. Foi uma das fundadoras da Liga dos Direitos das Mulheres e uma das promotoras da Biblioteca Feminista Ana de Castro Osório: “Antónia Palla lembra que os seus pares ‘achavam graça’ às suas reivindicações feministas” (Ventura, 2012, p. 131).

⁵ Informação consultada em: A Capital, 02/06/1912, p. 1.

Neste percurso das primeiras mulheres no jornalismo, há uma crua realidade que Ventura (2012) expõe. Excetuando-se Edite Soeiro, todas as jornalistas entrevistadas por Isabel Ventura em *As Primeiras Mulheres Repórteres. Portugal nos Anos 60 e 70* reclamaram a “dificuldade que as mulheres têm em assumir cargos de chefia, devido às resistências que se encontram” (Ventura, 2012, p. 131). A desempenhar cargos de chefia, ganhou popularidade Maria Carlota Álvares da Guerra (1921-2002), enquanto chefe de redação da *Crónica Feminina*, da Agência Portuguesa de Revistas, cargo que ocupou a partir de 1956, tendo sido igualmente tradutora de obras como as de Francesco Alberoni e desenvolveu uma carreira como repórter e cronista, ao iniciar o programa semanal *A Hora da Mulher* com Joaquim Pedro, na Rádio Renascença (Santos, 2022). Muitos anos antes, dirigida pela escritora Albertina de Sousa Paraíso, tem início no diário republicano *O Mundo*, de 25 de junho de 1906, a publicação da secção *Jornal da Mulher*, que, como o próprio jornal anuncia, era “uma publicação singela e concisa, sem artifícios de forma ou racionalismos metafísicos e que punha o elemento feminino ao corrente de tudo o que verdadeiramente lhe pode interessar, tanto no seu viver íntimo, no seu santuário doméstico como nas suas relações com o mundo e com a sociedade” (Esteves, 2022).

5. A invisibilidade das mulheres na rádio e na imprensa

Se olharmos o vasto domínio da comunicação, nomeadamente a rádio e a imprensa, são diversos os silêncios da história, que ocultam ou esquecem os nomes das mulheres. Por exemplo, a escassa bibliografia sobre o percurso das mulheres na rádio leva-nos a ter dificuldade em recordar os nomes das primeiras locutoras ou jornalistas. Mary Tarrant Rodrigues, conhecida por Mary, “a menina querida da rádio” (RTP, 1972)⁶, apesar de ser pioneira no percurso radiofónico,

⁶ Só em maio de 2024 Mary Tarrant Rodrigues passou a ter uma página própria na Wikipedia (https://pt.wikipedia.org/wiki/Mary_Tarrant_Rodrigues). A produção é resultado de uma iniciativa coordenada pela autora deste artigo em sua atividade docente.

no Rádio Clube Português, onde começou a trabalhar com 28 anos e com três filhos pequenos, assim recorda em entrevista à RTP (RTP, 1972), a 15 de abril de 1972, na qual se assume como a primeira locutora em Portugal e na Europa (RTP, 1972). Similarmente, Maria Leonor Pereira Magro “foi uma espécie de primeira dama da rádio. Maria Leonor, como era conhecida, foi uma das primeiras locutoras e apresentadoras da RTP, onde se tornou numa figura de grande popularidade, tendo entrado para a Emissora Nacional em 1946” (Santos, 2020). No âmbito da informação, Maria Leonor “desempenhou funções de repórter, entrevistadora, produtora radiofónica e comentadora de moda. Entrevistou, em línguas estrangeiras, para a rádio e televisão, mais de 500 personalidades de nível internacional, tendo sido também a primeira repórter feminina enviada ao Brasil” (Camacho, 2023).

Na tentativa de obter mais informação sobre as primeiras mulheres jornalistas nas rádios portuguesas, contactou-se, via telefone, o mais antigo locutor de rádio em atividade em Portugal, Aurélio Carlos Moreira. Nas décadas de 30 e 40 do século XX, no surgimento da rádio em Portugal, por “cada dez homens locutores, havia apenas duas mulheres” porque “parecia mal uma mulher ser locutora” (Moreira, comunicação pessoal, 13 fevereiro, 2024), assim recorda Aurélio Carlos Moreira, assumindo que, até à década de 60, as mulheres “liam ao microfone as notícias que os homens escreviam, o cenário só mudou depois do 25 de abril” (Moreira, comunicação pessoal, 13 fevereiro, 2024). Aurélio Carlos Moreira considera “difícil destacar a primeira mulher jornalista em rádio, porque as primeiras mulheres na rádio tanto faziam animação/programação, como liam notícias” (Moreira, comunicação pessoal, 13 fevereiro, 2024). Conhecedor dos primórdios da rádio em Portugal, Aurélio Carlos Moreira salienta os nomes de Etelvina Lopes de Almeida, da Emissora Nacional; de Maria Júlia Guerra, fundadora e diretora da revista *Crónica Feminina*, que também trabalhou na *Rádio Renascença*; de Dora Maria, da *Rádio Renascença*; de Maria Dinorah (RTP, 1995) com passagem pela *Rádio Graça*, *Rádio Peninsular* e *Emissora Nacional*; de Maria Madalena Patacho, com um prestigiado programa infantil na *Emissora Nacional*; e, ainda, de Ilda

Maria, da *Emissora Nacional*, que, “na década de 70, foi a primeira mulher a realizar um relato de futebol” (Moreira, comunicação pessoal, 13 fevereiro, 2024), garante o locutor Aurélio Carlos Moreira.

No que à imprensa diz respeito, a feminização e o rejuvenescimento das redações só viria a acontecer de forma mais evidente nas décadas de 60 e 70 do século XX, ou seja, nos anos que antecederam o fim do regime ditatorial do Estado Novo (Garcia, 2009) Altura em que “ocorreram mudanças internas ao campo jornalístico, como o aumento da qualificação escolar dos quadros, uma maior diversificação dos perfis dos jornalistas (com a progressiva entrada de jovens universitários, incluindo mulheres) e a introdução de novas formas de gestão em algumas empresas, nomeadamente ao nível do recrutamento e formação profissional, orgânica e funcionamento das redações com a introdução de melhorias tecnológicas” (Baptista, 2022, p. 122). É de sublinhar que “João Gomes foi o primeiro jornalista português a obter uma licenciatura em jornalismo – na então muito prestigiada Escola Superior de Jornalismo de Lille (França). Aconteceu em 1966, quando o ensino superior do jornalismo não era permitido em Portugal” (Castanheira, 2020). No entanto, as estruturas hierárquicas de poder não têm acompanhado o aumento da escolarização e da forte presença das mulheres no ensino superior em cursos da área da comunicação, demonstrando poucos efeitos numa maior presença das mulheres em lugares de decisão e gestão, ainda que, e como confirmam estudos em Espanha (Silva, 2010), as mulheres que trabalham nos *media* são academicamente mais preparadas do que os seus colegas homens. No entanto, as mulheres não ocupam os cargos gerenciais (Santamarina et al., 2015).

A poetisa Maria Teresa Horta foi uma das jornalistas que participou deste processo lento em que “as mulheres finalmente conquistaram um quarto que seja seu na redação” (Correia & Baptista, 2007, p. 382). Maria Teresa Horta só assumiria um projeto jornalístico de corpo inteiro após a viragem democrática em Portugal, com o lançamento da revista *Mulheres*. No período entre 1974 e 1978 optou por várias colaborações, de que são exemplo o jornal *Expresso* e a coluna *Livros*,

Autores, Leituras, na revista *Flama* à época em que era chefe de redação. “É no contexto dos anos 60 e 70 do século XX que a presença feminina assume expressão significativa e que extravasa as balizas das publicações femininas para se inserir na imprensa generalista” (Ventura, 2012, p. 21). Maria Teresa Horta inicia a carreira profissional, em 1968, no projeto *A Capital*, num vínculo que atravessará todo o marcelismo, prolongando-se até à mudança de regime inaugurada em 25 de Abril de 1974 (Faustino, 2014).

Na década de 60, do século XX, Edite Soeiro começou a trabalhar aos 16 anos no bissemanário *O Intransigente*, com sede em Benguela, e, em 1962, fixou-se em Lisboa. Foi na *Flama*⁷ que Edite Soeiro ganhou visibilidade como repórter. Dois grandes trabalhos destacam-se no conjunto deste período: a cobertura das cheias na região de Lisboa em 1967 e dos Jogos Olímpicos do México em 1968 (Baptista, 2022). Também na década de 60 do século XX tem destaque Maria Virgínia Aguiar, nascida em 1934, que foi uma das primeiras mulheres jornalistas portuguesas, tendo sido a primeira mulher a integrar a redação de um jornal diário: o vespertino *Diário Popular*, em 1967. No entanto, a sua passagem pelo *Diário Popular* foi curta ao ver-se forçada a abandonar a redação por estar grávida (Ventura, 2012).

Já na década de 70 do século XX dois nomes de mulheres jornalistas continuaram a luta pela feminização das redações: Alice Vieira e Diana Andringa. Alice Vieira iniciou aos 18 anos a sua carreira de jornalista na imprensa periódica, tendo começado no *Diário Popular*⁸ e no *Diário de Notícias*, onde fez parte da redação entre 1975 e 1992. Também Diana Andringa colaborou com o *Diário Popular* em 1967. Chegou a ser presa pela Polícia Internacional e de Defesa do Estado, a PIDE, por atividades subversivas, acabando por trabalhar como *copywriter* de publicidade. Aliás, o Estado Novo era “pouco tolerante

⁷ A Revista *Flama* foi uma publicação portuguesa fundada a 5 de fevereiro de 1937 como jornal quinzenário da Juventude Escolar Católica, tendo encerrado suas atividades a 2 de setembro de 1976.

⁸ O *Diário Popular* foi um jornal diário, lisboeta e vespertino, de grande tiragem em Portugal. Publicou-se entre 22 de setembro de 1942 e 28 de setembro de 1991.

com as atividades das mulheres que manifestassem oposição aos preceitos de Salazar e acaba por encerrar algumas instituições femininas, como a Associação Feminina Portuguesa para a Paz, o Movimento Nacional Democrático Feminino e o Conselho Nacional das Mulheres Portuguesas” (Ventura, 2012, p. 125). Diana Andringa exerceu mais tarde os cargos de subdiretora do *Diário de Lisboa* (1989-1990), subdiretora de atualidades na *RTP1* (1998-2001) e subdiretora da *RTP2* (2000-2001). Andringa recorda que “as suas experiências de chefia nem sempre foram bem toleradas. Mais do que isso, a discriminação de género manifesta-se na linguagem utilizada: chamavam-nos as menopáusicas, ora, nunca ouvi ninguém chamar um homem de andropáusico” (Ventura, 2012, p. 132). Ainda na segunda metade da década de 70 do século XX, Leonor Pinhão, torna-se a primeira mulher jornalista de um jornal temático: *A Bola*. Mas mais tarde, aos 40 anos, “a rutura com o jornalismo constitui uma revolta contra a agenda, pois, afirmou que: não queria que a minha vida fosse determinada pela agenda de ninguém” (Ventura, 2012, p. 160). Sai do jornalismo para continuar ligada ao futebol e torna-se uma das comentadoras do programa *Os Donos da Bola*, recordando Leonor Pinhão que havia mulheres que a abordavam na rua para lhe dizer que apesar de nem gostarem de futebol, adoravam vê-la (Ventura, 2012).

No que concerne à imprensa regional, conhecer o percurso das mulheres jornalistas é ainda mais difícil, quando os estudos existentes são parcos em referências à matriz regional. É de realçar o estudo de Irene Vaquinhas (2005), *As mulheres na imprensa regional. O caso de 'A Comarca de Arganil'*, que observou a colaboração de um pequeno núcleo feminino naquele jornal, destacando Arminda Sanches que, entre 1951 e 1974, publicou 175 artigos de primeira página (Vaquinhas, 2005, p. 70). Professora primária, como aliás outras colaboradoras deste jornal regional, Arminda Sanches entendia o jornalismo como um encargo de serviço público, e o jornal como um instrumento capaz de providenciar instrução e uma sólida educação moral, pilares da nova ordem social” (Vaquinhas, 2005, p. 71). Neste mesmo estudo de Irene Vaquinhas (2005), outro nome é salientado: Sara Beirão.

Nascida a 30 de julho de 1880, em Tábua, estudou na cidade do Porto e profissionaliza-se na área do jornalismo, de âmbito regional, aos 18 anos, no periódico *O Tabuense*, fundado pelo seu pai, assim como nos jornais *Beira Alta* e na revista *Humanidade*, sob pseudónimo de Álvaro de Vasconcelos. Além de Tábua, trabalhou em Coimbra e em Lisboa, onde chegou a ser diretora e editora da revista *Alma Feminina*, entre 1934 a 1946. Foi também militante na Liga Republicana das Mulheres Portuguesas e no Conselho Nacional das Mulheres Portuguesas, integrando em 1928, o “Grupo das Treze”, que surgiu em 1911 e que pretendia combater a ignorância e as superstições, o autoritarismo religioso e o conservadorismo que molestavam a sociedade portuguesa e impediam a emancipação das mulheres (Pais, 2012).

Embora existam várias investigações que exploraram a longa história da integração das mulheres no mercado de trabalho, enquanto jornalistas, desde pelo menos o século XIX, foi sobretudo durante a década de 1980-1990 (Subtil, 2009), que se verificou o *boom* de entrada das mulheres nos *media* industriais. Isabel Pascoal (1996) notou que, nessa década, a imprensa regional mostrava uma tendência evolutiva no sentido da feminização da profissão, também já verificada na imprensa nacional. Todavia, as mulheres tiveram no passado mais longínquo um papel secundário ou até ridicularizado. A longa história da produção de saber no âmbito da Comunicação Social está marcada pela ausência de reconhecimento da mulher e os estudos de jornalismo são exemplo disso em particular (Silveirinha & Simões, 2016).

6. Conclusão

A questão dos feminismos pela sua complexidade merece sempre uma abordagem histórica compreensiva da luta das mulheres feministas que reivindicaram o direito ao voto, que deram a vida por melhores condições laborais, que se manifestaram na rua pela liberdade sexual. Neste campo de estudos, não podem ficar de fora as primeiras mulheres jornalistas portuguesas que deram os primeiros passos na

profissão, predominantemente desempenhada por homens, no início do século XX. Quem estuda as questões de género, observando os obstáculos colocados às mulheres, não pode olvidar o papel e o lugar das mulheres jornalistas na sociedade portuguesa. Recorrendo ao uso de pseudónimos ou assumindo o nome próprio, verifica-se, pelos depoimentos disponíveis recolhidos, uma luta árdua pela credibilização do papel das mulheres jornalistas nas primeiras redações da imprensa portuguesa.

Não se pode deixar de observar, igualmente, que este passado histórico das mulheres jornalistas portuguesas, de luta pela afirmação enquanto profissionais, com reflexos do domínio patriarcal no jornalismo, permanece vivo, ainda que com nuances de desigualdade mais esbatidas, enquanto herança. Muitas mulheres continuam a não estar sensibilizadas para entrar no espaço mediático, numa classe profissional que ainda resiste à mudança. As mulheres jornalistas ainda continuam distantes dos lugares de chefia na imprensa, apesar de estarem em maior número nos cursos de comunicação (Steiner, 1998; Garcia, 2009; Subtil, 2009).

A discriminação de género parece estar presente quando se assume que a discriminação consiste em toda a distinção, exclusão ou restrição fundada no sexo, que tenha por finalidade ou por efeito o comprometimento ou a destruição do reconhecimento, gozo ou exercício de direitos e liberdades fundamentais por parte das mulheres, em condições de igualdade com os homens (Raposo, 2004, p. 298). A igualdade de género é, pois, um direito fundamental consagrado na Constituição da República Portuguesa (DJPJ, 2023).

Na ciência, na literatura, nas artes, na música, há uma série de nomes de mulheres que foram apagadas da história, para que, no seu lugar, fosse colocado o nome de um homem, responsável injusto por determinado feito. O livro *La Ciencia Oculta* (Erill, 2017) mostra o papel de 14 grandes investigadoras que foram remetidas ao anonimato, como Maria Kirch, descobridora de um cometa em 1702, que passou a vida catalogada como ajudante, primeiro do seu marido, depois de outro astrónomo e mais tarde, do seu filho.

Este cenário de ocultação verifica-se no seio do jornalismo português, com um reduzido número de mulheres, cujos nomes vão sendo registados, em alguns casos, postumamente.

A 1 de janeiro de 2016 entrou em vigor a resolução da Organização das Nações Unidas intitulada “Transformar o nosso mundo: Agenda 2030 de Desenvolvimento Sustentável” (UNESCO, 2023) constituída por 17 objetivos e 169 metas, que foi aprovada pelos líderes mundiais, a 25 de setembro de 2015. Um desses objetivos é a igualdade de género e, neste domínio, o presente trabalho reflete a necessidade da continuidade da investigação acerca do papel e do lugar da mulher jornalista portuguesa, ao longo dos séculos, na História.

Referências

- Almeida, S.J. (2014). Maria Antónia Palla: “Não tinha, como não tenho ainda hoje, respeito pelas hierarquias”. <https://www.publico.pt/2014/10/26/politica/entrevista/entrevista-com-maria-antonia-pallao-ps-ate-hoje-nao-compreendeu-o-que-e-liberdade-de-imprensa-167405>
- Balka, E. (2002). *The Invisibility of the Everyday: New Technology and Women's Work*. In Meehan, E. R. & Riordan, E. (Eds). (2002). *Sex and money: feminism and political economy in the media*. University of Minnesota Press.
- Bandeira, A. (2019). *Jornalismo e feminização da profissão: um estudo comparativo entre Brasil e Portugal*. Universidade Federal de Pernambuco.
- Baptista, C. (2022). *A modernização do jornalismo político em Portugal durante o período marcelista (1968-1974)*. In C. Baptista, & C. Camponez (Eds.), *Contributos para uma história dos jornalistas em Portugal* ICNOVA – Instituto de Comunicação da Nova. Disponível em: <https://doi.org/10.34619/xpg1-jl58>.
- Baptista, C. (2022). *Edite Soeiro, uma força do jornalismo e uma vida literária*. https://www.bnportugal.gov.pt/index.php?option=com_content&view=article&id=1658%3Aacido-de-conferencias--literatura-escrita-por-mulheres-edite-soeiro-uma-forca-do-jornalismo-e-uma-vida-literaria--24-fev-22--18h00&catid=173%3A2022&Itemid=1659&lang=pt.
- Byerly, C. (2006). *Feminist Research in an Era of Globalization*. Redes.com. *Revista de Estudios para el Desarrollo Social de la Comunicación*. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.15213/redes.n3.p>.
- Camacho, N. (2023). *Maria Leonor: uma referência na história da rádio*. <https://antena1.rtp.pt/politica-sociedade/maria-leonor-uma-referencia-na-historia-da-radio/>.
- Castanheira, J.P. (2020, Março). *João Gomes (1934-2020). O primeiro profissional com uma licenciatura em jornalismo*. <https://expresso.pt/sociedade/2020-03-26-Joao-Gomes--1934-2020--O-primeiro-profissional-com-uma-licenciatura-em-jornalismo>.
- Chambers, D., Steiner, L. & Fleming, C. (2004). *Women and Journalism*. Routledge.

- Correia, F. & Baptista, C. (2007). *Jornalistas. Do Ofício à Profissão. Mudanças no Jornalismo Português (1956-1968)*. Caminho.
- Direção-Geral da Política de Justiça. (2023). *A igualdade de género é um direito fundamental consagrado na Constituição da República Portuguesa*. <https://dgpj.justica.gov.pt/Documents/Igualdade-e-nao-discriminacao/Igualdade-entre-mulheres-e-homens>
- Erill, S. (2017). *La Ciencia Oculta*. Fundació Dr. Antonio Esteve.
- Esteves, J. (2001). *Os primórdios do feminismo em Portugal: a 1.ª década do século XX*. Penélope: revista de história e ciências sociais, ISSN 0871-7486, N.º. 25.
- Esteves, J. (2003). Falar de mulheres: silêncios e memórias. In Osório de Castro, Z. (dir.). *Falar de mulheres. Da igualdade à paridade*. Livros Horizonte.
- Esteves, J. (2010). *Silêncios e Memórias*. <http://silenciosememorias.blogspot.com/search/label/Albertina%20Para%C3%ADso>.
- Esteves, J. (2022). *A mulher portuguesa no jornalismo*. <http://silenciosememorias.blogspot.com/search/label/Albertina%20Para%C3%ADso>.
- Faustino, M. J. (2014). Maria Teresa Horta jornalista: percurso, memória e circunstâncias. *Comunicação Pública* [Online], Vol. 9 n15 | 2014. URL: <http://journals.openedition.org/cp/635>. DOI: <https://doi.org/10.4000/cp.635>.
- Gallagher, M. (2006). *Perspetivas Feminista sobre os Media. Ex Aequo* 14: 11-34.
- Garcia, J. L. (org.). (2009). *Estudos sobre os Jornalistas Portugueses: Metamorfoses e encruzilhadas no limiar do século XXI*. Imprensa de Ciência Sociais.
- Grant, MJ. & Booth, A. (2009). *A typology of reviews: an analysis of 14 review types and associated methodologies. Health Info Libr J.* 2009 Jun 1;26(2):91-108.
- Khan KS, Ter Riet G, Glanville J, Sowden AJ, Kleijnen J, (eds). (2000). *Undertaking Systematic Reviews of Research on Effectiveness*. CRD's Guidance for Carrying Out or Commissioning Reviews. 2nd ed. New York: NHS Centre for Reviews and Dissemination, University of York. <http://www.york.ac.uk/inst/cdr/report4.htm>.
- Marques, R. (2014). *1914, Portugal no ano da Grande Guerra*. Oficina do Livro.
- McLeod, L. (2019). Investigating “Missing” Women: Gender, Ghosts, and the Bosnian Peace Process. *International Studies Quarterly*, DOI: 10.1093/isq/sqz027.
- Monteiro, A. (2021). *Uma mulher de ação movida pelo amor à humanidade*. <https://gerador.eu/perfil-maria-lamas/>.
- Oliveira, M. (1991). *O Grande Livro dos Portugueses. Círculo de Leitores*. ISBN 9724201430.
- Pais, F. (2012). *Sarah Beirão – um exemplo de vida e para a vida (na modernidade)*. Município de Tábua.
- Paulo, D. (2016, Agosto). *Aos 105 anos a jornalista Manuela de Azevedo vai ser homenageada*. <https://www.publico.pt/2016/08/30/sociedade/noticia/aos-105-anos-a-jornalista-manuela-de-azevedo-e-homenageada-1742686>.
- Perrot, M. (1998). *Les Femmes ou les Silences de l'Histoire*. Paris, Flammarion.
- Pascoal, I. (1996). *Os jornalistas da imprensa regional e os condicionalismos ao exercício da profissão*. Artigo apresentado no III Congresso Português de Sociologia – Práticas e Processos de Mudança Social. Disponível em: www.aps.pt/cms/docs_prv/docs/DPR4926a435d94a4_1.pdf.
- Quaresma, V. (1907). *Jornal da Mulher: Crónica Feminista. O Mundo*. 9/02/1907, p. 4.
- Rádio Renascença. (2017, Fevereiro). *Morreu a primeira jornalista com carteira profissional em Portugal*. <https://rr.sapo.pt/noticia/pais/2017/02/10/morreu-a-primeira-jornalista-com-carteira-profissional-em-portugal/75815/>.

- Rádio Televisão Portuguesa. (1972). *Um Dia Com... Mary*. <https://arquivos.rtp.pt/conteudos/um-dia-com-mary/>
- Rádio Televisão Portuguesa. (1995). *Entrevista a Maria Dinorah*. <https://arquivos.rtp.pt/conteudos/entrevista-a-maria-dinorah/>
- Raposo, V. (2004). *O poder de Eva*. Livraria Almedina.
- Ross, K. (2017). *Gender, politics, news: a game of three sides*. John Wiley & Sons, Inc. Routledge.
- Rother, E. T. (2007). Revisão sistemática X Revisão narrativa. *Acta Paulista de Enfermagem*, 20(2), 5-6.
- Sales, J. C. & Mota, S. (2020). *Agência Latino-Americana: Um Contributo Para A História Das Agências De Notícias Em Portugal*. In Baptista, C. & Sousa, J.P. (2020). (Orgs). *Para Uma História Do Jornalismo Em Portugal* Coleção: Livros Icnova.
- Segura-Muñoz, S. I., Takayanagui, Â. M. M., Santos, C. B. dos, & Sanchez-Sweatman, O. (2002). *Revisão sistemática de literatura e metanálise: noções básicas sobre seu desenho, interpretação e aplicação na área da saúde*. Universidade de São Paulo.
- Samara, M. A. (2007). *Operárias e burguesas: as mulheres na República*. A Esfera das Letras.
- Santamarina, D., Peña Fernandez, S. & Ayerdi, K. (2015): “*The feminisation of journalism studies: an analysis of the Spanish case*”. *Revista Latina de Comunicación Social*, 70, pp. 566 to 583. DOI: 10.4185/RLCS-2015-1060en.
- Santos, R. (2020). *Fichas radiofônicas (5, 4ª parte) – Locutoras*. <https://radio.hypotheses.org/2859?fbclid=IwAR3aEykmqUEFzq0XABbJ9NRudsYZGZ4EQCwTvbV2zSSyEoBiPdjC48LRFk>.
- Santos, R. (2022). *Informação radiofônica (décadas de 1930 a 1970)*. Livros ICNOVA. Obtido de <https://coleccionicnova.fsh.unl.pt/index.php/icnova/article/view/109>.
- Scott, J. W. (1994). “*A mulher trabalhadora*”, in Georges Duby e Michelle Perrot (dir.). *História das Mulheres no Ocidente*, vol. 4, Porto, Afrontamento, pp. 443-475.
- Seixas, A. (2004). *Virgínia Quaresma (1882-1973): A primeira jornalista portuguesa*. Dissertação de Mestrado em Comunicação e Jornalismo. Universidade de Coimbra, Faculdade de Letras, Coimbra.
- Silva, S.M. (2010). *Mulheres e feminilidade em culturas ocupacionais de hegemonia masculina. Genealogia da lei da igualdade no trabalho e no emprego desde finais do Estado Novo. A Igualdade de Mulheres e Homens no Trabalho e no Emprego em Portugal – Políticas e Circunstâncias*. Virgínia Ferreira (org). Comissão para a Igualdade no Trabalho e no Emprego.
- Silveirinha, M. J. (2012). *As mulheres e a afirmação histórica da profissão jornalística: contributos para uma não-ossificação da História do jornalismo*. Comunicação e Sociedade, vol. 21, 2012, pp. 165-182.
- Silveirinha, M. J. & Simões, R. B. (2016). *As mulheres tentam compensar. O verbo ‘compensar’ é terrível, não é? Género e jornalismo em tempos de mudança*. DOI: 10.22355/exaequo.2016.33.03.
- Sousa, J. P. (2008). *Uma história breve do jornalismo no Ocidente*. Universidade Fernando Pessoa e Centro de Investigação Media & Jornalismo. Biblioteca online de Ciências da Comunicação.
- Sousa, J. P. (2022). *Portugal – Pequena história de um grande jornalismo II: da segmentação à digitalização*. Livros ICNOVA. Disponível em: <https://coleccionicnova.fsh.unl.pt/index.php/icnova/article/view/105>.

- Steiner, L. (1998). *Newsroom Accounts of Power at Work*. In Cynthia C., Gill. B. & Stuart Allan (ed). *News, gender, and power*. Routledge.
- Steiner, L. (2014a). Glassy architectures in journalism. In: Carter, C.; Steiner, L. & Mclaughlin, L. (org.). *The Routledge Companion to Media and Gender*. London and New York: Routledge, 2014. pp. 620-631
- Steiner, L. (2014b). *Feminist Media Theory*. In Robert S. Fortner & P. Mark Fackler (eds). *The Handbook of Media and Mass Communication Theory*. John Wiley & Sons.
- Subtil, F. (2009). *Anotações sobre o processo de feminização da profissão de jornalista na década de 1990*. In J. L. Garcia (Org.). *Estudos sobre os Jornalistas Portugueses: metamorfoses e encruzilhadas no limiar do século XXI* (pp. 93-108). Ics – Imprensa de Ciências Sociais.
- Tavares, M. (2008). *Feminismos em Portugal (1947-2007)* (tese de doutoramento, Universidade Aberta. Disponível em: <https://repositorioaberto.uab.pt/bitstream/10400.2/1346/1/Tese%20de%20doutoramento%20Manuela%20TavaresVF.pdf>.
- UNESCO. (2023). *Agenda 2030 de Desenvolvimento Sustentável*. <https://unescoportugal.mne.gov.pt/pt/temas/objetivos-de-desenvolvimento-sustentavel>
- Van Zoonen, L. (1998). *One of the girls? The changing gender of journalism*. In C. Carter, G. Branston, and S. Allan (eds.) *News, Gender and Power*. Routledge, pp. 33-46.
- Vaquinhas, I. (2005). *As mulheres na imprensa regional. O caso de A Comarca de Arganil (1901-1980)*. A Comarca de Arganil.
- Ventura, I. (2012). *As Primeiras Mulheres Repórteres. Portugal nos Anos 60 e 70*. Tinta da China.

(Página deixada propositadamente em branco)

**QUADROS DE SENTIDOS NO
DISCURSO JORNALÍSTICO DO G1
SOBRE O ACONTECIMENTO YANOMAMI**

**MEANING FRAMES IN THE JOURNALISTIC
DISCOURSE OF THE G1 ON THE
YANOMAMI INDIGENOUS EVENT**

Marcelo Almeida Duarte

Universidade Federal de Mato Grosso

ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-3168-3492>

Augusto Flamaryon Cecchin Bozz

Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Brasil

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-5723-2158>

Resumo: Registros fotográficos de Yanomami em estado de subalimentação, feitos pela *Uribi Associação Yanomami*, circularam no portal de notícias *G1*, em 2022. Em janeiro de 2023, uma das indígenas retratadas morreu. Em seguida, o *G1* delimitou novas molduras e condições para olhar e entender a morte da indígena a partir do registro fotográfico. A questão deste trabalho é: quais mudanças ocorreram nos quadros de sentidos convocados pelo *G1*, entre dezembro e janeiro, para que a fotografia tivesse proeminência na encarnação do acontecimento enquanto materialidade discursiva? Valemo-nos dos conceitos de “acontecimento” (Quéré, 2005; 2012), “enquadramento” (Goffman, 2012) e “Discurso” (Foucault, 2014a) e das etapas de individuação do acontecimento (Quéré, 2011) para compreender as mudanças nos quadros de

sentidos do *G1*. A primeira reportagem filiou o acontecimento no quadro “saúde pública” e o considerou a partir do pano de fundo do garimpo ilegal, da corrupção e do conflito armado. Em termos narrativos, a reportagem estrutura sua temporalidade como *continuum*, em que não há separação nítida entre eventos passados e o acontecimento. A segunda reportagem manteve a mesma inscrição da anterior, contudo, por conta da morte da indígena fotografada, a narrativização traz uma temporalidade disruptiva que quebra o *continuum*. Isso resulta na exclusão de referenciais de sentido anteriormente invocados e na assimilação de novos. Concluímos que as mudanças nos quadros de sentidos do discurso jornalístico do *G1* se dão em razão da comutação da narrativização do acontecimento.

Palavras-Chave: Quadros de sentido; Acontecimento; Yanomami; Discurso.

Abstract: Photographic records of Yanomami in a state of malnutrition, taken by the Urihi Yanomami Association, circulated on the G1 news in 2022. In January 2023, one of the registered indigenous people died. Then, G1 defined new frames and conditions to look at and understand this “death” event based on the photographic record. The search problem is: what changes occurred in the frames analysis mobilised by G1, between December and January so that photography would have prominence in the materialisation of the event as discourse? We make use of the concepts of “event” (Quéré, 2005; 2012), the notion of “frame analysis” (Goffman, 2012) and also the notion of “Discourse” (Foucault, 2014a,b) and the individuation stages of the event (Quéré, 2011) to understand the changes in the meanings. The first report connects the event to the “public health” framework and considers it from the background of illegal mining, corruption and armed conflict. In terms of narrativisation, the report structures its temporality as a *continuum* in which there is no clear separation between past occurrences and events. The second report maintains

the same inscription as the previous one. However, because of the death of the photographed indigenous woman, the narrativisation brings a disruptive temporality that breaks the *continuum*. This results in excluding previously invoked references of meaning and the assimilation of new ones. We conclude that the changes in the frames analysis of G1's journalistic discourse are due to the change in the narrativisation of the event.

Keywords: Frames Analysis; Events; Yanomami; Discourse.

1. Introdução

A *Uribi Associação Yanomami*, fundada em 2016, luta pelos direitos do povo originário Yanomami, comunidade indígena que se estende por toda a região do Surucucu (fronteira entre o Estado de Roraima, Brasil, e o Parque Nacional Parima Tapirapecó, Venezuela). A palavra *uribi*, na língua e na cosmologia Yanomami, significa “terra-floresta” e indica uma entidade viva inerente às complexas dinâmicas entre humanos e não-humanos. Ao longo de vários anos, a *Uribi Associação Yanomami* – doravante expressa no texto por “Associação” – buscou, por meio de registros fotográficos, dar visibilidade tanto à exploração predatória da floresta por parte dos “brancos”, quanto à consequente condição degradante dos povos originários da região do Surucucu. Entre 2020 e 2022, a Associação denunciou o descaso do Governo Brasileiro no combate à pandemia de COVID-19 nas comunidades indígenas, além de destacar as ininterruptas atividades do garimpo ilegal no território. Por via de estratégias comunicacionais diversas, a Associação lançou luz ao problema da desnutrição que assola a população Yanomami e que é decorrente de históricos conflitos económicos e políticos.

Em dezembro de 2022, a Associação fotografou crianças e idosos buscando denunciar o grave problema da desnutrição do povo Yanomami. Essas fotografias ganharam projeção nacional ao revelar tanto o estado físico dos indígenas quanto a possibilidade de extinção de

um povo inteiro. Entre dezembro de 2022 e janeiro de 2023, ocasião da divulgação das fotografias, os jornais brasileiros disputaram formas de descrever e contextualizar aquilo que se via nas imagens. Sabe-se que, desde a emergência da extrema-direita e a eleição de Jair Messias Bolsonaro à presidência do Brasil, em 2018, o Brasil vivencia disputas narrativas que buscam organizar os sentidos na política brasileira. Outubro e novembro de 2022 foram meses cruciais para essas disputas, posto que estavam em jogo as eleições presidenciais mais polarizadas da história nacional (Correio Braziliense, 2022; Fuks & Marques, 2022). É no bojo desse contexto que os jornais enquadraram os sentidos possíveis das fotografias disponibilizadas pela Associação. Alguns jornais tomavam as imagens como a evidência da irresponsabilidade do agora ex-presidente Jair Messias Bolsonaro (à época sem partido), enquanto outros buscavam ligações, por exemplo, na política econômica e ambiental do terceiro mandato do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (Partido dos Trabalhadores).

Dentre os inúmeros jornais, o portal de notícias do Grupo Globo, G1, chamou-nos atenção ao oferecer uma cobertura diária e, se adotarmos o ponto de vista da Federação Nacional dos Jornalistas (2014) e da Constituição Federal do Brasil (2016), eticamente problemática do chamado “caso Yanomami”. O G1 também se valeu amplamente das fotografias da Associação. Em meados de dezembro de 2022, a Associação divulgou a imagem de uma indígena idosa que apresentava um caso de desnutrição extrema. Na imagem, era possível observar uma frágil e debilitada indígena que, em cima de uma balança, com o apoio de outra pessoa, esforçava-se para equilibrar o corpo assolado pela fome. Na ocasião, o G1 reproduziu a imagem e outras fotos de crianças Yanomami também em estado de desnutrição. O conjunto de fotografias ilustrava o texto jornalístico sobre a situação dos indígenas naqueles últimos meses.

Todavia, em meados de janeiro de 2023, a referida fotografia da indígena reaparece na cobertura do G1, mas dessa vez isoladamente e ganhando outra notoriedade: o jornal noticiou, na época, a morte da idosa. A Associação, por meio de nota, solicitou que a imagem

da mulher fosse retirada dos meios de comunicação em respeito ao modo como os Yanomami compreendem a morte. Para a cosmologia Yanomami, a morte é marcada pelo apagamento dos rastros da pessoa: seu rosto é esquecido e seus pertences queimados; toda e qualquer materialidade ligada à pessoa deve-se esvaír junto dela. Segundo Kopenawa e Albert (2015, p. 237), os Yanonamis recusam

a revelar os nomes dos nossos mortos porque damos a eles muito valor. Temos muito respeito por eles. De modo que achamos que os brancos gostam de maltratar seus próprios falecidos. Prendem-nos debaixo da terra e insultam-nos, evocando seus nomes o tempo todo! (Kopenawa & Albert, 2015, p. 237).

Apesar disso, o portal G1 conseguiu autorização para manter o uso da imagem da mulher em sua cobertura, de modo a enquadrá-la nas disputas narrativas – o que leva a questionar, ainda que não seja o foco deste artigo, os limites dos interesses políticos dos jornais em traduzir as culturas indígenas, aqui em especial, a Yanomami (Castro, 2014).

Entre a primeira veiculação da fotografia no portal G1 (09/12/2022) e a última (22/01/2023), houve uma profunda mudança nos sentidos que a ancoravam. Buscando compreender os modos de produção de sentidos inerentes à prática jornalística, a questão central deste trabalho é: quais mudanças ocorreram nos quadros de sentidos convocados pelo G1, entre dezembro e janeiro, para que a fotografia da indígena, ao mesmo tempo, tivesse proeminência na encarnação discursiva do acontecimento e fosse seu elemento interpretativo principal?

Junto a essa, outras questões também se abrem. No que diz respeito ao encadeamento temporal: de que maneira a temporalidade é encarnada no jornal? Qual passado, presente e futuro são evocados pelo acontecimento e de que forma eles se apresentam nas matérias? No que diz respeito ao encadeamento narrativo: quais argumentos, estilos retóricos, discursos e atores sociais emergem no jornal após a morte da indígena? Essas questões, sem dúvida alguma, não esgotam

a profundidade do problema de pesquisa, mas visam traçar um caminho de investigação.

O objetivo do artigo é descrever e compreender como o portal de notícias G1 enquadrado, administrou e organizou, por intermédio do discurso jornalístico, a fotografia da indígena, oferecendo, assim, diferentes modos de inteligibilidade para o acontecimento. Sem dúvida, o ato da Associação de fotografar os Yanomami já se constitui como um enquadramento, mas as fotografias, ao circularem na imprensa, encontram ocasião para penetrarem em outros jogos de sentidos não previstos em sua origem. Acreditamos que essa pesquisa seja importante para a área e para o ofício jornalístico, uma vez que permite esclarecer o processo comunicacional de transformação do acontecimento em forma discursiva ao atribuir-lhe, por exemplo, uma dimensão pública que vai muito além da sobrevivência do próprio povo Yanomami.

Através do *corpus* de análise, reflete-se como o jornal, ao reportar um “facto”, estabelece uma ordem discursiva para o qual seus leitores possam buscar esquemas de inteligibilidade e referenciais de identificação. É claro que a Associação também realiza esse gesto ao dar visibilidade ao povo Yanomami para além de suas fronteiras. Tais esquemas não são da ordem individual, mas repousam em nossa cultura. O jornal, portanto, funciona como um dispositivo privilegiado de regulação dos sentidos do acontecimento ao enquadrá-lo em esquemas e interpretações já disponíveis (Gomes, 2003). O periódico lança o acontecimento em disputas políticas que fere gravemente a ontologia indígena, apesar do jornalismo justificar suas ações como neutras, desinteressadas, éticas e capturando, objetivamente, um sentido já dado pelo próprio acontecimento (Fante & Gallas, 2022).

Esperamos que este trabalho científico também possa oferecer uma compreensão da “comunicação” pelo viés pragmatista e que justifique estudos vindouros a partir de sua dimensão prática, fugindo de concepções representacionistas (como se os fenômenos presentes no mundo tivessem sentidos apriorísticos, cabendo à comunicação apenas representá-los) ou instrumentalista (nível de simples mensageira de informações). Ainda que essas concepções sejam interessantes,

elas oferecem pouco ao problema de pesquisa aqui proposto. Na perspectiva pragmática, a comunicação é pensada no aspecto constitutivista das relações sociais, abrindo ações possíveis aos sujeitos, uns sobre os outros e sobre o acontecimento.

2. Referencial teórico-metodológico

Para procedermos à pesquisa, valemo-nos dos conceitos de “acontecimento” (Quéré, 2005; 2012), da noção de “enquadramento” (Goffman, 2012), do contexto na perspectiva pragmatista, além da noção de “Discurso” (Charaudeau, 2013; Foucault, 2014a,b). Existem diferenças entre a abordagem pragmática da linguagem e a abordagem crítica do discurso, especialmente as abordagens francesas desta última. Todavia, a partir dos anos 90, as ciências da linguagem passaram a ter um caráter interdisciplinar, tendo contribuição de várias áreas do saber, tal como a filosofia pragmática, a sociologia e a antropologia (Maingueneau, 2015). Em nosso caso, usamos a noção de discurso como produção de sentido a partir de repertórios historicamente dados pela cultura.

No ensaio *A teoria da investigação* (Dewey, 2000), o autor reflete sobre a natureza existencial do acontecimento: “se não tivermos em mente a diferença entre mudança existencial, enquanto algo puramente existencial e enquanto objeto de julgamento, a natureza do acontecimento se torna um mistério inexplicável” (Dewey, 2000, p. 57). Pragmatistas clássicos (Dewey, 1974; Mead, 2008), pensam o acontecimento como o que vem de fora, emerge e acontece a alguém ou a um grupo, afetando a experiência cotidiana. Textualmente, usamos o termo “evento” como sinónimo de acontecimento, evitando, assim, repetições que atrapalhem a leitura.

Nessa linha de pensamento, Louis Quéré (2005; 2012) observa que o acontecimento possui uma dupla vida. A primeira vida é a existencial, ocorrendo no campo dos afetos e das emoções. Essa primeira vida é marcada por mudanças contingentes materializadas ao nosso

redor. Percebemos de modo primário tais mudanças através da experiência direta. Essa qualidade primeira do acontecimento não pode ser considerada um “objeto no discurso”, mas antes algo viçoso, novo, original, imediato (Quéré 2012). A segunda vida do acontecimento é a sua passagem de fenômeno existencial para objeto de conhecimento. Aqui, o acontecimento-objeto é o recorte do fluxo de mudanças, isolando-o em um contexto, onde se investiga a sua determinação.

O acontecimento em sua segunda vida implica na sua inscrição como objeto de pensamento e com possibilidade de significação pela cultura. É neste ponto que a comunicação, pensada pela via pragmatista, revela a dimensão prática do acontecimento. A comunicação não só se contenta em anunciar os acontecimentos, em nomeá-los e em fixá-los em rótulos, mas também se ocupa da sua significação, tornando-os algo a qual estamos conscientes da existência (Quéré, 2012). Ao significar o acontecimento, inserindo em discurso, consequentemente se instaura uma temporalidade onde é possível delimitar uma série de correlações. O discurso não é uma simples cadeia de palavras (léxico e sintaxe); não é uma frase transparente que traz em si uma conformidade natural com o acontecimento que designa. O discurso, segundo as pistas da filosofia da linguagem (Charaudeau, 2013; Foucault, 2014a; Mainueneau, 2015) compreende os modos históricos de produção de sentido e de sua organização.

Assim como o acontecimento-objeto é uma ordenação discursiva, também o tempo (passado, presente e futuro) é produzido. O acontecimento é uma emergência capaz de reordenar o espaço-tempo. O passado e o futuro sofrem alterações em decorrência da ruptura do presente como o evento inédito. Dessa forma, o passado não é absoluto; o passado é sempre passado de um presente experimental (Mead, 2008). Com efeito, na medida que um presente diferente se instaura, um passado diferente também é instaurado (Quéré, 2005). Junto à emergência do acontecimento nasce tanto o seu passado – entendido como o que condicionou o aparecimento do acontecimento – quanto o seu futuro – entendido como quais significados podemos dar e qual a previsibilidade para controlar a sua aparição (Mead, 2008).

Na primeira reportagem do *corpus* (G1, 2022), consideramos como primeira vida do acontecimento o apagamento da existência de um povo originário. Somos convocados pelo texto jornalístico a lidar com um evento que emerge em nosso presente, provocando uma descontinuidade. A segunda vida desse acontecimento foi comunicada como “crise humanitária”, possibilitando a inscrição do evento na ordem do discurso (comentário, debate, análise e entre outros), atribuindo uma identidade ao acontecimento. Na segunda matéria do *corpus* (G1, 2023a), a primeira vida do acontecimento foi a morte da mulher indígena, a qual comoveu o país ao materializar o processo de apagamento de uma comunidade inteira. A segunda vida desse acontecimento foi descrita como “morre indígena por desnutrição”. Essa morte passou a ser comunicada em uma rede de relações entre esse evento e outros.

Ao emergir em sua segunda vida, ou seja, enquanto sentido, o acontecimento permite indagações que extrapolam a sua condição existencial, tal como perguntar se seria possível evitar as mortes, prever se mais indígenas idosas teriam o mesmo desfecho, se outros Yanomami estariam na mesma situação. Essas são algumas das possibilidades de indagação que nascem juntamente com a segunda vida do acontecimento. Consideramos que é pela cultura que o acontecimento emerge em sua segunda vida. Em diferentes épocas e formas de vida, um mesmo acontecimento pode desencadear diferentes enquadramentos e significações. Não há produção de sentido fora da cultura que a suscita (Goffman, 2012).

Na cultura Yanomami, a segunda vida do acontecimento *morte* requer o apagamento de toda materialidade que remete à existência da pessoa. No caso da indígena, a Associação solicitou o apagamento do registro fotográfico. Por outro lado, a nossa cultura promove a segunda vida desse mesmo acontecimento em uma minuciosa descrição, tal como o G1 fez ao manter a imagem da indígena e associar a sua morte a outros eventos. Dessa forma, ao descrever a morte da indígena usando a imagem, o G1 levou a morte da indígena para além da sua existência, sujeitando-a a cruzamentos de sentidos que, sem dúvida alguma, violentaram a cosmologia Yanomami, mesmo que

o portal de notícias tivesse “boas intenções” e desejasse dar visibilidade ao genocídio indígena. A morte se tornou, assim, um objeto passível de investigação e julgamentos.

Dispomos de quadros de sentidos que nos ajudam a compreender o que se passa em um determinado momento (Goffman, 2012). Os quadros são tratados como estruturas de inteligibilidade convocadas para tornar uma certa situação compreensível e administrável, de modo a organizar os acontecimentos sociais e a nossa relação subjetiva com estes. Quando nos deparamos com determinadas situações, buscamos nas significações coletivamente partilhadas qual enquadramento conforma tal momento e, por conseguinte, qual conduta devemos adotar em relação àquela situação (Goffman, 2012).

O jornalismo é uma prática social e discursiva; ao interpretar o que se passa na atualidade, ele recorre a quadros de sentidos de nossa cultura para oferecer uma compreensão da situação dos Yanomami, apresentando uma linha de inteligibilidade ao seu leitor. O jornalismo produz enquadramentos, significação, sentido, de modo que determinados discursos sejam priorizados em detrimento de outros (Gradim, 2021; Gomes, 2003).

Além disso, as interações não são estáticas; em uma determinada situação, existem variações das ações em curso (Goffman, 2012). Mas ao recorrermos à cultura conseguimos colocar em destaque alguns quadros específicos a fim de organizar a experiência diante daquela interação em movimento. Dessa forma, determinados quadros podem adquirir primados sobre outros. Goffman (2012) propõe como quadros primários aqueles de ordem natural e social. Nosso interesse reside nos quadros primários sociais, pois estes agem como pano de fundo para compreensão do acontecimento. Os quadros primários sociais permitem entender objetivamente determinadas ocorrências e, posteriormente, descrever quais engajamentos são possíveis – engajamentos, vale dizer, que vão muito além daqueles previstos pela Associação ao disponibilizar suas fotografias para a imprensa. Os quadros são construídos e modificados socio-contextualmente e são, portanto, a centralidade da intersubjetividade de uma dada coletividade.

Ao analisar o acontecimento, o contexto jamais pode ser esquecido, pois seu negligenciamento acarreta uma falsificação das análises (Pogrebinski, 2005). Todo conhecimento a respeito de um determinado acontecimento é contextual (de Waal, 2007). Ou seja, os múltiplos quadros de sentidos dados pela cultura devem ser considerados dentro do contexto ao qual são convocados, podendo levar a diferentes investigações para saber como um acontecimento é enquadrado. Em nosso caso, não se pode considerar o jornalismo e sua produção de sentido através dos quadros primários sociais como exterior à situação a qual ele comunica. O enquadramento do jornal dado à primeira e à segunda reportagem considera o contexto em que se desenrolaram os acontecimentos: garimpo ilegal, fome, desvio de verbas, eleições presidenciais, etc.

Em resumo, a nossa premissa é de que o acontecimento só possui inteligibilidade dentro das práticas sociais. O discurso como prática social e em suas variações, tal como o jornalismo, atribui linearidade, ligações com outros eventos e significados, extrapolando o campo dos afetos e da sensibilidade. Todo discurso convoca quadros de sentidos que incluem referenciais e exclui outros. O discurso não apenas constrói o conhecimento como também o regula (Foucault, 2014b). Dessa forma, a descrição da imagem e a imagem por si só têm a pretensão de moldar e posicionar a compreensão do leitor. O jornal ao produzir um discurso sobre a imagem e na forma de imagem hierarquiza as informações, recorta, ajusta e delimita os sentidos. Essas mudanças nos quadros de sentidos possibilitam lançar luz a novas significações, outrora desconhecidas.

3. Critério de seleção do *Corpus*

Nosso primeiro contacto com a cobertura jornalística sobre o povo Yanomami ocorreu em janeiro de 2023. Na ocasião, soubemos que a Associação pediu para os jornais retirarem de suas produções e arquivos a fotografia da indígena que faleceu em decorrência da

desnutrição. Este pedido levou em consideração o respeito à cosmologia Yanomami. Na ocasião, nossa preocupação científica era entender a diferença cultural e antropológica entre as diversas experiências contemporâneas da morte. Imerso nesse tema, chamou-nos atenção a controvérsia nacional instaurada entre os jornais, tais como UOL, Folha de S.Paulo, Brasil de Fato e G1 (e suas necessidades de recobrirem o acontecimento com discursos “lógicos”) e o povo Yanomami. Ao mergulharmos nessa controvérsia, decidimos analisar as reportagens sobre o caso e vimos que o jornal G1 foi o único que decidiu manter a fotografia da indígena. Além disso, percebemos, através do arquivo digital dos jornais, que o jornal G1 havia publicado mais notícias sobre a situação dos Yanomami do que os outros. Isso nos levou a pesquisar mais profundamente apenas o veículo jornalístico G1.

A partir desses três critérios de seleção expostos acima (1. *tema*; 2. *importância nacional*; e 3. *veículo jornalístico*), decidimos, então, explorar o percurso da fotografia da indígena no portal de notícias G1 e observar as mudanças na produção de sentidos. Como recorte espaço-temporal do trabalho, decidimos analisar o momento em que a fotografia aparece, na reportagem *Novas imagens expõem crianças com desnutrição severa na Terra Yanomami*, de dezembro de 2022 (G1, 2022), e o momento em que a Associação pediu para que ela deixasse de circular, na reportagem *Morre mulher Yanomami fotografada em estado grave de desnutrição*, de janeiro de 2023 (G1, 2023a). Para responder à pergunta de pesquisa, foi preciso escolher essa amostragem, de modo a identificar, por comparação, as mudanças no quadro de sentidos que reorganizaram o acontecimento. Destacamos que o nosso propósito não foi analisar a imagem, nem a produção de sentido visual, mas a moldura que o jornal deu à imagem. Compreendemos a importância da fotografia para leitura do mundo, pois as fotografias escolhidas para representar um dado evento não são aleatórias, uma vez que instauram sentidos e emoções (Souza, 2014).

4. Procedimento de análise

Para análise das duas reportagens e a compreensão das mudanças nos quadros de sentidos, valemo-nos das etapas de individuação do acontecimento (Quéré, 2011). O relato de um acontecimento implica em organizá-lo de uma certa forma, atribuindo a ele um sentido, tornando-o compreensível ao público e lhe instaurando um atributo identitário que permita separá-lo dos demais em razão da sua especificidade. A individuação permite a reflexão e o julgamento do acontecimento por parte dos sujeitos. Ela é antes um processo coletivo de socialização do acontecimento por parte do público.

Usando o procedimento de individuação proposto por Quéré (2011), enquanto grade analítica, debruçamo-nos sobre as duas reportagens observando:

- I. a descrição: onde ocorre a categorização do acontecimento;
- II. a narrativização: adequação do acontecimento em um modelo temporal;
- III. o pano de fundo pragmático: atribuição de um sentido concreto e perceptível;
- IV. a caracterização como um problema público: a revisão do acontecimento enquanto desencadeador de uma problemática de ordem pública; e, por último,
- V. a normalização: a minimização da contingência do acontecimento e o seu enquadramento na tessitura social cotidiana, tornando-o senão um evento previsível, ao menos possível com base nos elementos dispostos à sua probabilidade de emergência.

5. Os quadros de sentido do G1

Neste tópico, analisamos o processo de individuação do acontecimento e os quadros de sentidos convocados em cada uma das reportagens. O propósito foi apresentar as diferenças entre os enquadramentos. Salientamos, todavia, e como se verá adiante, que apesar de buscarem

enquadramentos distintos, as duas reportagens em determinados momentos se valem dos mesmos quadros. Essa repetição de quadros de sentidos evidenciou o movimento de administração das potencialidades do acontecimento em uma linearidade temporal dada no dispositivo jornalístico. Primeiro, analisamos o processo de individualização onde a fotografia da indígena aparece junto a outras fotografias (G1, 2022). Em seguida, analisamos a reportagem (G1, 2023a) onde a fotografia da indígena, após sua morte, aparece isoladamente e com proeminência.

5.1. Descrição da reportagem do dia 09/12/2022

A reportagem (G1, 2022) inseriu a fotografia da indígena juntamente com outras fotografias disponibilizadas pela Associação. A *descrição* (onde ocorre a categorização do acontecimento) se dá no quadro de sentido “saúde pública”. Ao filiar o acontecimento dentro desse enquadramento, a reportagem permitiu uma inteligibilidade específica sobre a situação do povo Yanomami. Todavia, a escolha desse quadro de sentido para descrever o acontecimento não é sem justificativa. Ela se baseou no contexto e nos valores predominantes atualmente na sociedade, como assistência social do Estado aos povos considerados vulneráveis, os ideais de bem-estar sociais, ideais humanitários, entre outros.

Ao colocar o enunciado “problema crônico na reserva foi revelado em novembro do ano passado pelo Fantástico e g1” (G1, 2022, par. 1) em destaque, o jornal buscou enquadrar as imagens como prova de que os indígenas foram abandonados pelas instituições governamentais. Ao apontar no título “novas imagens”, o jornal também indicou que a temporalidade é um *continuum*, em que não há separação nítida dentro da *narrativização* (adequação do acontecimento em um modelo temporal) entre eventos passados e o acontecimento. Afinal, as imagens não marcam um novo momento, mas dão ênfase à tragédia pública em curso antes mesmo da obtenção do registro fotográfico. A fotografia da indígena pertence a essa temporalidade;

junto a outras, ela é o registro do apagamento da existência do povo Yanomami. O “novo”, portanto, é o *mesmo*, duplamente inscrito no passado: evidência e duração.

O *pano de fundo* (atribuição de um sentido concreto e perceptível) a qual as imagens são alocadas buscou situar o leitor no cenário do garimpo ilegal e do conflito armado presente na região do Surucucu. Esse estofo acolheu a caracterização do acontecimento (*descrição*) e suscitou determinadas ações dos indivíduos, de modo que a interpretação das fotografias, doravante atreladas ao garimpo, corrupção e violência, gerou reações que já são inteligíveis e habituais na sociedade. Estas foram da ordem da indignação, da violência e da sensação de injustiça, movimentando diversos setores da sociedade e instituições, tal como intelectuais, artistas, jornalistas, políticos e Associação (G1, 2023b).

No processo de individuação, tanto o caráter de *problema público* quanto a *normalização* (enquadramento na tessitura social cotidiana) do acontecimento passaram, do específico para o geral. Ao tratar o caso dos Yanomami como uma condição decorrente da negligência e corrupção do Distrito Sanitário Especial Indígena (Dsei-Y), a situação particular daquele povo se inscreveu em algo comum à sociedade brasileira, de conhecimento cotidiano dos leitores do portal de notícias G1. Isso ficou evidente no enunciado: “em novembro, a Polícia Federal e o Ministério Público Federal realizaram uma operação contra uma fraude na compra de remédios destinados ao Distrito Sanitário Especial Indígena Yanomami (Dsei-Y)” (G1, 2022, par. 7). O jornal denunciou a condição debilitada dos indígenas em uma relação problemática muito mais ampla, pois foi a corrupção o que possibilitou a falta de remédios e a exploração mineral ilegal pelos garimpeiros. Como mostra o enunciado “em 2020, o ano da pandemia, o garimpo ilegal avançou 30% na Terra Yanomami. Só o rio Uraricoera concentra 52% de todo o dano causado pela atividade ilegal” (G1, 2022, par. 20).

Ao datar o ano de 2020 como o período de maior avanço do garimpo ilegal, o jornal convocou indiretamente o leitor a lembrar quem era a autoridade responsável por combater esse tipo de prática em

terras brasileiras. Na ocasião, o ministro do meio ambiente, Ricardo Salles, foi acusado de ter uma relação amigável e próxima com garimpeiros e madeireiros (Folha de S.Paulo, 2020). Por fim, a situação dos Yanomami foi inserida em uma rede de explicação maior, como a crise humanitária. O que permitiu a reflexão, apontamentos e debates, pois a crise humanitária foi um assunto cotidiano e relevante para o Brasil e o mundo. O G1 enquadrou o acontecimento imprimindo ligações que partiram de sentidos locais e globais, de modo que é improvável apreender as fotografias sem passar pelas dimensões micro e macro que as enredam.

5.2. Descrição da reportagem do dia 22/01/2023

A reportagem “Morre mulher Yanomami fotografada em estado grave de desnutrição” (G1, 2023a, par. 1) também descreveu o acontecimento da morte da indígena no quadro de sentidos nomeado “saúde pública”. Porém, referente à *narrativização*, ocorreu uma mudança na temporalidade: houve duas dimensões temporais que se coadunaram. Junto ao *continuum*, que se referia às doenças que assolam os indígenas, houve um tempo fulgurante e disruptivo. Este tempo disjuntivo promoveu a quebra do *continuum* presente na matéria anterior, resultando na exclusão de referenciais de sentido antes convocados e na assimilação de novos: a saber, a morte por desnutrição encarnou na foto da indígena o futuro possível dos Yanomami, excluindo provisoriamente, portanto, a corrupção como problemática condicionante da situação dos indígenas. Essa mudança na *narrativização* se evidenciou na própria escolha do tempo do verbo “ter” no pretérito imperfeito do indicativo: “ela tinha 65 anos e era da comunidade Kataroa” (G1, 2023a, par. 1).

Todavia, o *pano de fundo*, a qual a morte da indígena foi descrita como ruptura, convocou o leitor a observar um cenário de avanço de enfermidades entre os povos indígenas: “a Terra Indígena Yanomami registra nos últimos anos agravamento na saúde dos indígenas,

com casos graves de crianças e adultos com desnutrição severa, verminose e malária” (G1, 2023a, par. 2). Neste ponto, houve o retorno do *continuum* como estratégia de *narrativização*, pois o jornal descreveu algo ainda em curso, como fica claro no enunciado “registra nos últimos anos”. Assim, a morte da indígena foi, ao mesmo tempo, instante fulgurante e evidência de que algo continuou ocorrendo na região dos Yanomami.

Enquanto *problema público*, o G1 inscreveu a morte da indígena na problemática da falta de estrutura (material humano e físico), de medidas de prevenção e de resposta do Estado ante a desassistência dos Yanomami. A reportagem mostrou que o Governo de Luiz Inácio Lula da Silva (Partido dos Trabalhadores) pretendeu reduzir essa problemática nas terras indígenas. O jornal trouxe o seguinte enunciado: “Ministério estuda acelerar um edital do Programa Mais Médicos para recrutar profissionais para atuação nos Distritos Sanitários Indígenas (Dsei)” (G1, 2023a, par. 12). Cabe ressaltar que o G1 comunicou a volta do “Programa Mais Médicos” para amarrá-lo a eventos políticos passados. No ano de 2019, o então presidente Jair Messias Bolsonaro (à época sem partido), lançou o programa “Médicos pelo Brasil”, com a promessa de substituir o programa anterior e reforçar a atenção primária de saúde do Sistema Único de Saúde brasileiro, o SUS, em municípios pequenos, remotos e em locais de vulnerabilidade, como as terras Yanomami. Todavia, o programa nunca funcionou na prática. Essa informação aparece apontada no enunciado que diz que, em 2022, “99 crianças Yanomami morreram, na maioria, por desnutrição, pneumonia e diarreia, doenças evitáveis” (G1, 2023a, par. 13).

Por meio de números e registros, o jornal relacionou a mortalidade indígena com a falta de assistência médica provocada pelo governo federal: “a estimativa é que, ao todo, no território, 570 crianças morreram nos últimos quatro anos, na gestão de Jair Bolsonaro”. Alguns pontos devem ser destacados: primeiro, ao se valer da quantificação, o jornal permitiu ao leitor dimensionar o alcance do problema, refletir sobre a sua causa e se ele pode gerar mais vítimas; segundo, ao dizer

“doenças evitáveis”, o jornal marcou que esse acontecimento poderia não ocorrer se o governo de Jair Messias Bolsonaro (à época sem partido) tivesse tomado as providências. Não é um apontamento leviano, mas um esforço por parte do jornal de enquadrar o acontecimento em uma lógica de causa e efeito decorrente de ações humanas e apontar a responsabilidade do governo de Jair Messias Bolsonaro (à época sem partido) diante do problema.

O termo “doenças evitáveis” evocou uma série de conceitos e uma rede de significações a respeito do futuro, pois alargou ainda mais a compreensão do acontecimento ao informar que os indígenas morreram por doenças curáveis, sobretudo, por meio de ações facilmente traçadas pelo Governo Federal. Em outros termos, ao se deparar com os números e com a fotografia da indígena, a experiência sensível do leitor se alarga ao saber que essa imagem poderia nunca ter saltado aos olhos se o Governo Federal tivesse tomado as devidas medidas. A fotografia da indígena materializou essa duplicidade, ao mesmo tempo, real e imaginária.

Foi preciso ressaltar que essa relação entre a morte da indígena (em decorrência de uma doença evitável) e o governo de Jair Messias Bolsonaro (à época sem partido) não foi um dado apriorístico. Em vez disso, essa conexão foi estabelecida pelo modo do G1 enquadrar o acontecimento. Foi o portal de notícias que conduziu o evento para essa linha de inteligibilidade. Também vale destacar que o leitor do jornal não é um indivíduo passivo no ato receptivo. O leitor, por seu turno, partindo das suas referências de significados, pôde concordar ou não com essa linha de inteligibilidade. Enquanto acontecimento existencial, não se pode fazer qualquer interferência sobre a morte da indígena, pois a morte não pertence ao campo do conhecimento. Entretanto, ao socializar esse evento, o G1 inseriu o acontecimento em uma rede de significados conhecida como “mortes por desnutrição”. Assim, a *normalização* da morte da indígena foi inserida no cenário de culpabilidade do governo brasileiro no tocante ao desamparo das comunidades indígenas.

6. As mudanças nos quadros de sentido: o acontecimento morte

Algumas mudanças ocorreram nos quadros de sentidos convocados pelo G1, entre dezembro de 2022 e janeiro de 2023, para que a fotografia da indígena tivesse, ao mesmo tempo, proeminência na encarnação discursiva do acontecimento e fosse seu elemento de significação principal. As mudanças nos quadros de sentidos de uma reportagem para outra se deu em razão da comutação da *narrativização* do acontecimento. Ao estabelecer uma temporalidade disruptiva, o jornal convocou novos quadros, tais como política, assistência médica e programas governamentais. Eles serviram para ressignificar não só a fotografia, que já era um enquadramento operado pela Associação, mas também estabelecer uma relação de culpabilidade entre a morte da indígena (em decorrência de uma “doença evitável”) e o caráter omissivo do governo do ex-presidente Jair Messias Bolsonaro (à época sem partido). Através de nova significação, a fotografia sustentou discursos antes não previstos.

A partir do princípio de individuação proposta por Quéré (2011), sintetizamos da seguinte forma as mudanças nos quadros de sentidos das duas reportagens. Quanto à *descrição*: a primeira reportagem utilizou elementos discursivos para descrever a experiência cotidiana dos Yanomami marcada pelo apagamento da etnia. Expressões como: “sofrendo com desnutrição”, “extremamente magros” e “situação dramática”, convocaram o leitor a interpretar o texto tendo como referência essas categorizações. Na segunda reportagem, o jornal reforçou ainda mais essa interpretação da situação dos Yanomami. Houve a adjetivação da experiência dos indígenas com expressões como “desnutrição severa” e similares. Isso enfatizou o tema da saúde pública como centralizador.

Quanto à *narrativização*: a primeira reportagem apresentou uma temporalidade que tem a função de corroborar com a descrição e, acima de tudo, inscrever o apagamento dos Yanomami em uma sequência linear de tempo em direção ao porvir, apresentando início e possível fim. Como o tempo foi *continuum*, o presente repete o passado.

Quanto ao futuro, ele é percebido como a emulação do presente (continuidade), ainda que possivelmente transformável pelas ações humanas. Ao enfatizar a situação dramática, pretendeu-se com isso provocar uma ação no aqui e no agora para interferir no curso do acontecimento. Já na segunda reportagem, a fotografia da indígena produziu uma disjunção temporal que antecipou o amanhã. A morte da indígena foi o desfecho que antes se buscava evitar. Entretanto, a ideia de um tempo linear não foi excluída, mas deslocada para outro nível. O tempo *continuum* foi convocado, doravante, para marcar a desnutrição severa. A fotografia, em seu terror, deu condições de possibilidade para perceber no presente as virtualidades do genocídio Yanomami.

Quanto ao *fundo pragmático*: a primeira reportagem (G1, 2022) apresentou ao leitor a informação de que, mesmo o garimpo não sendo proibido no Brasil, há uma variação problemática dessa prática, o garimpo ilegal (G1, 2023c). Neste *pano de fundo*, entendeu-se que na região do Surucucu não houve a regulamentação e a fiscalização do governo federal, o que propiciou a exploração de mão de obra barata, prostituição, proliferação de IST e violência (Oliveira, 2023). A segunda reportagem, por sua vez, indicou como *pano de fundo* o desmanche do SUS. A fotografia da indígena serviu como prova e testemunho do abandono do governo.

Quanto ao *problema público*: a primeira reportagem indica a corrupção, a má gestão de recursos públicos e o desvio de suprimentos. Assim, a situação dos Yanomami passou de sua particularidade para um problema de ordem social e política. Durante a pandemia de COVID-19, o Brasil se deparou com uma onda de reportagens sobre corrupção na área da saúde. A corrupção não só afetou os cofres públicos e a vacinação dos brasileiros, como também reforçou o complexo processo de apagamento dos Yanomami. Isso apareceu retratado nas fotografias presentes na matéria de dezembro. Já a segunda reportagem apresentou como *problema público* a ineficiência do SUS para chegar às regiões mais distantes. A fotografia testemunhou como a falta de atendimento médico corroborou a crise sanitária em terras indígenas. A reportagem jogou com a interdiscursividade, pois

nessa época era de conhecimento dos brasileiros que muitas regiões passavam meses sem a presença de agentes de saúde (Portella, 2023). A fotografia da indígena convocou o leitor a compreender o agravamento desse problema público.

Quanto à *normalização*: na primeira reportagem, as fotografias foram inseridas na relação clínico-social da desnutrição. Segundo o governo brasileiro (Portal da Secretaria de Atenção Primária à Saúde, s. d.) o país possuía 253 municípios brasileiros com 10% ou mais de crianças menores de cinco anos com desnutrição aguda, representando um total de 22.194 crianças. As imagens acabaram inseridas nesse panorama de desnutrição. A segunda matéria, sobre a morte da indígena, representada em preto e branco pela fotografia, foi inserida na relação de desassistência aos povos originários por parte do Estado brasileiro. Essa desassistência perpassou tanto a saúde como as questões de demarcação de território e escancarou os números apresentados pelo jornal. Foi por essa razão que a fotografia ganhou proeminência na encarnação discursiva do acontecimento e se tornou tanto elemento interpretativo, em razão da disputa de quadros de sentido através da fotografia, quanto posteriormente elemento articulador de interpretações, pois operou na produção de quadros de sentido.

7. Considerações Finais

A investigação demonstrou como a emergência de um acontecimento pode alterar a discursividade jornalística sobre determinado elemento e como a discursividade vai dar ao acontecimento uma inteligibilidade que não há *a priori*. Mostramos quais mudanças ocorreram nos quadros de sentidos convocados pelo G1, entre dezembro de 2022 e janeiro de 2023, para que a fotografia da indígena tivesse, ao mesmo tempo, proeminência na encarnação discursiva do acontecimento e fosse seu elemento interpretativo principal. Especificamente, identificamos que tal mudança se dá: 1) na temporalidade da narrativa, quando ela passa de um tempo *continuum* para um tempo factual;

2) na produção do problema a qual o registro da indígena foi inserido mesmo após a sua morte, passando de uma má gestão dos recursos públicos para uma ineficiência administrativa do SUS; e, por fim, 3) nas ligações exteriores que o jornal fez, deslocando seus argumentos e introduzindo novos atores sociais para reforçar o enquadramento.

Com o intuito de aprimorar a análise crítica do tema, é pertinente indagar sobre a responsabilidade ética do jornalismo na interpretação dos acontecimentos. Ao veicular a imagem da indígena mesmo após seu falecimento e distorcer a compreensão da morte pelos Yanomami, o G1 não estaria perpetrando uma violência epistemológica e ontológica contra os indígenas? Desconsiderar a cosmologia indígena em prol de uma abordagem sensacionalista não acarretaria implicações éticas e políticas significativas para a preservação da identidade e existência dos povos originários?

Nas mais diversas formas de conceber a morte por parte dos povos indígenas brasileiros, os Yanomami têm uma ritualidade bem diferente do nosso modo de entender a morte. Como já mencionado, eles apagam os rastros da pessoa morta, dissipando com ela seu nome, suas lembranças, seus objetos, sua vida. Isso é uma forma de significar a morte e compreender suas possíveis nuances, tomar consciência de seus aspectos e, em último caso, controlar esse evento taciturno. Para os Yanomami a morte sustenta os alicerces da estruturação simbólica do ordenamento cosmológico, sendo parte fundamental da cultura e da própria organização social (Ramalho, 2008).

O G1 (2023), ao trazer em preto e branco a fotografia da indígena, não só esfacela o ritual Yanomami como também o ressignifica dentro da nossa cultura (Castro, 2014). Vale lembrar que o preto e o branco são elementos nossos, refletem o modo como nossa cultura traduz a morte e o morrer. Ele enuncia não o apagamento da pessoa, mas a perda de tonalidade vital. Outro ponto interessante é quanto à abordagem jornalística que, ao enquadrar a morte em nossos termos culturais, retirou do povo Yanomami toda a capacidade de agência, provocando uma violência discursiva que silencia as possibilidades dos indígenas de representarem a si mesmos na imprensa. Mesmo o

G1 se valendo de uma associação Yanomami, vale lembrar que a Associação não fala pelo todo, mas busca potencializar constantemente a agência (capacidade de agir e de se representar).

A postura adotada pelo G1, ao satisfazer a “fome discursiva” de nossa cultura, transgrediu não apenas o Artigo 11º do Código de Ética do Jornalismo, que preconiza evitar a divulgação de informações de caráter mórbido (Fenaj, 2014), mas também compromete a própria luta dos Yanomami por sua existência e viola os direitos dos povos originários, assegurados pela Constituição Federal no seu no Capítulo VIII – Dos Índios, no Artigo 231º. Diversas comunidades indígenas têm desenvolvido diretrizes para orientar jornalistas na abordagem de temas sensíveis, como o caso dos Yanomami (Fante & Gallas, 2022). A reflexão sobre a cobertura jornalística do G1 estudada neste trabalho ressaltou a necessidade dos jornalistas compreenderem mais profundamente os aspectos socioculturais dessas comunidades, de modo a não aplicarem abordagens técnicas genéricas sem considerar as particularidades das vivências culturais, evitando assim silenciamentos epistêmicos.

Como nossa abordagem comunicacional foi pragmatista, observamos a situação dos Yanomami através da perspectiva das interações sociais: de um lado, os quadros de sentidos depositados na sociedade e evocados pelo jornal e, de outro, os quadros de sentidos que servem de inteligibilidade para os leitores. Ou seja, nesse caso, a comunicação não é compreendida como representação do “acontecimento” (facto), como se este possuísse uma significação *a priori* refletida ou transmitida pelo jornal. A sua construção como acontecimento se dá no próprio ato comunicativo. Outras perspectivas comunicacionais podem vislumbrar novas possibilidades de compreensão. Afinal, o acontecimento não se esgotou nesse breve texto.

Referências

- Brasil. (2016). *Constituição 1988. Constituição da República Federativa do Brasil*, pp. 1-496.
- Charaudeau, P. (2013). *Discurso das mídias*. (A. Corrêa trad. 2 ed., 2ª reimpressão). Contexto.

- Castro, E. V. Esboço da cosmologia yawalapíti. In Castro, E. V. (2014). *A inconstância da alma selvagem e outros ensaios de antropologia* (pp. 25-86). COSAC & NAIFY.
- Correio Braziliense, (2022, outubro 02). *Maior eleição da história é marcada por polarização, embates e questionamentos*. <https://www.correiobraziliense.com.br/politica/2022/10/5041129-maior-eleicao-da-historia-e-marcada-por-polarizacao-embates-e-questionamentos.html>
- De Waal, C. (2007). *Sobrepragmatismo*. (C.T. Rodrigues trad.). Edições Loyola.
- Dewey, J. (2000). *El patrón de la investigación*. In Dewey, J. *La miséria de la epistemología*. (Á. M. Ferreira trad., pp. 113-132). Biblioteca Nueva.
- Fante, E.; & Gallas, D. (2022). *Como cobrir temas indígenas: recomendações de jornalistas indígenas a jornalistas não indígenas*. (1ª ed.) Editora dos autores.
- Federação Nacional dos Jornalistas. (2014). *Código de ética dos jornalistas brasileiros*. Brasília. Disponível em <https://fenaj.org.br/wp-content/uploads/2014/06/04-codigodeetica dosjornalistasbrasil.org>
- Folha de S.Paulo. (2020, Agosto 21). *MPF investiga se avião da FAB levou garimpeiros para encontro com Salles*. <https://www1.folha.uol.com.br/ambiente/2020/08/mpf-investiga-se-aviao-da-fab-levou-garimpeiros-para-encontro-com-salles.shtml>
- Foucault, M. (2014a). *Arqueologia do saber*. (L. F. Nves trad. 8 ed.). Forense Universitária.
- Foucault, M. (2014b). *A ordem do discurso*. (L. F. Sampaio trad. 24 ed.). Edições Loyola.
- Fuks, M., & Marques, P. H.. (2022). Polarização e contexto: medindo e explicando a polarização política no Brasil. *Opinião Pública*, 28(3), 560-593. <https://doi.org/10.1590/1807-01912022283560>
- G1. (2022, Dezembro 09). *Novas imagens expõem crianças com desnutrição severa na Terra Yanomami*. <https://g1.globo.com/rr/roraima/noticia/2022/12/09/novas-imagens-expoem-mais-uma-vez-casos-criancas-com-desnutricao-severa-na-terra-yanomami.ghtml>
- G1. (2023a, Janeiro 22). *Morre mulher Yanomami fotografada em estado grave de desnutrição*. <https://g1.globo.com/rr/roraima/noticia/2023/01/22/morre-mulher-yanomami-fotografada-em-estado-grave-de-desnutricao.ghtml>
- G1. (2023b, Janeiro 28). *Em show politizado, Criolo pede pelos Yanomami, recebe Ney Matogrosso e celebra as misturas da música brasileira*. <https://g1.globo.com/ba/bahia/fvsalvador/noticia/2023/01/28/em-show-politizado-criolo-pede-pelos-yanomami-recebe-ney-matogrosso-e-celebra-as-misturas-da-musica-brasileira.ghtml>
- G1. (2023c, Fevereiro 01). *Garimpo ilegal na Terra Yanomami cresceu 54% em 2022*. Portal de Notícias G1. <https://g1.globo.com/rr/roraima/noticia/2023/02/01/garimpo-ilegal-na-terra-yanomami-cresceu-54percent-em-2022-aponta-levantamento-de-associacao.ghtml>.
- Gradim, Anabela. O *Contributo das Teorias de Framing para o Diálogo Intercultural*. In: Comunicação, cultura e sensibilidade: cadernos multimundos/Benedito Dielcio Moreira, Pedro Pinto de Oliveira, Aclyse de Mattos (orgs). Bagé, RS, 2021. 186 p; v1.
- Goffman, E. (2012). *Os quadros da experiência social: uma perspectiva de análise*. (G. A. Tilton trad. 1ª ed.). Editora Vozes.
- Gomes, M. R. (2003). *Poder no jornalismo: discernir, disciplinar, controlar*. São Paulo: Hacker; EDUSP.
- Kopenawa, D.; Albert, B. (2015). A fumaça do metal In Kopenawa, D.; Albert, B. *A queda do céu. Palavras de um xamã Yanomami*. (B. Perrone-Moisés trad.). Companhia das Letras.

- Mangueneau, D. (2015). *Discurso e análise do discurso*. (Sírio Possenti, trad.). Parábola Editorial.
- Mead, G. H. (2008). Emergencia e Identidad. In Mead, G. H. *La filosofía del presente*. (I. S. de la Yncera trad., pp. 221-234). Centro de Investigaciones Sociológicas.
- Oliveira, V. (2023, Março 16). *Aliciadores atraem mulheres pelas redes sociais para prostituição em garimpos ilegais na Terra Yanomami, diz PF*. G1. <https://g1.globo.com/rr/roraima/noticia/2023/03/16/aliciadores-atraem-mulheres-pelas-redes-sociais-para-prostituicao-em-garimpos-ilegais-na-terra-yanomami-diz-pf.ghtml>
- Portal da Secretaria de Atenção Primária à Saúde. *Prevenção e Controle de Agravos Nutricionais*. Ministério da Saúde. <https://www.gov.br/saude/pt-br/composicao/saps/nutrisus>
- Pogrebinschi, T. (2005). *Pragmatismo: teoria social e política*. Relume Dumará.
- Portela, M. (2023, Abril 16). *Salários altos atraem médicos para áreas remotas na Amazônia*. Correio Braziliense. <https://www.correiobraziliense.com.br/brasil/2023/04/5087696-altos-salarios-atraem-medicos-a-areas-remotas-na-amazonia.html>
- Quéré, L. (2011). *A individualização do acontecimento no quadro da experiência pública*. Caleidoscópio: revista de comunicação e cultura, 10, pp. 13-37. <https://recil.ensinulusofona.pt/bitstream/10437/6050/1/Louis%20Quere.pdf>
- Quéré, L. (2012). *A dupla vida do acontecimento: por um realismo pragmático*. In Quéré, L. *Acontecimento: reverberações*. (G. J. de Freitas Teixeira & V. Chacham trad., pp. 21-38). Autêntica.
- Quéré, L. (2005). *Entre o facto e o sentido: a dualidade do acontecimento*. Trajectos: revista de Comunicação, Cultura e Educação, (6), pp. 59-75.
- Ramalho, M. (2008). *Os Yanomami e a morte*. 168 p. Tese (Doutorado em Antropologia). Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, Brasília.
- Souza, V. (2014). *Criando ícones: a construção da imagem das guerras pelas fotos*. Discursos Fotográficos. *Discursos Fotográficos Londrina*, 10(16), pp. 85-109, Doi: <https://doi.org/10.5433/1984-7939.2014v10n16p85>.

(Página deixada propositadamente em branco)

**UMA LONGA VIAGEM (2011), LÚCIA MURAT:
A PERFORMANCE DO VAZIO NA AUTOBIOGRAFIA
PARA O PREENCHIMENTO
DE UMA MEMÓRIA FRAGMENTADA**

**UMA LONGA VIAGEM (2011), LÚCIA MURAT:
THE EMPTINESS PERFORMANCE IN
AUTOBIOGRAPHY TO FILL
A FRAGMENTED MEMORY**

Giovanna Affonso de Campos

Instituto Politécnico de Lisboa, Escola Superior de Teatro e Cinema

ORCID: <https://orcid.org/0009-0008-8036-7430>

Resumo: Ao tomar como base os conceitos definidores de documentário e autobiografia (Nichols, 2017; Ramos, 2008; Sarmiento-Pantoja, 2016; Lejeune, 2008), o estudo pretende destacar os pactos documentais e biográficos estabelecidos no filme *Uma Longa Viagem*, de Lúcia Murat (2011). No entanto, a partir da análise do objeto fílmico e dos excertos ficcionais e de encenação que percorrem a obra, enfatiza-se como a falta de registros e a impossibilidade de filmar uma memória fragmentada, faz com que a realizadora se lance para o exercício da ficção. Em um tempo que a autoficção cinematográfica atinge um caráter comercial de grande profusão, se torna interessante olhar para os momentos em que a especulação midiática não ditava as regras do jogo deste tipo de obra de forma tão estabelecida e criar uma percepção do que caracteriza a necessidade de ficção-

nalizar e quais são os efeitos disto. Através de um método de cunho descritivo-qualitativo, que combina o discurso teórico com a análise fílmica, discute-se a decisão de Lúcia Murat por um filme autobiográfico atravessado por um texto epistolar que, acometido pelo vazio de uma memória, pela ausência provocada por um período de encarceramento e pela morte do terceiro irmão, instalou na realizadora a necessidade da ficção.

Palavras-Chave: Autobiografia; Documentário; Autoficção; Performance; Lúcia Murat.

Abstract: Based on the defining concepts of documentary and autobiography (Nichols, 2017; Ramos, 2008; Sarmiento-Pantoja, 2016; Lejeune, 2008), the study aims to highlight the documentary and biographical elements established in Lúcia Murat's film *Uma Longa Viagem* (2011). However, the analysis of the film object and the presence of fictional elements and staged scenes in the film emphasises how the absence of records and the inability to capture a fragmented memory compel the director to exercise fiction. In an era where autofiction filmmaking has become increasingly commercialised, it is intriguing to examine moments when media speculation did not rigidly dictate the rules of this category, thereby exploring what drives the need for fictionalisation and its effects. Through a descriptive-qualitative method, which combines theoretical discourse with film analysis, we discuss Lúcia Murat's decision for an autobiographical film intertwined by an epistolary text, affected by the void of memory, the absence caused by a period of incarceration and by the death of her third brother instilled within the director the need for fiction.

Keywords: Autobiography; Documentary; Autofiction; Performance; Lúcia Murat.

1. O real no documentário, na autobiografia e na autoficção

Um gênero por muito tempo não reconhecido pela prática e crítica literária, a autobiografia teve que ser debatida e construída pelos teóricos e por seus autores ao longo de muitos anos para só então passar a ser um pouco mais aceita e estudada como uma construção narrativa legítima (Lejeune, 2008). Tal movimento hoje é visto de forma similar com relação à autoficção. Após o *boom* literário e seu “recente” crescimento no âmbito cinematográfico, a prática da escrita ficcional de si tornou-se alvo de debates. Essas argumentações giram em torno seja da discussão sobre caracterização de um novo gênero, seja sobre a ideia de a autoficção ser entendida mais como um posicionamento comercial do que como uma construção intencional, visto que a autoficção sempre foi exercida por autores em diferentes contextos e épocas, ou seja, ainda por outras problemáticas levantadas dentro deste universo. O tema, controverso e ambíguo, é campo fértil para a análise e debate teórico e este é o proposto no presente estudo.

Na análise de um filme documentário, é importante considerar a “leitura documentarizante” de Odin (2012), que destaca o papel do espectador na construção da imagem do Enunciador, baseado em sua percepção da realidade. No entanto, a intenção documental do autor é o ponto de partida crucial para determinar a compreensão e interpretação do documentário, é a intenção documental do autor que inicia o acordo. Assim defende Ramos (2008) ao ensaiar uma possível definição do gênero documentário pautado por esta premissa, como ele afirma: “poderíamos dizer que o documentário pode ser definido pela *intenção* [ênfase adicionada] de seu autor em fazer um documentário» (p. 8). Enquanto Nichols (2017) em seu livro *Introduction to Documentary*, propõe uma definição mais conectada à realidade e argumenta que os documentários tratam sobre a realidade e sobre algo que realmente aconteceu; tratam sobre pessoas reais; e contam histórias sobre o que aconteceu no mundo real.

No entanto, isso nos leva a questionar: como estudar um filme que, ao mesmo tempo em que narra histórias envolvendo pessoas

reais, não o faz necessariamente sobre eventos que realmente ocorreram? Ou um filme que trata sobre pessoas reais em determinado contexto histórico do mundo e que, no entanto, reagem a eventos fictícios, criados para o filme? E ainda: quando o próprio autor se insere no objeto documentado, quais são os limites morais quanto ao “eu-personagem” retratado? O quanto da ficcionalização de si é permitida no gênero já que o eu real está inserido? Tais perguntas já são tema de estudos e revisões e, neste sentido, propomos aprofundar o debate sobre estas provocações e discutir a autobiografia e a necessidade de uma autoficção a partir do filme *Uma Longa Viagem* (Murat, 2011).

Como metodologia, e para conduzir uma investigação relevante na direção da reflexividade analítica e pós-estruturalista, será adotado um método de cunho descritivo-qualitativo, que combina o discurso teórico com a análise fílmica. Neste sentido, a abordagem inicial será uma análise teórica e conceitual dos gêneros e das caracterizações mencionadas anteriormente, incluindo documentário, autobiografia e autoficção. O objetivo é identificar e discutir as características que permeiam as fronteiras desses termos nas estruturas do filme. Em seguida, será realizada uma segunda análise, explorando a ficcionalização, a performance e os motivos apresentados pelo filme, que levaram a realizadora a adotar essa forma narrativa. A conclusão será fundamentada na metodologia explorada ao longo dos tópicos e ampliará o debate a respeito das perspectivas no que concerne às tensões entre o real e o ficcional nas narrativas e apresentará os resultados atingidos pela obra de Lúcia Murat ao adotar este tipo de discurso.

Ao perceber que não conseguia acessar as memórias do irmão Heitor Murat Vasconcellos, o único detentor das lembranças daquilo que ele viveu quando esteve exilado do Brasil, ao mesmo tempo que tentava manter viva a memória do terceiro irmão, Miguel Murat Vasconcellos, que havia acabado de falecer, Lúcia Murat percebe que a única saída para preencher esse vazio é a ficção. Então abraça a ideia de não saber e aceita o jogo de criar sobre algo que não existe enquanto verdade, mas sim enquanto reminiscência e efabulação de um vazio.

Nichols (2017) afirma que “a tensão entre as expectativas estabelecidas e a inovação individual revela-se uma fonte frequente de mudança” (p. 13). Lúcia Murat parece preferir sempre o caminho da inovação individual frente às expectativas, como evidenciado por sua autodenominação como libertária no início do filme em questão. Talvez por este motivo, as definições de conceitos e gêneros nunca lhe serviram ou lhe preocuparam enquanto criadora e, como consequência, e de forma recorrente, seus filmes continuam a ser discutidos em artigos e teses ao longo dos tempos (Scamparini, 2013; Bezerra, 2014; Campos, 2019; Bianchini, 2020; Poppe, 2021), pois suas obras tensionam conceitos e abrem debate sobre novas formas de se fazer e escrever sobre o cinema.

2. *Uma Longa Viagem* (2011), de Lúcia Murat, e o documentário performativo

Uma Longa Viagem (Murat, 2011) é um filme que merece atenção crítica devido à sua significativa contribuição para o cinema brasileiro contemporâneo. A obra de Lúcia Murat, como um todo, é marcada por sua habilidade em explorar temas sociais e políticos, e o filme em questão não é uma exceção, pois aborda questões relacionadas à ditadura militar no Brasil e a ressignificação ou o resgate de uma memória daquele período.

No contexto das obras de Lúcia Murat, é possível observar uma constante preocupação com as narrativas que desafiam o *status quo* e que expõem as injustiças e as opressões sociais. Sua primeira longa-metragem, *Que Bom Te Ver Viva* (Murat, 1989), é um exemplo notável disso, ao abordar as experiências de mulheres que foram presas e torturadas durante a ditadura militar brasileira.

Um aspecto crucial da obra de Lúcia Murat e que não pode deixar de ser mencionado é a questão de gênero. Especialmente se tratando da época em que a realizadora começou a lançar seus primeiros filmes, entre o fim da década de 80 e início da década de 90, contar com

uma expoente e uma voz narrativa para as mulheres de sua geração é definitivamente representativo. Ao trazer suas memórias e histórias, ela retrata as experiências das mulheres em contextos políticos e sociais complexos e isso desempenha um papel central em sua contribuição para o cenário cinematográfico brasileiro e internacional.

Portanto, a análise de *Uma Longa Viagem* (Murat, 2011), além da abordagem teórico-narrativa trazida aqui, nos permite compreender melhor a história e a memória da ditadura militar no Brasil e nos ajuda a explorar as representações de gênero no cinema brasileiro contemporâneo. A obra de Lúcia Murat contribui para ampliar o diálogo sobre questões sociais e políticas, além de destacar a importância das vozes femininas no cinema e na sociedade como um todo.

Retornando ao cerne do que caracteriza o gênero documental e, em um exercício de observar as estruturas do gênero para ensaiar uma definição do filme analisado, Nichols (2017) argumenta, na introdução de seu estudo, que “dado que as noções sobre o que é distinto e o que não é do documentário mudam ao longo do tempo, filmes específicos podem muito bem desencadear um debate sobre os limites da ficção e da não-ficção.” (p. XI). Ao buscar uma definição sobre o que determina este gênero, retomamos as definições propostas pelo autor que aponta que os documentários devem falar sobre a realidade e sobre um evento que de fato ocorreu, já que, no sentido oposto, as ficções são produzidas para criar a ideia de um outro mundo. Portanto, os documentários precisam necessariamente estar conectados com o mundo real. O segundo ponto que caracteriza um filme deste gênero é o de que os documentários também são sobre pessoas reais e não contam com atores a interpretar papéis de outras pessoas. Por fim, os documentários se utilizam de técnicas narrativas para narrar o que acontece no mundo real (Nichols, 2017).

Outros teóricos também propuseram definições adicionais a partir do consagrado por Bill Nichols. Entre eles e, buscando uma aproximação ao documentário contemporâneo brasileiro, destacam-se as ideias de Ramos (2008). Em seu livro, *Mas afinal... O que é mesmo documentário?*, o autor apresenta uma discussão sobre o fazer

documental na contemporaneidade e defende que, atualmente, os autores tendem a optar por uma abordagem mais criativa em que é comum ocorrer a enunciação em primeira pessoa. A este tipo de narrativa, atribuiu o termo “documentário cabo”.

No documentário contemporâneo clássico, ao qual denomino *documentário cabo*, as vozes aparecem misturadas na maneira de postular. A voz do saber, em sua nova forma, perde a exclusividade da modalidade *over*. Ainda temos a voz *over*, mas os enunciados assertivos são assumidos por entrevistas, depoimentos de especialistas, diálogos, filmes de arquivo flexionados para enunciar as asserções que a narrativa necessita (Ramos, 2008, p. 5).

A tentativa de definição precisa do objeto de estudo trata-se por si só de uma tarefa ambígua, pois o filme de Lúcia Murat, apesar de ter sido premiado essencialmente em competições de filmes documentários, está definido, no site da distribuidora Vitrine Filmes como um drama híbrido. Apesar disto, em outros âmbitos, o filme é classificado como um documentário político-epistolar (Bianchini, 2020), um documentário de caráter autobiográfico (Campos, 2019), um documentário em primeira pessoa (Poppe, 2021), ou ainda um filme completamente autobiográfico (Murat, 2012, 0:14:52).

Ao se utilizar de entrevistas reais, cartas, trechos de outras obras audiovisuais, imagens de arquivo como estética principal e narração em *off* em primeira pessoa, é possível atestar que o filme atende às definições do gênero documentário, conforme o apresentado por Bill Nichols. É possível também assumir que o filme se adequa à definição de “documentário cabo” (Ramos, 2008), especialmente no que toca à diversidade dos enunciados a partir de voz *over*, entrevistas e imagens de arquivos. De modo que, o filme se trata de um olhar documental sobre a vida de Heitor Murat Vasconcellos, o irmão caçula da família, durante os tempos em que ele viveu fora do Brasil; sobre a vida de Lúcia Murat, a realizadora, enquanto esteve presa pela ditadura militar brasileira; e Miguel Murat Vasconcellos, que é o elo entre ambos os

seus irmãos e o motivo pela realização do filme; e os desdobramentos destas vidas até aquele momento em que o filme foi produzido. Como decisão estética adicional para ilustrar o texto epistolar, ou seja, as cartas que Heitor escreveu para a família enquanto esteve distante, a realizadora adota uma abordagem ficcional com narração e performance do ator Caio Blat em cenas que fogem por completo a essa estética documental estabelecida em outras partes do filme, dissolvendo, desta forma, a ideia exclusiva do não-ficcional.

Sobre esse aspecto, Nichols (2017) categoriza os documentários em sete modelos distintos, entre eles, o modo performativo. Segundo o autor, essa categoria de filmes documentais conta com encenações que acabam por “dar uma ênfase adicional às qualidades subjetivas da experiência e da memória” (p. 150), que como consequência trazem uma característica mais ensaística à narrativa. Além disso, destaca que a combinação da realidade e da fantasia, ou ficção, é uma característica comum do documentário performativo. Ou seja, com este modelo, assume-se que mesmo que o documentário seja um gênero, por sua definição, completamente comprometido com o real, ele é passível de se contaminar com a ficção, com o imaginado, com o especulativo, e assim é feito cada vez mais.

Ao olhar para a constituição da história do documentário brasileiro concomitantemente aos eventos sociais e políticos que atravessaram o país, Sarmiento-Pantoja (2016) recorre ao termo “documentário performático” para se referir especialmente a filmes realizados no período pós-ditadura civil-militar brasileira, período em que o filme analisado se integra. Por outro lado, ao tratar daqueles filmes que foram realizados durante o período da ditadura, o autor se utiliza da classificação de “documentário testemunhal” (p. 143):

quando nos deparamos com o documentário performático, observamos que esteticamente existe uma espécie de política de memória e do testemunho, pois o ponto de vista e as vozes que serão expostas no documentário estão imersas pelo testemunho, por aguçarem em suas memórias minúcias as quais só podem ser extraídas dos

testemunhos de quem viveu e sofreu as agruras de uma guerra, neste caso a ditadura civil-militar brasileira (1964-1985).

As definições apresentadas por Nichols e tão bem aplicadas ao contexto brasileiro do período pós-ditadura civil-militar por Sarmento-Pantoja (2016) destacam a relevância de olhar para este tipo de gênero não com os óculos da realidade, mas também da abstração. O filme de Lúcia Murat (2011) flerta justamente com estes limites ao assumir a performance encenada do ator Caio Blat e inseri-la em um filme formalmente documental, com entrevistas e imagens de arquivo.

Em uma declaração dada na ocasião do lançamento do filme, a realizadora afirmou que esse jogo entre as fronteiras dos termos sempre foi um tema que lhe interessou: “uma coisa que eu sempre curti muito em cinema era [sic] essa possibilidade de derrubar os mitos. Sabe essas separações, documentário é uma coisa, ficção é outra coisa” (Murat, 2012, 0:14:34). E talvez justamente por assumir este interesse, decide iniciar o filme na ficção. Nos minutos iniciais, vemos Caio Blat a interpretar o jovem Heitor Murat Vasconcellos em um corredor de um apartamento, cercado por fotos do passado. Ele entra em um quarto e desaparece do enquadramento. Por detrás da parede, a câmera, que faz um movimento mais lento para entrar no quarto, então revela Heitor, na altura, mais velho, sentado na cadeira, escrevendo uma carta. Em uma cena completamente montada, Lúcia Murat determina as regras do jogo logo no início do filme. A partir disso, o quanto se pode contar com uma realidade exclusiva nas informações que vêm a seguir?

O problema sobre a verdade e a autenticidade dos factos que comprovam a veracidade do evento narrado em um filme documental é tão antigo quanto o gênero. Assim como a ideia de que o documentário deve levar o real como algo intocável e não deve manipular os acontecimentos, não é possível se contar uma história sem que haja justamente uma manipulação dos eventos. Tal exemplo é observado em um dos primeiros e mais conhecidos documentários, o *Nanook of the North* (Flaherty, 1922), um recorrente alvo de extensas discussões

a respeito da manipulação do retratado (Aufderheide, 2007). Em entrevista, a realizadora de *Uma Longa Viagem* (Murat, 2011) inicialmente assume essa “proposta realista” ao dizer que o filme tem essa conotação de que as cartas existiram: “eu falo aquilo que eu acho que existiu e o meu irmão conta as histórias que ele acha que aconteceram” (Murat, 2012, 0:15:51). A partir desta declaração e de como ela foi construída no discurso da entrevista, Lúcia Murat não parece querer assumir um compromisso com a realidade. Na verdade, prefere assumir um compromisso com a incerteza, com a fragilidade da memória de tudo que pode ter acontecido, ou não, o que acaba por abrir um espaço de especulação.

3. As vozes autobiográficas em *Uma Longa Viagem* (2011)

O filme de Lúcia Murat, apesar de começar com uma imagem puramente ficcional e montada, como já descrito anteriormente, estabelece, de imediato, um pacto autobiográfico (Lejeune, 2008). É a partir da voz *over* da realizadora a mostrar sua intenção, ou a justificativa para fazer o filme, de contar a sua história e a de seus irmãos, que ela inicia este acordo com o espectador. A narração inicial, portanto, determina o que vem a seguir como sendo algo seu, da sua história: “Mas o que fazer diante da morte além de chorar ininterruptamente? Foi porque perdemos Miguel, que Heitor precisou falar, que eu resolvi recuperar as cartas que mamãe tinha guardado e comecei a fazer esse filme” (Murat, 2011, 0:02:53). É importante destacar, no entanto, que o sujeito utilizado na frase de abertura para falar sobre a perda de Miguel é plural, mas permanece no singular para falar sobre a realização do filme e *recuperação* de uma memória.

A autobiografia passou a ser conceitualmente estudada e dissociada da biografia, no final do século XVIII, tendo como um dos marcos a criação do conceito de “pacto autobiográfico” por Philippe Lejeune em sua publicação de 1971. Seu estudo, que inicialmente focou-se na escrita literária, buscava uma exploração e definição da prática

autobiográfica. Segundo o autor, “para que haja autobiografia (e, numa perspectiva mais geral, leitura íntima), é preciso que haja relação de identidade entre o *autor*, o *narrador* e o *personagem*” (Lejeune, 2008, p. 15). Neste sentido, um texto autobiográfico deveria contar com estes acordos de identificação a partir das informações textuais e também nos componentes externos ao texto, como capa, autor, orelha, e assim por diante, para criar o que o autor chamou de “pacto autobiográfico”. O que em um primeiro momento mostrou-se restritivo e regulatório, no sentido de excluir escrita autobiográfica sem propósito comercial do *corpus* de estudo, por exemplo, foi corrigido a partir das revisões e edições realizadas pelo próprio autor em publicações posteriores. A respeito deste tema:

o rigor e o estilo neutro do primeiro *Pacto* – com vistas a abordar um gênero desconsiderado pela crítica tradicional ou tido como irrelevante – vão pouco a pouco cedendo lugar a uma argumentação que inclui a invenção. ... No início dos anos 1980, após acolher a dilatação de sua pesquisa sob o abrangente título **relatos de vida**, ... expandindo, definitivamente, o espaço de atuação e incorporando a verdadeira literatura, isto é, a ficção (Pereira, 2015, pp. 120-121).

Ainda que a autobiografia aplicada ao cinema seja apresentada com ressalvas (Lejeune, 2008) e que suas aplicações se insiram de forma mais propícia à escrita literária, não é possível fugir desta categorização ao mencionar o filme de Lúcia Murat. Já que, a partir do quadro proposto por Lejeune (2008), em que determina graus e classificações autobiográficas entre o cruzamento de “nome de personagem igual ou diferente ao nome do autor ... [e] pacto autobiográfico ou pacto romanesco” (p. 28), o filme de Lúcia Murat se encontra no extremo das opções, no sentido da autobiografia. Essencialmente, existem duas vozes autobiográficas ao longo do filme, a primeira é a de Heitor Murat Vasconcellos, que ora se manifesta pelas cartas do passado, ora pela entrevista filmada do presente, e a segunda, a de Lúcia Murat, que se expressa enquanto personagem, enquanto

narradora e enquanto realizadora. Embora o filme, à primeira vista, pareça ser um documentário tradicional com muito mais foco sobre o irmão mais novo, Heitor, e suas viagens ao redor do mundo, o testemunho principal, aquele que narra e que interliga os eventos em busca de um sentido para o que se viveu naquela época, é o de Lúcia. É através das entrevistas que faz com o irmão que Lúcia Murat, a narradora/realizadora, vocaliza e ordena o discurso da sua memória e de tudo o que aconteceu enquanto ela esteve presa, mas principalmente, de tudo o que ela não viveu.

Tal movimento é exposto em diversos momentos do filme, não só no texto de abertura, mas também em muitas outras passagens em que Lúcia Murat pontua o que ela vivia enquanto a vida do irmão se desenrolava. Um exemplo disso é quando a cineasta relata a visita que seu irmão fez a ela na prisão, durante a qual foram acompanhados, segundo a narração da própria realizadora, por “um militar que anotava todas as nossas palavras. Soube, portanto, muito pouco do que realmente acontecia com ele” (Murat, 2011, 0:25:49). Logo após essa passagem, a realizadora ainda se refere a como as pessoas que viviam fora da prisão podiam aproveitar a vida, a praia, sem perceber muito o que acontecia com a ditadura e com pessoas da resistência. Essa sensação de afastamento do mundo fora da prisão também é percebida quando Lúcia Murat menciona as visitas do irmão Miguel e que eram para ela e para todas as outras mulheres que estavam presas, “o contato com o mundo jovem” (Murat, 2011, 0:48:58).

Neste sentido, apesar do filme se debruçar sobre o outro e dedicar maior parte de sua duração seja às cenas de entrevista ao Heitor, seja às cenas de interpretação de Caio Blat, que também se direcionam à vida de Heitor, ele é essencialmente sobre o “eu” de Lúcia Murat, e, de forma secundária, o “nós” (dos irmãos). Mesmo que no início do filme a realizadora afirme que “Heitor precisou falar”, o ato da execução do filme se tornou uma necessidade de Lúcia Murat. O movimento principal se dá com Lúcia Murat a precisar de ouvir Heitor e elaborar algo a partir disso e, assim, o exercício da construção da narrativa e do “eu autor” é de Lúcia Murat. Perceber essa intenção

cria sentido à necessidade de Murat em materializar o que ela não viveu e que nem o irmão nem as cartas são capazes de preencher. O exercício do não vivido passa a ser de imaginação e construção a partir do testemunho, transmitido por voz e epístola.

Não à toa, Lejeune (2008) colocou dúvidas a respeito do termo que cunhou poder ser utilizado para o cinema. Segundo o autor, “o cinema autobiográfico parece estar condenado à ficção” (p. 227). Ele justifica que uma ideia é a de recriar o passado a partir do texto, já que através do pacto autobiográfico pode-se tentar reconstituir, da forma mais fidedigna, ou não, a memória através da escrita descritiva. No sentido oposto, está a proposta de recriar o passado visualmente para o cinema. Sempre pode-se recorrer às imagens de arquivo, às fotografias, mas, e quando não há? Esse parece ser o conflito com o qual Lúcia Murat inevitavelmente se deparou, até mesmo por terem sido as filmagens das cenas com Caio Blat as últimas a serem produzidas para o filme. Ao tentar reconstituir um passado, ela buscou entrevistas, imagens de filmes da época, imagens de arquivo, etc. Mas, o que fazer com o que não poderia ser preenchido por nada daquilo? Como reconstituir o passado se não pela ficção? A própria realizadora confirma que essa foi a sua estratégia: “é como se a ficção fosse mais capaz de trabalhar em cima disso. Eu acho que são maneiras de você trabalhar com a verdade. Eu gosto muito dos dois. Eu normalmente trabalho com os dois” (Murat, 2012, 0:14:13).

4. Os vazios da memória e a performance da autoficção

Em oposição e a partir das discussões a respeito da autobiografia determinada por Lejeune, em 1977, Serge Doubrovsky propôs o conceito de autoficção, para abarcar a fluidez pertinente aos relatos biográficos e “dar uma intensidade narrativa própria do romance” (Figueiredo, 2010, p. 92). Em uma perspectiva de que a autoficção surgira para dar forma a uma versão contemporânea da autobiografia,

Alberca (2007) interpreta o fenômeno da autoficção como um fenômeno cultural, resultado de um movimento individualista e narcisista que faz com que os autores precisem construir identidades ficcionalizadas para que o eu se adeque às necessidades comerciais do contemporâneo. O autor defende que “os artistas, sob uma maior pressão e interesse mercadológico, tomaram um rumo em que a arte e a literatura ficaram reduzidas muitas vezes apenas à difusão da assinatura e da profusão da imagem própria, convertidas ambas em objeto artístico” (p. 19). Ele cria, assim, o termo “pacto ambíguo”, uma posição fluida entre os pactos autobiográfico e romanesco e que engloba obras que mesclam ficção e realidade e são essencialmente uma indefinição, ou uma definição ambígua, com relação às identidades de autor, narrador e personagem.

Evidentemente, as noções de escrita de autoficção se expandiram e se aplicam a relações que não estejam exclusivamente ligadas a estas identidades, de acordo com Figueiredo (2010): “a contemporaneidade assiste, assim, ao surgimento de novos tipos de escritas de si, descentradas, fragmentadas, com sujeitos instáveis que dizem ‘eu’ sem que se saiba exatamente a qual instância ele corresponde” (p. 91).

A escrita literária concentra parte expressiva da bibliografia a respeito da autoficção, mas quando se busca a transposição da elaboração de si em um processo criativo, seja ele para o cinema, seja para o teatro, é preciso se levar em conta ainda outros aspectos que não conseguem ser discutidos a partir do texto, como o corpo ou a voz. Ao olhar para a arte contemporânea e a necessidade da autoficcionalização de sujeitos para além da literatura, Klinger (2016) propõe uma ideia da “dramatização de si”, no sentido de que a autoficção deve ser vista como uma forma de performance, com o eu em processo de construção. O que passa a interessar na autoficção não é a relação direta do autor com o relato. A relação torna-se especular e o interesse é observar a construção de uma nova identidade do autor, o que Klinger (2016) determina como a formação do “mito do escritor”.

Voltando às questões do final do tópico anterior, se a autobiografia é o eu em busca do passado, ou em ruminação, a autoficção torna-se o eu em construção. Lúcia Murat, enquanto tateava a memória fragmentada de sua geração, de Heitor, e a sua própria, encontrou na performance a possibilidade de construção para a reconstituição e elaboração do vivido. Através da encenação performática, a realizadora pôde tornar concreto tudo o que não tinha forma. Assim, como foi necessário criar cenas de interpretação de um ator com projeções de imagens de arquivos e fotos (cenas com uma abordagem estética específica adotada nas performances com o ator Caio Blat), também foi necessário que ela retornasse aos pátios do DOI-Codi para sobrepor imagens com passado e presente e reencenar uma situação que foi traumática na sua história (um momento bastante notável do filme em que a autora sobrepõe uma fotografia em que ela própria aparece mais jovem, sobre uma imagem mais recente, feita para o filme, em que a realizadora aparece sentada em um banco no pátio do DOI-Codi), em um exercício de ressignificação da sua memória.

Há uma relação interessante no que se refere ao tema da prisão, pois Heitor também foi preso quando chegou em Amsterdão. Em lugares diferentes do mundo, Lúcia e Heitor Murat estiveram presos no mesmo momento e, no entanto, a experiência de cada um foi completamente diferente. Quando narra este evento, Heitor não dedica muita atenção a essa passagem, mas Lúcia insiste: “e a prisão em si, como é que era?” (Murat, 2011, 0:40:22) ou “mas fala mais da prisão” (Murat, 2011, 0:40:34), Heitor então fala que a prisão em que esteve foi maravilhosa, pois tinha cinema, televisão e tinha um rádio no quarto em que escutava rock o dia inteiro. Lúcia não insiste mais, em vez disso, contrapõe esse discurso com imagens da sua prisão no Rio de Janeiro. Ao que se segue: “passado um mês, ele voltou a viajar. Eu continuava no presídio de Bangu. A minha prisão passou a fazer parte do cotidiano da família” (Murat, 2011, 0:42:50). A vida de Heitor seguia, a sua não.

“O documentário performativo utiliza a performance num contexto de não-ficção para chamar a atenção para as impossibilidades

da representação documental autêntica” (Bruzzi, 2006, p. 185). Essa impossibilidade apresentada por Bruzzi em seu estudo sobre documentários performativos, a partir do proposto por Nichols e outros teóricos, abarca invariavelmente a realização de Lúcia Murat com este filme. Ao passar parte significativa de sua juventude presa, a realizadora carecia de imagens daquela época não só para a montagem do filme, mas para o preenchimento de parte da sua história. As cartas do irmão, Heitor, apenas esboçavam uma vida, assim como seu próprio relato por vezes incompleto pela época da prisão, e Miguel, talvez a memória menos fragmentada dos três e a quem ela determinou como o “ponto de equilíbrio” da tríade, havia partido. Lúcia Murat então junta os pedaços, os seus e os de Heitor e encontra, como única saída para preencher o vazio e transformar o seu sentido, a performance. A chave para esta constatação talvez esteja declarada no momento em que a realizadora afirma: “De tanto mexer em imagens, às vezes confundo o que vivi e manuseei.” (Murat, 2011, 0:27:52). Se Lúcia, apenas ao ver e manusear as imagens, se sentia participante do Dia da Libertação em Paris, mesmo ainda não tendo nascido na ocasião, pode-se interpretar que a intenção, mesmo que subjetiva, ao performar a vida de Heitor cumpre esta função de, pelo menos, criar esta “confusão” sobre o que de facto aconteceu.

O quarto final do filme, que se inicia após a saída de Lúcia da prisão, é mais concentrado na continuação da busca de Heitor pela iluminação espiritual a partir do uso de muitas substâncias ilícitas para que se alcançasse tal estado. A realizadora confirma que foi um período em que os irmãos estiveram afastados e mostra, ainda dentro da mesma estética proposta, como o irmão se aprofundou cada vez mais em sua busca e visão de mundo, até que teve que ser resgatado pela mãe na Índia e, posteriormente, internado em clínicas de desintoxicação e psiquiátricas, já no Brasil. As internações foram acompanhadas pela família e, após a mãe morrer, por Lúcia e Miguel. Na altura da realização do filme, quando restavam apenas Lúcia e Heitor, juntos, eles tentavam recriar um passado.

5. Considerações finais

“A verdade é que o cinema mais interessante se encontra cada vez mais na fronteira entre ficção e não ficção” (Mourão, 2022). Talvez por esse motivo, a autoficção no cinema vive um grande *boom* contemporâneo, para citar apenas alguns dos filmes de ficção recentes que ganharam destaque e que assumidamente se colocaram dentro desta proposta é possível mencionar: *The Fabelmans* (Spielberg, 2022); *Bardo, False Chronicle of a Handful of Truths* (Iñárritu, 2022); *Aftersun* (Wells, 2022); *One Fine Morning* (Hansen-Løve, 2022), entre outros. Diante de um movimento claramente definido pelos últimos lançamentos, essa recorrência não pode ser justificada a partir de uma coincidência.

Alberca (2007) sugere que a cultura pós-moderna propicia a criação de múltiplas identidades em uma grande profusão de “eus” criados para atender às diferentes demandas sociais e, por que não, comerciais. Os motivos para tal movimento vêm sendo discutidos e o autor atribui parte dessa tendência ao individualismo e a certo egocentrismo contemporâneo, a que faltam um conjunto de regras morais: “O individualismo, por ser um motor de mudança e dinamismo social, tornou-se agora um exercício vazio e que olha para seu próprio umbigo, sem referências morais ou regras estáveis” (p. 17).

Enquanto os resultados provenientes da nossa exploração teórica nos sustentam quanto às possibilidades permeáveis dos termos explorados através da metodologia, a condição humana e seus anseios contemporâneos parecem sempre ditar o caminho das investigações. Ser real a si e a sua história deixou de ser o pacto mais relevante ao se autonarrar, no contrário, a criação de um personagem para que se alcance mais pessoas e se tenha mais prestígio parece ser a nova regra de atestado de reconhecimento. Neste sentido, se ao realizar uma autobiografia, os autores, limitados pelo “pacto autobiográfico”, se deparam com uma restrição ao que pode ser narrado e de que forma, a autoficção parece surgir como saída criativa a essa pressão. Ao assumir que o texto é ficcional, ou até mesmo autoficcional,

o autor se liberta das limitações impostas pelo compromisso com a realidade, adicionalmente impulsiona a promoção e atratividade do projeto, ao mesmo tempo que se reserva e se protege de eventuais conflitos discursivos.

Essa, no entanto, não parece ter sido a preocupação principal de Lúcia Murat. Se hoje percebe-se a tendência para a produção de obras a partir de um sujeito mais individualista, centrado na efabulação de sua própria história e personalidade, antes, parece haver uma contraposição com uma produção artística de agentes envolvidos em um contexto social e político de mais profusão e que apontava para um eu mais coletivo. Muitos destes, advindos da mesma geração de Lúcia Murat e que vivenciaram lutas sociais importantes, como é o caso da realizadora, na resistência à ditadura civil-militar brasileira. E aqui retomamos ao defendido por Sarmiento-Pantoja (2016), com respeito aos filmes do pós-ditadura, “quando essas narrativas vêm à tona, há consequentemente uma atualização dessa história, pois novos olhares, novas vozes, novas interpretações são lançadas para o testemunhante” (p. 197). A partir desta ideia, é notório perceber o esforço da realizadora para que o filme não seja simplesmente um exercício narcisista, mas, antes, um retrato de uma geração que sofreu um hiato de vida em suas histórias, quer pela prisão e tortura, quer pelo exílio, somando-se às consequências de cada um.

A esse respeito, Sarmiento-Pantoja (2016), ao analisar filmes brasileiros no pós-64 e ao tratar, especificamente, dos filmes lançados após decretado o fim da ditadura militar brasileira, cria o conceito *documentários performáticos heroizantes*, “não somente por serem constituídos, quase exclusivamente, por depoimentos de sobreviventes, mas também porque urge no seu discurso a necessidade de rever o tratamento ainda hoje dado ao sobrevivente” (p. 180). Para o autor, especialmente em filmes feitos por aqueles que sobreviveram, parece haver uma busca pelo sentido de ser um sobrevivente e “o que fazer com isto” (Sarmiento-Pantoja, 2016, p. 180).

É importante lembrar que, ao optar pela ficção para preencher o filme com imagens que faltavam, Lúcia Murat não apenas resgata

uma lembrança afetiva, mas também enfrenta o desafio de lidar com a incerteza e a fragilidade da sua própria memória, abrindo assim um espaço de especulação, como discutido anteriormente. Essa escolha revela uma aproximação com a incerteza, reconhecendo a dificuldade de relembrar com precisão eventos do passado, especialmente após períodos marcados por traumas, como foi o caso da prisão durante a ditadura civil-militar brasileira. Ao optar pela ficção, Murat reconhece que a memória, atravessada pela realidade histórica, pode ser nebulosa e fragmentada, permitindo assim explorar a sua subjetividade a partir do que restou daquela época.

Além disso, ao resgatar sua própria história para a realização do filme, Lúcia Murat confronta o desafio de reconstruir a lembrança de sua juventude passada na prisão, uma época carente de imagens não só para a montagem da obra, mas para o preenchimento de parte de sua própria narrativa pessoal. Ao passar uma parte significativa de sua juventude presa, Murat enfrentou não apenas a privação física, mas também uma privação visual e documental. Nesse sentido, a falta de imagens concretas não só representa uma lacuna em um período, mas também na história pessoal da diretora. Assim, ao optar pela ficção e preencher essas lacunas com elementos imaginários, Murat não apenas reconstrói sua história pessoal, mas também abre espaço para uma reflexão mais profunda sobre a natureza da memória e da representação histórica.

Ao mesmo tempo que Lúcia Murat narra a sua própria história e a de seus irmãos, apresenta músicas, eventos e filmes que marcaram uma época, resgatando a memória afetiva e tentando recriar essa história não apenas para si. Lúcia poderia preencher o filme com outras imagens de arquivo, cenas da ditadura, cenas familiares do passado, ou ainda outras cenas atuais de Heitor, mas ela optou pela ficção, pois as imagens reais do que ocorreu naquele período já povoam o imaginário de todos que estavam vivos e eram jovens naquela época. Nesse sentido, a ficção, ao ser capaz de abarcar a subjetividade, acaba por funcionar como um processo de cura e retratação, mas principalmente como a possibilidade de criar uma outra memória.

A memória fragmentada pode não estar presente apenas na família de Lúcia Murat, mas em todas as famílias que foram traumatizadas pela ditadura militar brasileira, seja pelos desaparecidos, seja pelos torturados, seja pelos que perderam alguém ou pelos que tiveram que se exilar para se proteger. Este passado ainda hoje é um território de disputa entre aqueles que torturaram e aqueles que foram torturados. Com o gesto da performance, Lúcia Murat autoficcionaliza a história de uma geração na tentativa de preencher um vazio e, em algum grau, tomar o controle do que queremos guardar da história.

Referências

- Alberca, M. (2007). *El pacto ambiguo: de la novela autobiográfica a la autoficción*. Biblioteca Nueva.
- Aufderheide, P. (2007). *Documentary Film: A Very Short Introduction*. Oxford: Oxford University Press.
- Bezerra, K.da C. (2014). *Que Bom Te Ver Viva: vozes femininas reivindicando uma outra história*. Estudos de Literatura Brasileira Contemporânea, 43, pp. 35-48.
- Bianchini, R. M. B. (2020). *O Documentário Político-Epistolar de Lúcia Murat: Uma Análise de Uma Longa Viagem (2011)*. [Dissertação de Mestrado Não Publicada]. Universidade Federal de São Carlos.
- Bruzzi, S. (2006). *New Documentary* (2ª ed.). Routledge. <https://doi.org/10.4324/9780203967386>
- Campos, R. V. (2019). *O cinema testemunhal de Lúcia Murat*. [Dissertação de Mestrado Não Publicada]. Universidade Federal de Juiz de Fora.
- Figueiredo, E. (2010). *Autoficção Feminina: A Mulher Nua Diante do Espelho*. Revista Criação & Crítica, 4, pp. 91-102. <https://doi.org/10.11606/issn.1984-1124.v3i4p91-102>
- Flaherty, R. (Diretor). (1922). *Nanook of the North* [Nanook, o Esquimó] [Filme]. Pathé Exchange, Revillon Frères.
- Hansen-Løve, M. (Diretora). (2022). *One Fine Morning*. [Filme]. Les Films Pelléas, Razor Film Produktion, Arte France Cinéma, Bayerischer Rundfunk, Mubi.
- Ĩnárriitu, A.G. (Diretor). (2022). *Bardo, False Chronicle of a Handful of Truths*. [Bardo, Falsa Crônica de Umhas Quantas Verdades]. [Filme]. M Productions; Redrum.
- Klinger, D. I. (2016). *Escritas de si, escritas do outro: o retorno do autor e a virada etnográfica*. Terceira Edição. 7Letras.
- Lejeune, P. (2008). *O Pacto Autobiográfico: De Rousseau à internet*. (Organização: Jovita Maria Gerheim Noronha; tradução: Jovita Maria Gerheim Noronha, Maria Inês Coimbra Guedes). Editora UFMG.
- Mourão, C. (2022). Distinção Ficção/Documentário. Phildoc. <https://phildoc.fcsh.unl.pt/virtual-round-table-4-fiction-documentary/>
- Murat, L. (Diretora). (1989). *Que Bom Te Ver Viva*. [Filme] Lúcia Murat.

- Murat, L. (Diretora). (2011). *Uma Longa Viagem*. [Filme]. Taiga Filmes.
- Murat, L. (2012). *Lúcia Murat: 3 a 1*. TV Brasil EBC. <https://tvbrasil.ebc.com.br/3a1/episodio/lucia-murat>
- Nichols, B. (2017). *Introduction to Documentary*, Third Edition: Vol. Third edition. Indiana University Press.
- Odin, R. (2012). Filme Documentário, Leitura Documentarizante. *Significação*, 39(37), 10-30. <https://doi.org/10.11606/issn.2316-7114.sig.2012.71238>
- Pereira, D. Q. (2015). *Autobiografia: Relação Fantasmática entre as escritas do eu e as escritas de si*. Itinerários, Araraquara, 40, pp. 119-129.
- Poppe, I. L. K. (2021). *História, Memória e Utopia nos Documentários em Primeira Pessoa das Cineastas Herdeiras do Exílio*. [Dissertação de Mestrado Não Publicada]. Escola de Ciências Sociais da Fundação Getúlio Vargas.
- Ramos, F. P. (2008). *Mas afinal... o que é mesmo documentário?* São Paulo, Editora Senac.
- Sarmento-Pantoja, C. A. N. (2016). *Performance e Testemunho no Cinema Pós-64*. [Tese de Doutorado, Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Estudos da Linguagem, Campinas, SP]. Disponível em: <https://hdl.handle.net/20.500.12733/1635219>.
- Scamparini, J. (2013). Presença do Autor: Autoficções de Ricardo Lísias e de Lúcia Murat. Itinerários. 36, pp. 277-286.
- Spielberg, S. (Diretor). (2022). *The Fabelmans*. [Os Fabelmans]. [Filme]. Universal Pictures, Amblin Entertainment, Amblin Partners, Reliance Entertainment.
- Vitrine Filmes. (n.d.). *Uma Longa Viagem*. <https://www.vitrinefilmes.com.br/filme/uma-longa-viagem/>
- Wells, C. (Diretor). (2022). *Aftersun*. [Filme]. BBC Film, Screen Scotland, Tango Entertainment, British Film Institute, Pastel Productions, Unified Theory.

(Página deixada propositadamente em branco)

**VIOLÊNCIA POLÍTICA DE GÊNERO:
UMA ANÁLISE DA COBERTURA MEDIÁTICA
E DOS COMENTÁRIOS NAS REDES SOCIAIS
SOBRE DOIS PEDIDOS DE CASSAÇÃO**

**GENDER POLITICAL VIOLENCE:
AN ANALYSIS OF MEDIA COVERAGE
AND COMMENTS ON SOCIAL MEDIA
ON TWO IMPEACHMENT REQUESTS**

Jéssica Neves Caetano Ribeiro

Universidade de Coimbra, Faculdade de Letras
ORCID: <http://orcid.org/0000-0001-7747-056X>

Letícia Alves Gratton

Universidade de Coimbra, Faculdade de Letras
ORCID: <https://orcid.org/0009-0000-7611-0351>

Resumo: Este artigo examina os comentários sobre a cobertura mediática de dois casos de violência política de género no Brasil: o de Perla Santana, vereadora de Muritiba, Bahia, que enfrentou um pedido de cassação após denunciar irregularidades no governo local; e o de Maria Tereza Capra, cassada em São Miguel do Oeste, Santa Catarina, por denunciar uma saudação nazista em eventos antidemocráticos pós-eleições. O artigo fornece uma base teórica fundamentada em estudos feministas, contextualizando os casos e discutindo o fenômeno da violência política de género. Através de uma Análise Temática Crítica, o estudo busca identificar

proeminências ideológicas em comentários de usuários em perfis de jornais regionais e em perfis feministas que cobriram o caso. Os resultados revelam padrões ideológicos divergentes, ilustrando a complexidade da violência semiótica direcionada às mulheres na política nas redes sociais. Enquanto os comentários nos meios de comunicação tradicionais tendem a reforçar a violência, nos perfis alternativos feministas observa-se um reconhecimento da violência e uma exigência por justiça. Essa análise contribui para uma melhor compreensão da dinâmica da violência de gênero no campo político e destaca a importância de considerar a influência das redes sociais na disseminação desses discursos.

Palavras-Chave: Mulheres políticas; Visibilidade mediática; Violência política de gênero; Redes sociais; Sub-representação de mulheres no poder local.

Abstract: This article examines the comments on media coverage of two cases of political gender-based violence in Brazil. Two specific cases are analyzed: that of Perla Santana, a councilwoman from Muritiba, Bahia, who faced a removal request after denouncing irregularities in the local government, and that of Maria Tereza Capra, who was removed in São Miguel do Oeste, Santa Catarina, for denouncing a Nazi salute at post-election anti-democratic events. The article provides a theoretical foundation based on feminist studies, contextualizing the cases and discussing the phenomenon of political gender-based violence. Through a critical thematic analysis approach, the study examines the ideological patterns in users' comments on regional newspaper profiles and feminist profiles related to each case. The results reveal divergent ideological patterns, illustrating the complexity of symbolic violence directed at women in politics on social media. While comments in traditional media tend to reinforce violence, in alternative feminist profiles, there is a recognition of violence and a demand for justice. This analysis contributes to a better understanding of the dynamics of gender-based violence in the political field.

It highlights the importance of considering the influence of social media in disseminating these discourses.

Keywords: Women in politics; Media visibility; Political gender-based violence; Social media; Underrepresentation of women in local power.

1. Introdução

Nas eleições brasileiras de 2020, foram eleitas 677 mulheres como prefeitas, um percentual de 12,1% de representação feminina no poder local. No caso das vereadoras, os dados também demonstram uma sub-representação significativa. Ao todo, foram eleitas 9.196 vereadoras (16%), em comparação com 48.265 vereadores (84%) (Tribunal Superior Eleitoral (TSE), 2020). Conforme apontado pela literatura, se as mulheres estão sub-representadas no âmbito local, isso contribui para a persistente falta de paridade de gênero em cargos estaduais e nacionais (Holman, 2017; Khan, 2006; Oliveira, 2021).

Dito isso, esta pesquisa parte da identificação de um cenário preocupante. Dados do TSE (2020) revelam que mais de 900 cidades no Brasil não elegeram nenhuma vereadora nas eleições de 2020 e que em cerca de 1,8 mil cidades, apenas uma mulher foi eleita. Considerando que o Brasil possui 5.568 cidades, isso significa que aproximadamente metade delas não tem nenhuma representante feminina no cargo de vereadora ou tem apenas uma mulher cumprindo mandato.

Destaca-se que a situação é particularmente desafiadora na Bahia, onde Perla Santana, vereadora de Muritiba, enfrentou um pedido de cassação após denunciar irregularidades no governo local. A Bahia ocupa o terceiro lugar entre os estados brasileiros com o maior número de cidades sem nenhuma vereadora, de acordo com dados do TSE (Velasco, 2020). Em Muritiba, Perla Santana é a única mulher a ocupar uma cadeira na Câmara de Vereadores. Essa condição de ser a única representante feminina entre seus colegas legisladores e estar sob ameaça de cassação destaca os desafios adicionais enfrentados pelas mulheres na esfera política e a importância de compreendermos

tal facto. Nota-se que durante o período do mandato não encontramos nenhum pedido de cassação contra nenhum outro vereador no município.

No sul do país, temos o caso de Maria Tereza Capra, a segunda mulher vítima de cassação, onde o pedido já foi consumado. Maria Teresa foi cassada em fevereiro, na cidade de São Miguel do Oeste, no estado de Santa Catarina, após se posicionar contra uma suposta saudação nazista que ocorreu durante um ato em favor do ex-presidente Jair Messias Bolsonaro no município. A acusação apontava que a vereadora praticou quebra de decoro parlamentar. Na Câmara de Vereadores do município, das 13 cadeiras disponíveis, agora apenas duas são ocupadas por mulheres. Da mesma forma, no site da Câmara de São Miguel do Oeste, não encontramos nenhum pedido ou cassação de outros vereadores.

Cabe destacar que não há dados nacionais que relatem a dimensão do número de cassações no país. Mas, não é difícil encontrar notícias sobre cassações no âmbito local, estadual e nacional devido a fraudes à cotas de gênero. Destaca-se a notícia do jornal *O GLOBO*, que relata que houve 42 decisões de cassações por fraude nas cotas de gênero, em 2020, e que, na contramão dessas decisões, está o Congresso Nacional ao analisar e discutir uma PEC que livra os partidos de multas aplicadas pelo descumprimento dessa legislação (Muniz, 2023). Diante desse cenário preocupante, este estudo busca trazer à luz a importância de examinar o poder local sob uma perspectiva de gênero. Reconhecemos que examinar as desigualdades entre homens e mulheres na esfera social, e mais especificamente na política institucional, contribui para uma compreensão mais profunda da negação de direitos às mulheres (Albuquerque & Alves, 2018, p. 145). Essas barreiras podem assumir diversas formas, algumas invisíveis, enquanto outras se manifestam como violência política de gênero de maneira institucionalizada.

Existem indícios de que as mulheres são penalizadas de maneira desproporcional em comparação aos homens quando representam substanciais minorias, sugerindo que desafiar estruturas de poder hegemônicas têm custos mais altos para as mulheres do que para os

homens (Håkansson, 2019, p. 5). Neste sentido, o exemplo da ex-presidenta Dilma Rousseff, que teve seu mandato cassado, é representativo, visto que ela desafiou as representações de gênero no poder, tanto no que se refere ao seu legado como na resistência contra o período ditatorial no país, como na instituição de políticas públicas que assegurassem direitos (Sosa, 2019, p. 719).

Partindo desse pressuposto, compreendemos que as violências sofridas pelas mulheres na esfera política são multifacetadas, abrangendo aspectos estruturais, simbólicos e naturalizados, além de manifestarem-se de forma direta (psicológica, moral e física) e aberta (Albuquerque & Alves, 2018, p. 154). Reconhecemos que as barreiras enfrentadas pelas mulheres no âmbito político estão intrinsecamente ligadas às lacunas de gênero na cobertura mediática (Humprecht & Esser, 2017, p. 440).

No entanto, as redes sociais surgem como uma segunda via, um ambiente onde a visibilidade das mulheres políticas e sua representação podem alcançar um novo patamar. Através do mundo digital, há uma ressignificação da forma de fazer política, ativismo, denunciar violências e inclusive o assédio moral (Uchoa, 2022, p. 1). Embora, o assédio e a violência que circulam tanto de forma encoberta quanto aberta nas plataformas digitais das redes sociais tenham apresentado novos desafios para as mulheres líderes (Faith & Fraser, 2018). Portanto, propomos a análise desses dois casos específicos: o de Perla Santana, vereadora de Muritiba, Bahia, que enfrentou um pedido de cassação após expor irregularidades no governo local; e o de Maria Tereza Capra, cassada em São Miguel do Oeste, Santa Catarina, por denunciar uma saudação nazista em eventos antidemocráticos após as eleições. Para isso, direcionamos nosso foco para os comentários nas redes sociais sobre a cobertura de ambos os casos.

Nosso objetivo é destacar a importância de promover uma visão crítica sobre as estruturas de poder local e revelar as dificuldades enfrentadas pelas mulheres na busca por igualdade de representação política e no espaço público. Somente através do entendimento dessas questões e da conscientização de suas manifestações é que poderemos

trabalhar para superar as barreiras de gênero e construir uma sociedade mais equitativa e inclusiva.

Para tanto, iremos realizar uma análise temática detalhada dos comentários de usuários das redes sociais na cobertura mediática de ambos os casos, direcionando nossa atenção aos seguintes perfis do *Instagram*: Bahia Notícias e Instituto Vamos Juntas, no caso da vereadora Perla Santana, e Jornal Folha do Oeste e Portal Catarinas, no caso da cassação de Maria Tereza Capra. Com base nessa análise, buscaremos responder às seguintes questões:

- a. Há evidências de padrões ideológicos nos comentários dos usuários em cada perfil de jornais locais?
- b. Se sim, esses padrões contribuem para a perpetuação da violência vivenciada pelas mulheres políticas?
- c. Quais são os padrões identificados nos perfis regionais alegadamente feministas?
- d. Esses padrões auxiliam na resignificação do papel da mulher na política dentro dos meios de comunicação?

Ao explorar essas questões, esperamos obter um entendimento mais abrangente do impacto da participação dos usuários de redes sociais nos desafios enfrentados pelas mulheres na esfera política.

2. Enquadramento teórico

A sub-representação feminina na política tem origem na divisão existente entre vida pública e privada no contexto do patriarcado. Essa divisão atribui às mulheres a responsabilidade predominante pelas tarefas reprodutivas no ambiente doméstico, enquanto os homens são incentivados a ocupar cargos públicos. Essa estrutura sociocultural complexa organiza a sociedade liberal e reflete as desigualdades presentes nela através da divisão sexual do trabalho (Pateman, 1993, p. 29).

Além disso, a construção social da dicotomia entre vida pública e privada desempenha uma função significativa dentro do sistema

liberal. Essa divisão fornece uma justificativa aparentemente “racional” para a manutenção de um quadro de dominação baseado na distribuição de papéis de gênero, no qual a submissão das mulheres na esfera civil serve para legitimar a dominação patriarcal exercida pelos homens (Santos, 2021, p. 19).

As raízes históricas desse fenômeno e as suas consequências já foram problematizadas por teóricas feministas como Simone de Beauvoir (1949), que examina a opressão das mulheres e discute como a divisão sexual do trabalho contribui para a desigualdade de gênero; Nancy Fraser (1997), que discute as implicações dessa divisão na justiça social; e Silvia Federici (2004), que utiliza uma perspectiva histórica e econômica para analisar as relações entre trabalho reprodutivo e exploração capitalista.

Segundo Dean (2021) em seu trabalho de interpretação da obra de Federici (2004), o capitalismo converteu a reprodução e a manutenção da vida familiar em uma forma de trabalho não remunerado, imposto pela socialização de gênero. Embora as mulheres tenham conquistado direitos básicos, como a oportunidade de trabalhar e estudar, essa divisão persiste e se reflete em áreas que são predominantemente masculinas, como a política.

No contexto brasileiro, país que ocupa o 129º lugar no ranking mundial de representatividade feminina na política (IPU, 2023), é possível notar essa sub-representação através dos dados eleitorais. Para tentar combater essa desigualdade, ações afirmativas foram criadas, após uma longa luta do movimento feminista brasileiro (Castro & Souza, 2021, p. 95). As cotas por partido e leis, como a 14.192 (2021), que visa prevenir a violência de gênero, são exemplos das conquistas institucionalizadas. Entretanto, as mulheres brasileiras ainda enfrentam diversos obstáculos para participarem da vida pública.

Embora essas ações representem um avanço significativo, é importante reconhecer que a eleição de uma mulher não resulta em uma transformação imediata de uma realidade complexa. A política é um processo gradual que envolve a construção de consensos, por meio de negociações, ao invés de uma ruptura revolucionária com a

imposição unilateral de novas diretrizes (Panke & Azevedo Jr., 2022, p. 50). Na realidade, as poucas mulheres que conseguem ocupar cargos políticos enfrentam ataques de seus colegas de trabalho, eleitores e do público em geral, o que dificulta a discussão de propostas voltadas para a criação de políticas públicas que poderiam contribuir para a redução da desigualdade de gênero (Krook, 2020, p. 90).

Assim, muitas pesquisadoras da ciência política, como Norris (1997), Tripp (2000), Walsh (2010), Htun (2016) e Krook (2020), investigam essas desigualdades para entender como as barreiras que as mulheres enfrentam ao entrar na política estão presentes em diversos países e quais devem ser as estratégias para combatê-las.

Segundo Krook (2020) as dificuldades têm como objetivo excluir as mulheres da vida pública. Para a autora, esse fenômeno:

é uma forma específica de violência que pode, e muitas vezes coexiste com outras formas de violência na esfera política. Não reconhecê-la como um fenômeno separado, no entanto, negligencia uma fonte crucial de preconceito e discriminação contra as mulheres na política – e, por sua vez, seus custos agudos e subestimados para a democracia, direitos humanos e igualdade de gênero. (p. 4)

Portanto, é necessário nomeá-lo como Violência Contra Mulheres na Política (*Violence Against Women in Politics*), ou Violência Política de Gênero, como o termo é conhecido no Sul global. Desta forma, conseguimos distingui-lo de outros tipos de violência que podem ocorrer na vida pública.

Krook (2020) também cataloga os diferentes tipos de violência, sendo elas: física, psicológica, sexual, econômica e semiótica, mostrando que se trata de um fenômeno sistemático e estrutural (p. 66). Cada tipo de violência utiliza estratégias de dominação para reforçar a exclusão das mulheres do ambiente político. Por exemplo, no caso da violência psicológica, o *gaslighting* é um mecanismo utilizado para fazer com que as mulheres duvidem de seus próprios julgamentos sobre factos e valores. O *gaslighter* manipula a vítima, negando-lhe

a legitimidade de seus julgamentos e afirmando que são causados por supostos defeitos pessoais (Stark, 2019, p. 224).

Herrick et al. (2019) classificam a violência política com base em seus motivos, tipos, padrões e efeitos. Segundo os autores, um dos principais motivos para essa violência é a manutenção dos homens nos espaços de poder. Além disso, mulheres específicas que levantam agendas políticas que questionam o padrão dominante são mais propensas a serem alvo desse tipo de violência (p. 4).

No entanto, as táticas utilizadas nem sempre podem ser facilmente percebidas, pois muitas vezes se manifestam de forma sutil ou por meio de vieses de gênero enraizados na cultura patriarcal (Håkansson, 2021; Krook, 2020; Herrick et al., 2019; Kuperberg, 2018). Assim, é importante reconhecer que muitos comentários que são expressos como opiniões pessoais e atitudes consideradas inofensivas, na verdade refletem dinâmicas de poder presentes na sociedade em que estamos inseridos. Portanto, é fundamental analisá-los dentro de um contexto social para compreender suas consequências.

Para tanto, torna-se fundamental observar o papel da internet e das mídias sociais na disseminação dessas ideias. Afinal, pelo menos em tese, elas fornecem “oportunidades importantes para as mulheres políticas ganharem a visibilidade muitas vezes negada pela mídia tradicional” (Ross, Fountaine & Comrie, 2023, p. 32). No entanto, as redes também ampliaram os discursos de ódio e a possibilidade deles atingirem novos públicos (Krook, 2020, p. 67). Os casos da agora deputada Érika Hilton, da ex-vereadora assassinada Marielle Franco e da ex-presidente Dilma Rousseff foram amplamente explorados (Ribeiro, 2023; Vatieiro & Carvalho, 2023; Sosa, 2019).

No caso do Brasil, essa dinâmica violenta das redes também foi influenciada pela polarização política crescente no país na última década e pelas dificuldades sociais, decorrentes dessa situação. Ao eleger um presidente cuja plataforma política é fundamentada no ódio às minorias, com ataques direcionados a mulheres, pessoas negras, LGBTQ+ e indígenas, além de uma constante hostilidade em relação à imprensa, o discurso de ódio passa a ser aceitável e, até mesmo,

incentivado em diversos meios políticos e sociais. Inclusive, as falas repletas de ódio nos discursos de Bolsonaro são “repercutidas pela mídia” (Cioccarri & Persichetti, 2018, p. 213).

Segundo a Central Nacional de Denúncias de Crimes Cibernéticos da Safernet, em 2022, foram registradas no Brasil mais de 74 mil denúncias de crimes de discurso de ódio na internet, representando o maior número desde 2017 e um aumento de 67,7% em relação a 2021. A misoginia, que é a violência contra mulheres com base em seu gênero, apareceu em terceiro lugar entre os crimes que mais cresceram. Portanto, é possível afirmar que o atual contexto político brasileiro contribuiu para o aumento da violência de gênero, caracterizando-a como uma forma de discurso de ódio que frequentemente ocorre em espaços *on-line*.

Diante dos conceitos e abordagens apresentados, fica evidente a necessidade de uma análise aprofundada sobre a violência política de gênero, especialmente no contexto das cassações e dos pedidos de cassação dos mandatos de mulheres políticas que são objetos desta análise. A fim de compreender os discursos dos usuários, identificar padrões e ideologias presentes nas redes sociais, a estratégia metodológica da análise temática se mostra pertinente e necessária. Por meio dessa abordagem, seremos capazes de responder às questões de partida, identificando os desafios enfrentados pelas mulheres políticas, compreendendo os mecanismos de perpetuação das desigualdades de gênero e propondo ações concretas que promovam a igualdade de oportunidades e a plena participação das mulheres na esfera política.

3. Estratégia Metodológica

Neste estudo, utilizamos a análise temática (Braun & Clarke, 2006) como abordagem principal para identificar, analisar e relatar padrões ou temas presentes nos comentários. Além disso, adotamos uma perspectiva crítica, questionando como esses padrões reproduzem

e reforçam as desigualdades sociais (Lawless & Chen, 2018). Nossa análise temática crítica buscou compreender como os resultados padronizados estão conectados a ideologias sociais maiores, considerando a influência dos discursos sociais dominantes (Lawless & Chen, 2018, p. 96).

A estratégia metodológica adotada foi dividida em três etapas distintas. Inicialmente, realizamos uma avaliação abrangente dos portais jornalísticos regionais presentes no *Instagram* na cobertura dos casos de cassação no período de 01 de fevereiro a 25 de março de 2023. Em seguida, selecionamos os portais com maior alcance no respectivo estado. Para o caso de Perla Santana, escolhemos o portal *Bahia Notícias*, enquanto para o caso de Maria Tereza, optamos pelo perfil *Jornal Folha do Oeste*.

Na segunda etapa, procedemos à composição do *corpus* de análise. Utilizamos o *software Export Comments*¹ para extrair todos os comentários das publicações selecionadas. No caso de Maria Tereza Capra, coletamos os comentários de três publicações, sendo duas do *Portal Catarinas* e uma do *Jornal Folha do Oeste*, totalizando 101 comentários. Já em relação ao pedido de cassação de Perla Santana, recolhemos os comentários de uma publicação de cada perfil mencionado, totalizando 194 comentários no *corpus* de análise.

Na terceira etapa, exportamos os dados para o *software* MAXQDA, que foi utilizado para realizar a análise temática crítica. Através dessa abordagem, buscamos identificar os padrões discursivos presentes nos comentários, analisar as ideologias subjacentes e investigar se eles reforçam ou questionam as ideologias sociais dominantes.

Seguimos, primeiramente, uma abordagem de codificação aberta (Owen, 1984) para identificar padrões textuais e temas frequentes nos comentários. Essa codificação aberta nos permitiu explorar os dados de forma ampla e identificar elementos significativos, emergentes nos comentários. Durante esse processo, ambas as autoras participaram

¹ Pode ser acessado através do link: <https://exportcomments.com/>.

ativamente na construção dos temas, discutindo e refinando as categorias identificadas.

Posteriormente, avançamos para a etapa de codificação fechada, onde buscamos identificar macro temas que representassem os padrões e temas identificados na etapa anterior. Para essa codificação, realizamos uma interseção dos temas encontrados nos comentários com a bibliografia revisada sobre o assunto.

Durante todo o processo de análise, levamos em consideração não apenas o que estava explicitamente presente nos comentários, mas também o que estava ausente. Isso significa que fomos sensíveis aos aspectos que surgiram com menor frequência, bem como aos que foram expressos de maneira exagerada. Essa abordagem nos permitiu uma compreensão mais completa e contextualizada dos discursos presentes nos comentários, levando em conta tanto o conteúdo manifesto quanto o implícito.

No *corpus* analisado, dividimos os temas com base nas vereadoras em questão e nos portais de notícias, reconhecendo que o público presente é distinto e também como uma maneira de abordar nossas questões iniciais. A Figura 1 apresenta os padrões identificados nos comentários. Cabe ressaltar que todos os trechos, exemplificando os padrões mencionados, foram reproduzidos exatamente como foram coletados no momento da pesquisa, mantendo a fidelidade ao conteúdo original.

Figura 1

Os padrões encontrados nos comentários



4. Análise e discussão de resultados

O macro tema “*Gaslighting*” emerge de forma expressiva nos comentários do perfil *Jornal Folha do Oeste*, e está diretamente relacionado com os conceitos e abordagens discutidos anteriormente. Essa forma de manipulação psicológica, como apresentada por Stark (2019), se revela presente nos discursos analisados, especialmente ao deslegitimar a interpretação de Maria Tereza Capro sobre os supostos gestos nazistas na manifestação em São Miguel do Oeste, atribuindo-a uma suposta falha pessoal. Essa estratégia de *gaslighting*, ao minar a credibilidade da protagonista, reflete dinâmicas de poder e reforça os vieses de gênero presentes na cultura patriarcal, conforme discutido por Krook (2020) e Herrick et al. (2019).

Um exemplo revelador desse fenômeno é a seguinte declaração encontrada nos comentários: “Ótima decisão. Profanar mentiras precisa ter seu custo” (Comentário no Perfil *Jornal Folha do Oeste*, 2023).

Esse comentário aprova a decisão de cassação, descredibilizando as alegações da vereadora sobre os supostos gestos nazistas, sustentando a ideia de que ela estava difundindo falsidades. Essa estratégia de *gaslighting*, como explicado por Stark (2019), busca minar a confiança e a credibilidade da pessoa, fazendo com que suas percepções e memórias sejam questionadas e consideradas infundadas.

É importante ressaltar que a vereadora foi cassada por quebra de decoro parlamentar ao repudiar os supostos gestos nazistas, o que, por si só, não é considerado uma quebra de decoro. Essa decisão reflete não apenas a manipulação do discurso para deslegitimar as alegações da vereadora, mas também o uso da técnica de dupla punição identificada por Ås (1978, como citado em Krook 2020, p. 103). Nessa técnica, as mulheres são criticadas e punidas independentemente de suas ações, sendo constantemente julgadas como erradas.

A análise temática crítica dos comentários no perfil do *Jornal Folha do Oeste* revelou a presença de dois subtemas recorrentes: o *gaslighting* epistêmico e o *gaslighting* manipulativo. Essas duas formas distintas têm o objetivo de descredibilizar as falas das mulheres,

e muitas vezes são operadas de forma concomitante (Stark, 2010, p. 223). Um exemplo evidente dessas estratégias combinadas pode ser observado a seguir: “*Chamar as pessoas de nazistas é bonito né? Kkkkk*” (Comentário no Perfil *Jornal Folha do Oeste*, 2023).

Nesse comentário, percebe-se que o sarcasmo é utilizado como uma ferramenta para ridicularizar a posição da vereadora em relação aos supostos atos nazistas. Ao empregar o sarcasmo, o autor do comentário busca diminuir a seriedade do assunto, trivializando a violência e o ato em questão. Portanto, essa estratégia pode ser conceitualizada como uma forma de *gaslighting*, uma vez que o uso da ironia tem o intuito de deslegitimar a experiência e a percepção apresentadas, ridicularizando-as e zombando da cassação do mandato da vereadora. Além disso, esse tipo de comentário também minimiza a seriedade de um suposto ato nazista, desconsiderando que apesar de ser algo considerado antigo para alguns, esse movimento de extrema-direita segue extremamente presente na sociedade brasileira, tendo tido um crescimento de 270% nos últimos 3 anos, principalmente nos estados do sul (Fantástico, 2022).

Essa forma de ridicularização está diretamente relacionada aos vieses de gênero presentes na violência política. Mulheres que se envolvem na política, frequentemente enfrentam a ridicularização e o menosprezo de suas habilidades e competências. De facto, pesquisas têm destacado a natureza de gênero das instituições políticas e como isso afeta o tratamento das mulheres parlamentares (Maguire, 2018, p. 33). Uma das razões para esse tratamento sexista é a cultura masculinizada que é informalmente institucionalizada nas organizações políticas.

No caso em análise, como resultado, quando Maria Tereza Capra decide confrontar atos políticos ilegais, indo de encontro aos padrões estabelecidos, a violência repercute tanto de forma institucionalizada, com a cassação, como de forma simbólica, com a reiteração da punição nos comentários. Dessa forma, além de sofrer a violência institucional, o público também se vê no direito de reforçar esse posicionamento através das mídias sociais.

Ao analisar os padrões ideológicos encontrados no *Portal Catarinas* em relação ao caso de Maria Tereza Capra, é possível observar uma diferença significativa em relação aos comentários no perfil do jornal *Folha do Oeste*. No perfil feminista, o padrão mais aparente que emergiu foi o “Reconhecimento da Violência Contra Mulheres Políticas”. Isso contribui para responder à nossa questão inicial: “Esses padrões auxiliam na ressignificação do papel da mulher na política dentro dos meios de comunicação?”

No caso de Maria Tereza Capra, as mulheres (a grande maioria dos comentários são do gênero feminino) identificaram que sua cassação foi resultado não apenas de uma suposta quebra de decoro parlamentar, mas sim devido ao fato de ser mulher e defender uma bandeira contrária aos demais colegas vereadores. Como podemos ver no comentário a seguir: “*O único motivo: ser mulher. O restante é mera desculpa*” (Comentário no perfil *Portal Catarinas*, 2023).

Esse reconhecimento da violência contra mulheres políticas permite uma ressignificação do papel da mulher na política dentro dos meios de comunicação, pois evidencia a existência de desigualdades de gênero e violências específicas que afetam as mulheres nesse contexto.

Nota-se que a cobertura da cassação em ambos os portais foi feita de maneira distinta, revelando diferenças editoriais na abordagem do evento. Enquanto o *Jornal Folha do Oeste* simplesmente narra o ato com o título “Câmara Municipal cassa o mandato de Maria Tereza Capra” (*Jornal Folha do Oeste*, 2023), o *Portal Catarinas* dá voz à Maria Tereza Capra, como podemos observar no título: “‘Me queimaram como se eu fosse uma bruxa’, diz vereadora cassada, após repudiar gesto nazista” (*Catarinas*, 2023). Essa diferença editorial é significativa, pois ao dar visibilidade à vereadora, o *Portal Catarinas* reconhece a sutileza da violência do ponto de vista da vítima, e isso é percebido não apenas pela vereadora, mas também pelas leitoras do perfil.

Ao dar visibilidade à violência contra mulheres políticas e destacar o papel do gênero na violência política, o *Portal Catarinas* contribui para uma maior conscientização sobre as barreiras e desafios enfrentados pelas mulheres na política. Essa abordagem desloca o foco das

intenções dos perpetradores para dar voz às perspectivas e experiências das vítimas e da sociedade em geral (Krook, 2020, p. 110).

Essa mudança de perspectiva pode levar à adoção de medidas para enfrentar a discriminação de gênero e promover a participação equitativa das mulheres nesse campo. Portanto, os padrões identificados no *Portal Catarinas*, que reconhecem a violência contra mulheres políticas e ressaltam sua relevância na análise de casos como o de Maria Tereza Capra, podem de facto auxiliar na ressignificação do papel da mulher na política, dentro dos meios de comunicação.

Os dois subtemas que emergem nos comentários revelam tanto sobre a ideologia presente no contexto político em que se insere a vereadora Maria Tereza Capra, como o posicionamento das mulheres feministas nas redes sociais. Esses subtemas são “Nazismo e fascismo” e “Sororidade”. O primeiro subtema, relacionado ao nazismo e fascismo, remete a questões debatidas na literatura. Segundo Asoka (2012), o fundamentalismo religioso, a militarização e o autoritarismo são fatores que ampliam a violência política contra mulheres, tanto em âmbito institucional quanto nas redes sociais.

Um dos comentários explícitos em relação aos fatores de violência menciona: “Só essa semana, três vereadoras de SC, receberam ameaças de morte, injúria, atos racistas, cassação sem fundamento. SC mostrando sua face nazista... e fascista...? 🤔👤🌱” (Comentário no perfil *Portal Catarinas*, 2023).

Outros comentários semelhantes reconhecem que o estado de Santa Catarina possui um histórico fascista e nazista. A literatura confirma que neste estado foi fundada a primeira célula nazista fora da Alemanha (Zanelatto, 2015; Gertz, 1988) e pesquisas recentes identificaram 69 células neonazistas no território (Pessoa, 2023), tornando-o proporcionalmente o local com maior presença identificada desses grupos no Brasil.

Essa presença de movimentos organizados neonazistas explicam-se pela identificação de grupos sulistas brasileiros com as suas supostas raízes europeias. Dias (2008) conclui, após uma análise etnográfica em 40 sites de língua portuguesa, inglesa e espanhola

ao longo de seis anos, que esses sites reforçam a construção dessa identidade ao se autorepresentarem como germânicos ou como filhos da Europa, estabelecendo uma conexão de irmandade com base em vínculos sanguíneos. (Dias, 2008, p. 77).

Ou seja, podemos notar que os movimentos nazistas estão presentes na história do estado onde a vereadora ocupava um cargo público, assim, as denúncias feitas pela vereadora ganham sustentação. Por outro lado, as críticas e ataques com ameaças possivelmente são direcionadas por uma ideologia de extrema direita, repleta de vieses de gênero que questionam aquilo que mulheres falam, independente da existência de evidências que comprovam os seus comentários. Portanto, fica evidente que o repúdio da vereadora aos supostos atos nazistas não é em vão.

Os comentários relacionados ao tema “Sororidade”, por outro lado, demonstram a mobilização das mulheres feministas nas redes sociais, apoiando a vereadora Maria Teresa Capra diante da violência política sofrida e reconhecendo a similaridade dos atos na manifestação antidemocrática mencionada, como a “saudação heil Hitler”, amplamente utilizada durante o regime nazista de Adolf Hitler na Alemanha e considerada ilegal em muitos países devido às suas associações com o nazismo e os crimes cometidos durante esse período.

Um exemplo que ilustra essa solidariedade pode ser observado no seguinte comentário: “Maria Tereza tens meu apoio e solidariedade e sei que vc vai voltar 🙌❤️” (Comentário no perfil *Portal das Catariñas*, 2023).

A solidariedade entre as mulheres demonstra resistência à cassação injustificada e enfrentamento das desigualdades de gênero na política. O ciberespaço se torna, assim, um ambiente de alianças e luta (Garcia & Souza, 2015, p. 1007), resignificando o espaço público e as experiências das mulheres políticas nele.

No segundo caso em análise, o pedido de cassação de Perla Santana, o macro tema predominante nos comentários do perfil *Babia Notícias* foi o “*Reconhecimento da violência política, mas negação da Violência Política de Gênero*”. Nesse caso, a maioria dos usuários reconhece

que o pedido é infundado e o consideram uma forma de perseguição. No entanto, eles não percebem a intrínseca relação entre a Violência Política de Gênero e a violência política em si.

Perla Santana teve o processo de cassação aberto e aceito por seus pares, também com alegação de quebra de decoro parlamentar, após realizar diversas denúncias nas redes sociais sobre irregularidades na prefeitura da cidade, incluindo casos de nepotismo, funcionários fantasmas e desvio de dinheiro público. É importante destacar que, de acordo com o artigo 31.º da Constituição Brasileira (Brasil, 1988) uma das funções do Poder Legislativo Municipal é a fiscalização do Município.

Estas denúncias são narradas pelo *Bahia Notícias*, e o que identificamos no padrão ideológico dos comentários é a normalização da violência como parte do sistema político. Como podemos ver no seguinte comentário: *“Tá com muita coragem, porém não vale seu esforço, porque política é suja e quem entra se não estão com eles, estão fora de tudo e até pode perder sua paz e a vida, gente quem tem influência dentro da política e vai bater de frente a gente já viu no que deu né, até hj Marielle, e outros mais... espero que não perca o mandato, porém melhor ficar em paz.”* (Comentário no Perfil *Bahia Notícias*, 2023).

Nota-se, no comentário acima, uma falta de reconhecimento dessa violência como um problema fundamentado no gênero de Perla Santana, que é a única mulher ocupando uma cadeira na Câmara. Além da banalização da violência como algo intrínseco ao ambiente político. Este fenômeno já é reconhecido pela literatura como uma das lacunas que dificultam o reconhecimento da violência política de gênero como um problema social, conforme afirmado por Krook (2020, p. 7).

Conforme apresentado no enquadramento teórico, a violência política tem aumentado nos últimos anos no Brasil. No entanto, a violência de gênero agrava ainda mais esse fenômeno. Deixamos aqui uma questão levantada: será possível que outro parlamentar (homem) corra o risco de ter seu mandato cassado por simplesmente desempenhar sua função constitucional como membro do Poder Legislativo? Como não há dados disponíveis sobre as cassações no país por gênero,

esta questão não pode ser respondida por nós. Mas, não deixa de evidenciar a existência de uma disparidade de gênero na política, em que mulheres são alvo de perseguição e violência política de forma desproporcional, prejudicando sua atuação e representatividade.

Os subtemas identificados nos comentários do perfil *Bahia Notícias* são “*Gaslighting*” e “Invisibilidade”. No caso do *gaslighting*, observamos semelhança com os comentários relacionados ao caso de Maria Tereza Capra. Perla Santana é constantemente questionada por meio de sarcasmo e ridicularização. Um exemplo disso é o seguinte comentário: “*Se ela prova as denúncias, dar entrada no Tribunal de Justiça do estado e pronto.* 😂😂” (Comentário no perfil *Bahia Notícias*, 2023). Como já apontado anteriormente, esse tipo de abordagem busca desacreditar e desvalorizar as denúncias, questionando sua credibilidade, minimizando a importância dos factos apresentados. Além disso, o subtema “Invisibilidade” também é evidente nos comentários. Perla Santana, como a única mulher ocupando uma cadeira na Câmara, enfrenta a falta de reconhecimento e visibilidade de sua atuação política.

Através dos comentários, é possível perceber que a sua voz é muitas vezes ignorada ou menosprezada em comparação com os outros parlamentares masculinos. Esse padrão aparece tanto de forma escancarada, como sutil, como exemplifica o comentário a seguir: “Se o vereador, que na prática já não legisla e também não fiscaliza as contas do executivo, não puder fiscalizar o executivo e for ameaçado de perda de mandato por suas denúncias e opiniões, melhor fechar todos os poderes legislativos municipais.” (Comentário no perfil *Bahia Notícias*, 2023). Nota-se a preferência pela forma masculina do termo vereador, mesmo que na cobertura esteja explícito que o ato de violência é contra Perla Santana, uma mulher. Dessa forma, não só invisibilizam Santana como vítima da violência, como reforçam associações entre homens e liderança, marcando-a como uma clara intrusa neste reino (Krook, 2020, p. 94).

A invisibilidade demarca a violência estrutural, reforçando as distinções com marcadores de gênero entre público e privado. Esse

fenômeno é amplamente abordado pela literatura feminista com enfoque em mídia, gênero e política (Álvarez-Monsiváis, 2020; Ross, Jansen & Bürger, 2020). A falta de visibilidade de Perla Santana como mulher política e vítima de violência política de gênero reflete a sub-representação das mulheres também nos meios midiáticos. O caso em análise demonstra que, além da cobertura midiática, esse padrão é replicado pelos usuários das redes sociais.

No perfil feminista no Instagram *Instituto Vamos Juntas*, o macro tema identificado foi “Visibilidade para Mobilizar Justiça”. Nesse padrão, foram encontrados comentários que direcionam interpelações a autoridades públicas e perfis de notícias para que deem cobertura ao pedido de cassação. Busca-se, assim, sensibilização e mobilização para medidas protetivas da agência política da vereadora Perla Santana. A visibilidade é frequentemente apontada como um fator importante pelo movimento feminista.

No entanto, assim como foi identificado no perfil *Bablia Notícias*, o padrão majoritário nos comentários ignora a violência política de gênero na cassação, embora cobre pela visibilidade do caso. Prevalece uma visão de que o sistema é o culpado e que as instituições são violentas e corruptas. Essa perspectiva minimiza a questão de gênero e não reconhece a violência específica enfrentada por Perla Santana como mulher. É importante destacar que a violência política de gênero não se limita apenas às instituições, mas também se manifesta nas interações sociais e na negação de direitos políticos com base no gênero.

Por meio do comentário a seguir, podemos perceber essa visão predominante nos comentários: “*Precisamos que este caso tenha repercussão. Ela está sendo vítima de uma injustiça*” (Comentário no perfil *Instituto Vamos Juntas*, @vamosjuntasorg, 2023).

De facto, chamar de “injustiça” um caso de perseguição política motivada pelo gênero pode minimizar a gravidade e a complexidade dos atos envolvidos. Essa abordagem pode não capturar adequadamente a natureza da violência.

O subtema “Violência Política X Violência Contra Mulheres Políticas” evidencia a falta de clareza em relação à questão da violência de

gênero. Como exemplificado no comentário: “Isso seria violência política de gênero?” (Comentário no perfil *Instituto Vamos Juntas*, @vamosjuntasorg, 2023).

Podemos observar que a compreensão sobre a natureza e manifestação específica da violência política de gênero ainda não está bem estabelecida entre os usuários do perfil. Essa dúvida reflete a necessidade de mais informação e conscientização sobre o tema.

Reconhecemos, que o ambiente do *Instagram*, com suas limitações de espaço e formato, muitas vezes não é permitida uma discussão aprofundada sobre essas questões complexas. Além disso, a natureza rápida e instantânea das interações nas redes sociais pode levar a respostas superficiais e simplificadas, que não abordam adequadamente a violência política de gênero e suas implicações.

Entretanto, para promover uma resignificação do papel da mulher na política, é necessário um engajamento mais amplo e consciente, tanto por parte dos usuários das redes sociais quanto das próprias plataformas e de quem administra perfis nelas, sendo feministas ou não. É fundamental que haja uma conscientização sobre a violência política de gênero, principalmente na abordagem sobre casos específicos, para a promoção de espaços de discussão que permitam uma reflexão crítica e construtiva sobre essas questões.

No subtema da “Sororidade”, podemos observar semelhanças com os padrões revelados na análise dos comentários no perfil feminista na cobertura do caso de Maria Teresa Capra. Isso pode ser exemplificado pelo seguinte comentário: “*Estamos contigo vereadora @vereadoraperla*” (Comentário no perfil *Instituto Vamos Juntas*, @vamosjuntasorg, 2023).

Esse tipo de comentário denota a irmandade existente dentro do movimento, como já foi anteriormente abordado. Através da sororidade, cria-se uma rede de afinidades e apoio para o enfrentamento conjunto dos obstáculos e discriminações na política e nos demais ambientes. No contexto específico do comentário citado, ele representa o apoio coletivo à vereadora Perla Santana, demonstrando que outras mulheres estão ao seu lado e reconhecem a importância de sua atuação política.

Essa manifestação de sororidade é essencial para fortalecer a voz e a presença das mulheres na política, enfraquecer o *gaslighting* e combater a violência e a discriminação que enfrentam nesse ambiente. Através da união e do apoio mútuo, as mulheres podem se fortalecer e enfrentar os desafios, criando um espaço mais inclusivo e igualitário para todas.

5. Notas conclusivas

Após a análise temática e discussão dos padrões encontrados nos perfis de jornais locais e perfis regionais feministas, podemos chegar a algumas conclusões em relação às questões de partida. Primeiro, observa-se a presença de padrões ideológicos nos comentários dos usuários nos perfis de jornais regionais. Identificamos no *corpus* a normalização da violência como parte do sistema político, a minimização da violência de gênero, a culpabilização da vítima e a desvalorização das denúncias feitas por mulheres políticas. Esses padrões ideológicos refletem uma visão hegemônica patriarcal que é prejudicial para a vida pública das mulheres e que contribui para a perpetuação da violência.

Por outro lado, nos perfis regionais feministas identificamos a manifestação de sororidade e apoio às mulheres políticas, demonstrado tanto no caso de Maria Tereza Capra, como no de Perla Santana. Esse padrão fortalece a voz das mulheres na política e promove a ressignificação do papel da mulher na mídia. Ao contrário dos comentários nos perfis de jornais locais, esse padrão auxilia na conscientização e na luta contra a violência política de gênero, encorajando as mulheres a ocuparem espaços de poder e a desafiar a estrutura patriarcal existente.

Entretanto, ao analisarmos os comentários nos perfis feministas em relação aos casos de Maria Tereza Capra e Perla Santana, observamos alguns conflitos e diferenças significativas na percepção e abordagem da violência de gênero. Essa problemática reflete uma lacuna

na conscientização e compreensão da violência política de gênero em determinados contextos. A falta de reconhecimento da violência específica que as mulheres enfrentam na esfera política pode resultar na minimização ou invisibilização dessas experiências, perpetuando a violência e dificultando a busca por justiça e proteção.

Conclui-se que, apesar dos esforços dos perfis feministas em ressignificar o papel da mulher na política, ainda existem desafios a serem superados. A falta de compreensão da violência política de gênero e a prevalência de discursos que minimizam a importância da questão de gênero representam obstáculos significativos na busca por uma transformação efetiva do papel da mulher na política nos meios de comunicação.

Reconhecemos que, apesar dos conflitos identificados, os perfis feministas desempenham um papel crucial na luta pela igualdade de gênero na política. Esses perfis proporcionam espaços de discussão e apoio mútuo, contribuindo para a visibilidade dos casos de violência contra as mulheres políticas, fortalecendo a sororidade entre as mulheres e impulsionando ações coletivas para enfrentar os desafios enfrentados nesse contexto. Mas, é preciso ir além dos conteúdos para realmente construir espaços de conscientização sobre esse assunto e conseguir gerar mudanças.

Ao trabalharem em conjunto, esses perfis têm o potencial de influenciar os discursos midiáticos e desafiar as estruturas de poder existentes, contribuindo para a ressignificação do papel da mulher na política. Através da educação e mobilização eles desempenham um papel importante na promoção da igualdade de gênero e na superação das desigualdades presentes na política e na imprensa.

No entanto, fica evidente a urgência de adotar medidas de correção e proteção para combater a violência contra as mulheres políticas, tanto no âmbito institucional quanto no espaço público. É fundamental que as instituições e os agentes públicos se comprometam em romper com as históricas desigualdades de gênero instauradas, garantindo a segurança e a integridade das mulheres políticas.

Referências

- Albuquerque, J. T., & Alves, E. R. (2018). *Apontamentos sobre a violência contra a mulher na política institucional Brasileira*. Revista Debates Insubmissos, 1(2), pp. 143-163. <https://doi.org/10.32359/debin2018.v1.n2.p143-163>
- Álvarez-Monsiváis, M. (2020). *Mediatization and masculinization in the news coverage of women politicians*. Cuadernos.info, (47), pp. 26-52. <https://doi.org/10.7764/cdi.47.1868>
- Asoka, K. (2012). *Global Report on the Situation of Women Human Rights Defenders*. WHRDIC. https://defendingwomen-defendingrights.org/wp-content/uploads/2014/03/WHRD_IC_Global-Report_2012.pdf
- Bahia Notícias [@bahianoticias]. (2023, 7 de março). *Após fazer denúncias, vereadora de Muritiba fica ilhada e é ameaçada de perder o mandato* [Fotografia]. Instagram. https://www.instagram.com/p/CpgV89COyYT/?img_index=1
- Braun, V., & Clarke, V. (2006). *Using thematic analysis in psychology*. *Qualitative Research in Psychology*, 3(2), pp. 77-101. doi:10.1191/1478088706qp063oa
- Castro, C. V. de, & Souza, A. B. do A. (2021). *Análise da construção histórica do direito da mulher, o movimento feminista e as cotas de gênero como ferramenta de perpetuação da desigualdade de gênero na política*. Revista Eletrônica Da Faculdade De Direito De Franca, 16(1). <https://doi.org/10.21207/1983.4225.1194>
- Catarinas [@portalcatarinas]. (2023, 6 de fevereiro). *“Me queimaram como se fosse uma bruxa”, diz vereadora cassada* [Fotografia]. Instagram. <https://www.instagram.com/p/CoVZkbQSc85/?igshid=YmMyMTA2M2Y%3D>
- Catarinas [@portalcatarinas]. (2023, 16 de fevereiro). *Vereadoras ameaçadas de morte após se solidarizarem com Maria Tereza Capra* [Fotografia]. Instagram. <https://www.instagram.com/p/Couls8hr2G8/>
- Cioccari, D., & Persichetti, S. (2018). *Armas, ódio, medo e espetáculo em Jair Bolsonaro*. Revista Alterjor, 18(2), pp. 201-214.
- Brasil. (1988). *Constituição da República Federativa do Brasil de 1988*. https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm
- De Beauvoir, S. (2009). *O segundo sexo*. Nova Fronteira.
- Dean, J. (2021, 25 de maio). *Silvia Federici: A exploração das mulheres e o desenvolvimento do capitalismo*. Blog da Boitempo. <https://blogdaboitempo.com.br/2021/05/25/silvia-federici-a-exploracao-das-mulheres-e-o-desenvolvimento-do-capitalismo/>
- Dias, A. A. M. (2008). *O Crime de Ódio e o Neonazismo na Internet: Análise de uma Experiência Etnográfica*. In *Proceedings of the Third International Conference of Forensic Computer Science* (pp. 69-79).
- Faith, B., & Fraser, E. (2018). *What works to prevent cyber violence against women and girls?* (VAWG Helpdesk Research Report No. 212). VAWG Helpdesk. Retrieved from <https://opendocs.ids.ac.uk/opendocs/handle/20.500.12413/14764>
- Fantástico. (2022, janeiro). *Grupos neonazistas crescem 270% no Brasil em 3 anos; estudiosos temem que presença online transborde para ataques violentos*. Fantástico. <https://g1.globo.com/fantastico/noticia/2022/01/16/grupos-neonazistas-crescem-270percent-no-brasil-em-3-anos-estudiosos-temem-que-presenca-online-transborde-para-ataques-violentos.ghtml>
- Federici, S. (2019). *Calibã e a bruxa: mulheres, corpos e acumulação primitiva*. Editora Elefante.

- Fraser, N. (2022). *Justiça interrompida: Reflexões críticas sobre a condição pós-socialista*. Boitempo Editorial.
- Garcia, D. A., & Sousa, L. M. A., (2016). *A sororidade no ciberespaço: laços feministas em militância*. Estudos Linguísticos (São Paulo, 1978), 44(3), pp. 991-1008. <https://revistas.gel.org.br/estudos-linguisticos/article/view/1032>
- Gertz, R. E. (1988). *Nazismo, Fascismo, Integralismo e o Apoio das Oligarquias no Rio Grande do Sul e de Santa Catarina ao Estado Novo*. Estudos Ibero-Americanos, 14(1), pp. 21-30. <https://doi.org/10.15448/1980-864X.1988.1.30425>
- Håkansson, S. (2021). *Do women pay a higher price for power? Gender bias in political violence in Sweden*. *The Journal of Politics*, 83(2), pp. 515-531. <https://www.journals.uchicago.edu/doi/10.1086/709838>
- Herrick, R., Thomas, S., Franklin, L., L. Godwin, M., Gnabasiq, E., & Schroedel, J.R. (2019). *Physical violence and psychological abuse against female and male mayors in the United States*. *Politics, Groups, and Identities*, 9, pp. 681-698. <https://doi.org/10.1080/21565503.2019.1629321>
- Holman, M. R. (2017). *Women in local government: What we know and where we go from here*. *State and Local Government Review*, 49(4), pp. 285-296. <https://journals.sagepub.com/doi/10.1177/0160323X17732608>
- Humprecht, E., & Esser, F. (2017). *A glass ceiling in the online age? Explaining the underrepresentation of women in online political news*. *European Journal of Communication*, 32(5), pp. 439-456. <https://doi.org/10.1177/0267323117720343>
- Htun, M. (2016). *Inclusion without representation: Gender quotas and ethnic reservations in Latin America*. Cambridge University Press, forthcoming), Table, 2, pp. 4-25. <https://doi.org/10.1017/CBO9781139021067>
- IPU. (2023). *Monthly ranking of women in national parliaments | Parline: the IPU's Open Data Platform*. Recuperado de <https://data.ipu.org/women-ranking?month=2&year=2024>
- Instituto Vamos Juntas [@vamosjuntasorg]. (2023, 14 de fevereiro). *Urgente: Estão tentando cassar o mandato de uma vereadora eleita!* [Vídeo]. *Instagram*. <https://www.instagram.com/reel/Coph4CirMxy/?igshid=YmMyMTA2M2Y%3D>
- Jornal Folha do Oeste [@folhadooeste]. (2023, 4 de fevereiro). *Câmara Municipal cassa o mandato de Maria Tereza Capra* [Fotografia]. *Instagram*. https://www.instagram.com/p/CoQZGSAuqZc/?utm_source=ig_web_copy_link
- Khan, M. R., & Ara, F. (2006). *Women, participation and empowerment in local government: Bangladesh union Parishad perspective*. *Asian Affairs*, 29(1), pp. 73-92. <https://www.oidp.net/docs/repo/doc116.pdf>
- Krook, M. L. (2020). *Violence against women in politics*. Oxford University Press.
- Kuperberg, R. (2018). *Intersectional Violence against Women in Politics*. *Politics & Gender*, 14(4), pp. 685-690. <https://doi.org/10.1017/S1743923X18000612>
- Lawless, B., & Chen, Y.-W. (2019). *Developing a Method of Critical Thematic Analysis for Qualitative Communication Inquiry*. *Howard Journal of Communications*, 30(1), pp. 92-106. <https://doi.org/10.1080/10646175.2018.1439423>
- Lovenduski, J., & Norris, P. (2003). *Westminster women: the politics of presence*. *Political studies*, 51(1), pp. 84-102. <https://doi.org/10.1111/1467-9248.0041>
- Maguire, S. (2018). *Barriers to Women Entering Parliament and Local Government*. IPR Report, October 2018. <https://www.bath.ac.uk/publications/barriers-to-women-entering-parliament-and-local-government/attachments/barriers-to-women.pdf>

- Muniz, M. (2023, dezembro). *Na contramão da Câmara, TSE aperta punição à fraude de cotas de gênero e condena 82% dos casos*. O Globo. <https://oglobo.globo.com/politica/noticia/2023/12/04/na-contramao-da-camara-tse-aperta-punicao-a-fraude-de-cotas-de-genero-e-condena-82percent-dos-casos.ghtml>
- Owen, W. F. (1984). *Interpretive themes in relational communication*. *Quarterly Journal of Speech*, 70(3), pp. 274-287. <https://doi.org/10.1080/00335638409383697>
- Panke, L., & Azevedo Jr., A. C. (2022). *Mulheres na política: de coadjuvantes a protagonistas, o papel das vice-prefeitas na Baixada Santista, Brasil*. *Revista Más Poder Local*, 48, pp. 44-65. <https://doi.org/10.56151/17.3.2183>
- Pessoa, F. (2023, 5 de maio). *Historiador explica por que Santa Catarina tem tantos grupos neonazistas*. Recuperado de <https://caterinas.info/historiador-explica-por-que-santa-catarina-tem-tantos-grupos-neonazistas/>
- Ross, K., Fountaine, S., & Comrie, M. (2023). *Gender, party and performance in the 2020 New Zealand general election: politicking on Facebook with Jacinda and Judith*. *Media, Culture & Society*, 45(2), pp. 388-405. <https://doi.org/10.1177/01634437221127366>
- Ross, K., Jansen, M., & Bürger, T. (2020). *The media world versus the real world of women and political representation: Questioning differences and struggling for answers*. In M. Djerf-Pierre & M. Edström (Eds.), *Comparing gender and media equality across the globe: A cross-national study of the qualities, causes, and consequences of gender equality in and through the news media* (pp. 233-257). Nordicom, University of Gothenburg. <https://www.diva-portal.org/smash/get/diva2:1502640/FULLTEXT01.pdf>
- Stark, C. A. (2019). *Gaslighting, Misogyny, and Psychological Oppression*. *The Monist*, 102(2), pp. 221-235. <https://doi.org/10.1093/monist/onz007>
- Tribunal Superior Eleitoral. (2020, novembro). *Mulheres representam apenas 12% dos prefeitos eleitos no 1º turno das eleições* [Nota de imprensa]. <https://www.tse.jus.br/comunicacao/noticias/2020/Novembro/mulheres-representam-apenas-12-dos-prefeitos-eleitos-no-1o-turno-das-eleicoes-2020>
- Tripp, A. M. (2000). *Women and politics in Uganda*. Univ of Wisconsin Press.
- Uchoa, L. M. (2022). *Feminismo nas redes: empoderamento feminino nas mídias digitais*. (Dissertação de Mestrado). Universidade Fernando Pessoa.
- Velasco, C. (2020, 17 de novembro). *Mais de 900 cidades do país não terão nenhuma mulher na Câmara Municipal*. Recuperado de <https://g1.globo.com/politica/eleicoes/2020/eleicao-em-numeros/noticia/2020/11/17/mais-de-900-cidades-do-pais-nao-terao-nenhuma-mulher-na-camara-municipal.ghtml>
- Walsh, D. M. (2010). *Women's rights in democratizing states: Just debate and gender justice in the public sphere*. Cambridge University Press.
- Zanelatto, J. H. (2015). *Os Fascismos na imprensa de Santa Catarina*. XXVIII Simpósio Nacional de História, 27. https://www.snh2015.anpuh.org/resources/anais/39/1434399146_ARQUIVO_ArtigoAnphu2015.pdf

**“QUANDO IDADE É SÓ UM NÚMERO”:
NARRATIVAS DE VIDA SOBRE ENVELHECIMENTO
NO REALITY SHOW MASTERCHEF+ BRASIL**

**“WHEN AGE IS JUST A NUMBER”:
LIFE NARRATIVES ABOUT AGEING
IN THE MASTERCHEF+ BRASIL
REALITY SHOW**

Maurício João Vieira Filho

Universidade Federal de Juiz de Fora, Minas Gerais, Brasil
ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-9638-7390>

Larissa Ferreira de Queiroz

Universidade Federal de Juiz de Fora, Minas Gerais, Brasil
ORCID: <https://orcid.org/0009-0002-3344-978X>

Resumo: Exibido pela emissora de televisão brasileira Rede Bandeirantes, o programa MasterChef Brasil é um *reality-show* culinário que possui diferentes adaptações, entre as quais uma é dedicada a participantes com mais de 60 anos: o MasterChef+ Brasil. Objetivamos, neste artigo, refletir como as vidas dos participantes da competição gastronômica MasterChef+ Brasil são narradas a partir do foco na idade e no envelhecimento. Cabe pontuar que as marcas da idade são atravessamentos das diferenças na sociedade, sobretudo na cultura ocidental, na qual a velhice e o envelhecer são associados a não-produtividade do corpo, às limitações biológicas e aos impedimentos normativos do que é determinado como bem-estar. Com vistas a desdobrar as discussões,

seções interligadas estruturam a pesquisa: contextualização do formato MasterChef; reflexão sobre narrativas de vida e envelhecimento; análise dos episódios da temporada a partir do debate teórico-conceitual proposto, por meio da Análise da Materialidade Audiovisual. Por esse percurso, notamos que o programa se articula na construção de uma narrativa ambivalente em relação ao envelhecimento. De um lado, mobilizam-se elementos estereotipados, tais como associações ao esquecimento e a falhas da memória e a proposta de cozinhar receitas consideradas familiares e relacionadas ao passado dos competidores; por outro lado, o programa se lança como uma tentativa de confrontar preconceitos contra idade e velhice, reafirmando a vitalidade como um ideal. Porém, esse mesmo discurso carrega consigo o culto à jovialidade como sinônimo de vitalidade.

Palavras-Chave: MasterChef+ Brasil; narrativas de vida; envelhecimento.

Abstract: Aired by the Brazilian television channel Rede Bandeirantes, MasterChef Brasil is a culinary reality program with different adaptations, including one dedicated to participants over 60 years old: MasterChef+ Brasil. In this article, we aim to reflect on how the participants' lives in the gastronomic competition MasterChef+ Brasil are narrated with a focus on age and ageing. It is essential to understand that the marks of age are the crossing of differences in society, especially in a Western culture in which old age and ageing are associated with the non-productivity of the body, biological limitations, and normative impediments to what is determined as well-being. To unfold the discussions, interconnected sections structure the research: contextualisation of the MasterChef format; reflection on narratives of life and ageing; analysis of the season's episodes based on the proposed theoretical-conceptual debate, using Audiovisual Materiality Analysis. In this way, the program articulates itself in constructing an ambivalent narrative about ageing. On the one hand, stereotypical elements are

mobilized, such as associations with forgetfulness and memory failures and the proposal to cook recipes that are considered familiar and related to the contestants' pasts; on the other hand, the program launches itself in an attempt to confront prejudices against age and old age, reaffirming vitality as an ideal. However, this same discourse carries the cult of youthfulness as a synonym for vitality.

Keywords: MasterChef+ Brasil; life narratives; aging.

1. Introdução

Quando se volta para a televisão, cozinhar se torna um dos elementos mais explorados em diferentes gêneros e formatos audiovisuais, desde publicidades de utensílios até mesmo demonstração de receitas ao vivo. A partir da fundação da *TV Tupi* no Brasil e o *Veja como se cozinha*, na década de 1950, os programas de entretenimento pautados na gastronomia passaram por formatos liderados por apresentadoras de sucesso como Ofélia Anunciato, Palmirinha, Ana Maria Braga e Cátia Fonseca até chegarem aos *reality shows* de competição pelo título de melhor cozinheiro. Neles, a cozinha é um dos espaços domésticos mais mostrados e mobilizados na construção narrativa. Ao longo do tempo, a casa e todos os processos simbólicos que lhe atribuíram significados também sofreram mudanças sociais e culturais que englobam ligações com as representações de gênero e os atravessamentos nas lógicas das intimidades e das fronteiras entre público e privado (Scabin, 2023). Como Cavalcanti de Oliveira (2016) destaca, da didática ao entretenimento, as narrativas dos programas de culinária se transformaram da mesma forma que assimilaram as melhorias tecnológicas, a inclusão de elementos chamativos esteticamente para capturar a audiência e outras adaptações para os públicos serem envolvidos na trama televisiva.

Esse produto midiático possui inúmeros casos de sucesso na televisão no universo da gastronomia, entre os quais evidenciamos

o MasterChef, um formato internacionalmente distribuído pela empresa *Endemol Shine Group*. No Brasil, o programa levado ao ar pela *Band* já ganhou diferentes temporadas, sendo uma delas a versão exclusiva para pessoas com mais de 60 anos exibida entre novembro e dezembro de 2022. Cozinheiros, com idades entre 60 e 80 anos, disputaram o *reality show*, em busca da vitória na competição e a conquista de um troféu e 15 mil reais. Na divulgação do primeiro episódio, a emissora destacou que “a memória afetiva e os pratos de família vão dar o tom da nova temporada, com os veteranos trazendo muitos conhecimentos e experiência de vida” (Redação Band, 2022). Essa frase já acentua características sobre participantes e o que esperar durante o desenvolvimento do programa, isto é, “veteranos” – pessoas maduras, sobretudo, pela decorrência do tempo – têm mais experiência de vida e, especificamente, de cozinhar como fatores principais que lhes colocam em um patamar de saber mais. Na mesma linha de compreensão da chamada, pode-se notar as memórias e a família como elementos centrais para as construções narrativas dessa fase do *reality show*. Desde o momento de apresentação dos participantes, cada concorrente ganhou ênfase pelo que fez profissionalmente no passado, pelo modo como vive atualmente, pela representação da família e como a cozinha é parte importante de sua vida (Redação Band, 2022).

Diante dessa contextualização, o objetivo deste artigo é refletir como as vidas dos participantes do *reality show* gastronômico MasterChef+ Brasil são narradas a partir do foco na idade e no envelhecimento. A princípio, cabe entender que as marcas da idade são atravessamentos das diferenças na sociedade, sobretudo em uma cultura na qual a velhice e o envelhecer são associados majoritariamente ao estabelecimento de significados cristalizados cujas dimensões se ancoram em estigmas, estereótipos e representações depreciativas, como invalidez, problemas de saúde e aposentadoria (Neto, 2004). Contudo, em virtude da ampliação dos debates sobre envelhecimento e preconceitos atribuídos à idade, expandem-se oportunidades de reflexão sobre o tema e de transformação das representações sobre essa fase da vida.

Com vistas a desdobrar as discussões, secções interligadas estruturam a pesquisa. Inicialmente, o sucesso televisivo, midiático e comercial do programa no Brasil é contextualizado com vistas a entender a derivação do formato para uma temporada focada em pessoas com mais de 60 anos. Em seguida, mobilizamos referenciais teóricos sobre narrativas de vida e envelhecimento, sobretudo, entendendo esse produto audiovisual como um *espaço biográfico* (Arfuch, 2010) que, embora tenha como protagonismo a competição entre quem será o melhor cozinheiro, se desenvolve pela aparição das vidas de sujeitos que falam de si e contam os interesses em participar do programa. Além de também mostrarem as *extimidades* (Sibilia, 2016) como a trajetória de vida até chegar na TV, dilemas sociais enfrentados pela idade e pelo envelhecimento como um debate contemporâneo nas mídias. Entendemos o envelhecimento como uma questão histórica e cultural que atravessa a sociedade e faz parte das maneiras de se relacionar dos indivíduos (Silva, 2022). Por fim, ancorados metodologicamente à Análise da Materialidade Audiovisual (AMA), proposta por Coutinho (2016), tensionamos os episódios do programa com reflexões sobre narrativas de vida e envelhecimento, analisando-os conforme as particularidades do produto e a complexidade da linguagem audiovisual.

Por meio da AMA¹, trabalhamos com um método que mescla experiência audiovisual e linguagem que lhe constitui. Conforme a proposição de Coutinho (2016), a AMA não separa a materialidade do audiovisual em dimensões verbais e não verbais, mas de forma composta e unida, isto é, o vídeo, os paratextos e todas as camadas que compõem a audiovisualidade. Nas palavras de Coutinho (2016),

¹ A proposta da AMA foi apresentada por Coutinho (2016) em um estudo sobre o campo do telejornalismo. No entanto, a abrangência metodológica possibilita ampliar para outros objetos de estudos que tenham dimensões audiovisuais. Por exemplo, telenovela, programas televisivos, materiais publicados em redes sociais digitais, entre outros. Logo, localizamos a pertinência para nosso estudo, que se detém a um objeto do campo do entretenimento televisivo.

essa proposta metodológica tem como “objeto de avaliação a unidade texto+som+imagem+tempo+edição” (p. 10).

Trata-se, portanto, de um caminho metodológico que possibilita olhar para um fenômeno audiovisual e construir eixos analíticos. No caso dessa pesquisa, as etapas de análise se desdobram em cinco momentos. Primeiramente, seguimos pelo desenvolvimento de eixos a serem observados no material mobilizado. Em nosso caso, toda a etapa de assistir os episódios da primeira temporada ocorreu com olhares direcionados às narrações das vidas de cada participante, sobretudo no que toca à questão da idade. Partimos, concomitantemente, para a leitura do objeto com o auxílio de uma ficha de análise, na qual analisamos: participantes, juradas e jurados e apresentadora; falas de cada um; observações sobre o desenvolvimento das provas e os anunciantes em exibição direta na tela; sobre as vidas – o que é colocado em destaque, quais elementos importam para descrever e construir o participante; e sobre as idades – se há elementos estereotipados e/ou subversões.

Tivemos acesso ao material analisado por meio do canal da emissora no *YouTube* (Vicente & Galatti, 2022), ou seja, a nossa percepção tem limitações, excluindo propagandas dos intervalos comerciais da televisão e possíveis interações de telespectadores durante a exibição. Além disso, a nossa imersão com o material se deu de forma fragmentada a partir das cinco partes de cada episódio, o que seria diferente de assistir completo e síncrono na televisão.

2. O fenômeno MasterChef Brasil: do amador ao profissional, do “júnior” ao “+”

O programa MasterChef Brasil é um *reality show* culinário cujo formato é baseado na franquia original homônima transmitida pela *BBC* no Reino Unido. A competição de culinária foi desenvolvida pelo produtor Franc Roddam, em julho de 1990, e reformulada em 2005 para que pudesse atender requisitos televisivos e comerciais.

O programa deu tão certo que foi exportado para 40 países. No Brasil, a estreia aconteceu em setembro de 2014 e, em 2023, quando esta pesquisa foi realizada, estava a ser exibida a 10.^a temporada em seu modelo original com pessoas anônimas e amadoras na cozinha. Apresentado por Ana Paula Padrão, o *MasterChef Brasil* atualmente possui uma bancada de jurados composta por três chefes renomados no contexto gastronômico brasileiro: Érick Jacquin, Helena Rizzo e Rodrigo Oliveira. A competição culinária consiste na disputa entre cozinheiros amadores, que se inscrevem e passam pelo processo seletivo previamente em audições exibidas pelo *reality show*. Com competidores escolhidos, começam as provas em grupo e individuais, em que o limite de tempo, as condições determinadas para preparação dos pratos e outros desafios que envolvem desde ingredientes inusitados até a entrega de centenas de refeições servem como premissa para selecionar quem seguirá para as próximas fases. Todos os pratos, montagens e performances são analisados pelos jurados que detêm a palavra máxima na decisão de quem deixa, continua e ganha a competição.

Com o sucesso do *reality show*, foram propostos diferentes formatos, como o *MasterChef Profissionais*, com a participação de cozinheiros(as) profissionais; *MasterChef Júnior*, voltado ao público infantojuvenil; *MasterChef Brasil: A Revanche*, com ex- participantes em uma nova disputa pelo título de melhor cozinheiro do Brasil; e *MasterChef+ Brasil*, composto por participantes com mais de 60 anos. Outras derivações foram desenvolvidas pela *TV Bandeirantes*, como especiais de fim de ano e o *MasterChef Para Tudo*, uma produção que tinha o foco em cenas inéditas do programa e que era exibida aos domingos.

Ainda que o *MasterChef* seja um programa televisivo gravado, a emissora *Band* possui dias específicos para a exibição ao vivo: majoritariamente, às terças-feiras e, eventualmente, aos domingos. Logo após a apresentação na TV, o *upload* dos episódios é realizado no canal oficial do *MasterChef Brasil* no *YouTube*. Nesse espaço, o sucesso de audiência pode ser conferido pelas altas métricas

observáveis na plataforma, que ultrapassam os 3,6 bilhões de visualizações, o que estabelece a versão brasileira como sendo a mais assistida no mundo (Sacchitiello, 2019). O programa também é distribuído para plataformas de *streaming* como *HBO Max*, *Discovery Plus*, *Amazon Prime Video*, *PlutoTV* e *Samsung TV Plus*, ampliando a possibilidade de alcance de novos e diferentes públicos, e exibido no *Home and Health Discovery*, canal de TV por assinatura. Para além do alcance, o programa é um fenômeno comercial da TV Bandeirantes em cotas de patrocínio, como divulgado pela própria emissora em 2023, quando possuíam 15 marcas patrocinadoras e alcançado recorde de faturamento (Redação Band, 2023).

Especificamente sobre a primeira edição do *MasterChef+ Brasil*, objeto de nosso estudo, o foco é direcionado aos participantes com idades superiores a 60 anos. A temporada estreou em 15 de novembro de 2022, com 5 episódios produzidos e exibidos e 20 participantes, dos quais seguiram na competição: Astro, Beth, Glaci, Helena, Nadja, Ney, Pietro e Sérgio. Os jurados da temporada foram Érick Jacquin, Helena Rizzo e Henrique Fogaça. O programa é curto, se comparado ao formato original, cuja média é de 20 episódios. Outras diferenças são notáveis como a quantidade menor de prêmios distribuídos, as provas com dinâmicas mais simples que exigem menor esforço físico e as disputas entre duplas na final, assim como menor pressão e mais humor e elogios.

Em alguns episódios, é comum que cozinheiros e artistas famosos façam participações especiais como convidados. Normalmente, as provas desses episódios estão relacionadas com a trajetória de vida do convidado, com o reconhecimento no mercado gastronômico ou com a escolha de um prato preferido. No *MasterChef+ Brasil*, a celebridade selecionada foi Ronnie Von, cantor reconhecido pelo sucesso na época da *Jovem Guarda*, na década de 1960, no Brasil, que, além de cantar no palco, levou um prato com lembranças familiares e afetivas.

Na Tabela 1, compilamos informações sobre cada um dos cinco episódios, assim como a quantidade de visualizações no *YouTube*,

cuja tendência é aumentar conforme o tempo. Utilizam-se dados do *YouTube* por serem públicos e por não dispormos dos dados de plataformas de *streaming* e canais por assinatura.

Tabela 1

Detalhamento dos episódios do MasterChef+

Título	Descrição	Visualizações ²
ESTREIA INÉDITA	Processo seletivo dos participantes.	7.607.316
BINGOS E BOLOS	A prova inicial tinha camarão como ingrediente central e obrigatório. Para definir a receita de cada competidor, foi realizado um bingo. A segunda prova, eliminatória, consistia em preparar um bolo.	5.166.358
RONNIE VON E MASSAS	Cozinheiros preparam um filé <i>chateaubriand</i> com <i>saucé béarnaise</i> , prato favorito de Ronnie Von. Na segunda prova, precisam preparar massas frescas.	5.282.806
CAIXA MISTERIOSA E BÛCHE DE NOEL	Ambas provas de eliminação. Na primeira, da caixa misteriosa, em que, antes de saber os ingredientes, os participantes vendados precisaram eliminar três itens. Além de ter que trabalhar com uma <i>airfryer</i> . Na segunda prova de eliminação, o prato era uma <i>bûche de noel</i> , doce francês natalino.	4.821.133
FINAL	Disputa entre duas duplas que prepararam um banquete natalino.	4.014.734

Nesse cenário midiático, cabe salientar que o protagonismo de idosos em produções audiovisuais não é novidade em programas de competição e, cada vez mais, as questões relacionadas à idade são pautadas em diferentes espaços midiáticos. A *TV Globo* lançou o *The Voice+*, uma competição musical entre cantores com mais de 60 anos, cujo sucesso televisivo levou à realização de duas temporadas entre 2021 e 2022. No caso do *MasterChef Brasil*, em outras edições, nas quais competiram amadores em busca da vitória no *reality show*, se inscreveram pessoas sem limite máximo de idade. Assim, percebemos

² Somatório aproximado de visualizações das cinco partes de cada episódio publicadas no canal oficial do YouTube até 24 de maio de 2023.

que existe um interesse das emissoras de televisão com esse público, sobretudo na faixa de 65 anos ou mais, já que corresponde às faixas etárias de pessoas que assistem sete vezes mais a programação televisiva do que jovens de até 24 anos no Brasil (Caldas, 2023). Em compensação, o público mais jovem prefere consumir conteúdos em *streaming* e *on demand*, o que pode justificar a veiculação dos episódios em diferentes plataformas digitais.

Conforme o que Areosa et al. (2011) apresentam em uma pesquisa com idosos sobre as mídias, o envelhecimento tem sido tematizado com maior frequência em diferentes espaços midiáticos, mas, ainda assim, precisa de abordagens que sejam compatíveis com a realidade e vivência desse grupo social. “A velhice deixou de ser uma questão a ser debatida apenas na esfera privada e da família e passou a ser de domínio público” (Areosa et al., 2011, p. 266). Nessa esteira de pensamento, cabe salientar que “a mídia veicula não apenas marcas e produtos, mas conceitos, cosmovisões e noções de mundo e de ser humano, por isso quando a argumentação midiática envolve a questão do envelhecimento, eventualmente, noções díspares se evidenciam” (Farber, 2012, pp. 131-132). Isso quer dizer que as mídias, de um lado, podem reforçar significados sobre ideais não realizáveis para os indivíduos com base em produtos que se referem a contenção do envelhecimento e vangloriação da juventude. Por outro lado, as mídias podem propor reflexões éticas e respeitadas, mais abertas e inclusivas, que tematizem a idade e o envelhecimento sem cair nas armadilhas normativas (Farber, 2012).

3. Das intimidades às extimidades na contemporaneidade

Com os processos midiáticos e platformizados cada vez mais abrangentes em nossas vidas e no cotidiano, percebe-se que o ato de narrar a própria vida se irradia para diferentes espaços, nos quais somos requisitados, incessantemente, a nos mostrarmos e dizermos, coerentemente com marcos de começo, meio e fim, como estamos,

quem somos e o que almejamos. Antes, a narrativa de vida era situada e restrita aos âmbitos circunscritos para tal finalidade em que poderia contar com a preservação dos segredos e das intimidades, tais como biografias, autobiografias, diários, confissões e confidências. Todavia, como Arfuch (2010) argumenta, com a solidificação das lógicas capitalistas modernas e da burguesia na sociedade ocidental, o “eu” aparece a fim de resguardar uma biografia. Se antes o que era da esfera pessoal e íntima devesse permanecer guardado, escondido e como segredo, isto é, aquilo que acontecia “entre quatro paredes”, nos cômodos das casas, não fosse para ser exibido; agora, com os deslocamentos culturais na aparição do eu, as dimensões de expressão das subjetividades vão se espalhando e ramificando a abertura de caminhos para poder falar de si. Essa pluralidade de possibilidades de se contar e narrar a vida é o que Arfuch (2010) apresenta com a noção de *espaço biográfico*.

A partir das mudanças contemporâneas nas formas de ver e ser visto, cabe notar que os espaços biográficos se difundem pelas exposições de si nas redes sociais, nos *reality shows* televisivos, sejam eles de confinamento ou não (como é o MasterChef Brasil), bem como por meio das inovações tecnológicas que aprimoram os sistemas de vigilância contínua dos sujeitos. Bruno (2013) assinala o redesenho de alguns conceitos em razão das alterações cotidianas como intimidade e exterioridade, público e privado, por exemplo. A vigilância e os dispositivos de controle e disciplina das sociedades não são mais estanques e se incorporam continuamente em nossas práticas cotidianas. Na genealogia foucaultiana, parte fundamental da construção do argumento de Bruno, temos exemplos de vigilâncias que tomam por base a sexualidade, a loucura e as prisões como meios de docilização dos sujeitos; porém, agora, com observações sistemáticas e estratégicas sobre cada um de nós, a vigilância se torna distribuída e constrói jogos de poder e saber (Bruno, 2013).

A abrangência das vigilâncias e os espaços biográficos se espalhando nos apontam para a reconfiguração das intimidades e das subjetivi-

dades. Sibilia (2015) indica que a exibição da intimidade passa a ser da ordem da mostraçãõ do que se vive. A autora afirma que:

Em termos algo elementares, pode se dizer que a intimidade era tudo aquilo que se desenvolvia no espaço privado – representado de modo ideal pelo lar burguês, essa apoteose do ambiente doméstico. E, por sua vez, esse aconchego que era ao mesmo tempo íntimo, doméstico e privado – com todas as sutilezas implícitas nas especificidades desses vocábulos – constituía uma esfera da vida que se opunha àquilo considerado seu contrário: o âmbito público (p. 135).

Porém, hoje, as intimidades são lançadas ao exterior, para serem visualizadas, notadas e narradas, selecionando aquilo que queremos evidenciar. Esse fenômeno conceitualizado por *extimidade* (Sibilia, 2015, 2016) indica o foco das narrativas contemporâneas nas vidas comuns. O espetáculo das intimidades passa a ser uma ação cotidiana na qual o sujeito, nesse *show do eu* – para resgatarmos o título da obra de Sibilia (2016) –, performa a vida nas diferentes telas e espaços plataformizados em que consegue aparecer. Assim, mesclam-se limites do que é público e privado, do que é segredo e revelado, constituindo, pois, modos de viver e perceber o mundo.

Nessa reconfiguração das intimidades, conseguimos localizar a centralidade narrativa de programas de televisão, por exemplo, na espetacularização das vidas. Sibilia (2016) apreende que “as receitas mais efetivas emulam os moldes narrativos e estéticos da tradição cinematográfica, televisiva e publicitária, cujos códigos têm sido apropriados e realimentados pelos novos gêneros que proliferam na internet” (p. 81). Em todas as versões do *MasterChef* tem-se a extimidade e a exposição da subjetividade dos participantes como elo central e fio condutor para o desenvolvimento do programa. Com esse artifício, o *reality show*, que se lança com foco na comida, nos pratos e nos preparos, coloca competidores no palco da exposição de quem são, de como chegaram ali e do que almejam para a carreira profissional pós-programa.

4. Entre velhice e etarismo nas narrativas de vida

Na multiplicidade de narrativas de vida queremos destacar o marcador social da idade nos processos de projeção do eu, das subjetividades e extimidades, fundamentalmente no MasterChef+ Brasil. Vale salientar que a idade pode ser compreendida como um dispositivo que integra a produção histórica da velhice por meio de normas e padrões estabelecidos dentro da cultura, em permanente atualização, com representações e discursos em torno do envelhecimento (Santos & Lago, 2016). No entanto, os processos simbólicos e as experiências do envelhecimento na sociedade ocidental tendem a marginalizar pessoas com mais de 60 anos, pois, pelas normas e enunciados do cotidiano, esses corpos são vistos como não produtivos para a sociedade capitalista, reduzidos ao envelhecimento e à aposentadoria. Para além, esses referenciais podem operar regimes de subjetivação que marcam e delimitam as identidades dos sujeitos durante a velhice, estreitando possibilidades de agência e independência.

Conforme Silva (2022) pontua, o envelhecimento é um processo atravessado pela trajetória de vida da pessoa. Logo, diferentes fatores sociais, culturais, temporais, espaciais e econômicos se coadunam e afetam a experiência de cada um. Porém, os empreendimentos normativos tentam engendrar constantemente marcas explícitas e implícitas de como os corpos devem ser e viver, só que, como Louro (2020) lembra, cruzamos as fronteiras das expectativas e do que foi planejado. Isto é, “a imprevisibilidade é inerente ao percurso [das nossas vidas]” (Louro, 2020, p. 16). E com os marcadores associados à idade, esse processo está aliado a tentativas de controles dos corpos e de como devem aparentar.

Contudo, ao escapar às normas que tentam enquadrar parâmetros sociais associados a cada faixa etária, nota-se a reverberação de preconceitos e violências. Um indício da expansão das discussões em torno da idade se dá com a ampliação do uso da palavra *etarismo*. Em dezembro de 2021, a Academia Brasileira de Letras (ABL) a reconheceu como uma nova palavra da língua portuguesa cujo

significado é: “discriminação e preconceito baseados na idade, geralmente das gerações mais novas em relação às mais velhas; idadismo” (Etarismo | Academia Brasileira De Letras, s.d., seção Definição). Na mesma esteira de registros, palavras relacionadas à idade – gerontofobia, gerontecnologia e gerontocídio – passam a ser assimiladas pelo uso corrente da língua. Essas ações denotam, portanto, a atenção em nomear na linguagem e fazer com que as discussões circulem amplamente pela sociedade, assim como nas mídias.

5. Vidas narradas no MasterChef + Brasil

As mídias focam as vidas como “núcleo essencial de tematização” disseminando as dimensões da vida em múltiplos espaços, contada de diferentes maneiras e a partir de diferentes motivações. Para Arfuch (2010), “no horizonte midiático, a lógica informativa do ‘isso aconteceu’, aplicável a todo registro, fez da vida – e, conseqüentemente, da ‘própria’ experiência – um núcleo essencial de tematização” (p. 15). Ainda nessa abordagem, Arfuch (2010) discorre sobre o que é vivência, sendo a “unidade de uma totalidade de sentido que intervém uma dimensão intencional, e algo que se destaca do fluxo do que desaparece na corrente da vida” (p. 38). Em outras palavras, é um momento que sobressai do curso efêmero da vida, e é nesse processo de se narrar que organizamos o vivido e as experiências que queremos realçar.

Vê-se que esse processo de destaque das vivências é crescente nas mídias, sobretudo na televisão, com a disseminação de *reality shows* – gênero televisivo cujo realce se debruça na vida cotidiana para aproximar os espectadores (Mateus, 2012) – tanto protagonizados por celebridades quanto por pessoas anônimas. Sibilía (2015, 2016) considera que os *reality shows* tomaram conta da televisão mundial nas últimas décadas e, no Brasil, a ascensão do formato se deve, principalmente, aos programas *Big Brother Brasil*, em exibição na *TV Globo*, e *Casa dos Artistas*, exibido pelo *SBT* no início dos anos 2000. Contudo, hoje, a proliferação de programas desse estilo está

se expandindo com os diversos formatos que invadem a televisão e repercutem na internet, como as competições culinárias e o caso do Masterchef Brasil. Nesse sentido, Sibilia (2015) destaca que “nunca foi tão fácil ter acesso ao espaço doméstico alheio, algo que hoje nos é oferecido de formas extremamente variadas” (p. 134). No MasterChef Brasil, temos a cozinha como um espaço doméstico que se torna palco para a aparição de vidas, ou seja, mescla-se o ato de cozinhar – uma atividade rotineira, embora seja, para muitos, também profissional – a uma competição, na qual o melhor cozinheiro vence o *reality show*. A narrativa em primeira pessoa marca o programa em múltiplas ocasiões, em que competidores e até mesmo jurados explanam acontecimentos e experiências pessoais.

No segundo episódio do MasterChef+ Brasil, a narrativa acentua um elemento da vida de um dos competidores, Astro, de 80 anos e o mais velho entre eles. Em razão de a prova ser o preparo de bolos, ele conta que é o responsável por fazer todos os bolos de aniversário da família e frisa que tem cinco netos e quatro bisnetos. Outro momento em que a lembrança da vida é evidenciada como elo para a realização da primeira prova do dia, ocorre no terceiro episódio com a presença do cantor Ronnie Von, que relata sua paixão pela cozinha e, em especial, pelo prato de *filé chateaubriand*, o qual será reproduzido pelos cozinheiros: “eu fico nas duas pontas, ou aquela comidinha *comfort food* de avó até *ancienne cuisine française*, que é a minha paixão. Isso aqui, eu aprendi com a minha mãe, toda semana nós íamos à Confeitaria Colombo e era o prato que eu pedia sempre” (Yosida & Mestiço, 2022, Novembro 30, 7:38).

Desde o primeiro episódio em que são escolhidos os candidatos, a família é presente na narrativa do programa, seja com a presença dos filhos ou de companheiros. No último episódio, inclusive, a família é chamada para acompanhar e torcer durante a execução da última prova, além de relatar momentos íntimos vivenciados em casa. Essa *extimidade* compartilhada sugere, na linha argumentativa de Sibilia (2015, 2016), a diluição dos marcos do que é privado e público, a exposição do eu e a mostra das subjetividades.

6. Estereotipação: comportamentos, limitações físicas e mentais

A linguagem carrega marcas de poder nos processos de nomeação e identificação dos sujeitos e das ações no mundo, como lembra Bourdieu (2006). Nesses mecanismos de ordem simbólica e discursiva, notamos os estereótipos como um procedimento de representação social no qual marca significados cristalizados ao que cogita representar. Essa apreensão segue a argumentação de Amossy e Herschberg-Pierrot (2022), em que os estereótipos são arregimentados na linguagem para que se compreenda e demarque certas diferenças para os sujeitos representados. No caso, notamos que os estereótipos que emergem na narrativa do MasterChef+ se voltam às diferenças da idade e do envelhecimento. Tais fenômenos foram identificados em diversos momentos do programa e, ainda que tivessem o objetivo de entreter ou trazer um olhar sobre o envelhecimento, eles colaboraram com a perpetuação de ideias com conotação negativa ou errônea sobre o tema.

Os estereótipos mais comuns sobre envelhecimento na sociedade contemporânea se referem a limitações físicas, condições de lucidez mental, falta de conhecimento sobre assuntos atuais e a presença de um prazo de validade para realização de novos feitos após determinada idade. Esses são alguns dos estereótipos repercutidos também nas mídias (Farber, 2012). Para ilustrar, no segundo episódio, “Bingo e Bolos”, os competidores participam de uma dinâmica em que utilizam um globo de bingo para sortear os pratos que devem preparar durante o desafio.

Tal escolha evoca reflexões sobre uma crença associada a uma faixa etária específica, uma vez que o jogo de bingo é vinculado na cultura brasileira a indivíduos mais velhos, devido à popularidade em lares de idosos e comunidades de aposentados (Balsan, 2006). Esse estigma é tão comum que até mesmo o participante Pietro comenta: “isso é o próprio jogo de velho” (Yosida & Mestiço, 2022, Novembro 23, 7:17s). Além das ideias pré-concebidas sobre hábitos, participantes também reproduziram ao longo do programa suas

convicções sobre a restrição física de pessoas com idade avançada. Um exemplo disso é a participante Beth, que, ao ver a dimensão do globo de bingo utilizado, expressa a seguinte observação: “botaram daquele tamanho pra gente enxergar” (Yosida & Mestiço, 2022, Novembro 23, 7:34s). Ainda no mesmo episódio, a participante Helena comenta sobre sua falta de confiança em alcançar o mezanino – parte elevada do cenário onde vencedores das provas acompanham o desdobramento do episódio – devido às limitações físicas de sua coluna. No decorrer do *reality show*, o participante Astro tem falas que vão ao encontro das de Beth e de Helena, expressando a frase “eu não falei que velho esquece as coisas?” durante o segundo episódio (Yosida & Mestiço, 2022, Novembro 23, 13:48), quando Nadja não se lembra de pegar a farinha para uma prova. Da mesma forma, no episódio “Ronnie Von e Massas”, quando Astro reforça sua concepção sobre a falta de memória de idosos: “o problema é que aqui é tudo velho, se não der por escrito esse detalhe aí, já esqueci tudo” (Yosida & Mestiço, 2022, Novembro 30, 11:30).

A crença estigmatizada da perda de lucidez mental em pessoas mais velhas é difundida em diversos ambientes, já que doenças como Alzheimer atingem principalmente essa faixa etária. No entanto, a Biblioteca Virtual em Saúde do Ministério da Saúde do Brasil explica que essa doença não possui uma causa precisa e pode ser determinada geneticamente. Por essa razão, é impreciso afirmar que a causa da perda de memória é universal para todos os idosos (Doença De Alzheimer | Biblioteca Virtual Em Saúde MS, s.d.). As rotulações também passam por questões da esfera da sexualidade, o que gerou “piadas” durante o programa que reforçam estereotipações. No terceiro episódio, Érick Jacquin analisa o prato preparado pela participante Helena e dá um feedback negativo balançando uma batata murcha. Nesse momento, o convidado Ronnie Von começa a rir, fazendo o jurado comentar “lembrou alguma coisa?” (Yosida & Mestiço, 2022, Novembro 30, 15:12), enquanto todos dão risada. A representação da vida sexual desse grupo na sociedade é escassa nas telas e, quando mencionada, existe uma conotação vexatória como no exemplo citado.

Ainda em torno das limitações, o próprio MasterChef optou por fazer adaptações em seu cenário prevendo uma suposta restrição física. Por esse motivo, foram adicionadas cadeiras para os participantes poderem esperar sentados pelo veredicto de todos os pratos, algo totalmente inédito do que foi visto nas temporadas anteriores. Outra questão relevante é o tempo para escolher os ingredientes no mercado, que permaneceu em três minutos, assim como nas outras versões, porém, na modalidade MasterChef+ Brasil, a apresentadora Ana Paula Padrão fazia a contagem regressiva de forma mais lenta para que todos pegassem o que fosse necessário, ação contrária ao conteúdo original, em que há uma pressão e mais exigência sobre os minutos.

Por mais que a produção do MasterChef tenha se preocupado em oferecer uma logística mais acessível aos(as) competidores(as), houve provas e desafios que exigiram um conhecimento prévio sobre utensílios e aparelhos de cozinha que supostamente estão presentes em nossa rotina. Existem duas situações em que esse fenômeno fica evidente: durante a prova do terceiro episódio, em que o cilindro de abrir massas não consegue ser manuseado por todos os candidatos e, do mesmo modo, no episódio “Caixa Misteriosa e Bûche de Noel”, quando todos são obrigados a usar uma assadeira elétrica, mas nem todos os participantes sabem como ligar e utilizar o dispositivo porque nunca tiveram contato com o objeto.

7. Entretenimento: nostalgia, afetos e família

Vale lembrar que o principal foco permanece sendo o entretenimento e, nesse sentido, o MasterChef+ Brasil aposta no sentimento de nostalgia e faz referências antigas que enfatizam a idade dos competidores. Durante uma prova do segundo episódio, participantes são introduzidos ao desafio de preparar bolos por meio da presença de mulheres vestidas com roupas das décadas de 1960.

Esse tipo de caracterização também acontece durante o terceiro episódio, com Ronnie Von, em que dançarinos e dançarinas vestidos

com roupas de décadas passadas entram ao som de antigos sucessos do cantor. Outra referência musical que evoca essa nostalgia acontece quando Beth é chamada de “Bete Balanço”, música de Cazuza famosa nos anos 1980. Com essas ações, podemos ter a presunção que o *reality show* assume que todos conhecem ou viveram essas experiências. No entanto, existe uma diversidade de idades entre competidores – Astro é o mais velho com 80 anos e Ney, o mais novo, com 61 anos –, ou seja, não possuem as mesmas vivências.

Para além da questão nostálgica, existe uma pontuação frequente sobre se mostrar jovem. Durante sua participação, o artista Ronnie Von explica que sua visita ao programa é especial, já que, assim como os participantes, possui mais de 60 anos. “Eu tenho 78 anos, isso é uma devolução de juventude, eu estou aqui com meus pares” (Yosida & Mestiço, 2022, Novembro 30, 6:55). Como resposta à fala do cantor, Nadja fala: “não parece”, o que demonstra a ideia de que é relevante manter sua jovialidade, algo cultuado na sociedade e nas mídias (Farber, 2012). A preocupação com a aparência pode ser notada com a escolha do patrocinador para essa temporada, a Oral Sin Implantes, uma marca referência em implantes dentários. Normalmente, o MasterChef é patrocinado, principalmente, por empresas do nicho alimentício e de eletrodomésticos, e a alteração demonstra um foco comercial também regido pela questão etária. Isso fica evidente também com outro patrocinador ao longo dos cinco episódios, o Banco Mercantil, que possui um público majoritariamente com mais de 50 anos.

Nota-se, portanto, que essa ânsia em se manter jovem está inserida nas propagandas da Oral Sin, a qual, no episódio final, tem uma publicidade voltada à insegurança em mastigar durante a ceia de Natal e tirar fotos sorrindo com a família. Reiterando, de tal maneira, que a liberdade de estar nesses ambientes se deve ao produto mencionado que corrige imperfeições dentárias causadas supostamente pela idade.

Mais do que a questão da nostalgia e mudança de público-alvo, o programa tem um enfoque em temas que envolvem família e

companheirismo. Em seu quarto episódio, o MasterChef+ Brasil tem a presença de um Papai Noel, figura de uma celebração que envolve amor, união, filhos, netos e também amizades. Além disso, o personagem possui idade avançada, assim como os participantes, sendo visto como uma representação positiva de idosos na mídia. Ao final desse episódio, há o anúncio de uma mudança nas regras da competição para definir vencedores e, diferente dos outros formatos, a prova final foi modificada para ser efetuada em dupla. “Como é a primeira edição do MasterChef+ [Brasil] e ele foi diferente em tudo, a gente acha que ele tem que continuar diferente daqui para frente” (Yosida & Mestiço, 2022, Dezembro 14, 6:37), afirma a apresentadora Ana Paula Padrão. O participante Astro também comenta: “Acho que todo mundo merecia aquele troféu, né? É uma edição nova, tudo e tal, e foi muito, muito dez tudo” (Yosida & Mestiço, 2022, Dezembro 14, 8:32). Com isso, percebemos que o enfoque da edição é demonstrar companheirismo, e não uma competição acirrada como nas outras temporadas.

8. Subversões e quebras de estereótipos da idade

Embora o programa sustente uma narrativa que possui falas estereotipadas com ações que envolvem um imaginário consolidado sobre envelhecimento na nossa sociedade (Santos & Lago, 2016), o MasterChef+ Brasil tem momentos de subversão que buscam fugir do esperado. No segundo episódio, o participante Ney é eliminado e explica a importância de estar no programa e sair de sua zona de conforto: “quando a vida chega e me coloca no MasterChef, com dois desafios logo de cara, deve estar querendo me dizer algo e eu vou me abrir para o que a vida tem a me dizer” (Yosida & Mestiço, 2022, Novembro 23, 12:58). Ele continua seu discurso: “eu vim para cá para além da culinária, é para chegar e dizer: eu estou num espaço onde finalmente se reconhece que a vida não desacelera a partir dos 60” (Yosida & Mestiço, 2022, Novembro 23, 13:11). A fala vai ao encontro a uma certa quebra de expectativa, afinal, temos uma concepção de que

idosos viveram todas as experiências possíveis e carregam um peso de maturidade, sendo considerados mestres e veteranos. No entanto, Ney nunca havia preparado empada ou bolo até aquele momento de sua trajetória, então, essas provas o ajudaram a se desafiar.

Tal assunto também é discutido em outras eliminações, como no quarto episódio, quando Glaci sai do programa e afirma a importância de “ir à luta” e continuar a fazer o que quer, e não sucumbir sentada no sofá. Igualmente, durante a eliminação de Beth, a participante reflete:

eu não sei das outras idades, mas o [MasterChef] mais 60, eu achei de mestre, viu? ... Incentivo para as pessoas de mais 60 se arriscarem mais e fazerem outras coisas né? Aprender! Eu falo sempre isso que a gente passa a vida aprendendo e morre sem saber, então a gente vai continuar aprendendo até velhinha (Yosida & Mestiço, 2022, Dezembro 7, 3:19).

Dessa maneira, entendemos que o ato de participar do *reality show* é um feito de grande importância na história desses idosos. Nessa sequência de irromper as marcas do etarismo, a conclusão de todas as histórias narradas no quinto e último episódio é apontada por falas subversivas, a fim de mostrar que o programa está ali para quebrar as perspectivas que temos sobre o ato de envelhecer. A jurada Helena Rizzo fala que esperava maturidade, experiência, amor e história de vida para este novo formato. Nesse contexto, ela visa destacar que o conjunto de conhecimentos acumulados ao longo da vida se torna um fator positivo no ambiente da cozinha no qual participantes se inserem. Após a prova final, Fogaça menciona que “muita gente mais nova passa por aqui e não cozinha nem metade do que vocês cozinham” (Yosida & Mestiço, 2022, Dezembro 14, 0:27). Ele enfatiza que a atitude dos participantes em estar ali pode servir de exemplo para outros idosos que acreditam que não podem vivenciar novas experiências. “Sempre há tempo, não existe idade”, o chefe complementa. Essa mesma ideia é evidente na declaração de Sérgio: “quando você chega numa determinada idade, você é

automaticamente excluído, a nossa sociedade é um pouco perversa com isso! O corpo pode sentir um pouco, mas a cabeça sempre jovial” (Yosida & Mestiço, 2022, Dezembro 14, 10:00), demonstrando que a mentalidade de um idoso consegue realizar muitos feitos apesar de o etarismo existir.

Antes de anunciar o resultado da competição, a apresentadora Ana Paula Padrão finaliza o programa falando sobre preconceito e etarismo. “Vocês estão cozinhando e fazendo o que todo participante do MasterChef faz ... mostrando que a gente pode perfeitamente continuar inserido socialmente, sendo bastante produtivo” (Yosida & Mestiço, 2022, Dezembro 14, 3:44). Todas essas questões levantadas são pautas do Relatório sobre discriminação por idade da Organização das Nações Unidas, que aponta desvantagem no local de trabalho e diminuição significativa ao acesso à formação e à educação especializadas com a idade, o que exclui idosos de espaços sociais (Organização Pan-Americana da Saúde, 2021). Essa pesquisa também pode elucidar o fato de a família ser um ambiente mais frequente nas falas desse grupo social, por ser o *locus* em que encontram um lugar para interagir. Por essa razão, podemos compreender a fala de Pietro, quando diz: “encontrei outra família aqui [no MasterChef] fabulosa” (Yosida & Mestiço, 2022, Dezembro 14, 9:04), afinal, o programa surge como um espaço a mais onde eles podem ser integrados à sociedade.

9. Considerações finais

O MasterChef Brasil não é apenas uma competição gastronômica, mas um programa que traz diferentes elementos discursivos ligados às vidas dos participantes. Na edição dedicada aos cozinheiros com mais de 60 anos, essa característica se mostrou com maior vigor na elaboração da narrativa do *reality show*. Após a análise dos cinco episódios da temporada, por meio da AMA (Coutinho, 2016), podemos observar uma certa ambivalência da narrativa do MasterChef+ Brasil ao cristalizar discursos sobre envelhecimento e também quebrar

expectativas em outros momentos. Isso pode ser notado na fala da apresentadora Ana Paula Padrão que abre o último programa afirmando que aquela foi a “temporada da melhor idade” (Yosida & Mestiço, 2022, Dezembro 14, 6:50), frase bastante difundida e estereotipada para se referir aos idosos e suavizar o peso do envelhecimento. Além disso, o discurso menciona as centenas de inscritos que contaram suas histórias de vida durante as seletivas e que não tiveram a idade como barreira, já que, segundo ela, isso não acontece “para quem tem o espírito jovem” (Yosida & Mestiço, 2022, Dezembro 14, 3:33), demonstrando que apenas idosos que se desafiam, ou saem de sua zona de conforto, possuem certa vitalidade e podem se destacar na sociedade.

Na mesma toada, o espírito de jovialidade atribuído como sinônimo de vitalidade emerge em falas como a de Ronnie Von ao se referir ao pai, que morreu com 99 anos, e insiste que o corpo é uma limitação muito grande, ao passo que a mente não deseja passar dos 25 anos. Mesmo com essas falas, o programa consegue mostrar que existem diversas atividades que podem ser realizadas após os 60 anos, quebrando estigmas e rompendo com discursos cunhados com bases etaristas na cultura ocidental. Entendemos essa questão, principalmente, quando o programa narra a vivência de Glaci, psicóloga aposentada e faixa preta em karatê, um esporte que não é associado socialmente à faixa etária da candidata. Com o avanço de tecnologias, a inclusão passou a ser mais presente nos ambientes – seja no esporte, em locais públicos, etc. – e existem adaptações que podem ser realizadas conforme as habilidades e os tipos físicos de qualquer pessoa, independentemente da idade. Essas transformações e inserções de públicos também se despontam na televisão com produções audiovisuais direcionadas a esse grupo de pessoas, entendendo-o como uma faixa consumidora e ativa na parcela da audiência.

Por fim, a ambivalência do Masterchef+ Brasil estabelece diálogo com noções díspares nas mídias identificadas por Farber (2012). Por outras palavras, ora produtos, serviços e marcas das mídias se valem dos reforços culturais de normas e processos simbólicos sobre

envelhecimento, ora salientam idosos com perspectivas mais igualitárias e inclusivas. Farber (2012) considera que “presta um desserviço social a mídia que propala aos idosos ideais irrealizáveis, mantendo-os em estado de alienação, não favorecendo a conscientização de suas reais possibilidades de conquistas, prazeres e condição de vida com qualidade” (p. 132). No caso do Masterchef+ Brasil, entendemos que não se trata de um “desserviço”, como frisado nas palavras da autora, mas sim de reforços que operam na ambivalência entre cair nas armadilhas dos estereótipos e abrir possibilidades de acolhimento e reconhecimento das vidas – ações que exigem cuidados e atenção ao observar os processos midiáticos.

Referências

- Amossy, R., & Herschberg-Pierrot, A. (2022). *Estereótipos e clichês*. Contexto.
- Areosa, F. M. A., Benitez, L. B., Wichmann, F. M. A., Lepper, L., Cardoso, C. M. C., Pereira, E. M., & Wegner, E. (2011). Envelhecimento, mídia e sociedade. *Revista Contexto & Saúde*, 11(20), 261-266. <https://revistas.unijui.edu.br/index.php/contextoesaude/article/view/1528>
- Arfuch, L. (2010). *O espaço biográfico: dilemas da subjetividade contemporânea*. EDUERJ.
- Balsan, R. (2006). Grupo de idosos: um espaço de qualidade de vida. *Memorialidades*, 3(5 e 6), 31-48. <http://periodicos.uesc.br/index.php/memorialidades/article/view/164>
- Bruno, F. (2013). *Máquinas de ver, modos de ser: vigilância, tecnologia e subjetividade*. Sulina.
- Bourdieu, P. (2006). A ilusão biográfica. In J. Amado & M. d. M. Ferreira (Orgs.), *Usos & abusos da história oral* (8a ed.) (pp. 183-192). Editora FGV.
- Caldas, L. A. (2023, Fevereiro 26). Jovens de até 24 anos veem 7 vezes menos TV aberta do que idosos. *Agência Brasil*. <https://bit.ly/3ONJnro>
- Coutinho, I. M. d. S. (2016). O telejornalismo narrado nas pesquisas e a busca por cientificidade: a análise da materialidade audiovisual como método possível. *Anais do XXXIX Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação*, 39, 1-15. Intercom – Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação. <https://portalintercom.org.br/anais/nacional2016/resumos/R11-3118-1.pdf>
- Doença de Alzheimer | Biblioteca Virtual em Saúde MS*. (n.d.). Biblioteca Virtual em Saúde. Recuperado em Maio 28, 2023, de <https://bvmsms.saude.gov.br/doenca-de-alzheimer-3/>
- etarismo | Academia Brasileira de Letras*. (n.d.). Academia Brasileira de Letras |. Recuperado em Maio 27, 2023, de <https://www.academia.org.br/nossa-lingua/nova-palavra/etarismo>
- Farber, S. (2012). Envelhecimento do corpo: noções díspares nas mídias atuais. *Comunicação e Sociedade*, 21, 123-134. <https://revistacomsoc.pt/article/view/1555>
- Louro, G. L. (2020). *Um corpo estranho: ensaios sobre sexualidade e teoria queer* (3a ed.). Autêntica.

- Mateus, S. (2012). Reality-show – uma análise de gênero? *Revista Comunicando*, 1(1), 235-244. <https://doi.org/10.58050/comunicando.v1i1.122>
- Neto, F. (2004). Idatismo. Em M.E.O. Lima & M. E. Pereira (Org.) *Estereótipos, preconceitos e discriminação: Perspectivas teóricas e metodológicas* (pp.279-300). EDUFBA.
- Oliveira, C. C. d. (2016). Televisão, cozinha e estesia: reflexões para a definição de uma estética do prazer. *Razón y Palabra*, 20(94), 244-256. <https://www.revistarazonypalabra.org/index.php/ryp/article/view/705>
- Organização Pan-Americana da Saúde (2021). *Relatório mundial sobre o idatismo*. <https://doi.org/10.37774/9789275724453>
- Redação Band (2022, 7 de novembro) MasterChef+: veja candidatos da temporada com cozinheiros de 60 a 80 anos. <https://www.band.uol.com.br/entretenimento/masterchef/noticias/masterchef-veja-candidatos-da-temporada-com-cozinheiros-de-60-a-80-anos-16561568>
- Redação Band (2023, 25 de abril). MasterChef Brasil 2023 terá 18 participantes, novos prêmios e mais novidades. <https://www.band.uol.com.br/entretenimento/masterchef/noticias/masterchef-brasil-2023-tera-18-participantes-novos-premios-e-mais-novidades-16597928>
- Sacchitiello, B. (2019, Maio 7). *MasterChef termina temporada com sucesso no YouTube*. meio & mensagem. Recuperado em Maio 23, 2023, de <https://bit.ly/43fCcg7>
- Santos, D. K. d., & Lago, M. C. d. S. (2016). O dispositivo da idade, a produção da velhice e regimes de subjetivação: rastreamentos genealógicos. *Psicologia USP*, 27(1), 133-144. <https://doi.org/10.1590/0103-656420140060>
- Scabin, N. L. C. (2023). Entre a cozinha como gastronomia e a cozinha como culinária: representações sociais em programas televisivos. *Pós-Limiar*, 6(1), 1-12. <https://doi.org/10.24220/2595-9557v6e2023a6849>
- Sibilia, P. (2015). O universo doméstico na era da intimidade: Nas artes, nas mídias e na internet. *Revista Eco-Pós*, 18(1), 133-147. <https://doi.org/10.29146/eco-pos.v18i1.2025>
- Sibilia, P. (2016). *O Show do Eu: a intimidade como espetáculo* (2a ed.). Contraponto.
- Silva, E. A. L. d. (2022). *Reflexos da trajetória de vida no processo do envelhecimento: uma revisão bibliográfica* [Trabalho de conclusão de curso de graduação]. Instituto de Saúde e Sociedade, Santos, São Paulo, Brasil. <https://repositorio.unifesp.br/handle/11600/65116>
- Vicente, C. S., & Galatti, C. (Produção Executiva). (2022). *Masterchef+* [Série de TV]. TV Bandeirantes
- Yosida C. (Roteirista), Mestiço, M. (Diretora). (2022, 23 de Novembro). Capítulo 1 (Temporada 1, Episódio 2) [Série de TV] Em C. S. Vicente, C. Galatti (Produção Executiva), *Masterchef+*. TV Bandeirantes
- Yosida C. (Roteirista), Mestiço, M. (Diretora). (2022, 23 de Novembro). Capítulo 5 (Temporada 1, Episódio 2) [Série de TV] Em C. S. Vicente, C. Galatti (Produção Executiva), *Masterchef+*. TV Bandeirantes
- Yosida C. (Roteirista), Mestiço, M. (Diretora). (2022, 30 de Novembro). Capítulo 1 (Temporada 1, Episódio 3) [Série de TV] Em C. S. Vicente, C. Galatti (Produção Executiva), *Masterchef+*. TV Bandeirantes
- Yosida C. (Roteirista), Mestiço, M. (Diretora). (2022, 30 de Novembro). Capítulo 2 (Temporada 1, Episódio 3) [Série de TV] Em C. S. Vicente, C. Galatti (Produção Executiva), *Masterchef+*. TV Bandeirantes

Yosida C. (Roteirista), Mestiço, M. (Diretora). (2022, 7 de Dezembro). Capítulo 5 (Temporada 1, Episódio 4) [Série de TV] Em C. S. Vicente, C. Galatti (Produção Executiva), *Masterchef+*. TV Bandeirantes

Yosida C. (Roteirista), Mestiço, M. (Diretora). (2022, 14 de Dezembro). Capítulo 1 (Temporada 1, Episódio 5) [Série de TV] Em C. S. Vicente, C. Galatti (Produção Executiva), *Masterchef+*. TV Bandeirantes

POSFÁCIO

Organizadas por estudantes de Doutoramento, as III Jornadas de Ciências da Comunicação da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra (FLUC), realizadas nos dias 20 e 21 de junho de 2023, reuniram, ao longo dos dois dias, investigadores, investigadoras, professores, professoras e estudantes de diferentes níveis de ensino e áreas interessados em debater e refletir sobre a Comunicação e suas implicações sociais, discutindo questões em torno do tema Debates em Língua Portuguesa. Na edição de 2023, um dos aspetos mais notáveis das Jornadas de Ciências da Comunicação FLUC foi a variedade e qualidade das investigações apresentadas. O programa reuniu um total de 88 trabalhos científicos conduzidos por 160 investigadoras e investigadores de 60 instituições localizadas em seis países da África, América e Europa. Essa variedade de perspetivas e abordagens enriqueceu sobremaneira as discussões travadas ao longo do evento, contribuindo para uma compreensão mais ampla e abrangente dos desafios e oportunidades enfrentados no campo da Comunicação.

Como nas edições anteriores, em 2023, as Jornadas decorreram no formato *online*. A realização de um evento em modalidade remota, gratuita e aberta a todos os interessados converteu-se em um valor e um princípio que, como mencionado, foi assumido por aqueles que integraram as Comissões Organizadoras desde a primeira edição, mas que, ao longo das edições, apresentou também alguns desafios. Se, por um lado, o ambiente virtual proporciona maior acesso ao conhecimento académico ao viabilizar a interação, o debate e o

compartilhamento de experiências entre indivíduos de distintas regiões do globo sem os custos associados aos deslocamentos, por outro, exige muito esforço e criatividade para contornar as limitações impostas pela distância entre os interlocutores. Essas limitações incluem dificuldades na comunicação em tempo real, a falta de interação face a face, possíveis problemas técnicos que interferem na qualidade das apresentações e discussões, bem como a ausência de um ambiente físico que favoreça a criação de redes de contactos e trocas informais de experiências. A Comissão Organizadora das III Jornadas de Ciências da Comunicação FLUC sempre esteve ciente desses desafios, mas priorizou a participação ampla e diversa de pessoas interessadas na investigação em Comunicação que, de outra forma, talvez não tivessem a oportunidade de participar desse debate.

A programação das III Jornadas de Ciências da Comunicação FLUC seguiu o horário de Portugal Continental. Após a sessão de abertura, na qual o Doutor Albano Figueiredo, Diretor da FLUC, a Doutora Rita Basílio Simões, Coordenadora do Doutoramento em Ciências da Comunicação da FLUC e a doutoranda Catarina Magalhães, em nome dos estudantes do doutoramento, deram uma palavra de boas-vindas a todos os participantes, teve início a primeira conferência.

Com a moderação da Doutora Rita Basílio de Simões (FLUC), a Doutora Rosa Cabecinhas, da Universidade do Minho (UMinho), proferiu a conferência “Outras histórias. Migrações, média e ativismos mnemónicos”, desafiando a audiência a repensar o papel dos meios de comunicação na construção da memória coletiva. Como bem lembrou a professora Rosa Cabecinhas em sua conferência, “apesar de vivermos numa era pós-colonial, o passado colonial persiste no presente através da colonialidade do conhecimento”. Em sua conferência, a investigadora apresentou algumas fundamentações e inquietações que mobilizaram a equipa do projeto “MigraMediaActs – Migrações, media e ativismos em língua portuguesa: descolonizar paisagens mediáticas e imaginar futuros alternativos”, que coordenava naquela altura. Partindo de uma abordagem que vê os migrantes não como objeto, mas como agentes na criação do conhecimento e na produção

mediática, o projeto tinha como objetivo examinar as narrativas migratórias que circulam nas esferas públicas em língua portuguesa, a fim de contribuir para uma maior visibilidade dos migrantes, como agentes ativos na transformação social e na construção de mais futuros justos e inclusivos, e para a descolonização do conhecimento. O trabalho apresentado pela Doutora Rosa Cabecinhas teve como principais atividades o estudo dos ativismos migrantes, nomeadamente na produção cinematográfica realizada a partir da experiência migratória e com a análise dos *media* digitais, alternativos e comunitários. A investigadora destacou ainda o modo como as várias formas de ativismos, que muitas vezes foram vistas como incompatíveis, estão, no momento atual, fazendo um esforço de conexão. A conferencista chamou atenção à necessidade de se questionar pontos de vista para se compreender a complexidade das coisas, especialmente nos estudos de Comunicação, em que se está constantemente a fazer esse exercício, mas é imperativa a importância de o complexificar ainda mais. Para a Doutora Rosa Cabecinhas, os ativismos mnemónicos, aqueles de grupos empenhados em discutir o passado e a memória pública com o objetivo de transformar a sociedade, ao desocultarem histórias que foram durante muito tempo silenciadas, apelam ao dever da memória e à responsabilidade ética de nunca esquecer determinados acontecimentos históricos. No tempo apressado das notícias em tempo real e da comunicação instantânea e aparentemente sem fronteiras, algumas das memórias herdadas no espaço público podem contribuir para libertação pessoal e coletiva, enquanto outras dificultam a caminhada, como correntes invisíveis que nos prendem ao passado.

No mesmo dia 20 de junho, a partir das 17h30, ocorreu o debate intitulado “Comunicação em Língua Portuguesa e Representações Pós-Coloniais”, que contou com a participação da Doutora Fabiana Moraes, jornalista e professora da Universidade Federal do Pernambuco (UFPE), no Brasil; do Doutor Silvino Évora, investigador e professor da Universidade de Cabo Verde (Uni-CV); e da Doutora Sheila Khan, professora e investigadora do Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade (UMinho). O encontro foi moderado por Gustavo Freitas,

estudante do Doutorado em Ciências da Comunicação da FLUC, e teve início com a fala da Doutora Fabiana Moraes, que trouxe ao debate a questão da colonialidade assentada na repetição de imagens de sofrimento. Para a jornalista e investigadora, o extenso histórico dos *media* de privilegiar a repetição de imagens de sofrimento dos grupos de menor poder social tem um forte apelo colonial. Em seguida, a Doutora Sheila Khan conduziu uma breve provocação sobre a comunicação em língua portuguesa e representações pós-coloniais, chamando atenção a como as formas, imagens e palavras utilizadas em determinados contextos iam ao encontro das comunicações em língua portuguesa. A docente destacou que apesar de os falantes desse idioma serem inspirados a se ver como parte de um mundo maior, que está para além da geografia do continente europeu, prevalecem na comunicação entre eles inúmeros ruídos que têm origem na manutenção das lógicas da colonialidade e que perpassam e seguem conectados “como sanguessugas” à língua portuguesa. Por fim, o Doutor Silvino Évora trouxe ao debate a questão de como, no pós-colonialismo construído a partir dos processos de independência, ainda prevalecem marcos de violência simbólica. O investigador exemplificou seu argumento com o sistema de educação em Cabo Verde, onde ainda hoje não existe um processo de transição da língua caboverdiana para o português. Os cidadãos de Cabo Verde, que são socializados até os sete anos no idioma local, ao ingressarem na educação formal tem de se adaptar à língua portuguesa sem o suporte adequado. O debate foi bastante rico, com a contribuição e colaboração da audiência, constituindo-se como uma oportunidade singular para explorar as complexidades das dinâmicas comunicacionais do contexto da língua portuguesa à luz das heranças e dos desafios pós-coloniais.

Em 21 de junho, o segundo dia das III Jornadas de Ciências da Comunicação FLUC iniciou-se às 14h com mais uma conferência, proferida pelo Doutor Celestino Joanguete, professor e investigador na Universidade Eduardo Mondlane, em Moçambique, e moderada pela Doutora Inês Amaral (FLUC). Intitulada “Cibercidadania nos espaços midiáticos moçambicanos”, a conferência levou-nos à reflexão

sobre as dinâmicas de participação e representação nas plataformas digitais em locais como Moçambique, onde a língua portuguesa é a oficial, mas cerca de 75% da população que vive nas áreas rurais não escreve, nem lê em português. São populações que, em sua maioria, utilizam as línguas locais para se comunicar. Em realidades multilíngues como esta, os *media* precisam desenvolver estratégias ainda mais sofisticadas de comunicação. A cidadania representa a participação ativa dos cidadãos na sociedade. Desde a década de 1990, com a expansão das tecnologias, o exercício político começou a migrar para o ambiente digital. Assim como a cidadania no seu sentido mais *lato*, a cibercidadania envolve a participação ativa dos indivíduos na sociedade, mas utilizando as ferramentas e os recursos oferecidos pela Internet e pelas tecnologias digitais. Como evidenciou o Doutor Celestino Joanguete na conferência, este fenômeno pode ser exemplificado por atividades como debates e discussões políticas *online*. Nesse contexto, os ciberespaços mediáticos emergem como importantes locais de mediação e suporte para os cidadãos. Estas transformações de índole tecnológica têm um impacto significativo em países em desenvolvimento, como é o caso de Moçambique, onde 23% da população tem acesso à Internet, principalmente nas áreas urbanas, embora haja um crescente engajamento das populações das áreas rurais nos ciberespaços mediáticos. O acesso à Internet no país está em constante crescimento, e o Doutor Celestino Joanguete destacou que Moçambique possui um ambiente propício para a prática da cibercidadania ativa, observando que as redes sociais estão sendo cada vez mais utilizadas pela população, criando novas oportunidades para a participação e o engajamento cívico.

No fim do segundo e último dia, a partir das 18h30 teve lugar a conferência “A desinformação estrutural e os limites do jornalismo: uma visão crítica a partir das ideias de Paulo Freire”, terceira e última da edição, que teve como orador o Doutor Eduardo Meditsch, professor e investigador permanente da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), no Brasil. A apresentação, cuja moderação esteve a cargo do Doutor Carlos Camponez (FLUC), fez-nos despertar

para a responsabilidade ética e social dos comunicadores e jornalistas em tempos de turbulência informativa e de superabundância informacional. O Doutor Eduardo Meditsch resgatou estudos clássicos do campo para demonstrar os limites do modelo informativo do jornalismo. Meditsch propôs abordar o fenômeno da desinformação estrutural, caracterizado pela exclusão da maior parte da população do acesso à educação e à informação e pelo questionamento da razão e dos pressupostos da ciência. “Não sabemos mais a razão das coisas e, quando isso ocorre, já não temos mais o conhecimento, mas apenas crença”, destacou o professor em sua conferência, que alertou ainda para uma realidade onde as plataformas digitais acabam por lucrar com a produção da desinformação.

Nesse contexto desinformativo, Meditsch procura incorporar os conceitos de Paulo Freire ao jornalismo: “propomos pensar o jornalismo como uma forma de conhecimento posta em prática, o que se aproxima muito da proposta pedagógica de Freire, na qual o diálogo é central no processo de construção do conhecimento”. Meditsch fez um apanhado de toda a produção de Paulo Freire e de seus comentários e publicações que mencionam o papel do jornalismo. Entre as críticas mapeadas estão a falsa neutralidade do jornalismo e uma sintaxe que não dá conta da realidade. Além disso, Freire chegou a propor mesmo um modelo de educação para os *media*, a partir do qual as pessoas aprenderiam sobre os processos de produção e distribuição do jornalismo e, assim, acessariam as informações jornalísticas cientes de suas limitações. Por fim, Eduardo Meditsch destacou a importância do jornalismo em contextos de desinformação estrutural como o que vivemos atualmente e a possibilidade de reconstruir e repensar a prática jornalística: “como disse Paulo Freire, é preciso esperar no sentido de ir atrás, de construir e não de esperar. Precisamos construir um jornalismo que nos atenda”.

Como evidenciado, as III Jornadas representaram um momento de análise abrangente das pesquisas em Ciências da Comunicação, explorando-as por meio de diferentes perspectivas. Nesse contexto, foi dada ênfase ao papel central da língua portuguesa como elemento

unificador de pessoas e comunidades em diversas regiões, ao mesmo tempo em que se reconheceu sua historicidade no processo de colonização, imposto a muitos povos. Contudo, considerando que a propriedade da língua reside naqueles que a utilizam, torna-se possível empregá-la e explorar suas inúmeras potencialidades como instrumento de emancipação.

Ao encerrarmos este capítulo das III Jornadas de Ciências da Comunicação FLUC, queremos expressar nossa sincera gratidão a todos os participantes desta edição, cujo apoio e envolvimento têm sido fundamentais para a concretização do nosso objetivo de proporcionar um espaço dedicado à partilha de experiências e ao debate de investigações no vasto campo das Ciências da Comunicação. O vosso genuíno interesse e as vossas contribuições inestimáveis não apenas nos enchem de gratidão, mas também nos impulsionam a avançar, aprimorando-nos a cada nova edição.

Coimbra, maio de 2024

Bruno Santos N. Dias, Gisiela Klein e Luísa Carvalho Carreira

(Página deixada propositadamente em branco)

NOTAS BIOGRÁFICAS

Anabela Gradim (nascida em 1970, em Alvalade, Lisboa) é Professora Associada na UBI, onde ensina Jornalismo, Comunicação e Metodologia na Faculdade de Artes e Letras. Coordenadora científica da unidade de investigação Labcom – Comunicação e Artes, e diretora do Doutoramento em Ciências da Comunicação da UBI, é licenciada em Filosofia pela Universidade do Porto, mestre, doutora e agregada em Ciências da Comunicação pela Universidade da Beira Interior.

Ariadila Matos Mesquita (Maracanaú, Ceará, Brasil) é Pós-graduada em Alfabetização e Letramento pelo Centro Universitário Uniamérica Descomplica. Bacharela em Biblioteconomia pela Universidade Federal do Ceará (2022). Voluntária na Biblioteca Comunitária Sonho Azul do Instituto Antônio Justa. Editora de vídeos, vinhetas e thumbnails para o canal Cocriando. Idealizadora do projeto Conhecendo as Bibliotecas. Áreas de pesquisa: Biblioteconomia; Biblioteca Comunitária; Comunicação Social; Cultura e Mídia.

Augusto Flamaryon Cecchin Bozz (nascido em 1991, Cuiabá, Mato Grosso, Brasil) é pós-doutorando pelo Programa de Estudos de Cultura Contemporânea da Universidade Federal de Mato Grosso e doutor pelo Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Cultura da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Integrante do Núcleo de Estudos de Mídia, Emoções e Sociabilidade (NEMES) e do Grupo de Pesquisa Limiar - Estudos de Linguagem e Mídia.

Bruno Santos N. Dias (nascido em 1983 no Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Brasil) é graduado em Comunicação Social com habilitação em Jornalismo pela Universidade Federal Fluminense (Brasil). Mestre em Comunicação com menção em Estudos de Recepção Mediática pela Universidade Andina Simón Bolívar (Equador). Doutorando em Ciências da Comunicação da Universidade de Coimbra, com bolsa de doutoramento da Fundação para a Ciência e a Tecnologia (FCT). ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-6281-9730>.

Catarina Magalhães é doutoranda em Ciências da Comunicação na FLUC, concluiu o Mestrado em Jornalismo e Comunicação em 2022, na mesma instituição, e defendeu uma dissertação sobre a representação de imigrantes e minorias étnicas em pandemia na imprensa semanal (Jornal Expresso e Revista Sábado). É licenciada em Jornalismo e Comunicação com Menor em Línguas Modernas – Inglês (FLUC). Os seus principais interesses de pesquisa são as representações e narrativas mediáticas, comunicação política e populismo. Atualmente, é investigadora colaboradora do grupo Comunicação, Jornalismo e Espaço Público do CEIS20. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-1449-596X>.

Claudia Irene de Quadros (nascida em 1968 em Curitiba, Paraná, Brasil) é professora permanente do PPGCOM – UFPR. É jornalista e relações públicas pela UFPR. Doutora em Comunicação pela Universidade de La Laguna, possui pós-doutorado em Comunicação Digital pela Universidade Pompeu Fabra e em Comunicação da Ciência pela Universidade da Beira Interior. É líder do grupo de pesquisa COM21 e faz parte da RedeJortec. Também é professora do núcleo de pesquisa da Agência Escola UFPR.

Giovanna Affonso de Campos (nascida em Santos, São Paulo, Brasil) é formada em Publicidade e Propaganda e mestranda na especialização de Narrativas Cinematográficas do Mestrado em Desenvolvimento de Projeto Cinematográfico da Escola Superior de

Teatro e Cinema do Instituto Politécnico de Lisboa. Atua como pesquisadora, roteirista e produtora audiovisual.

Gisiela Klein (nascida em 1977, em Cruz Alta, Rio Grande do Sul, Brasil) é licenciada em Jornalismo pela Universidade Federal de Santa Catarina. Mestre em Administração pela Universidade do Estado de Santa Catarina. Doutoranda em Ciências da Comunicação na Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra. Investigadora colaboradora no Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade (CECs) e bolseira no BIP – Barómetro para a Qualidade da Informação, na Universidade do Minho. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-7625-984X>.

Gustavo Freitas (nascido em 1993, em Fortaleza, Ceará, Brasil) é doutorando em Ciências da Comunicação pela Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, mestre em Jornalismo e Comunicação (2021, Universidade de Coimbra, Portugal) e licenciado em Comunicação Social com habilitação em Jornalismo (2015, Centro Universitário 7 de Setembro, Brasil) e especialização em Filosofia e Direitos Humanos (2017, Pontifícia Universidade Católica do Paraná, Brasil). Está a conduzir investigação doutoral acerca das representações contemporâneas do Colonialismo e da Lusofonia na Imprensa Portuguesa com financiamento da Fundação para a Ciência e a Tecnologia e do Fundo Social Europeu (FCT/FSE/2021.08712.BD). O seu trabalho tem cruzado, por meio da crítica pós-colonial, o jornalismo, a produção de memória por parte da Comunicação Social e as representações mediáticas. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-9497-7220>.

Jéssica Neves Caetano Ribeiro (nascida em 1989, em Goiânia, Goiás, Brasil) é doutoranda em Ciências da Comunicação pela Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra (FLUC), mestre em Jornalismo e Comunicação, e graduada pela mesma instituição. Os seus interesses de pesquisa centram-se na relação entre os media e as mulheres políticas, assim como nos estudos mediáticos e nos estudos feministas de forma mais alargada.

Larissa Ferreira de Queiroz (nascida em 1996 em Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Brasil) é graduanda em Jornalismo na Universidade Federal de Juiz de Fora. Atuou como monitora da disciplina Comunicação e Expressão Escrita I e II, atualmente é bolsista de extensão de redes sociais do Programa de Pós-Graduação em Engenharia Civil da Universidade Federal de Juiz de Fora. É integrante do grupo de pesquisa Narrativas Midiáticas e Dialogias.

Letícia Alves Gratton (nascida em 1996, em Joinville, Santa Catarina, Brasil) é mestranda em Jornalismo e Comunicação pela Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra (FLUC). Os seus interesses de pesquisa centram-se na relação entre violência de género e mídia digitais, com foco em inteligência artificial, assim como nos estudos mediáticos e nos estudos feministas de forma mais alargada.

Liliana Carona (nascida em 1984, em Gouveia, Guarda, Portugal) é doutora em Ciências da Comunicação pela Universidade de Coimbra, jornalista da Rádio Renascença e cronista do jornal Público, docente nos Institutos Politécnicos de Viseu e da Guarda e diretora do jornal Notícias de Gouveia.

Luísa Carvalho Carreira (nascida em 1987, no Funchal, Madeira, Portugal) é licenciada em Ciências da Comunicação pela Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa. Mestre em Cultura e Comunicação pela Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa. Doutoranda em Ciências da Comunicação na Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, com bolsa de doutoramento da Fundação para a Ciência e a Tecnologia (FCT). Colaboradora do Instituto de Investigação Clínica e Biomédica da Faculdade de Medicina da Universidade de Coimbra (iCBR-FMUC)/Centro de Investigação em Biomedicina e Biotecnologia (CIBB), no âmbito da Comunicação e Divulgação de Ciência. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-4071-1160>.

Marcelo Almeida Duarte (nascido em 1991, Barra do Garças, Mato Grosso, Brasil) é doutorando em Estudos de Cultura Contemporânea pela Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT), na linha de pesquisa em Comunicação e Mediações Culturais, e Mestre em Comunicação pela mesma instituição (2022). Integra o Grupo de Pesquisa Limiar Estudos de Linguagem e Mídia, dedicando-se à investigação da prática social da morte assistida a partir de uma abordagem comunicacional pragmatista. Seus estudos também exploram a lógica no pensamento de Dewey, articulando-se com seus interesses em comunicação praxiológica, biopolítica, subjetividade e a patologização das experiências cotidianas.

Marcos César da Rocha Seruffo (nascido em 1983, em Belém, Pará, Brasil) é Doutor em Engenharia Elétrica, com ênfase em Computação Aplicada. Realizou Pós-Doutorado na PUC-RJ, no Programa de Pós-graduação em Engenharia Elétrica. Atualmente é Professor Associado II da Universidade Federal do Pará, estando vinculado ao Programa de Pós-Graduação em Estudos Antrópicos na Amazônia e Programa de Pós-Graduação em Engenharia Elétrica. É Bolsista Produtividade em Desenvolvimento Tecnológico e Extensão Inovadora – DT – Nível 2 do CNPq.

Maurício João Vieira Filho (nascido em 1998 em Conselheiro Lafaiete, Minas Gerais, Brasil) é doutorando em Comunicação na Universidade Federal de Juiz de Fora. Bolsista da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes). Mestre em Comunicação Social pela Universidade Federal de Minas Gerais e graduado em Comunicação Social – Jornalismo pela Universidade Federal de Viçosa. É integrante do grupo de pesquisa DIZ: Discursos e Estéticas da Diferença. Atualmente, é professor substituto na Faculdade de Comunicação da UFJF.

Ricardo Luiz Aoki (nascido em 1975, em Campos do Jordão, São Paulo, Brasil) é Doutor em Jornalismo e Mestre em Tecnologias

da Informação e Comunicação pela Universidade Federal de Santa Catarina. Jornalista graduado pela Universidade do Vale do Itajaí (Univali). Atualmente é Professor Adjunto da Universidade do Sul de Santa Catarina (Unisul).

Ricardo Matos de Araújo Rios (nascido em 1993, em Barbacena, Minas Gerais, Brasil) é Doutor em Comunicação pela Universidade Federal de Juiz de Fora (Brasil), com título reconhecido pela Universidade de Coimbra. Também é Professor Titular do curso de graduação em Publicidade e Propaganda, da Universidade Presidente Antônio Carlos (Brasil). Detalhes das últimas produções estão em www.ricardorios.eu.

Rita Basílio de Simões (nascida em 1978, em Coimbra) é Professora Auxiliar da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, onde leciona na Licenciatura e no Mestrado em Jornalismo e Comunicação e nos Doutoramentos em Ciências da Comunicação e em Estudos Feministas. É investigadora do Centro de Estudos Sociais, onde tem desenvolvido investigação sobre mídia, género e espaço público. Colabora também, como investigadora, com o Instituto de Comunicação da Universidade Nova e o Centro de Estudos Interdisciplinares da Universidade de Coimbra. Doutorada em Ciências da Comunicação, é coordenadora do Grupo de Trabalho em Género e Sexualidades da Associação Portuguesa de Ciências da Comunicação e vogal da Assembleia Geral da Associação Portuguesa de Estudos Sobre as Mulheres. Desde 2019, é coordenadora nacional do Global Media Monitoring Project. ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-6356-6042>.

Rita de Cássia Romeiro Paulino (nascida em 1964, em Porto Alegre, Rio Grande do Sul, Brasil) é Pós-Doutora, pelo Social Media Lab na Universidade de Ryerson, Toronto - Canadá em 2020. Doutorado no Programa de Pós-Graduação em Engenharia e Gestão do Conhecimento, na área de Mídia e Conhecimento, pela Universidade Federal de Santa Catarina em 2011. Atua como professora no Programa de Pós-Graduação em Jornalismo (PPGJOR) UFSC.

Thainá Marques Moreira (nascida em 1996 em Fortaleza, Ceará, Brasil) é mestranda do Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade Federal do Ceará (PPGCOM-UFC). Bacharela em Biblioteconomia pela UFC (2022), participou do projeto de extensão *Bibliotecando: ações socioculturais em bibliotecas públicas e comunitárias* (2019). É membro do grupo de pesquisa *Oficina Invisível de Investigação em Quadrinhos* (UFC) desde 2021. É idealizadora do projeto *Conhecendo as Bibliotecas* (2022). Áreas de Pesquisa: Narratologia, Estudo de Personagens, Cinema, Séries e Histórias em Quadrinhos.

(Página deixada propositadamente em branco)

Série Documentos

Imprensa da Universidade de Coimbra

Coimbra University Press

2024

